ILUMINAMOS CAMINHOS DESDE O NOSSO PRIMEIRO DIA DE VIDA

'02 | **RC**

Relatório e Contas

EDP
Electricidade de Portugal, S.A.

ÍNDICE '02

'02 MENSAGEM DO PRESIDENTE

'07 '1 DADOS GERAIS
- '08 PRINCIPAIS DADOS DE ACTIVIDADE
- '12 ORGANIGRAMA
- '14 ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP

'17 '2 RELATÓRIO DE GESTÃO

'19 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

'22 O GRUPO EDP EM 2002
- '22 SECTOR ELÉCTRICO
- '45 TELECOMUNICAÇÕES
- '50 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO
- '53 SERVIÇOS DE SUPORTE: CRIAÇÃO DA EDP VALOR

'57 POLÍTICAS DE GESTÃO DO GRUPO EDP
- '57 CONTROLO DO RISCO NA ACTIVIDADE
- '60 PROGRAMA EFICIÊNCIA
- '60 RECURSOS HUMANOS
- '63 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
- '65 AMBIENTE
- '66 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

'68 EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO GRUPO EDP
- '68 PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO
- '69 GRUPO EDP
- '75 EDP PRODUÇÃO
- '79 EDP DISTRIBUIÇÃO
- '83 EDP ENERGIA
- '84 HIDROCANTÁBRICO [ESPANHA]
- '88 BRASIL
- '97 TELECOMUNICAÇÕES
- '99 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

'101 FACTOS RELEVANTES

'104 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS DE 2002

'105 PERSPECTIVAS PARA 2003

'107 REFERÊNCIAS ESPECIAIS

'109 '3 DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

'163 '4 DOCUMENTOS DE APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS

'175 '5 RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

'189 '6 ANEXOS

PORQUE
TEMOS
MUITO A
DIZER

'02 | RC

Relatório e Contas

EDP
Electricidade de Portugal, S.A.

'02RC

MENSAGEM DO PRESIDENTE

SENHORES ACCIONISTAS,

Findo o exercício de 2002 dirijo-me, mais uma vez, aos Senhores Accionistas para, como habitualmente, informar sobre o que de mais relevante se passou durante o último ano com o nosso Grupo.

Parece-me apropriado iniciar este balanço por uma referência aos desenvolvimentos que mais marcaram este exercício e que dão expressão ao eixo estratégico que, gradualmente, temos vindo a concretizar nos últimos anos: uma maior concentração do Grupo EDP no seu *core business* tradicional - o negócio eléctrico - e num mercado que, decorrente do continuado processo de integração, consideramos ser actualmente o nosso mercado doméstico - a Península Ibérica.

De facto, a constituição de um mercado ibérico de energia, enquadrado pela progressiva liberalização dos sectores eléctricos português e espanhol, conduziu, de forma quase natural, à alteração do conceito de mercado doméstico do Grupo EDP que, em resposta a este desafio, e na sequência de um movimento iniciado no final de 2001, viria a assumir, em meados de 2002, uma posição de controle na empresa espanhola Hidroeléctrica del Cantábrico (Hidrocantábrico).

O Grupo EDP tornou-se, assim, na primeira empresa ibérica a deter activos significativos de produção e distribuição dos dois lados da fronteira, bem como uma base de clientes de dimensão substancial.

No mesmo sentido, já no início de 2003, o reconhecimento da importância de uma estratégia de convergência entre o gás e a electricidade à escala Ibérica levou-nos a concentrar esforços, através da Hidrocantábrico, no processo de privatização da Naturcorp, a empresa de gás do Pais Basco.

A Hidrocantábrico tornar-se-á, em caso de sucesso, detentora de uma empresa com uma quota de mercado de 10% no negócio de gás em Espanha, com mais de meio milhão de clientes e um *portfolio* de activos bastante atractivo. Simultaneamente, esta operação irá permitir uma melhoria substancial no acesso do Grupo a contratos de gás, um factor crítico de sucesso no desenvolvimento de nova capacidade de produção de energia eléctrica na Península Ibérica. Permite, também, por outro lado, tirar partido da complementaridade operacional e estratégica existente entre a Hidrocantábrico e a Naturcorp, que antecipa um potencial de criação de valor significativo através da captação de sinergias a curto prazo.

O inevitável processo de transição para a nova realidade ibérica do sector da energia continua ainda rodeado de algumas incertezas quanto à sua configuração final; no entanto, acreditamos que os recentes sucessos alcançados em Espanha constituem, para a EDP, uma plataforma sólida

que permitirá ao Grupo encarar com confiança o desafio da construção do mercado ibérico e desenvolver fortes capacidades competitivas decorrentes da sua presença nos mercados português e espanhol.

Um outro passo de enorme significado para o Grupo operou-se no mercado brasileiro. Em Outubro de 2002, o Grupo assegurou, finalmente, o controlo operacional da Escelsa - Espírito Santo Centrais Elétricas, S.A., e da Enersul - Empresa Energética do Mato Grosso do Sul, S.A. - duas empresas de distribuição de energia eléctrica onde estávamos presentes desde Agosto de 1999. Criámos, assim, condições para implementar medidas de reestruturação nestas empresas e nos restantes negócios do Grupo no Brasil, que irão, certamente, conduzir a aumentos de eficiência e à obtenção de resultados positivos sustentáveis.

Todavia, a menos positiva envolvente macroeconómica brasileira e a incerteza política que caracterizou grande parte do ano de 2002 constituíram, reconhecidamente, factores de instabilidade que impossibilitaram a concretização de um objectivo que desde há muito antecipámos, ou seja, a definição de um quadro de regulação para o sector eléctrico brasileiro mais justo e equitativo, que permita, de forma clara e inequívoca, uma melhoria dos níveis de retorno sobre o investimento realizado naquele país. Nesta frente, cremos que a esperada revisão tarifária da Enersul consagra os primeiros sinais da vontade política do Governo Brasileiro de proporcionar um ambiente que, em termos de regulação, venha a proporcionar às empresas do sector eléctrico as desejáveis condições de estabilidade.

Ainda no Brasil e face aos factores de incerteza que mencionei, o Grupo EDP decidiu reprogramar, nesta fase, o desenvolvimento dos projectos das centrais hidroeléctricas de Peixe Angical (452 MW) e Couto Magalhães (150 MW), cujas concessões nos foram atribuídas em 2001.

A maioria dos investimentos no Brasil encontra-se agora concluída, pelo que considero que, em 2003, a principal prioridade vai no sentido de trabalhar arduamente na restruturação das empresas de distribuição de energia eléctrica onde actualmente exercemos o controlo operacional.

A actuação no mercado internacional em geral traduziu-se num processo de restruturação já iniciado em 2001 e que teve como objectivo, precisamente, uma maior concentração de recursos e capacidades de gestão no mercado brasileiro.

Desta forma, após termos, em 2001, alienado a participação de 25,5% que detínhamos na ESSEL, no Chile, e concluído o processo de cisão da Bandeirante Energia, S.A., alienámos, já em 2002, a participação da REDAL, em Marrocos.

Na área das Telecomunicações, o ano de 2002 correspondeu a um período de decisões difíceis para o Grupo EDP.

Face à nova realidade do negócio de telecomunicações e ao adiamento sucessivo da disponibilidade da tecnologia UMTS, os accionistas da ONI Way - o operador de telefonia móvel da ONI - decidiram, após longa e ponderada reflexão, descontinuar a actividade da empresa. Esta operação que, em termos gerais, se materializou numa oferta por parte dos três operadores móveis nacionais para adquirir os activos da empresa e, por parte de um deles, para adquirir a totalidade das acções da ONI Way, permitiu à EDP reduzir substancialmente a sua exposição aos potenciais riscos associados a este negócio e, simultaneamente, recuperar uma parte significativa do investimento já realizado.

No que se refere às outras áreas de negócio e em consonância com o desafio que o actual ambiente de arrefecimento económico impõe aos novos operadores da rede fixa, a ONI deu continuidade ao processo interno de reorganização operacional iniciado em 2001, com especial ênfase

na flexibilização da sua estrutura de custos e na melhoria da capacidade de resposta às necessidades dos seus clientes.

Em 2002, a ONI reforçou a sua posição como número um entre os novos operadores da rede fixa de telecomunicações e conta, actualmente, com uma sólida base de clientes empresariais e residenciais, uma ampla infra-estrutura de comunicações e uma forte base accionista composta por quatro dos maiores grupos económicos nacionais.

No que se refere à actividade de produção de energia eléctrica em Portugal, a EDP Produção deu continuidade, durante o ano de 2002, à construção dos primeiros 800 MW da nova central de ciclo combinado a gás natural, a Central Termoeléctrica do Ribatejo, cujo desenvolvimento se tem vindo a processar dentro do orçamento e do calendário previstos.

No negócio de distribuição de electricidade em Portugal, o ano de 2002 foi marcado pela entrada em vigor dos novos regulamentos que regem a actividade do sector eléctrico. Não obstante o aumento médio da tarifa de electricidade ao consumidor final, o novo quadro de regulação para o sector determinou uma redução substancial dos proveitos regulados da EDP Distribuição, exigindo, por parte do Grupo EDP, um intenso esforço de redução de custos operacionais, em todas as suas áreas de negócio, que permita atenuar, ainda que parcialmente, o efeito negativo das restrições impostas.

A concretização deste esforço tomou forma no "Programa Eficiência", cujo arranque tive oportunidade de comunicar aos Senhores Accionistas no final de 2001, e cujos efeitos, em conjunto com os resultantes da actuação da EDP Valor, são já evidentes nos resultados do Grupo em 2002.

Continuaremos a realizar todos os esforços e a envolver todos os recursos necessários para que em 2003 possamos, novamente, repetir o êxito alcançado este ano no sentido de melhorar progressivamente os actuais níveis de eficiência operacional do Grupo.

Desde o inicio de 2002 verificou-se o alargamento, por via da nova regulação para o sector, da base de clientes elegíveis para aceder ao mercado liberalizado, ou seja, que podem escolher o seu fornecedor de electricidade. Neste âmbito, o Grupo fortaleceu a sua posição no Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV) por intermédio da EDP Energia que, no final de 2002, detinha uma quota de, aproximadamente, 70% no mercado eléctrico liberalizado, assegurando, desta forma, com assinalável êxito, a manutenção dentro do universo do Grupo de grande parte dos clientes que optaram pela adesão àquele Sistema.

No que respeita à evolução financeira e operacional do Grupo EDP, convirá ter em conta que as contas consolidadas de 2002 reflectem as alterações ao perímetro de consolidação decorrentes da integração da Hidrocantábrico, da Escelsa e da Enersul. Estas alterações no universo de empresas consolidadas, bem como os bons resultados da implementação do "Programa Eficiência", contribuíram, de forma significativa, para o Resultado Operacional da EDP, logrando, de algum modo, compensar a diminuição de cerca de 50% do Resultado Operacional da EDP Distribuição, decorrente da aplicação do novo regulamento tarifário.

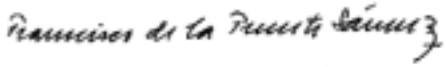
O Resultado Líquido ascendeu, em 2002, a 335 milhões de euros, face a 451 milhões de euros registados em 2001. Esta redução resultou, fundamentalmente, do custo extraordinário de 107 milhões de euros associado à descontinuação da ONI Way.

A EDP, à semelhança dos anos anteriores, mantém o seu empenho em partilhar, com os seus accionistas, o valor criado pelo Grupo.

Assim, o Conselho de Administração da EDP irá propor, na Assembleia Geral de Accionistas a realizar no próximo dia 22 de Maio, a distribuição de um dividendo de nove cêntimos de Euro por acção. Este valor corresponde à distribuição de cerca de 81% do Resultado Líquido de 2002, superior aos 75% distribuídos sobre os resultados de 2001.

Como tive oportunidade de referir no início do ano passado, 2002 seria, sobretudo, um ano de reorganização e consolidação dos negócios onde estamos presentes, um ano de reafirmação e implementação da estratégia que definimos: uma estratégia centrada no desenvolvimento da actividade do Grupo no sector da energia na Península Ibérica e de consolidação das participações no Brasil.

Após a profunda reestruturação interna que caracterizou estes últimos anos, após termos reduzido substancialmente o risco cambial associado à nossa presença no Brasil que, nos últimos anos, tem vindo a afectar os resultados consolidados do Grupo, e uma vez tomada a difícil decisão de descontinuar as operações da ONI Way, considero que estão criadas as condições para se iniciar, em 2003, uma nova etapa da vida do Grupo EDP, consolidando uma posição relevante no mercado energético da Península Ibérica, assegurando a competitividade e aproveitando as oportunidades de crescimento que se apresentam, com a confiança de ser esta a trajectória adequada para cumprir a nossa principal missão: a criação de valor para os Senhores Accionistas.



Francisco de la Fuente Sánchez
Presidente

‘1 | DADOS GERAIS

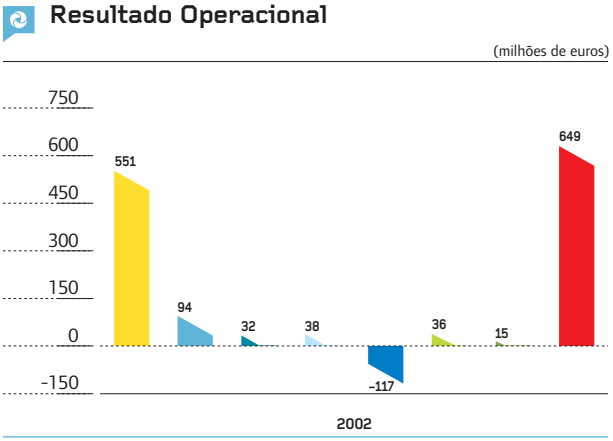
A NOSSA ENERGIA SENTE-SE NOS QUATRO CANTOS DO MUNDO’

'02|RC

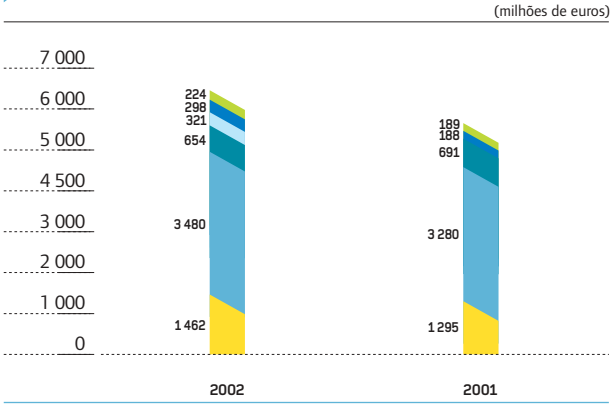
1.1 PRINCIPAIS DADOS DE ACTIVIDADE

[DADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

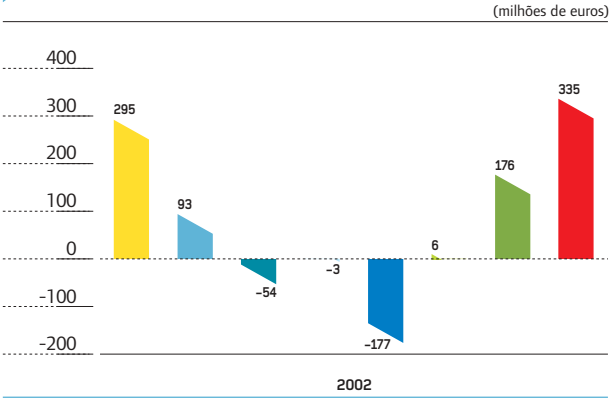
Resultado Operacional



Volume de Negócios



Resultado Líquido (10)



[Produção [Distribuição [Brasil [Hidrocantábrico [Telecomunicações fixas [Tecnologias da Informação [Outros [Grupo EDP

Dados Económico-Financeiros

(Milhares de Euros)

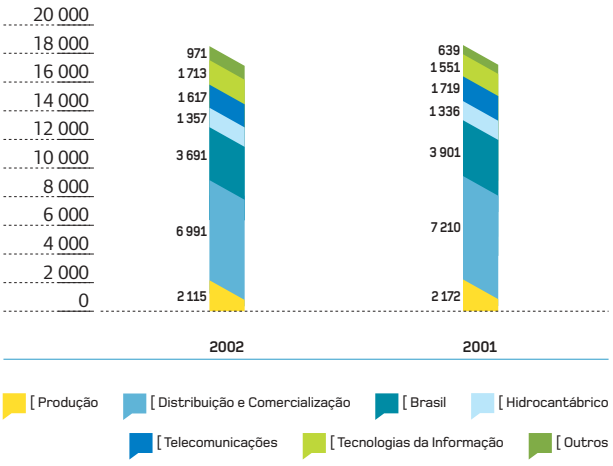
	2002	2001	Δ%
Grupo EDP Consolidado			
Volume de Negócios	6 386 558	5 650 374	13,0%
Resultados Operacionais	648 704	673 532	-3,7%
Resultados Líquidos	335 216	450 795	-25,6%
Cash-Flow antes de Investimento (1)	1 175 402	1 231 472	-4,6%
Investimento Operacional (2)	1 479 976	1 359 572	8,9%
Investimento Financeiro	1 365 741	479 737	-
Activo Líquido	18 125 190	16 233 143	11,7%
Capitais Próprios	5 494 182	6 096 758	-9,9%
Passivo Financeiro	7 994 076	5 799 124	37,8%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (3)	6,1%	7,4%	-1,3%
Estrutura Financeira (4)	145,5%	95,1%	50,4%
Solvabilidade (5)	143,5%	160,1%	-16,7%
Resultado por Acção (euros)	0,112	0,150	-25,6%
Pay Out Ratio (6)	80,5%	75,2%	5,3%
Capitalização Bolsista	4 770 000	7 320 000	-34,8%
Produção de Electricidade em Portugal			
Volume de Negócios	1 462 295	1 294 883	12,9%
Resultados Operacionais	550 661	516 172	6,7%
Resultados Líquidos	294 623	288 727	2,0%
Investimento Operacional (9)	286 431	140 354	104,1%
Distribuição de Electricidade em Portugal			
Volume de Negócios	3 479 696	3 280 000	6,1%
Resultados Operacionais	93 916	191 239	-50,9%
Resultados Líquidos	92 821	185 255	-49,9%
Investimento Operacional (9)	371 187	265 874	39,6%
Electricidade e Gás em Espanha (Hidrocantábrico) (8)			
Volume de Negócios	1 436 215	1 179 783	21,7%
Resultados Operacionais	201 813	155 841	29,5%
Resultados Líquidos	14 565	74 347	-80,4%
Investimento Operacional (9)	211 938	197 790	7,2%
Electricidade no Brasil (7)			
Volume de Negócios	1 030 127	1 342 282	-23,3%
Resultados Operacionais	76 741	187 287	-59,0%
Resultados Líquidos	-176 081	91 102	-293,3%
Investimento Operacional (9)	202 758	413 038	-50,9%
Telecomunicações Fixas			
Volume de Negócios	297 538	187 922	58,3%
Resultados Operacionais	-116 504	-136 078	14,4%
Resultados Líquidos	-177 425	-58 600	-202,8%
Investimento Operacional (9)	311 962	239 020	30,5%
Tecnologias da Informação			
Volume de Negócios	224 004	189 032	18,5%
Resultados Operacionais	35 563	31 129	14,2%
Resultados Líquidos	7 721	9 848	-21,6%
Investimento Operacional (9)	41 833	72 862	-42,6%

(1) Resultados Líquidos + Amortizações + Provisões
(2) Considera-se 100% do investimento operacional das empresas consolidadas
(3) Resultados Líquidos / Capitais Próprios
(4) Passivo Financeiro / Capitais Próprios
(5) Activo / Passivo
(6) Dividendos Distribuídos / Resultado Líquido
(7) Dados relativos à Bandeirante, Escelsa e Enersul (100%) em 2001 e 2002, para efeitos de análise e comparação.
(8) Inclui 100% da Hidrocantábrico
(9) Os valores apresentados são, em ambos os períodos, correspondentes a 100% do investimento realizado na empresa, independemente da particpação do Grupo EDP na empresa em cada um dos períodos.
(10) "Outros" inclui, nomeadamente, ganhos financeiros da aquisição de *Bonds* da Escelsa abaixo do par e utilização de provisões centralizadas ao nível da *Holding* e impacto da Oni Way.

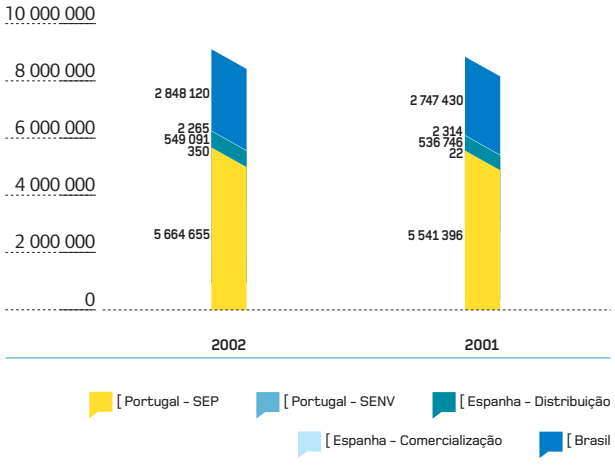
PRINCIPAIS DADOS DE ACTIVIDADE

[DADOS OPERACIONAIS

Número de Trabalhadores



Número de Clientes de Electricidade



Dados Operacionais

	2002	2001	Δ%
Número de Trabalhadores (1)	**18 455**	**18 528**	**-0,4%**
Electricidade Portugal	9 106	9 382	-2,9%
EDP Produção	2 115	2 172	-2,6%
EDP Distribuição	6 979	7 172	-2,7%
EDP Energia	12	38	-68,4%
Brasil (2)	3 691	3 901	-5,4%
Hidrocantábrico	1 357	1 336	1,6%
Electricidade	1 116	1 104	1,1%
Outros	241	232	3,9%
Telecomunicações	1 617	1 719	-5,9%
Tecnologias da Informação	1 713	1 551	10,4%
Outros	971	639	52,0%
Negócio Eléctrico em Portugal			
Potência Máxima (MW)	7 654	7 609	0,6%
Coeficiente de Hidraulicidade	0,76	1,19	-0,43
Vendas de Energia Eléctrica (GWh)			
Produção	25 513	28 268	-9,7%
Distribuição	36 905	36 024	2,4%
Número de Clientes de Electricidade			
SEP	5 664 655	5 541 396	2,2%
SENV	350	22	1490,9%
Clientes SEP / Trabalhadores da Distribuição de Electricidade	811,7	772,6	5,1%
Vendas Distribuição / Trabalhadores da Distribuição (euros)	495,3	454,3	9,0%
Negócio Eléctrico em Espanha (1)			
Potência Máxima (MW)	3 204	3 204	0,0%
Vendas de Electricidade (GWh)			
Produção	13 308	11 921	11,6%
Distribuição	8 326	7 919	5,1%
Comercialização	3 887	3 853	0,9%
Número de Clientes de Electricidade			
Distribuição	549 091	536 746	2,3%
Comercialização	2 265	2 314	-2,1%
Negócio Eléctrico no Brasil (1)			
Potência Máxima (MW)	903	850	6,2%
Vendas de Electricidade (GWh)	21 811	22 458	-2,9%
Número de Clientes	2 848 120	2 747 430	3,7%
Telecomunicações (1)			
Nº CLI's Registados (milhares)	506	488	3,8%
Portugal	399	377	5,6%
Espanha	108	111	-2,6%
Tráfego de Voz (milhões minutos)	1 651	1 189	38,9%
Portugal	733	535	36,9%
Espanha	919	654	40,6%

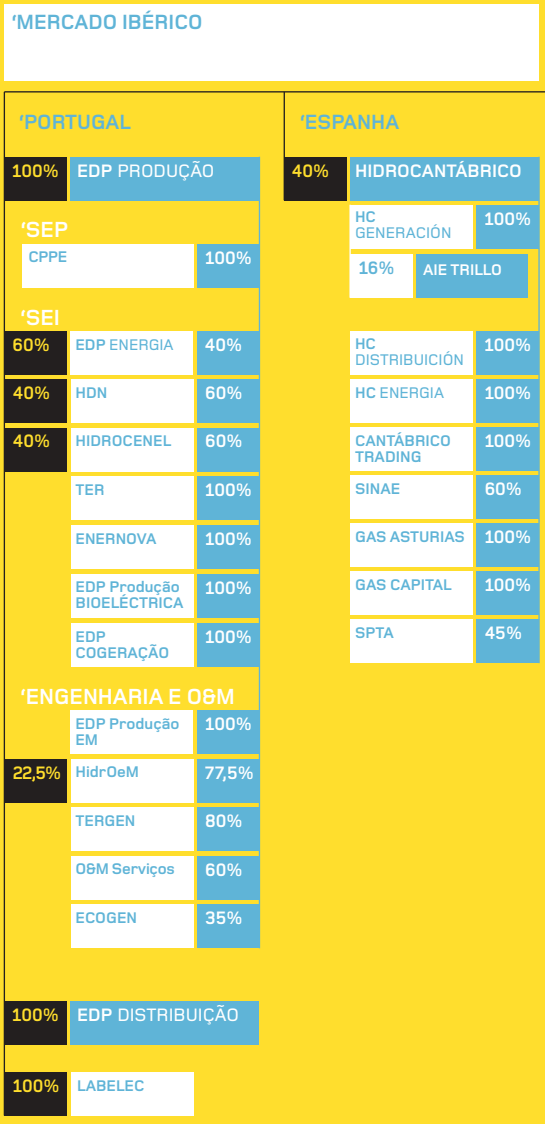
(1) Os valores apresentados são, em ambos os períodos, correspondentes a 100% da empresa, independemente da participação na empresa.
(2) Inclui o número total de trabalhadores em 2001 e 2002, para efeitos de análise, apesar de a Escelsa e Enersul só consolidarem integralmente a partir de Outubro de 2002.

1.2

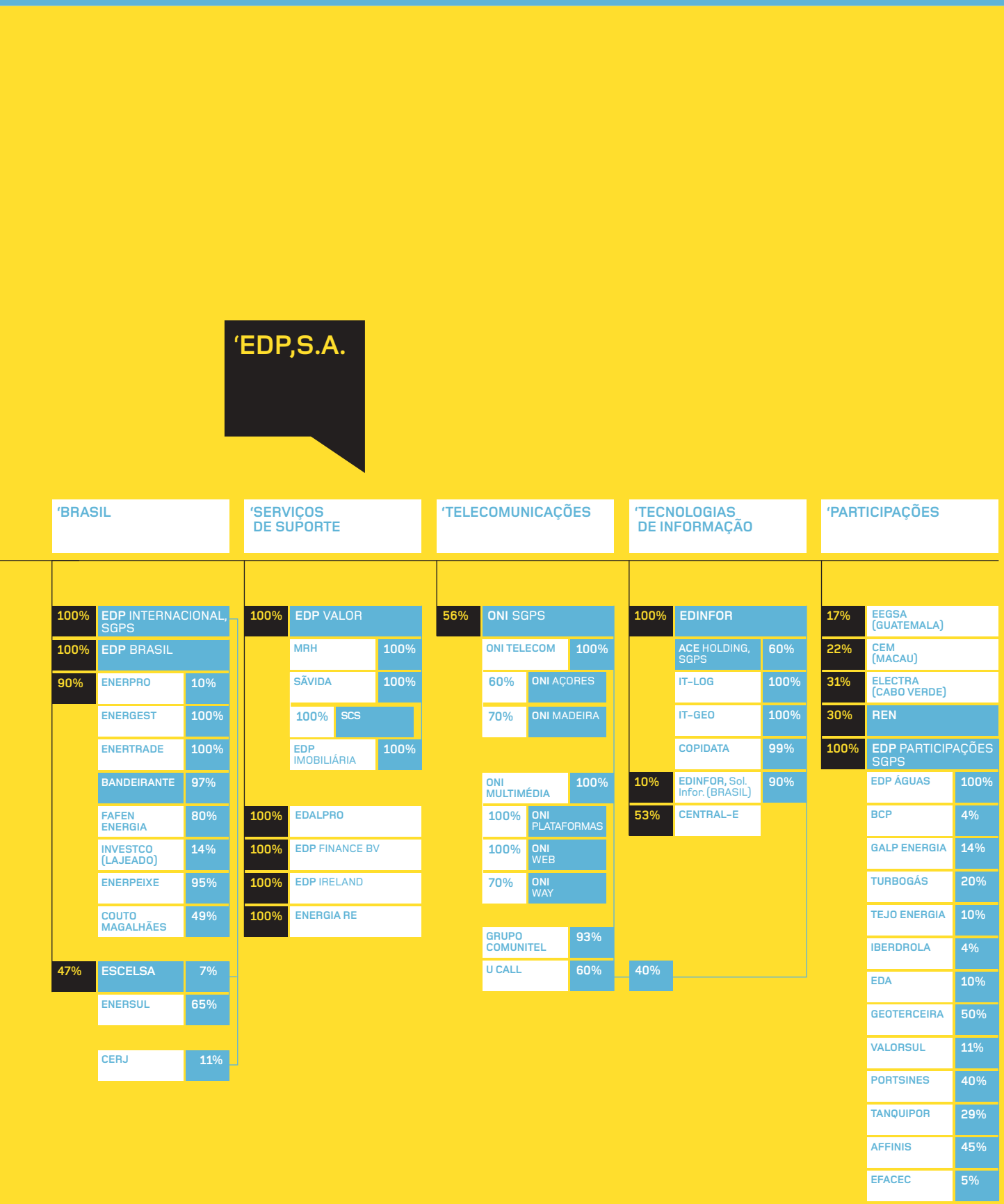
ORGANIGRAMA

EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

'O NOSSO CRESCIMENTO ACOMPANHA A EVOLUÇÃO DAS NECESSIDADES DOS NOSSOS CLIENTES.



NOTA GERAL:
As % estão arredondadas.
Algumas das % apresentadas correspondem a participações indirectas.


'EDP,S.A.
'BRASIL
'SERVIÇOS DE SUPORTE
'TELECOMUNICAÇÕES
'TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO
'PARTICIPAÇÕES
100% EDP INTERNACIONAL, SGPS
100% EDP BRASIL
90% ENERPRO 10%
ENERGEST 100%
ENERTRADE 100%
BANDEIRANTE 97%
FAFEN ENERGIA 80%
INVESTCO (LAJEADO) 14%
ENERPEIXE 95%
COUTO MAGALHÃES 49%
47% ESCELSA 7%
ENERSUL 65%
CERJ 11%
100% EDP VALOR
MRH 100%
SÃVIDA 100%
100% SCS
EDP IMOBILIÁRIA 100%
100% EDALPRO
100% EDP FINANCE BV
100% EDP IRELAND
100% ENERGIA RE
56% ONI SGPS
ONI TELECOM 100%
60% ONI AÇORES
70% ONI MADEIRA
ONI MULTIMÉDIA 100%
100% ONI PLATAFORMAS
100% ONI WEB
70% ONI WAY
GRUPO COMUNITEL 93%
U CALL 60%
100% EDINFOR
ACE HOLDING, SGPS 60%
IT-LOG 100%
IT-GEO 100%
COPIDATA 99%
10% EDINFOR, Sol. Infor. (BRASIL) 90%
53% CENTRAL-E
40%
17% EEGSA (GUATEMALA)
22% CEM (MACAU)
31% ELECTRA (CABO VERDE)
30% REN
100% EDP PARTICIPAÇÕES SGPS
EDP ÁGUAS 100%
BCP 4%
GALP ENERGIA 14%
TURBOGÁS 20%
TEJO ENERGIA 10%
IBERDROLA 4%
EDA 10%
GEOTERCEIRA 50%
VALORSUL 11%
PORTSINES 40%
TANQUIPOR 29%
AFFINIS 45%
EFACEC 5%

'02|RC

1.3
ORGÃOS SOCIAIS DA EDP

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr. José Manuel Galvão Teles Presidente
Prof. Doutor António Campos Pires Caiado Vice-Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng. Francisco de la Fuente Sánchez Presidente
Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães Vice-Presidente
Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa Vogal
Dr. Fernando Noronha Leal Vogal
Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu Vogal
Dr. Manuel de Jesus Martins Vogal
Eng. Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado Vogal
Eng. Jorge Manuel Jardim Gonçalves Vogal
Prof. Engenheiro João Afonso Ramalho Pereira Bento Vogal
Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes Vogal
Prof. Doutor António José Fernandes de Sousa Vogal

FISCAL ÚNICO

Bernardes, Sismeiro e Associados, SROC, Lda. Efectivo
representada por **Dr. Carlos Marques Bernardes, ROC**
Dr. Severo Praxedes Soares, ROC Suplente

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Dr. António José Marrachinho Soares Suplente

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Estado (Presidente) Dr. José Salvado Mesquita
Caixa Geral de Depósitos Dr. Victor Lilaia
Banco Comercial Português Dr. Filipe de Jesus Pinhal

‘COMISSÃO EXECUTIVA

Eng. Francisco de la Fuente Sánchez
Presidente

Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
Vice-Presidente

Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
Vogal

Dr. Fernando Noronha Leal
Vogal

Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu
Vogal

Dr. Manuel de Jesus Martins
Vogal

Eng. Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado
Vogal

'2 | RELATÓRIO DE GESTÃO

SENTIMOS A RESPONSABILIDADE DE SERMOS ÚNICOS'

ÍNDICE

[RELATÓRIO DE GESTÃO

'19 **ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO**

'22 **O GRUPO EDP EM 2002**

'22 SECTOR ELÉCTRICO
'22 PORTUGAL
'39 ESPANHA
'41 BRASIL

'45 TELECOMUNICAÇÕES
'45 ORGANIZAÇÃO E REGULAÇÃO DO SECTOR EM PORTUGAL
'46 ORGANIZAÇÃO E ACTIVIDADE
'50 INVESTIMENTOS
'50 RECURSOS HUMANOS

'50 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO
'50 GRUPO EDINFOR
'52 PLATAFORMA B2B

'53 SERVIÇOS DE SUPORTE: CRIAÇÃO DA EDP VALOR
'54 PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE
'55 ACTIVIDADES DE FORMAÇÃO
'55 GESTÃO DE PATRIMÓNIOS IMOBILIÁRIOS

'57 **POLÍTICAS DE GESTÃO DO GRUPO EDP**

'57 CONTROLO DO RISCO NA ACTIVIDADE
'57 GESTÃO DOS RISCOS OPERACIONAIS
'58 GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS
'58 GESTÃO DE RISCO AMBIENTAL
'59 CONTROLO DE GESTÃO DO GRUPO EDP

'60 "PROGRAMA EFICIÊNCIA"

'60 RECURSOS HUMANOS

'63 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

'65 AMBIENTE

'66 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

'68 **EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO GRUPO EDP**

'68 PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

'69 GRUPO EDP
'69 BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS
'69 RESULTADO OPERACIONAL
'70 RESULTADO FINANCEIRO
'71 DÍVIDA FINANCEIRA
'73 RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS
'73 INVESTIMENTO
'75 FUNDO DE PENSÕES E RESPONSABILIDADES PELA PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE
'75 TRIBUTAÇÃO CONSOLIDADA DO GRUPO EDP
'75 DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS AOS TRABALHADORES

'75 EDP PRODUÇÃO

'79 EDP DISTRIBUIÇÃO

'83 EDP ENERGIA

'84 HIDROCANTÁBRICO (ESPANHA)

'88 BRASIL
'88 BANDEIRANTE
'91 ESCELSA
'94 ENERSUL

'97 TELECOMUNICAÇÕES
'97 TELECOMUNICAÇÕES FIXAS
'99 TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS (ENCERRAMENTO DA ONI WAY)

'99 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

'101 **FACTOS RELEVANTES**

'101 FACTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO DE 2002

'103 FACTOS RELEVANTES APÓS ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2002

'104 **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS DE 2002**

'105 **PERSPECTIVAS PARA 2003**

'107 **REFERÊNCIAS ESPECIAIS**

'02|RC

2.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO[1]

[ECONOMIA MUNDIAL

O crescimento económico mundial em 2002 terá sido, segundo os mais recentes dados de organismos internacionais, ligeiramente superior ao registado em 2001. O final do ano de 2000 permitiu antever desde logo um abrandamento do crescimento económico mundial em 2001 que os atentados terroristas de 11 de Setembro tornaram mais forte e prolongado do que inicialmente esperado. Apesar disso, no ano de 2002 observou-se uma inversão da tendência de arrefecimento das principais economias mundiais, sendo expectável que apenas em 2003 ocorra um crescimento económico mundial mais expressivo e mais próximo dos registados na última década.

Nas suas mais recentes previsões, o FMI – Fundo Monetário Internacional mantém o valor de 2,8% avançado no início de 2002 para o crescimento económico mundial nesse ano mas reviu em baixa o crescimento para 2003 (3,7%), inferior em 0,3 pontos percentuais ao valor antecipado no início de 2002. As previsões do FMI são, contudo, mais optimistas que as realizadas pela OCDE, segundo as quais o crescimento económico para os países que a constituem terá rondado 1,5% em 2002 e será de 2,2% em 2003.

No primeiro trimestre de 2002 as cotações do petróleo iniciaram uma nova tendência de subida, após os atentados de 11 de Setembro de 2001, tendo-se geralmente cotado no intervalo entre os 25 e os 30 dólares por barril ao longo do ano. Nos últimos dias do ano o preço do brent subiu mesmo acima dos 30 dólares, reflectindo a queda da produção da Venezuela, na sequência do agravamento da instabilidade política e económica vivida neste país e também devido à incerteza quanto às consequências de uma possível intervenção militar no Iraque.

As taxas de juro, em trajectória descendente desde o final de 2000, aquando dos primeiros sinais de abrandamento económico, atingiram mínimos históricos em 2002, com o objectivo de promover o investimento e relançar as economias, tendo o Banco Central Europeu descido, já em Dezembro, a sua taxa de referência para 2,75%.

Após um crescimento praticamente nulo em 2001, a economia norte-americana terá crescido cerca de 2,3% em 2002, evidenciando uma tendência de recuperação com previsões de continuidade em 2003 e 2004, onde se aponta para um crescimento económico que poderá atingir 2,6% e 3,6%, respectivamente.

A economia japonesa, que vinha apresentando um crescimento económico modesto nos últimos anos, teve mesmo em 2001 um crescimento negativo, situação que não se deverá ter alterado em 2002, apesar da evolução favorável das exportações e da produção industrial. Esta evolução, juntamente com a recuperação do consumo privado e do investimento, terá permitido projectar um crescimento positivo para 2003, próximo de 1,0%.

A América Latina foi em 2001 afectada por uma forte instabilidade nas suas principais economias, em particular no Brasil e na Argentina. Este último país iniciou o ano de 2002 numa profunda crise política e económica, pelo que, após um crescimento negativo superior a 4,0% em 2001, as previsões apontam para uma deterioração das condições económicas em 2002 com um crescimento económico novamente negativo em mais de 15%. Também negativo será o crescimento económico da Venezuela, igualmente afectada por conturbações político-económicas, tendo o último mês do ano sido marcado por uma greve geral que se prolongou pelo início de 2003,

[1] Texto realizado com informação disponível até Janeiro de 2003

A EDP É UM DOS GRANDES OPERADORES EUROPEUS DO SECTOR ELÉCTRICO

com consequências internacionais pela importância deste país enquanto produtor de petróleo. A instabilidade na Argentina e na Venezuela, conjuntamente com a performance negativa do Uruguai e a situação económica e financeira do Brasil, marcaram de forma incontornável a evolução económica e financeira da América Latina em 2002.

Em síntese, as perspectivas relativamente optimistas que vinham sendo apontadas para as economias norte-americana e europeias, a estabilização das economias latino-americanas e o crescimento positivo para a economia japonesa parecem agora ensombradas pela guerra do Iraque, sendo cada vez mais difícil antecipar um maior crescimento da economia mundial nos próximos 2 anos.

[ECONOMIA NA ÁREA EURO

Após um crescimento económico da Área Euro em 2001 não superior a 1,5%, as projecções dos diversos organismos internacionais apontam para um crescimento modesto em 2002, mesmo inferior ao registado em 2001, influenciado pelo desempenho das principais economias europeias, nomeadamente a França e Alemanha. Estas projecções reflectem uma revisão em baixa dos valores avançados anteriormente, motivada pela perda de competitividade das exportações europeias, pela situação dos mercados financeiros e pela evolução da procura interna.

O abrandamento do crescimento económico teve consequências negativas no desemprego da Área Euro. Após a ligeira descida em 2001 para 8,0%, a taxa de desemprego da Área Euro em 2002 deverá retomar valores próximos de 8,5%.
A estabilização dos preços foi conseguida em 2002, como se demonstra pela redução da taxa de variação média do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) de 2,5% em 2001 para 2,2% em 2002.

O dia de 1 de Janeiro de 2002 ficou na história da integração europeia pelo início da circulação física da moeda única em 12 dos 15 países da União Europeia. Apesar de este acontecimento não ter influenciado significativamente a cotação da moeda europeia, o euro viria a atingir e a ultrapassar a paridade com a moeda norte-americana em Julho, após um período de sustentada apreciação. No segundo semestre de 2002 o euro e o dólar transaccionaram-se sempre a valores próximos da paridade, tendo o ano terminado com o euro cotado ligeiramente acima do dólar.

A par com a economia mundial, em 2003 o crescimento económico na Área Euro poderá ser mais expressivo que em 2002, suportado na procura interna, já que o investimento público deverá permanecer modesto como consequência da difícil situação orçamental de alguns países. A grande incógnita continuará a ser o impacto ao nível da economia mundial e, naturalmente, das economias europeias, decorrente de um conflito entre os Estados Unidos e o Iraque.

[ECONOMIA IBÉRICA

PORTUGAL

Em 2002 a economia portuguesa não terá conseguido inverter a tendência de arrefecimento que se vinha observando já em 2001, o que motivou estimativas modestas para o crescimento económico pelos principais organismos internacionais, que viriam a ser corroboradas pelo Banco de Portugal ao considerar provável um crescimento de 0,5%. Este valor evidencia um afastamento relativamente à média europeia, ao contrário do que vinha acontecendo até 2001.
A situação económica portuguesa em 2002 é justificada pela envolvente internacional, mas também pela evolução da procura interna e pela diminuição do investimento privado. Por outro lado, a difícil situação das contas públicas impôs medidas de contenção que impediram uma política orçamental mais favorável ao estímulo da economia.

A confiança dos agentes económicos na evolução da economia nacional diminuiu significativamente e em particular a confiança dos consumidores atingiu valores mínimos, ao nível dos registados em 1993.

O fraco crescimento económico e a diminuição do investimento tiveram inevitáveis consequências no desemprego. Em 2002 a taxa de desemprego foi de 5,1%, mais 1 ponto percentual que o registado em 2001, tendo-se agravado nos últimos meses do ano, embora se mantenha significativamente abaixo da taxa de desemprego da Área Euro.

Ao contrário do que acontece com a taxa de desemprego, a inflação em Portugal é superior à média europeia. No entanto, a evolução da procura interna, ajudada pelo efeito da apreciação do euro nas importações, permitiu conter a subida dos preços em 2002, tendo-se a taxa de variação média do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situado em 3,7%, abaixo dos 4,4% de 2001.

Para 2003 e 2004 o Banco de Portugal avança com a previsão de um crescimento económico 0,75% e 1,75%, respectivamente, o que permite antever uma retoma gradual, ainda que mais lenta que a recuperação económica mundial e europeia.

ESPANHA

A economia espanhola acompanhou em 2001 a tendência de desaceleração da economia mundial e em particular da economia europeia, apesar de ter conseguido um desempenho superior ao da Zona Euro. Em 2002 a tendência de abrandamento manteve-se, esperando-se que o crescimento económico seja próximo de 2,0%, que, a confirmar-se, será inferior em 0,7 pontos percentuais ao registado em 2001, mas novamente superior à média da Área Euro.

Em trajectória contrária está o crescimento dos preços, cuja aceleração tem afastado o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor da média europeia, ao rondar 3,5%. A Espanha permanece como um dos países da Zona Euro com maior taxa de desemprego, a qual, em 2002, acompanhando a tendência de subida consequente do abrandamento económico, ultrapassou os 11%.

Para 2003 e 2004 espera-se um melhor desempenho da economia espanhola, a par com a recuperação das restantes economias europeias, que se reflectirá em maiores taxas de crescimento económico e na redução do desemprego, apesar das várias projecções, neste último caso, apontarem valores ainda próximos de 10%.

[ECONOMIA BRASILEIRA

A economia brasileira foi afectada em 2001 por uma grave crise energética e pela sua significativa exposição ao exterior, não tendo a economia crescido mais de 1,5%.

Em 2002, a economia brasileira foi marcada ainda pelo racionamento energético nos primeiros meses do ano e também pela incerteza quanto ao resultado das eleições presidenciais de Outubro, a par com a influência da evolução económica mundial e da situação interna noutras importantes economias da América Latina, em particular a vizinha Argentina.

Estas condicionantes impediram um crescimento económico superior ao registado em 2001, sendo apontado para 2002 um crescimento também de 1,5% e prevendo-se agora um crescimento mais acentuado apenas em 2003, a rondar os 3,0%. A situação económico-financeira e política do Brasil impôs uma trajectória descendente na cotação do real, levando-o a atingir valores ainda inferiores aos registados em 2001. No mês de Outubro o real atingiu valores mínimos, abaixo de 0,26 euros, sendo que o desfecho do processo eleitoral não se traduziu numa recuperação da moeda brasileira, que se cotou no último trimestre sempre abaixo dos 0,30 euros, terminando o ano cotado a 0,27 euros.

'02|RC

2.2

O GRUPO EDP EM 2002

[SECTOR ELÉCTRICO

PORTUGAL
O Sector Eléctrico em Portugal

a] Organização do sector eléctrico

As bases da organização do Sistema Eléctrico Nacional (SEN) e os princípios que enquadram o exercício das actividades de produção, transporte, distribuição e regulação deste sector encontram-se, na sua essência, consagrados nos Decretos Lei nº 182 a 187/95, de 27 de Julho.

A estrutura do SEN encontra-se representada na figura seguinte:

SEN - SISTEMA ELÉCTRICO NACIONAL	
ERSE Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos	
SEP Sistema Eléctrico Público	SEI Sistema Eléctrico Independente
Produtores Vinculados	Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV) Produtores Não Vinculados Distribuidores Não Vinculados Clientes Não Vinculados
Concessionária da Rede Nacional de Transporte (RNT)	
Distribuidores Vinculados	Produtores em Regime Especial (PRE) Mini-Hídricas (até 10 MW) Outras Energias Renováveis Cogeração
Clientes do SEP	

Na actual configuração legislativa, o modelo organizativo do Sistema Eléctrico Nacional (SEN) prevê a coexistência de dois sistemas:

- o **Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP)**, no qual as actividades de produção, transporte e distribuição são desenvolvidas em regime de serviço público, ao qual se encontram associadas a obrigatoriedade de fornecimento de energia eléctrica com adequados padrões de qualidade de serviço e o princípio da uniformidade tarifária territorial;

- o **Sistema Eléctrico Independente (SEI)** que, por seu lado, é integrado por:

  a) um **Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV)**, que se rege por uma lógica de mercado, no qual os agentes económicos podem estabelecer livremente relações comerciais entre si;
  b) **Produtores em Regime Especial (PRE)**, que efectuam entregas às redes do SEP ao abrigo de legislação específica.

No âmbito do SEP intervêm:

- os Produtores Vinculados

A expansão do sistema electroprodutor no SEP está sujeita a planeamento centralizado, da responsabilidade da Direcção-Geral de Energia (DGE).

Os produtores vinculados relacionam-se comercialmente, em regime de exclusividade, com a concessionária da RNT, mediante Contratos de Aquisição de Energia (CAE's) de longo prazo.

- a concessionária da Rede Nacional de Transporte (RNT)

O transporte de energia eléctrica é realizado em exclusivo mediante a atribuição de uma concessão de serviço público para a exploração da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica (RNT).

A Rede Eléctrica Nacional, S.A. (REN), na qualidade de entidade concessionária da RNT, é responsável pelo transporte de energia eléctrica em Portugal. Para além disso, como núcleo central do sistema eléctrico nacional, está incumbida de:

a) assegurar a gestão técnica global do SEP;
b) coordenar o funcionamento das instalações do SEP e a ele ligadas;
c) assegurar a optimização da exploração do SEP;
d) centralizar as relações comerciais entre o SEP e o SENV.

Por regulamentação aprovada em 1995 e 1997, foram individualizadas na REN as seguintes funções:

a) Agente Comercial do SEP;
b) Gestor de Ofertas;
c) Gestor do Sistema;
d) Acerto de Contas;
e) Transporte de Energia Eléctrica.

• os Distribuidores Vinculados

A exploração das redes de distribuição do SEP depende da obtenção de licença vinculada de distribuição.

A entidade titular da distribuição vinculada é obrigada:

a) a celebrar um contrato de vinculação com a concessionária da RNT, pelo qual se compromete a adquirir-lhe a totalidade da energia contratualizada;
b) a fornecer aos clientes do SEP a energia eléctrica que estes contratem, segundo tarifas e condições estabelecidas pela ERSE.

No SEP, a actividade de distribuição de energia eléctrica é assegurada pela EDP Distribuição:

a) na íntegra, nos níveis de AT e MT, na qualidade de titular da licença de distribuição em MT e AT válida para a totalidade do território de Portugal Continental;
b) na quase totalidade, na BT, nível de tensão em que cada licença é válida para a área de um município.

O SEI compreende:

• o Sistema Eléctrico não Vinculado (SENV)

No Sistema de Mercado, é livre o acesso às actividades de produção e distribuição em MT e AT, tendo por finalidade a satisfação de necessidades próprias ou de terceiros através de contratos comerciais não regulados.

O SENV é, assim, composto por Produtores Não Vinculados, Distribuição Não Vinculada e pelos Clientes Não Vinculados. A regulamentação do sector garante-lhes o direito de utilizar, de uma forma universal e não discriminatória, as infra-estruturas de transporte e distribuição do SEP para a transacção física de energia, mediante o pagamento das respectivas tarifas (fixadas pela ERSE). A transacção de energia é feita ao abrigo de regulamentação específica e gerida pela REN, através das figuras do Gestor de Ofertas e do Gestor de Sistema.

Desde 1 de Janeiro de 2002 podem aderir ao SENV (isto é, escolher livremente o seu fornecedor de energia eléctrica e negociar a sua forma de relacionamento) todos os clientes que possuam uma instalação consumidora de electricidade alimentada em Média, Alta ou Muito Alta tensão.
São considerados Clientes Não Vinculados (CNV) aqueles que cumpram as condições técnico-comerciais necessárias para obter o estatuto de CNV e que exerçam tal opção.

• a Produção em Regime Especial (PRE)

A Produção em Regime Especial inclui a produção em mini-hídricas (até 10 MW), cogeração e produção de energia utilizando outras energias renováveis (eólica, biomassa, etc.).

Os produtores em regime especial efectuam entregas à rede do SEP ao abrigo de legislação específica que contempla questões técnicas e tarifas a considerar. A remuneração da aquisição da energia produzida nas instalações de PRE é definida com base no princípio dos custos evitados ao SEP pelos fornecimentos daquelas centrais, complementado por um prémio ambiental que reflecte os benefícios decorrentes da utilização de energias renováveis e que difere conforme o tipo de produção (eólica, mini-hídrica, cogeração, etc.).

A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) resultou da transformação da Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, operada pelo Decreto-Lei nº 97/2002, de 12 de Abril, que procedeu ao alargamento das suas funções à regulação do sector do gás natural.

Adicionalmente, o Decreto-Lei nº 69/2002, de 25 de Março, estendeu as competências da ERSE, no âmbito do sector eléctrico, às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sendo a uniformização do tarifário a nível nacional um dos objectivos principais.

Compete à ERSE, no âmbito específico do sector eléctrico no Continente Português:

• supervisionar o cumprimento das regras de funcionamento do SEP e de relacionamento entre o SEP e o SENV;

• estabelecer os critérios de elegibilidade dos clientes para o SENV;

- regular as actividades exercidas no âmbito do SEP, nomeadamente, fixar tarifas e preços para a energia eléctrica, bem como para os outros serviços fornecidos pela entidade concessionária da RNT e pelos detentores de licenças vinculadas de distribuição a outros detentores de licenças ou a clientes, procedendo à sua publicação em Diário da República.

Em 1 de Janeiro de 2002, teve início o segundo período regulatório, que vigorará até finais de 2004.

b] A entrada em funcionamento do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL):

A par da criação do Mercado Interno Europeu e da Directiva 96/92/CE, de 19 de Dezembro, com a sua transposição legislativa em cada país da União Europeia, os Governos Português e Espanhol, a 14 de Novembro de 2001, assinaram um protocolo que estabeleceu o dia 1 de Janeiro de 2003 como data para a criação, na Península Ibérica, de um mercado integrado de electricidade (MIBEL). Este mercado deverá desenvolver-se segundo dois sistemas complementares:

- contratação bilateral livremente estabelecida entre agentes;

- contratação organizada através do Operador do Mercado Ibérico.

Devido ao atraso no cumprimento de algumas das metas estabelecidas no protocolo, a data de arranque do MIBEL foi adiada, tendo sido definido, na Cimeira Luso-Espanhola, realizada em Valência a 2 e 3 de Outubro de 2002, um novo calendário para a concretização desta iniciativa.

A implementação deste mercado deverá ser realizada de uma forma faseada desde o primeiro semestre de 2003, com o estabelecimento do modelo do mercado ibérico de energia, de modo a que esteja operacional em 2006, com a finalização dos projectos de reforço das interligações com três novas linhas de 400 kV, que permitirão um incremento da capacidade comercial para transacções transfronteiriças.

Os dois governos preconizam a criação de um Operador de Mercado Ibérico único que deverá funcionar da seguinte forma:

- a gestão dos mercados diário e intradiários será da competência do pólo espanhol;

- a gestão dos mercados a prazo será da competência do pólo português.

O desenvolvimento gradual do MIBEL terá lugar à medida que ambos os sistemas eléctricos evoluam na aproximação dos respectivos quadros de funcionamento, designadamente, em matéria de:

A. Alargamento da elegibilidade dos clientes finais a toda a baixa tensão:

   A abertura do mercado a todos os consumidores teve início, em Espanha, a 1 de Janeiro de 2003, enquanto que, para Portugal, se prevê a abertura total do mercado em meados de 2004, devendo em 1 de Janeiro daquele ano ser aberta à baixa tensão com potências superiores a 41,4 kVA.

B. Eliminação gradual dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE):

   Cerca de 95% da electricidade produzida em Portugal está garantida por este tipo de contratos de longa duração. Num contexto de mercado concorrencial na produção, a nível ibérico, os CAE configuram uma restrição de mercado, devendo proceder-se a uma extinção progressiva. A questão da definição destes mecanismos de compensação foi resolvida em Espanha através dos designados Custos de Transição para a Concorrência (CTC's) mas carece, ainda, de solução em Portugal, num processo terá que salvaguardar os direitos e as obrigações dos produtores nele envolvidos.

C. Cooperação entre as instituições nacionais dos dois países e harmonização de processos.

c] Posicionamento da EDP

- Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP)

O Grupo EDP dispõe de uma posição relevante no SEP:

a) na produção, através da CPPE, empresa integrada na EDP Produção, que detém cerca de 82% da capacidade de produção instalada no SEP, e de participações minoritárias no capital das produtoras Tejo Energia e Turbogás (10% e 20%, respectivamente);
b) no transporte, onde possui 30% da Rede Eléctrica Nacional, S.A., concessionária da RNT;
c) na distribuição, em que é detentor da EDP Distribuição, empresa titular da distribuição vinculada em alta e média tensão e também concessionária da distribuição em baixa tensão.

- Sistema Eléctrico Independente (SEI)

No SEI o Grupo EDP está presente da seguinte forma:

a) SENV

No mercado eléctrico liberalizado, o Grupo EDP detém uma posição siginificativa, fornecendo, em finais de 2002, 350 dos 493 clientes a operar no SENV.

A intervenção neste mercado é operada através da EDP Energia em articulação com a HDN, HIDROCENEL, HIDROTEJO e TER (Termoeléctrica do Ribatejo), tendo esta última a seu cargo a construção da nova central de ciclo combinado a gás natural, destinada a operar no SENV, cuja entrada em funcionamento se prevê que ocorra de uma forma escalonada, entre 2004 e 2006.

b) PRE

O Grupo EDP tem procurado novas formas de participar no domínio da Produção em Regime Especial, nomeadamente fomentando a produção de energia eléctrica a partir de:

- mini-hídricas (aproveitamentos hídricos com potência instalada até 10 MW): através da HDN, HIDROCENEL e HIDROTEJO;
- cogeração: a partir da EDP COGERAÇÃO;
- energias renováveis: por meio da ENERNOVA (energia eólica) e da EDP BIOELÉCTRICA (biomassa).

• EDP Trading

Antecipando as alterações que a entrada em funcionamento do MIBEL irá introduzir no "negócio eléctrico", está prevista a constituição da EDP Trading, empresa que irá ser responsável pela aquisição de combustíveis, pela comercialização "por grosso" de energia eléctrica, bem como pela gestão integrada dos riscos destas duas actividades.

d] Regulação

• Abertura dos Mercados

De acordo com a Directiva 96/92/CE, que estabelece regras comuns para o Mercado Interno de Electricidade, os Estados-Membros deveriam garantir, em 2002, uma abertura dos seus mercados correspondente, no mínimo, a 29,56% do consumo anual nacional.

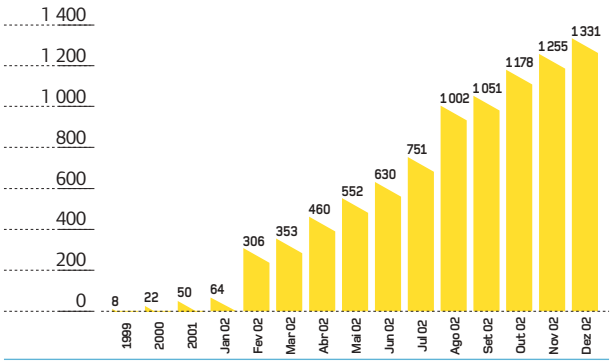
A ERSE definiu novos limiares de elegibilidade, que entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2002, alargando a possibilidade de acesso ao Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV) a todos os clientes ligados em média, alta e muito alta tensão.

Trata-se de um universo potencial de cerca de 20 500 clientes, com um consumo aproximado de 19 800 GWh, representando um pouco mais de 54% do consumo de energia eléctrica do Continente, excedendo a quota mínima comunitária de 29,56%.

Até 31 de Dezembro tinham sido atribuídos pela ERSE 1 331 estatutos de clientes não vinculados (CNV), com um consumo equivalente no SEP de cerca de 5 700 GWh, o que corresponde a 29% do consumo e cerca de 6,5% do número de instalações potencialmente elegíveis.

Conforme se pode observar no gráfico seguinte, o número de instalações às quais foi atribuído estatuto de CNV aumentou significativamente ao longo de 2002.

Clientes Não Vinculados
Evolução do Número de Estatutos Atribuídos



Dos 1 331 clientes com estatuto de cliente não vinculado existentes em Dezembro, 493 abandonaram o Sistema Eléctrico Público (SEP), cujo consumo representou 957,8 GWh no ano 2002, ou seja, cerca de 2,7% dos fornecimentos totais da EDP Distribuição.

Dos 493 clientes não vinculados:

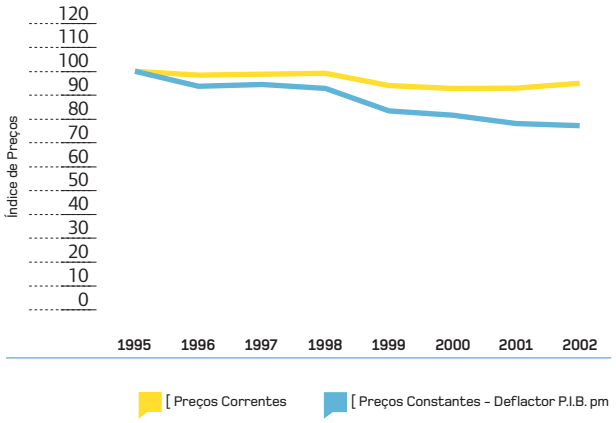
- 99,2% estão ligados em média tensão, sendo os restantes (num total de 4) clientes de alta tensão;
- 350 são fornecidos pela EDP Energia e os restantes 143 por outros operadores de mercado.

• Evolução Temporal das Tarifas

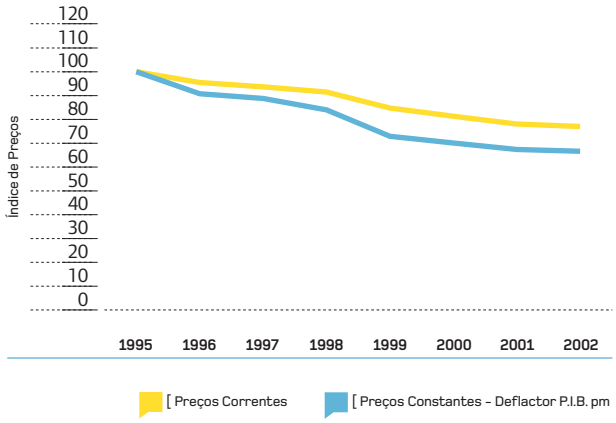
Nos últimos 7 anos os preços médios da electricidade registaram um decréscimo médio anual, em termos reais, de cerca de 3,7% na baixa tensão e 5,6% no conjunto dos restantes níveis de tensão - média, alta e muito alta tensão.

Nos gráficos seguintes ilustra-se a evolução dos preços médios para aqueles segmentos, durante o período de 1995 a 2002, a preços correntes e constantes.

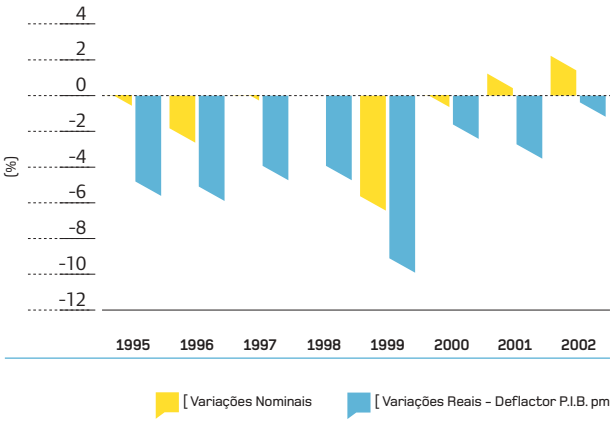
Preços de Energia Eléctrica
Evolução dos Preços Médios em Baixa Tensão



Preços de Energia Eléctrica
Evolução dos Preços Médios em Muito Alta, Alta e Média Tensão



Preços de Energia Eléctrica
Variação Nominal e Real



• Preços da Electricidade

a) Geral

Anualmente, são estabelecidas pela ERSE as tarifas a aplicar no Sector Eléctrico nos termos do disposto no Regulamento Tarifário. Trimestralmente são definidos pela ERSE ajustamentos, permitindo reflectir de forma mais rápida os custos de produção associados aos combustíveis.

Em Setembro de 2001, a ERSE publicou um novo Regulamento Tarifário, nos termos do qual:

- redefiniu as regras de cálculo dos proveitos e preços das componentes tarifárias Energia e Potência, Uso Global do Sistema, Uso da Rede de Transporte e Uso da Rede de Distribuição;
- considerou duas novas componentes tarifárias: Comercialização de Redes e Comercialização no SEP;
- passou a basear o cálculo da estrutura das tarifas de venda a clientes finais do SEP no conceito de aditividade da estrutura tarifária das referidas componentes tarifárias;
- procedeu a alterações às variáveis de facturação de potência e custos fixos aplicáveis às tarifas de uso das redes e às tarifas de venda a clientes finais.

b) Fixação Normal de Tarifas

O Despacho nº 24657-A/2001 estabeleceu as tarifas para 2002, estimando um agravamento nominal dos preços de energia eléctrica aplicados a clientes finais do SEP de 2,2%, relativamente a 2001. Por nível de tensão, os agravamentos estimados pela ERSE são os seguintes:

– Muito Alta Tensão (MAT)[1]	2,3%
– Alta Tensão (AT)[1]	2,4%
– Média Tensão (MT)	1,8%
– Baixa Tensão Especial (BTE)	1,4%
– Baixa Tensão Normal (BTN)	2,4%

Em termos das tarifas de acesso ao SENV, a tarifa de uso global do sistema aumentou 36%, enquanto que as tarifas de uso das redes variaram do seguinte modo:

– transporte em MAT	-8,1%
– transporte em AT	+4,5%
– distribuição em AT	-4,5%
– distribuição em MT	-9,2%
– distribuição em BT	- 5,4%

c) Revisão Extraordinária de Tarifas

As alterações efectuadas pela ERSE, por ocasião da revisão do Regulamento Tarifário, em 2001, vieram criar uma grande volatilidade nas variações tarifárias individuais em todos os níveis de tensão (com excepção da BTN), penalizando fortemente os melhores clientes em termos de diagrama de cargas, nomeadamente, os de maiores utilizações da potência, e, inversamente, beneficiando os clientes de piores diagramas.

A ERSE, pelo Despacho nº 17573-C/2002, de 7 de Agosto, fixou tarifas opcionais de venda a clientes finais em MAT e AT, vigorando transitoriamente em 2002, por forma a que a variação tarifária individual máxima fosse limitada a cerca de 5%.

Na mesma data, pelo Despacho nº 17573-B/2002, procedeu a uma correcção às tarifas de Venda a Clientes Finais em MT e BTE, fixando novos preços de potência em horas de ponta que vigoraram durante o último trimestre de 2002.

Estas tarifas traduziram-se numa variação tarifária anualizada adicional de -0,8% em MT e de -0,4% em BT.

d) Ajustes Trimestrais

No início dos terceiro e quarto trimestres, procedeu a ERSE a ajustamentos tarifários destinados a repercutir de forma mais rápida as variações nos custos de produção. Estes ajustamentos traduziram-se em acréscimos anualizados de 1,37% em MAT, 1,24% em AT e 0,86% em MT.

e) Tarifas para 2003

As tarifas fixadas pela ERSE para 2003, através do Despacho nº 25754-A/2002, de 4 de Dezembro, supõem uma subida nominal das tarifas de Venda a Clientes Finais do SEP de 2,8%, com idêntica variação em todos os níveis de tensão e tipo de fornecimento.

Por sua vez, a evolução de 2002 para 2003 subjacente às tarifas de acesso no Continente é a seguinte:

Tarifa de Uso Global do Sistema	35,1%
Tarifas de Uso de Redes:	
– transporte em MAT	-0,4%
– transporte em AT	-3,9%
– distribuição em AT	0,3%
– distribuição em MT	-5,0%
– distribuição em BT	-3,75%

f) Alterações na Regulação Tarifária

Por forma a dar cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei nº 69/2002, de 25 de Março, que alargou as competências da ERSE à regulação do sector eléctrico das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, em Julho de 2002, a ERSE procedeu a alterações aos regulamentos, tendo em vista a sua aplicação nessas regiões.

Nesta revisão regulamentar é de salientar a convergência tarifária das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A convergência tarifária traduz-se na uniformização entre os preços aplicados em cada Região Autónoma e os preços no Continente, garantindo, simultaneamente, o equilíbrio económico-financeiro das empresas do sector eléctrico que operam naquelas regiões insulares.

Devido ao facto de os custos unitários de fornecimento de energia nas Regiões Insulares serem superiores aos do Continente, por especificidades próprias resultantes do seu carácter ultraperiférico, a convergência tarifária leva à necessidade de efectuar uma compensação às empresas reguladas nessas regiões, encargo a suportar pelas tarifas aplicadas aos clientes do Continente, através da tarifa de Uso Global do Sistema.

É, no entanto, de notar que o processo de convergência será concretizado de forma a assegurar que as variações das tarifas de Venda a Clientes Finais do SEP dele resultantes sejam limitadas à variação do índice de preços implícito no Consumo Privado (IP) prevista para esse ano, o que teve como consequência que o objectivo de convergência tarifária não tenha sido ainda conseguido completamente em 2003.

[1] Antes da internalização dos descontos do art.º 90 do Regulamento Tarifário

• Comparação Internacional dos Preços

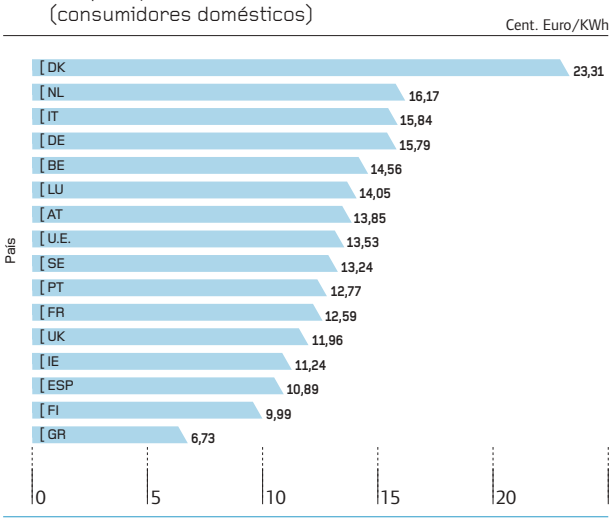
Por forma a avaliar o posicionamento das tarifas portuguesas de electricidade face ao conjunto dos países da União Europeia realiza-se, periodicamente, um estudo comparativo.
A metodologia utilizada, aprovada pelo Conselho Tarifário da ERSE, baseia-se na definição pela EUROSTAT de um conjunto de consumidores-tipo para os segmentos doméstico e industrial e consiste na determinação dos respectivos preços médios equivalentes.

O exercício de comparação dos preços de venda de energia eléctrica a clientes finais mostra-se cada vez mais difícil de efectuar, no actual ambiente de liberalização dos mercados. O processo de abertura dos mercados da electricidade tem tido particular incidência nos escalões de maior consumo abrangendo, por isso, essencialmente o segmento industrial, facto que ainda não é reflectido nos inquéritos realizados pela EUROSTAT. Para além disso, com cada vez maior frequência, os países deixam de responder aos inquéritos sobre os preços, o que condiciona fortemente a comparação internacional.

Pelas limitações mencionadas, a comparação dos preços da electricidade para o segmento industrial, nos moldes adoptados pela EUROSTAT, é considerada inadequada, pelo que foi abandonada.

No que se refere ao segmento doméstico, utilizando a metodologia referida, verifica-se que, a 1 de Janeiro de 2002, os preços da energia eléctrica em Portugal se situavam 5,6% abaixo da média da União Europeia, como pode ser observado no gráfico que se segue.

Preços de Energia Eléctrica
Comparação Internacional
(consumidores domésticos)



Actividade da Produção

As empresas da área de Produção da EDP estão organizadas numa *sub-Holding*, a EDP Produção, que iniciou a sua actividade em Julho de 2001, com o objectivo de racionalizar as diversas actividades associadas a este sector.

A EDP Produção está presentemente representada nos vários segmentos de mercado que a actual legislação prevê: Sistema Eléctrico de Serviço Público (CPPE), Sistema Eléctrico Não Vinculado (HDN, HIDROCENEL, EDP Energia e TER) e Produção em Regime Especial (HDN, HIDROCENEL, EDP Energia, ENERNOVA, EDP Cogeração, Soporgen, Energin e EDP Produção Bioeléctrica).

No âmbito da reorganização das empresas e processos, a EDP Produção, desde a sua criação, foi organizando várias empresas na área dos serviços de operação e manutenção e engenharia, conforme as necessidades de cada segmento.

Em Julho de 2002 teve início a actividade de uma nova empresa, a EDP Produção EM - Engenharia e Manutenção, S.A., na área dos serviços de engenharia de projecto e de manutenção, que agregou valências das anteriores empresas de engenharia PROET e HIDRORUMO e da CPPE.

Foi também criada em 2002 a EDP Produção Bioeléctrica, S.A., com o objectivo de actuar na área das energias renováveis, nomeadamente na exploração da produção a partir de biomassa, tendo integrado a Central de Resíduos Florestais de Mortágua.

Como dados gerais da actividade de produção em 2002, referem-se:

- Ano com um coeficiente de produtibilidade hidroeléctrica de 0,76, bastante abaixo da média dos regimes, a aproximar-se do mínimo dos últimos 10 anos (0,68 em 1999), com os três primeiros trimestres secos e o último trimestre muito húmido, o que contribuiu para que o armazenamento das albufeiras tenha atingido no final do ano cerca de 85% da capacidade máxima;

- A produção hidroeléctrica líquida no SEP foi de 6 764 GWh (-46% que em 2001) e a produção termoeléctrica totalizou 17 437 GWh (+22%), representando a mais elevada contribuição verificada desde 1993, com a emissão das centrais a fuelóleo a aumentar 36% face a 2001;

- A produção líquida no SEI, incluindo as componentes hidroeléctrica, eólica, biomassa e cogeração totalizou 1 312 GWh, cerca de 1% inferior à do ano anterior, devido, essencialmente, ao crescimento da produção de origem térmica (+42%) e eólica (+26%), compensando a diminuição da emissão hidroeléctrica (-28%).

Dados Gerais
EDP Produção

	Unidade	2002	2001	Δ%
Potência Máxima	**MW**	**7 654**	**7 609**	**0,6%**
SEP	MW	7 183	7 183	0,0%
SEI	MW	471	426	10,6%
Produção Eléctrica Líquida	**GWh**	**25 513**	**28 268**	**-9,7%**
SEP	GWh	24 201	26 947	-10,2%
SEI	GWh	1 312	1 321	-0,7%
Coeficiente de Produtibilidade Hidroeléctrica (ano civil)	-	**0,76**	**1,19**	**-0,43**

a] Produção Vinculada

A actividade de produção vinculada de electricidade em Portugal encontra-se atribuída a três empresas titulares de licenças vinculadas - CPPE, Tejo Energia e Turbogás - que possuem contratos de longo prazo de fornecimento exclusivo à REN, concessionária da Rede Nacional de Transporte. A potência contratada a estes produtores correspondia, no final do ano, a 8 757 MW.

A CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A., empresa da EDP Produção, detém um parque electroprodutor de 7 183 MW de potência contratada (82% do total), repartido por 3 903 MW em aproveitamentos hidroeléctricos e 3 280 MW em centrais termoeléctricas clássicas.

A produção hidroeléctrica da CPPE pode satisfazer cerca de 25% dos consumos de electricidade na rede pública do continente, em ano hidrológico médio, correspondentes a cerca de 10 000 GWh.

Todas as centrais da CPPE que aproveitam esta energia endógena, num total de 63 grupos geradores, são comandados a partir de um único local, o Centro de Telecomando, situado perto da Régua.

A capacidade de produção da CPPE na bacia hidrográfica do Douro, essencialmente baseada em aproveitamentos do tipo fio-de-água, pode ser potenciada com o incremento de capacidade de armazenamento, através da concretização de novos empreendimentos de albufeira nos afluentes do Douro, e ainda pelo reforço de potência de centrais de fio-de-água existentes, decorrendo estudos aprofundados nesse sentido para submeter a processo de decisão governamental, o que possibilitará uma melhor gestão da exploração hidroeléctrica, contribuindo, assim, para a diminuição da factura energética nacional.

Refira-se ainda que os aproveitamentos hidroeléctricos do Douro foram equipados com eclusas que permitem a navegabilidade desde a foz até à fronteira com Espanha, eclusas estas operadas pela CPPE ao abrigo de um protocolo com o IND - Instituto de Navegabilidade do Douro. Nos últimos anos o incremento do tráfego foi bastante significativo.

A produção termoeléctrica da CPPE tem um parque constituído por 7 centrais que utilizam como combustível o carvão, o fuelóleo, o gás natural e o gasóleo.

A central de Sines é a central actualmente com maior potência instalada em Portugal, utilizando o carvão como combustível. A central do Carregado tem dois dos seus seis grupos preparados para queimar, em alternativa, fuelóleo ou gás natural.

O Grupo EDP possui participações nos outros produtores vinculados, sendo de 10% na Tejo Energia (central do Pego, com dois grupos a carvão totalizando 584 MW) e de 20% na Turbogás (central a gás natural da Tapada do Outeiro, com 990 MW, constituída por três grupos de ciclo combinado).

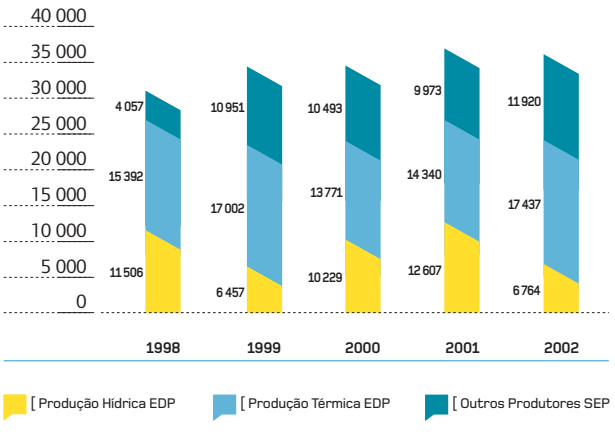
Potência Contratada em 31 de Dezembro de 2002 (MW) Produtores Vinculados

Centrais do Grupo EDP	**7 183**
Centrais hidroeléctricas	3 903
Centrais termoeléctricas	3 280
Centrais termoeléctricas de outros produtores do SEP	**1 574**
Pego	584
Tapada do Outeiro	990
Total	**8 757**

A produção líquida da CPPE, em 2002, foi de 24 201 GWh, sendo 6 764 GWh de origem hídrica e 17 437 GWh de origem térmica. A produção hidroeléctrica foi prejudicada pelas condições hidrológicas extremamente desfavoráveis do ano, caracterizado por um coeficiente de hidraulicidade de 0,76, sendo, como referido, um dos mais baixos dos últimos 10 anos.

A produção da CPPE representou 67% da produção vinculada e contribuiu em cerca de 66% para a satisfação das necessidades do consumo de electricidade da rede pública do continente (SEP+SENV), valores inferiores aos alcançados no ano anterior, respectivamente 73% e 75%. Refira-se que a taxa de crescimento do Consumo Referido à Emissão foi de apenas 1,6%, contra 5,4% registada no ano anterior.

Produção Líquida SEP (GWh)



Reflectindo os efeitos do mau ano hidrológico, a produção líquida global da CPPE diminuiu 10,2% relativamente ao ano anterior. Este decréscimo verificou-se de forma bem vincada e exclusiva no parque hidroeléctrico (-46,3%), não sendo suficientemente compensada pelo acréscimo (21,6%) de produção nas centrais termoeléctricas, que apenas

foi ultrapassada, nos últimos 10 anos, pela produção no ano de 1995.

Este maior recurso à energia com origem termoeléctrica fez-se sentir essencialmente nas centrais com queima de fuelóleo, Setúbal (+62,4%) e Carregado (+91,3%). Também o recurso à produção com gás natural, na Central do Carregado, provocou um incremento de 158,7%, face à energia fornecida no ano anterior por esta via.

A Central de Sines continua a constituir a base do diagrama de abastecimento de electricidade ao país, tendo a sua produção (9 541GWh) representado 54,8% da Produção Térmica da CPPE e 32,5% da energia produzida com combustíveis de origem fóssil a nível do SEP.

O armazenamento das albufeiras manteve-se durante o ano a níveis baixos, vindo a atingir no final do ano cerca de 2 078 GWh, o que representa cerca de 85% do máximo, fruto da elevada pluviosidade verificada no último quadrimestre do ano.

Na produção de origem térmica, foram consumidas 3 594 milhares de toneladas de carvão, 1 814 milhares de toneladas de fuelóleo e 150 milhões de m^3 de gás natural.

No que diz respeito à qualidade de serviço, os centros produtores da CPPE continuam a manter elevados níveis de disponibilidade, tendo atingido em 2002 no parque hidroeléctrico 95,9% e no parque termoeléctrico 94,4%. Este patamar, que coloca a CPPE ao nível dos melhores padrões de qualidade de serviço, têm-se vindo a manter de forma sustentada nos últimos anos, demonstrando os esforços desenvolvidos pela Empresa neste domínio.

Disponibilidade dos Centros Produtores (CPPE) Produtores Vinculados

	1998	1999	2000	2001	2002
Disponibilidade Hídrica	96,1%	95,1%	95,0%	94,8%	95,9%
Disponibilidade Térmica	92,9%	93,0%	93,2%	94,6%	94,4%
MW / Trabalhador	3,8	4,0	4,2	5,8 (a)	6,4 (a)

(a) Efeito da reorganização da EDP Produção com redução de efectivos e transferência entre empresas.

• Factos e indicadores significativos

Merecem especial referência os seguintes factos:

a) a reorganização e restruturação da CPPE decorrente da criação da EDP Produção EM - Engenharia e Manutenção, S.A., com a passagem das áreas de engenharia e de grande manutenção para a nova empresa. Na CPPE mantiveram-se as tarefas de Gestor dos Activos e Operador de Activos, englobando este a Operação e Manutenção corrente e alguma contratação externa;
b) o prolongamento do CAE da Tapada do Outeiro, Grupo 3, por mais dois anos a pedido da REN, tendo sido solicitado ainda o prolongamento do CAE de Alto Mira até final de 2003;
c) o início do aprovisionamento de fuelóleo com 1% de teor de enxofre para consumo nas centrais térmicas, dando cumprimento às directivas e legislação ambiental;
d) o desenvolvimento do processo de adaptação dos grupos a carvão da central de Sines, decorrente da aplicação da nova directiva comunitária para as GIC's (Grandes Instalações de Combustão), com vista ao cumprimento dos valores limite de Emissão de SO2 e NOx, tendo sido desenvolvidos estudos técnico-económicos relativos à necessidade de introdução de tecnologias de dessulfuração de gases e redução das emissões de óxidos de azoto;
e) o acompanhamento das situações de cheias, verificadas no último trimestre essencialmente na bacia do Douro, com ligações da Direcção da Produção Hidráulica aos vários agentes envolvidos no terreno, Serviço Nacional de Protecção Civil e INAG;
f) A entrega, no final do ano, na DGE do "Estudo de Impacte Ambiental de Avaliação Comparada dos Projectos dos Aproveitamentos do Baixo Sabor e do Alto Côa", juntamente com os Estudos Prévios do Alto Côa e do Baixo Sabor, com vista ao início do respectivo Licenciamento Ambiental, dando-se assim cumprimento à decisão governamental de Abril de 2000 sobre o anterior processo de AIA do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor;
g) A continuação da construção do Reforço de Potência de Venda Nova (Empreendimento de Venda Nova II), dentro dos prazos contratuais, encontrando-se praticamente concluídas as escavações do circuito hidráulico e das cavernas. Foi já iniciada a fase preparatória de montagem mecânica dos grupos reversíveis (2 x 95,8 MW).

b] Produção Não Vinculada

• Centrais hídricas em exploração

No exercício de 2002, nos aproveitamentos hidroeléctricos do Grupo EDP integrados no Sistema Eléctrico Independente, há a destacar:

a) o seu funcionamento articulado com a EDP Energia no âmbito do SENV, com o estatuto de Agente de Ofertas,

com base num Contrato de Mandato que define as condições de venda da produção e o modelo de Programação e Despacho para as centrais com potência superior a 10 MW;

b) a actividade operacional da HidrOeM – Gestão Operação e Manutenção de Centrais Eléctricas, S.A., assegurando em regime de prestação de serviços as actividades de gestão e de exploração dos activos de produção pertencentes às empresas do Grupo: HDN, HIDROCENEL e EDP Energia;

c) Na sequência da publicação do Decreto-lei nº 85/2002 de 6 de Abril, passaram a considerar-se integrados no SENV os aproveitamentos hidroeléctricos do Grupo EDP de potência instalada superior a 10 MW.

Para este segmento do negócio, a potência total instalada é de 80,3 MW na HDN e de 94,1 MW na HIDROCENEL, num total de 255,1 MW a nível do Grupo EDP, com a inclusão do Aproveitamento de Belver da EDP Energia.

No exercício de 2002, os valores das produções líquidas da HDN e HIDROCENEL neste segmento do negócio atingiram, respectivamente, 89,5 GWh e 222,5 GWh, registando um decréscimo, respectivamente, de 19,5% e 9,2% relativamente a 2001 (a produção líquida da EDP Energia no SENV foi de 110,7 GWh, menos 55,0% que em 2001).

O decréscimo das produções hidroeléctricas resultou, tal como já referido na produção vinculada, do regime hidrológico menos favorável ocorrido em 2002.

• Central Termoeléctrica do Ribatejo

A EDP Produção tem em construção, através da TER, uma central termoeléctrica de ciclo combinado, localizada junto à Central do Carregado, destinada a funcionar no regime de Produção Não Vinculada.

Durante 2002 foi intensificado o ritmo dos trabalhos de construção da Central, visando a entrada em serviço em 2004 de dois grupos.

c] Produção em Regime Especial

A actividade do Grupo EDP neste segmento engloba empresas detentoras de centros electroprodutores com produção a partir das energias hídrica, eólica, biomassa, todas estas energias renováveis, e também empresas com centrais de cogeração.

SOMOS A MAIOR EMPRESA INDUSTRIAL DE PORTUGAL

A produção a partir de fontes renováveis representou cerca de 300 GWh, mantendo globalmente o valor atingido no ano anterior. Deve referir-se o crescimento na produção eólica (+25%) e de biomassa (+103%), que compensaram a menor produção hídrica (-21%), devido à hidraulicidade do ano, conforme já referido anteriormente.

• Produção Hídrica

No que diz respeito a este tipo de produção e como facto significativo de 2002, há a referir, na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 85/2002, de 6 de Abril, a possibilidade dada aos aproveitamentos hidroeléctricos com potência igual ou inferior a 10 MW, pertencentes a empresas do SENV, de integrarem o regime da legislação relativa à Produção em Regime Especial, pelo que foi solicitada à DGE a alteração para todos os aproveitamentos elegíveis do Grupo EDP, tendo esta sido concedida com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2002.

A potência hídrica do Grupo EDP neste segmento era, no final de 2002, de 54,6 MW na HDN e a produção líquida total do Grupo EDP atingiu 75 GWh.

No início de 2003 será integrado no parque da HDN o aproveitamento hidroeléctrico de Labruja, no rio Mestre, concelho de Ponte de Lima, que acrescentará uma produtibilidade média anual de 2,9 GWh.

Esta aquisição, bem como os estudos e a construção de novos empreendimentos - Drizes e Lagoa Comprida na HIDROCENEL -, enquadram-se no objectivo de desenvolvimento do negócio no segmento da Produção em Regime Especial.

• Produção Eólica

No final de 2002, a ENERNOVA tinha em exploração quatro parques eólicos - Fonte da Mesa, Pena Suar, Cabeço Rainha e Cadafaz - totalizando 40,6 MW de potência instalada.

A produção no ano atingiu 113 GWh, cerca de 26% superior à de 2001, devido a uma maior contribuição dos Parques de Cadafaz (+119%) e Cabeço Rainha (+34%). A produção da ENERNOVA representou cerca de 33% do total da produção eólica nacional (340 GWh).

No que respeita ao desenvolvimento de novos projectos eólicos, foram iniciadas as obras de construção do Parque Eólico da Serra do Barroso e de Ampliação do Parque Cabeço Rainha, representando um acréscimo de potência de 12 MW e 6 MW, respectivamente, que entrarão em serviço em 2003. Estão em fase de concurso os Parques Eólicos de Fonte da Quelha e Alto do Talefe e de Padrela, envolvendo uma potência de cerca de 32 MW.

Foram entretanto obtidas as licenças de estabelecimento dos Parques Eólicos do Açor e de Vila Nova.

Relativamente aos projectos em carteira, alguns em regime de parceria, totalizando cerca de 700 MVA, e no âmbito do processo regulado pelo Decreto-Lei nº 312/2001, de 10 de Dezembro, foi atribuída à ENERNOVA uma potência de ligação total de cerca de 137 MVA, nas várias zonas de rede. Contando também com a potência atribuída ao abrigo do regime legal em vigor até final de 2001, a ENERNOVA tem já assegurado um total de 326 MVA de potência de ligação, cuja concretização, naturalmente, depende de variados factores, nomeadamente dos relativos ao licenciamento ambiental dos projectos.

Esta situação corresponde à intensificação por parte da EDP Produção, através da ENERNOVA, da sua actividade no domínio da produção eólica, num mercado actualmente muito activo quanto à oferta de instalação de potência, decorrente essencialmente da conjugação de dois factores, um relacionado com a entrada em 2002 do novo tarifário, mais favorável que o anterior, e outro ligado à forte concorrência entre os promotores no acesso às redes, cujas disposições foram estabelecidas no final de 2001 (Decreto-Lei nº 312/2001, de 10 de Dezembro).

De referir que a DGE, a quem compete a gestão da capacidade de recepção eléctrica nas redes do Sistema Eléctrico do Serviço Público, e na sequência dos pedidos de parques eólicos em 2002, que levou à superação da capacidade de recepção prevista até ao final da década, decidiu impedir novos pedidos de parques eólicos e definir critérios de rateio para os pedidos efectuados.

• Produção a Biomassa

A EDP Produção Bioeléctrica, S.A., empresa da EDP Produção criada em 2002 com o objectivo de gerir os activos na área da produção de energia a partir da biomassa, passou a ser detentora da Central de Resíduos Florestais de Mortágua.

Esta central, com uma potência instalada de 9 MW e que entrou em serviço industrial em 1999, teve uma produção líquida anual de cerca de 37 GWh, o que corresponde a cerca do dobro da produção de 2001. Esta situação resultou da introdução de aperfeiçoamentos técnicos em alguns dos equipamentos e instalações industriais e de um melhoramento global da respectiva disponibilidade.

Os resíduos florestais recebidos atingiram cerca de 86 mil toneladas, das quais perto de 44% representam resíduos florestais directos.

• Cogeração

Neste domínio a EDP Cogeração dedicou-se, por um lado, em dar continuidade à gestão da Soporgen, empresa detentora da central de cogeração a gás natural (participada em 82% pela EDP Cogeração), dedicada à produção de electricidade e calor para as instalações fabris da Soporcel, em Lavos, e, por outro lado, à concretização dos investimentos nos projectos Energin e Carriço, tendo as obras de construção das respectivas centrais sido dadas por concluídas no decurso do exercício.

Estas centrais, ambas de funcionamento a gás natural, são detidas por sociedades com a Galp Power, em que a EDP Cogeração participa em 65% e 35%, respectivamente na ENERGIN AZÓIA e no CARRIÇO COGERAÇÃO.

A produção líquida em 2002 do parque da cogeração da EDP atingiu 590 GWh, já com o contributo da central da Energin, representando mais 167 GWh face a 2001 e tendo fornecido à rede 141 GWh (+86% face ao ano anterior).

d] Engenharia e Operação e Manutenção

• EDP Produção EM

Em 1 de Julho de 2002 iniciou a sua actividade a EDP Produção EM – Engenharia e Manutenção, S.A., empresa que passou a integrar as actividades e os recursos das empresas PROET e HIDRORUMO e das áreas de engenharia de exploração e de grande manutenção da CPPE.

A constituição da EDP Produção EM, inserindo-se no novo modelo de organização e funcionamento das empresas de produção de electricidade no Grupo EDP, obedeceu a objectivos gerais de aumento da eficiência, competitividade e flexibilidade, promovendo uma melhor articulação e integração das áreas de engenharia.

A actividade da EDP Produção EM desenvolve-se, assim, em três segmentos principais:

a) Engenharia de concepção, projecto e exploração;
b) Gestão de projectos e fiscalização da construção;
c) Gestão, supervisão e execução da grande manutenção de sistemas, equipamentos e instalações.

Embora com competências privilegiadas no âmbito das tecnologias relacionadas com os centros produtores de energia eléctrica, a EDP Produção EM pretende posicionar-se como empresa prestadora de serviços de engenharia em todos os domínios compatíveis com as capacidades dos seus vastos recursos, assumindo-se nomeadamente como empresa de referência no projecto, gestão e exploração de empreendimentos que exijam a integração e coordenação de competências marcadamente pluridisciplinares.

Para a afirmação das suas capacidades no mercado, foi decidido, logo após a sua constituição, promover o desenvolvimento, implementação e certificação de um Sistema Comum de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança na empresa.

Do mesmo modo, com vista à obtenção pela EDP Produção EM da Marca de Qualidade LNEC como Gestor Geral da Qualidade de Empreendimentos da Construção, foi apresentado no mês de Dezembro àquele laboratório o correspondente processo de candidatura, constituindo a reformulação e actualização dos processos anteriormente apresentados pela PROET e HIDRORUMO.

Durante o exercício de 2002, a nova Empresa esteve envolvida num conjunto significativo de estudos e projectos e actividades de gestão e fiscalização, quer no âmbito da construção de novos empreendimentos, quer no reforço de potência, remodelação e reabilitação de empreendimentos em exploração.

Do conjunto de actividades desenvolvidas assumem relevância especial:

a) O projecto e a gestão e fiscalização da construção da Central Térmica do Ribatejo, do Empreendimento Hidroeléctrico de Venda Nova II e do Aproveitamento Hidroeléctrico de Alqueva;
b) O Estudo de Impacte Ambiental de Avaliação Comparada dos Aproveitamentos do Baixo Sabor e do Alto Côa e o Estudo de Impacte Ambiental da Central a Gás Natural do Douro;
c) Os estudos e projectos relativos aos Aproveitamentos de Drizes e Belver e à Central de Lagoa Comprida;
d) As actividades de apoio à ENERNOVA, envolvendo parques eólicos em construção e em processo de concurso, e o desenvolvimento de um conjunto significativo de Projectos de Licenciamento e de Estudos de Impacte Ambiental (EIA).

Pelo valor e pelo volume de actividade envolvidos, merece ainda referência especial o apoio à exploração das Centrais Térmicas da CPPE, bem como os serviços de engenharia relativos a projectos de melhoria das mesmas Centrais e as actividades do âmbito da Manutenção não corrente.

• O&M Serviços

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 3 de Abril, a firma SEFLOR foi redenominada para O&M Serviços - Operação e Manutenção Industrial, S.A.. O "objecto social" desta nova empresa consiste na operação e manutenção de instalações industriais. A sociedade poderá também produzir e vender energia sob a forma de electricidade resultante da exploração de centrais térmicas próprias ou alheias.

A empresa SEFLOR, que havia sido criada em Outubro de 1999 para assegurar a operação e manutenção da Central de Resíduos Florestais de Mortágua, tem procurado expandir as suas actividades de O&M noutras instalações.

O exercício de 2002 ficou marcado pelo objectivo estratégico de crescimento do número de contratos de Operação e Manutenção e pela consolidação da organização.

No final de 2002, a O&M Serviços prestava serviços de operação e manutenção na Central de Mortágua, nas centrais de cogeração da Soporgen, da Energin e do Carriço e na instalação de manuseamento de carvão da central de Sines. Assegurava também serviços de manutenção de equipamentos das centrais do Carregado e Setúbal, dos parques eólicos de Fonte da Mesa e Pena Suar e das instalações de tratamento de águas e efluentes das centrais térmicas do Carregado, Barreiro, Setúbal e Sines.

• TERGEN

A TERGEN é uma empresa detida maioritariamente pelo Grupo EDP, tendo como sócios a SIEMENS e a KOCH, e foi constituída para enquadrar a operação e manutenção corrente da nova central de ciclo combinado a gás natural – a Central Termoeléctrica do Ribatejo.

Durante o ano de 2002 a actividade da TERGEN desenvolveu-se por forma a cumprir os objectivos propostos nos aspectos referentes à organização, formação, selecção e recrutamento dos recursos humanos necessários para a operação e manutenção da nova central.

Foram ainda desenvolvidas actividades de acompanhamento do projecto, assim como de apoio técnico à TER.

• HIDROeM

O processo de integração das empresas de produção hidroeléctrica, no domínio do SENV, conduziu à criação da HidrOeM - Gestão, Operação e Manutenção de Centrais Eléctricas, S.A..

Esta empresa é participada maioritariamente pela EDP Produção, que detém 32,5%, sendo o restante subscrito, em percentagens iguais de 22,5%, pela HDN, HIDROCENEL e pela EDP Energia.

A HidrOeM iniciou a sua actividade operacional em 1 de Janeiro de 2002, passando a realizar a gestão e operação conjunta dos activos de produção hidroeléctrica das três empresas do Grupo EDP que actuam no SEI: HDN, HIDROCENEL e EDP Energia.

e] Balanço Energético

O crescimento do consumo de electricidade em Portugal registou em 2002 taxas moderadas, o que se reflectiu no aumento de 1,6% do "consumo referido à emissão" (energia emitida para a rede de transporte).

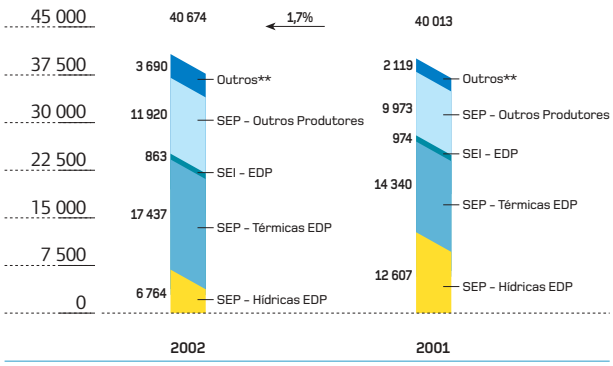
Balanço Energético (GWh)
Produção

		2002	2001	Δ%
ÍNDICE DE PRODUTIBILIDADE HIDROELÉCTRICA (Coeficiente de Hidraulicidade)		**0,76**	**1,19**	**-0,43**
Centrais da EDP Produção				
Emissão hidroeléctrica	(SEP)	6 764	12 607	-46,3%
Emissão termoeléctrica	(SEP)	17 437	14 340	21,6%
Emissão hidroeléctrica	(SENV)	497	786	-36,8%
Emissão mini-hídricas	(PRE)	75	4	1775,0%
Emissão Eólica	(PRE)	113	90	25,6%
Emissão Biomassa	(PRE)	37	18	105,6%
Emissão Cogeração	(PRE)	590	423	39,5%
Produção Líquida EDP Produção		**25 513**	**28 268**	**-9,7%**
Vendas directas a Clientes Industriais*		-449	-347	-29,4%
Emissão para a rede (EDP Produção)		**25 064**	**27 921**	**-10,2%**
Outros Produtores do SEP	(SEP)	11 920	9 973	19,5%
Autoprodutores	(SEI)	2 461	2 365	4,1%
Saldo Importador / (Exportador)		1 899	239	694,6%
Bombagem Hidroeléctrica		- 670	- 485	-38,1%
Consumo referido à emissão		**40 674**	**40 013**	**1,7%**
Compensação síncrona		-37	-34	-8,5%
Consumos próprios da Produção		-3	-3	0,0%
Consumos próprios da Rede de Transporte		-9	-10	10,0%
Perdas		-684	-708	3,4%
Energia entregue na Distribuição		**39 941**	**39 258**	**1,7%**

* associados a instalações de cogeração

Registou-se um forte crescimento de produção termoeléctrica, como consequência das condições hidrológicas desfavoráveis que caracterizam o ano 2002. Assim, a emissão hidroeléctrica registou uma diminuição anual de 46,3%, enquanto que a emissão termoeléctrica cresceu 21,6%.

Produção* por tipo de Central (GWh)



* Produção de Electricidade líquida de bombagem das hídricas, correspondendo ao "Consumo Referido à Emissão"
** Outros = Autoprodutores + Saldo Importador / Exportador - Bombagem

A evolução negativa da emissão hidroeléctrica acima mencionada levou a que a emissão líquida de energia produzida pelo Grupo EDP atingisse em 2002 os 25 064 GWh *versus* 27 921 GWh no final de 2001, refectindo uma diminuição superior a 10%.

A quota de mercado da EDP Produção passou de 71% em 2001 para 63% em 2002, o que representa uma variação positiva de 8 pontos percentuais.

Actividade de Distribuição e Comercialização Vinculada

a] Distribuição

Durante o exercício de 2002, a EDP Distribuição - Energia, S.A., continuou a intervir activamente no mercado da energia eléctrica, definindo um conjunto de orientações tendo em vista, nomeadamente, a fidelização dos clientes através de mais e melhor serviço.

A verticalização da estrutura da empresa, a uniformização informática das funções, designadamente da função comercial, e a revisão dos métodos e processos utilizados, permitiu uma gestão integrada da informação, com ganhos acrescidos.

A extensão, desde o início do ano, da liberalização a todos os clientes alimentados em MT, acompanhada, já em meados do ano, com a agilização do processo administrativo da passagem para o SENV, conduziu a que se verificasse, no segundo semestre, um crescimento importante da passagem de clientes para o regime liberalizado.

A fim de dar resposta a esse movimento, e em antecipação à campanha determinada por despacho da ERSE, foi fortemente aumentada a instalação de telecontagem com recurso aos meios já existentes, embora tenham sido sentidas algumas dificuldades de carácter operacional e administrativo no desenrolar do processo.

Continuaram também a verificar-se os pedidos de ligação às redes de novos produtores independentes, ao abrigo de legislação específica, o que se tem traduzido num crescimento sensível das redes e num elevado esforço de planeamento e de segurança na exploração.

b] Comercialização Vinculada

Com o alargamento, em 2002, do processo de liberalização do mercado energético a todos os clientes alimentados em MT, a EDP Distribuição sentiu a necessidade de continuar o seu processo de adaptação à nova realidade, promovendo o levantamento das prioridades e a caracterização das expectativas dos diferentes segmentos de clientes, enquanto suporte para a definição dos métodos e processos a adoptar na área comercial, com o objectivo de reforçar a credibilidade da Empresa junto dos seus clientes.

Na prossecução destes objectivos continuou-se a incrementar uma política de aproximação aos clientes, tendo-se apostado na dinamização das equipas de Gestores de Clientes e no aumento do número de Equipas de Contacto Directo a Clientes, nos segmentos empresarial e residencial, respectivamente.

Manteve-se um relacionamento próximo e de estreita colaboração com as Autarquias. O espírito de abertura nos contactos com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a capacidade demonstrada na resposta às questões colocadas pelas Câmaras Municipais permitiu que a renovação dos contratos de concessão de energia eléctrica prosseguisse com normalidade, encontrando-se já assinados 92% do total.

Na área da informação a prestar aos clientes, é de evidenciar a introdução de um novo e mais amigável formato das facturas, tendo-se prosseguido uma prática de inserção, regular e contínua, de mensagens informativas e/ou promocionais.

A diversificação das formas de acesso do cliente à empresa continuou a merecer a maior atenção, sendo de referir a abertura, em Lisboa, de mais uma Loja do Cidadão, a implementação, nas estações dos CTT, de funções de atendimento, designadamente a contratação, a alteração e a rescisão de contratos, bem como a comunicação de leituras e, ainda, o alargamento da rede de cobrança através dos Pontos

de Energia e da PayShop. De referir que se encontra em preparação a entrada em funcionamento dos Postos de Atendimento ao Cidadão (PAC's), sob o patrocínio do Instituto para a Gestão de Lojas do Cidadão (IGLC), em parceria com as Autarquias.

No atendimento telefónico tem-se registado um aumento substancial do recurso ao mesmo por parte dos clientes, tendo-se procedido à instalação de ACD's (Automatic Calls Distribution) regionais no Porto e em Lisboa, com vista a proporcionar o atendimento descentralizado das chamadas telefónicas em caso de aumento de solicitações por factos anómalos.

A página da EDP, na *internet*, continuou a disponibilizar novos conteúdos e funcionalidades, designadamente de natureza comercial.

c] Aquisição e Venda de Energia Eléctrica

O ano de 2002 caracterizou-se por um claro abrandamento da actividade Comercial Vinculada com as vendas de energia eléctrica ao Sistema Eléctrico Público (SEP) crescendo apenas 1,2%, apesar do número de clientes ter crescido 2,2% relativamente ao ano anterior. Em contrapartida, com a crescente adesão de consumidores ao Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV), os trânsitos de energia para aqueles clientes passaram de 537 GWh em 2001 para 993 GWh em 2002. Consequentemente, a totalidade da energia saída das redes de distribuição registou um acréscimo de 1,9%.

Em termos físicos, as compras de energia para fornecimento a clientes do SEP cresceram apenas 0,6%, reflexo da evolução verificada nas vendas de energia eléctrica a estes clientes. A diminuição das compras à REN, parcela que passou a representar 89,3% do total das compras da EDP Distribuição, foi contrabalançada pelo aumento das compras quer a Produtores em Regime Especial (PRE), quer ao Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV).

Em 2002, as compras de energia eléctrica em valor ascenderam a 2 346,8 milhões de euros, mais 14,6% do que em 2001.

Compras de Energia Eléctrica (GWh)
EDP Distribuição

	2002	2001	Δ%
REN	34 791	35 282	-1,4%
SENV	1 354	891	52,0%
PRE (Produtores em Regime Especial)	2 827	2 552	10,8%
Total	**38 972**	**38 725**	**0,6%**

Nas vendas de energia eléctrica ao SEP, num total de 35 947 GWh, destacam-se, pelo seu peso, as referentes a clientes finais em Baixa Tensão. Destaca-se, igualmente, o crescimento verificado nas vendas em MAT, facto que se prende com alterações introduzidas no processo produtivo por parte de um dos clientes.

Em 2002, em particular no decurso do segundo semestre, com a abertura do mercado a todos os clientes alimentados em MT, verificou-se a passagem do SEP para o SENV de 460 clientes, tendo este movimento tido particular impacto ao nível das vendas em MT a clientes do SEP, que registaram uma diminuição de 1,5%, apesar do número de clientes ter crescido 4,3%. Contudo, se se considerar em conjunto o SEP e o SENV, os consumos de energia eléctrica em MT e AT, entre 2001 e 2002, registaram uma taxa de crescimento bastante inferior às registadas nos últimos anos (1,3%), em linha, aliás, com o claro abrandamento da economia.

Vendas de Energia Eléctrica no SEP (GWh)
EDP Distribuição

	2002	2001	Δ%
MAT (Muito Alta Tensão)	875	797	9,8%
AT (Alta Tensão)	3 396	3 462	-1,9%
MT (Média Tensão)	11 186	11 358	-1,5%
BTE (Baixa Tensão Especial)	2 880	2 806	2,7%
BT (Baixa Tensão)	16 530	16 017	3,2%
Iluminação Pública	1 080	1 064	1,5%
Total	**35 947**	**35 504**	**1,2%**

Número de Clientes SEP
EDP Distribuição

	2002	2001	Δ%
MAT	11	11	0,0%
AT	98	98	0,0%
MT	20 377	19 536	4,3%
BTE	27 290	26 519	2,9%
BT	5 575 766	5 455 273	2,2%
Iluminação Pública	41 113	39 959	2,9%
Total	**5 664 655**	**5 541 396**	**2,2%**

d] Qualidade de Serviço

Embora a procura da melhoria da qualidade de serviço seja uma preocupação constante da actividade da distribuição de energia eléctrica, o Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS), em vigor desde 1 de Janeiro de 2001, veio colocar à EDP Distribuição um conjunto de novas obrigações que a empresa tem procurado cumprir.

Em 2002, tal como estipula o RQS, foi elaborado e publicado o Relatório referente à Qualidade de Serviço da EDP Distribuição no ano de 2001.

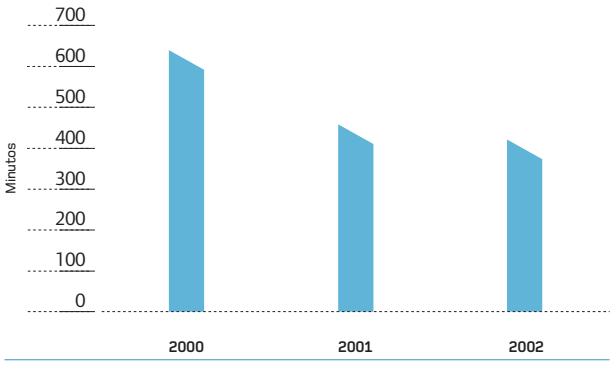
Em resultado dos esforços desenvolvidos na adequação dos sistemas informáticos de índole técnico/comercial, foi possível quantificar o desempenho atingido em quase todos os indicadores gerais da qualidade de serviço definidos no artigo 30º do RQS.

Constata-se que durante o ano de 2002 já foi possível atingir, e por vezes superar, alguns dos padrões definidos no RQS, esperando-se que em 2003 esta situação abranja todos os indicadores.

No âmbito da qualidade de serviço técnica, destacam-se a execução do Plano Anual de Monitorização da Qualidade e Continuidade da Onda de Tensão nas redes da distribuição, que permitiu continuar a recolher medições relativas a indicadores de qualidade de serviço em todos os concelhos do país e a realização das obras previstas nos Planos de Melhoria da Qualidade de Serviço, em tempo aprovados pela DGE.

A evolução dos valores globais dos principais indicadores de qualidade de serviço das redes eléctricas da distribuição registou uma melhoria significativa em relação aos dois anos anteriores, reflectindo os esforços desenvolvidos no reforço das redes e nos sistemas de informação.

Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada em MT
(TIE PI MT)



Face à importância dos sistemas de informação georeferenciada como suporte aos processos empresariais e organizacionais da EDP Distribuição, manteve-se a aposta na modernização dos sistemas das áreas técnicas através do Programa GeoEDP. Na vertente aplicacional, prosseguiram os desenvolvimentos do Novo Sistema de Condução da Rede de Distribuição (Genesys) e foi instalado um primeiro protótipo do Projecto RedeActiva visando a instalação do novo Sistema de Gestão de Incidentes.

e] Balanço Energético

O total de energia distribuída no final de 2002 atingiu 36 905 GWh, mais 2,4% do que em 2001, dos quais 35 947 GWh no SEP e 958 GWh no SENV.

As vendas de energia no SEP registaram uma variação positiva de 1,2%. O segmento MAT (Muito Alta Tensão) foi o que apresentou uma maior taxa de crescimento, com 9,8%. Os segmentos IP (Iluminação Pública) e BT (Baixa Tensão) apresentaram taxas de crescimento modestas 3,2% e 1,5%, respectivamente.

Balanço Energético (GWh)
EDP Distribuição

	2002	2001	Δ%
Energia Entregue à rede de Distribuição	**39 941**	**39 258**	**1,7%**
Consumos próprios da Distribuição	-46	-40	-13,8%
Perdas da Distribuição	-2 990	- 3 194	6,4%
Energia saída da rede de Distribuição	**36 905**	**36 024**	**2,4%**
Vendas de energia a clientes do SEP	**35 947**	**35 504**	**1,2%**
MAT (Muito Alta Tensão)	875	797	9,8%
AT (Alta Tensão)	3 396	3 462	-1,9%
MT (Média Tensão)	11 186	11 358	-1,5%
BTE (Baixa Tensão Especial)	2 880	2 806	2,7%
BT (Baixa Tensão)	16 530	16 017	3,2%
IP (Iluminação Pública)	1 080	1 064	1,5%
Vendas de energia a clientes do SENV	**958**	**520**	**84,3%**
Clientes do Grupo EDP	644	241	167,2%
MAT (Muito Alta Tensão)	0	0	-
AT (Alta Tensão)	78	71	10,2%
MT (Média Tensão)	566	170	232,2%
Clientes Fora do Grupo EDP	314	279	12,7%
MAT (Muito Alta Tensão)	0	0	-
AT (Alta Tensão)	104	105	-1,3%
MT (Média Tensão)	210	174	21,2%

Actividade de Comercialização no Sistema Não Vinculado

A presença do Grupo EDP na comercialização de energia eléctrica no SENV é assegurada através da subsidiária EDP Energia, que tem como objectivo ser líder destacada no seu mercado, utilizando uma estratégia centrada numa elevada interacção com os clientes. Procura assim assegurar-lhes um serviço único que contribua para a competitividade do seu negócio e lhes

transmita a elevada credibilidade e a clara capacidade técnica do Grupo EDP.

Neste contexto, e tendo em vista as oportunidades e ameaças decorrentes da nova fase de liberalização, iniciada no dia 1 de Janeiro de 2002, que multiplicou por 100 o número de clientes com acesso ao sistema de mercado, a EDP Energia concentrou a sua acção em duas vertentes: ao nível interno, dotando a organização dos meios necessários para o cumprimento da missão, nomeadamente ao nível dos Recursos Humanos e dos Sistemas de Informação; ao nível externo, identificando as necessidades dos vários segmentos de mercado, preparando e comercializando uma proposta de valor que passa por uma oferta personalizada de energia eléctrica e pela disponibilização de um conjunto de serviços complementares, procurando a uma maior fidelização dos clientes e diferenciação da oferta.

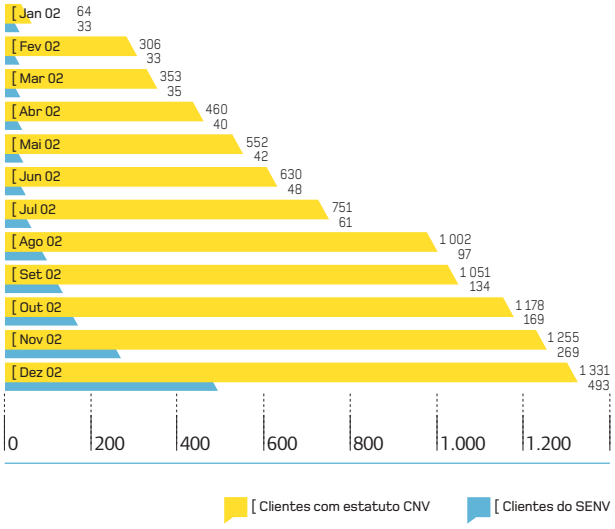
Esta estratégia permitiu à EDP Energia consolidar a liderança como fornecedor de energia eléctrica aos clientes que optaram pelo regime de mercado, evoluindo de uma quota de mercado de 67% (22 clientes) no final de 2001, para 71% (350 clientes) no final de 2002.

O crescimento do mercado foi, no entanto, inferior ao esperado - apenas cerca de 40% dos Estatutos concedidos para o acesso ao sistema de mercado pela ERSE foram exercidos. Esta situação pode estar relacionada com factores vários como:

- excesso de expectativas por parte dos clientes em relação às condições a praticar no sistema de mercado;
- falta de competitividade do sistema de mercado em relação ao sistema público, consequência dos elevados custos de energia nos "mercados grossistas";
- alguma instabilidade das tarifas do sistema público, decorrentes de alterações extraordinárias.

A EDP Energia tem procurado abordar o desafio da liberalização de uma forma eficiente, tentando contribuir para a credibilização e dinamização do mercado. Por outro lado, procura aportar valor ao Cliente e contribuir para a manutenção da posição de clara liderança do Grupo EDP no mercado eléctrico português.

Clientes no SENV vs Clientes com Estatuto de Cliente Não Vinculado



ESPANHA
Organização e Regulação do Sector Eléctrico Espanhol

A regulação do sector eléctrico Espanhol, foi definida fundamentalmente pela Lei 54/1997, de 27 de Novembro, onde foram estabelecidos entre outros, os seguintes princípios básicos:

- Introdução de concorrência na actividade de produção através das seguintes medidas:

  a) Desde de 1 de Janeiro de 1998 a produção de energia eléctrica em Espanha começou a operar num regime de livre concorrência baseado num sistema de ofertas de energia eléctrica realizadas pelos produtores e um sistema de procura realizado pelos consumidores elegíveis, distribuidores e comercializadores. A energia é vendida ao preço marginal do sistema mais uma componente de garantia de potência e de serviços complementares necessários para garantir um fornecimento adequado;

  b) A instalação de novas unidades de produção ficou liberalizada, sem prejuízo da obtenção das autorizações necessárias;

  c) Os produtores têm o direito de utilizar nas suas unidades de produção as fontes de energia primária consideradas mais adequadas, tendo em conta as restrições que, em matéria de meio ambiente, a legislação vigente estabeleça;

d) Contemplou-se a possibilidade de dar prioridade por ordem de funcionamento às instalações de produção que utilizem energias autóctones (carvão nacional, etc.), sempre e quando não representem mais de 15% da energia primária total necessária para a produção eléctrica e sejam compatíveis com o mercado de livre concorrência.

- Garantia do correcto funcionamento do Sistema através das seguintes medidas:

a) A Red Eléctrica de España, S.A., exerce as actividades de Gestor de transporte e Operador do Sistema, ficando responsável pela gestão técnica, tendo por objectivo garantir a continuidade e segurança do fornecimento e a correcta coordenação do sistema de produção e transporte;

b) A responsabilidade pela gestão económica do Sistema é atribuida ao Operador do Mercado, Compañia Operadora del Mercado Español de Electricidad, S.A., entidade juridicamente separada da Red Eléctrica de España, S.A., que tem a seu cargo os mecanismos de recepção de ofertas e comunicação necessários para estabelecer o mercado de produção.

- Liberalização progressiva do fornecimento eléctrico e introdução da actividade de comercialização

a) Liberalização progressiva do fornecimento eléctrico de acordo com um calendário, posteriormente modificado, que prevê a liberalização da totalidade dos consumos a partir de 1 de Janeiro de 2003;

b) Direito de utilização das redes de transporte e distribuição por parte dos clientes elegíveis e as companhias comercializadoras, com portagens únicas a nível nacional pela utilização destas redes, sem prejuízo da sua diferenciação por níveis de tensão e uso da rede, ou características dos consumos segundo se trate de redes de transporte ou distribuição;

c) Retribuição da actividade de distribuição para cada empresa, obedecendo a critérios baseados nos custos necessários para o desenvolvimento da actividade, tendo em conta um modelo que caracterize as zonas de distribuição, assim como outros parâmetros.

- Formação de preços e estrutura de tarifas únicas em todo o território nacional aplicável aos clientes não elegíveis ou aos que não quiseram exercer o seu direito de elegibilidade.

- Período transitório e evolução da tarifa

Com o objectivo de permitir um processo gradual e garantir a viabilidade económico-financeira das empresas durante a transição para um mercado concorrencial, foi estabelecido um período transitório inicial com uma duração de 10 anos, no qual se estabeleceu uma retribuição para as empresas do Sistema Eléctrico como custos de transição para a concorrência. Este valor veio posteriormente a ser revisto, sofrendo uma redução de aproximadamente 20%, tendo sido também estendido o período inicial até ao ano 2010.

Para 2002 foi fixado um aumento médio das tarifas em 0,412% e para 2003 o Decreto 1436/2002 aprovou um aumento médio de 1,4%.

- Separação jurídica de actividades

Nos termos da lei as sociedades que desenvolvem alguma das actividades reguladas (gestão económica e técnica do sistema, transporte e distribuição de electricidade), devem ter como objectivo social exclusivo o desenvolvimento das mesmas, não podendo portanto realizar actividades não reguladas.

- Separação contabilística de actividades

As sociedades que tenham como objectivo a realização de actividades eléctricas deverão ter na sua contabilidade contas separadas por actividades, devendo apresentar relatórios anuais sobre as mesmas.

Actividade da Hidrocantábrico (Desenvolvimento Corporativo e Estratégico)

No âmbito corporativo, o Grupo Hidrocantábrico terminou no decurso do exercício de 2002 o processo de reestruturação accionista e financeira subscrita pelos accionistas em 4 de Dezembro de 2001. Para tal, negociou-se a exclusão da cotação em bolsa da companhia, que teve lugar a 26 de Junho de 2002, obteve-se o *rating* Baa2/BBB estável da Moody's e Fitch Ibca para o novo Grupo Hidrocantábrico, formalizou-se um empréstimo de 2 000 milhões de euros com um conjunto de bancos internacionais de primeiro nível, com o qual se garantiu o financiamento da reestruturação accionista e o desenvolvimento estratégico do Grupo Hidrocantábrico. Por último, consumou-se a reordenação societária do Grupo Hidrocantábrico através da fusão da Adygesinval, S.A., Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A., e Hidrocantábrico Generación, S.A.U., numa nova sociedade que mantém a denominação (razão social) de Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.,

No que concerne ao desenvolvimento estratégico do Grupo Hidrocantábrico, foram cumpridos os objectivos estabelecidos para o exercício, cujos principais marcos foram a incorporação de 400 MW de nova capacidade de geração, com a entrada em operação comercial da central de ciclo combinado de Castejón, a aquisição da Gas Figueres, S.A.U., com uma carteira superior aos 11 000 clientes, que inaugurou a expansão da distribuição de gás por parte do Grupo Hidrocantábrico fora do mercado das Astúrias, e o início com um balanço amplamente positivo da comercialização de gás no mercado liberalizado, donde se conseguiram facturar 1 946 GWh a 83 clientes.

Em suma, 2002 foi um exercício extremamente positivo para o Grupo Hidrocantábrico, no qual foram incrementados significativamente os valores da produção e comercialização de energia, melhoraram significativamente os resultados operacionais e de exploração, com crescimentos de 28,2% e 29,5% respectivamente, cumpriram-se os objectivos estratégicos marcados e culminou com êxito e no prazo previsto todo o processo de reestruturação accionista, financeira e societária do Grupo Hidrocantábrico conforme o Acordo de Accionistas de 4 de Dezembro de 2001.

BRASIL
Organização e Regulação do Sector Eléctrico Brasileiro

O ano de 2002 foi bastante atípico para o sector eléctrico brasileiro, tendo passado por acontecimentos inéditos ou pouco comuns na história do sector. Tais factos exigiram dos agentes adaptabilidade e agilidade para enfrentar tais circunstâncias.

Os principais factores que influenciaram o mercado de energia em 2002 e consequentemente os resultados do Grupo EDP foram os seguintes:

a] Racionamento, Produção e Procura

O racionamento de energia, que teve início em Junho de 2001 e se estendeu pelos dois primeiros meses de 2002, teve grande influência no sector. Mesmo com o fim do racionamento, em Fevereiro de 2002, as metas de redução de consumo (20% para os consumidores residenciais e 15% para o sector industrial), mantiveram efeitos ao longo de 2002, como reflexo de mudanças efectivas nos hábitos de consumo, nomeadamente no sector doméstico. A recuperação do consumo no sector produtivo, influenciada por factores internacionais e pelo ano eleitoral, ficou também aquém das projecções e impôs às distribuidoras uma acentuada redução da facturação.
O consumo de energia em 2002 retrocedeu para valores verificados em 1999. No sector residencial, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste a redução de 27% no consumo conduziu a valores equivalentes aos verificados em 1994.

Os projectos hidroeléctricos foram acelerados, aumentando a capacidade de produção do sector, cuja potência instalada global registou um aumento de 10,2%.

No decorrer do ano de 2002 vigorou o Acordo Geral do Sector, que estabeleceu um regime especial para a contabilização da energia de curto prazo dos agentes signatários de contratos iniciais, tendo sido a base para a superação dos impactos causados pelo racionamento nas empresas do sector. Basicamente, no período de racionamento (até Fevereiro de 2002) as sobras das distribuidoras não foram consideradas no Mercado Atacadista de Energia (MAE), e a partir daí estas sobras foram valorizadas a um preço fixo de 73,39 Reais/MWh pagos pelas geradoras. Houve ainda um acréscimo nas tarifas dos consumidores finais para recomposição do equilíbrio económico-financeiro e das perdas das concessionárias com o racionamento.

A redução do consumo, associada ao aumento da capacidade produtiva, conduziram o sector eléctrico brasileiro a sair abruptamente de uma situação de escassez para uma situação de excesso de oferta de energia, configurando uma sobra estrutural de energia que se deve estender até 2005, dependendo do desempenho da economia brasileira.
Este cenário teve um reflexo imediato nos preços praticados nos mercados de curto e médio prazo como descrito a seguir.

b] Preço no Mercado *Spot*

Os preços no mercado atacadista apresentaram alta volatilidade. Nos meses de Janeiro e Fevereiro, ainda sob a égide do racionamento, o preço *spot* no submercado Sudeste-Centro Oeste foi de 297,00 Reais/MWh e 39,00 Reais/MWh e no Nordeste de 515,00 Reais/MWh e 308,00 Reais/MWh, respectivamente. Com o fim do racionamento, o preço caiu em Março para 9,77 Reais/MWh (Sudeste) e 5,79 Reais/MWh (Nordeste) e, apesar de algumas variações, manteve tendência de queda até o fim do ano, atingindo, na última semana de Dezembro, o valor mínimo de 4,00 Reais/MWh. Retirando a influência do racionamento, no período de Março a Dezembro, a média do preço *spot* foi de 10,75 Reais/MWh no submercado Sudeste e de 10,09 Reais/MWh no submercado Nordeste.
A redução do consumo de energia eléctrica pelos consumidores finais, o excesso de oferta e a rápida recuperação dos níveis das albufeiras foram os factores preponderantes neste comportamento dos preços durante 2002.

c] Consumidores Livres

O ano de 2002 é um marco na entrada de grandes consumidores no mercado livre. As oportunidades oferecidas pelo mercado de curto e médio prazo despertaram as atenções dos consumidores potencialmente livres, apesar das lacunas na legislação, que só foram preenchidas em Dezembro. O número de consultas e licitações lançadas por clientes livres aumentou acentuadamente no final do ano, devido aos baixos preços, sendo os consumidores intensivos de electricidade os maiores protagonistas no desenvolvimento desse novo mercado.

Para além das dificuldades na colocação de energia eléctrica num mercado 100% contratado, a saída de consumidores livres enfrentou barreiras de ordem regulatória. O sistema legal do sector eléctrico brasileiro, por variadas razões, comporta ainda elementos de incerteza. Estas incertezas influenciaram significativamente o desenvolvimento do mercado de clientes livres que, deparando-se com alguma "flexibilidade" regulatória, se retraíram na decisão de contratar energia e optaram por permanecer como clientes cativos de concessionárias de distribuição.

Ao longo do ano foram emitidos novos decretos e resoluções para atender a sugestões do Comitê de Gestão da Crise e suprir a necessidade de regulação para a actividade com clientes livres. No entanto, estes actos normativos pouco auxiliaram a clarificar o ambiente regulatório que se manteve com decisões por vezes conflituantes entre si.

d] Leilões de Energia

Obrigadas por lei a fazerem vendas públicas de energia e com a redução, a partir de 2003, de 25% dos Contratos Iniciais, as produtoras federais e estaduais viram-se compelidas a realizar leilões. Foram realizados 5 grandes leilões de venda de energia envolvendo produtoras públicas e privadas e um leilão de compra promovido por uma distribuidora privada. Apesar de marcar uma nova página no sector de energia eléctrico brasileiro, a estrutura rígida dos editais dos leilões e a contratação plena das distribuidoras resultaram em pouca procura por parte dos compradores, sendo que os maiores interessados foram os consumidores livres (apenas cerca de 22% de um total de 7 240 MW - médios colocados à venda foram arrematados).

Posicionamento do Grupo EDP no Brasil

A reestruturação societária foi a principal acção na consolidação das actividades do Grupo EDP no Brasil. Em 31 de Outubro de 2002, o Grupo EDP concluiu a primeira fase dessa reestruturação através de movimentos societários que permitiram colocar a Energest, S.A., a Enertrade Comercializadora de Energia, S.A., a Bandeirante Energia, S.A., a EDP Lajeado S.A., a Fafen Energia, S.A. e a Enerpeixe, S.A. sob o controle directo da *sub-Holding* EDP Brasil, S.A..

A figura seguinte mostra a estrutura de participação e respectiva percentagem de controlo dos negócios do Grupo EDP no Brasil após a realização da primeira fase da reestruturação:

A segunda fase do processo de reestruturação societária deverá estar concluída durante o ano de 2003, com a transferência para a EDP Brasil, S.A, da participação do Grupo na Iven, S.A., controladora directa da Espírito Santo Centrais Eléctricas, S.A. – – Escelsa e indirecta da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul, S.A. – Enersul.

Essas medidas visam os seguintes objectivos:

- Melhorar a percepção dos investidores sobre os negócios e a performance dos investimentos realizados pelo Grupo no Brasil;
- Permitir à EDP Brasil, S.A., o reinvestimento dos recursos gerados localmente nos projectos de expansão da produção;
- Captar recursos no mercado financeiro brasileiro, reduzindo e/ou eliminando riscos cambiais;
- Simplificar a estrutura societária, diminuindo o número de níveis empresariais de forma a eliminar ineficiências fiscais;
- Viabilizar a captura de sinergias na operação das diferentes empresas participadas pelo Grupo EDP no Brasil, reduzindo os custos e aumentando a rentabilidade dos investimentos realizados.

Com a reorganização societária, a EDP Brasil, S.A., reforça a sua função de *sub-Holding* responsável pela formulação das estratégias de actuação do Grupo EDP no Brasil e a gestão, de forma integrada, das actividades do Grupo nos segmentos de produção, distribuição, comercialização e serviços.

A Enertrade teve um importante papel em 2002 ao comercializar a energia da EDP Lajeado, através de contratos com outros agentes do sector e com clientes livres, reduzindo a exposição do Grupo às incertezas de liquidação do MAE (Mercado Atacadista de Energia). Em 2002, o Grupo EDP apresentou uma posição excedentária em energia devido à conclusão e início de produção da UHE Lajeado e à continuação do baixo nível de consumo de energia eléctrica após o período de racionamento.

Na distribuição, a EDP procurou a consolidação das participações com o objectivo de controle da gestão. Em Outubro de 2002, Grupo EDP deu um importante passo ao assumir o controlo e nomear a directoria da Espírito Santo Centrais Eléctricas, S.A. – – Escelsa e, em seguida, da sua controlada, a Empresa Energética de Mato Grosso do Sul, S.A. – Enersul. A EDP já havia consolidado a sua posição de controle na Bandeirante Energia, S.A., após o processo de cisão da empresa em Outubro de 2001. A gestão integrada das empresas de distribuição possibilitará a partilha de funções e serviços, aumentando a eficácia dos negócios no Brasil.

Em Dezembro de 2002, a EDP - Electricidade de Portugal, S.A., realizou Oferta Pública de Aquisição e Pedido de Renúncia de determinados direitos referentes às obrigações denominadas

em dólares emitidas pela Espírito Santo Centrais Eléctricas, S.A. – – Escelsa com juros de 10% ao ano e vencimento em Julho de 2007. Considerando as obrigações adquiridas anteriormente na Oferta Pública, o Grupo EDP passou a deter cerca de 83% de um total de 430 958 mil dólares em circulação. A operação teve em vista eliminar o risco e correspondente impacto na Demonstração Consolidada de Resultados do Grupo EDP da volatilidade da taxa de câmbio Real/Dólar resultante da dívida em dólares detida pela Escelsa.

No produção, o Grupo manteve o enfoque na produção hidroeléctrica, concretamente na UHE Luis Eduardo Magalhães (Lajeado), cuja conclusão ocorreu em 2002, e nos aproveitamentos de Peixe Angical e Couto Magalhães, com entrada em exploração prevista para 2006 e 2007, respectivamente. O quadro instável vivido pelo País e pelo sector eléctrico brasileiro, em particular, impossibilitou a definição da estrutura de financiamento de Peixe Angical em 2002, levando a uma reprogramação do projecto. As actividades de produção térmica continuam concentradas na conclusão do reforço da potência da UTE Fafen Energia.

Mais especificamente, a caracterização de cada empreendimento é a seguinte:

a] UHE Lajeado

A Central Hidroeléctrica do Lajeado (27,65% da EDP) entrou em serviço operacional pleno com a conclusão e comissionamento da sua quinta máquina em Novembro de 2002, cumprindo a programação estabelecida para o empreendimento que, num prazo recorde de 53 meses, acrescentou ao sistema eléctrico brasileiro 902,5 MW. A central produziu 2 589 GWh no decorrer do ano, estando preparada para uma produção anual de 4 468 GWh/ano a partir de 2003.

b] UTE Fafen

A Central Termoeléctrica FAFEN, instalada no Pólo Petroquímico de Camaçari (Estado da Baia), iniciou a operação comercial da primeira fase em 25 de Agosto de 2002. Este empreendimento, desenvolvido pela EDP em parceria com a Petrobrás – Petróleo Brasileiro, S.A., na proporção de 80% e 20%, respectivamente, foi concebido inicialmente para ser uma central de cogeração destinada a fornecer electricidade e vapor à fábrica de fertilizantes da PETROBRAS, a FAFEN Fertilizantes, sendo a produção excedente colocada noutros clientes do Pólo. Face à impossibilidade de venda de vapor a outras empresas no Pólo de Camaçari, foi decidido proceder a alterações no projecto inicial de modo a converter o vapor excedente em energia eléctrica. Na sua configuração final a central terá capacidade para produzir 133 MW de energia eléctrica e 42 t/h de vapor, a partir da queima de gás natural.

Em 2002, a central produziu 200,5 GWh de energia eléctrica e 127 585 toneladas de vapor.

c] AHE Peixe Angical

O Aproveitamento Hidroeléctrico Peixe Angical, com 452 MW de capacidade instalada, que está a ser desenvolvido pela EDP (95%) em parceria com o Grupo REDE (5%), iniciou a sua construção em Maio de 2002. O investimento total previsto é de 1 295 milhões de reais (preços constantes de Junho de 2002), tendo sido investidos pela EDP cerca de 170 milhões de reais. No decorrer do ano foi concluída a ensecadeira de primeira fase, bem como as escavações para implantação das estruturas de betão armado da Casa de Máquinas e do Descarregador. No mesmo período, iniciaram-se as obras da Barragem de Terra da Margem Esquerda. Mantiveram-se negociações com entidades financiadoras, nomeadamente o BNDES, no sentido de viabilizar o financiamento. Não tendo sido finalizadas estas negociações, o empreendimento foi objecto de reprogramação, prevendo-se presentemente o início de operação do primeiro grupo (150,7 MW) em Janeiro de 2006 e conclusão da central (três grupos) em Abril do mesmo ano.

d] AHE Couto Magalhães

O Aproveitamento Hidroeléctrico Couto Magalhães (150 MW de capacidade instalada), no qual a EDP tem uma participação de 49% e o Grupo REDE de 51%, foi objecto de reprogramação como resultado da necessidade de realização de estudos de impacte ambiental e de engenharia, associada a questões de equilíbrio entre a descarga mínima admissível e a manutenção de condições contratuais de produção de energia garantida. O actual planeamento do empreendimento prevê o início da sua construção em Março de 2004, o início da produção do primeiro grupo em Abril de 2007 e a conclusão da central em Julho do mesmo ano. O investimento total previsto para o empreendimento é de 338 milhões de reais.

Comercialização

A Enertrade, empresa vocacionada para actuar na comercialização, conseguiu resultados positivos ao reduzir a posição excedente em energia apresentada no início de 2002, consolidando-se como comercializadora líder no mercado local,

apesar da conjuntura particularmente adversa vivida no mercado eléctrico brasileiro durante o ano.

As vendas directas a consumidores finais em 2002 totalizaram 1 270 GWh. A maioria dos clientes são consumidores intensivos de electricidade localizados fora da área de concessão das distribuidoras do Grupo, o que ampliou as fronteiras de actuação da EDP. A actuação integrada da Enertrade com a Bandeirante, Escelsa e Enersul, possibilitou também a retenção de clientes que optaram pelo mercado livre dentro da área de concessão destas distribuidoras.

Outra alternativa de afectação da energia comprada pela Enertrade à EDP Lajeado foi destiná-la a operações de *swap* com distribuidoras. Estas operações foram vantajosas por permitirem que a Enertrade deslocasse a energia excedente da EDP Lajeado nos meses de Maio a Agosto, altura em que o MAE registou preços baixos, para o final do ano quando pode realizar vendas a clientes livres.

A Enertrade também conquistou clientes actuando como prestadora de serviços na representação de consumidores livres e autoprodutores perante o MAE e em leilões de energia.

No âmbito interno do Grupo EDP, foram celebrados contratos de longo prazo no final do ano de 2002 entre empresas do Grupo, substituindo a energia proveniente dos contratos iniciais pela energia da EDP Lajeado, Fafen Energia, Peixe Angical e Couto Magalhães. Assim, a actuação integrada da produção própria e da comercialização de grossista com as distribuidoras do Grupo EDP no Brasil garantiu a adequada cobertura de riscos, tanto para os empreendimentos próprios de produção, como para as distribuidoras, mitigando a exposição à volatilidade de volume e preço para os activos da EDP no Brasil.

[TELECOMUNICAÇÕES

ORGANIZAÇÃO E REGULAÇÃO DO SECTOR EM PORTUGAL

Enquadramento Global

No ano de 2002 registou-se um agravamento da crise económica iniciada em 2001, com o encerramento de vários projectos no sector das telecomunicações, gerando inevitáveis reduções de efectivos e a revisão de investimentos e negócios.

Ao atingir proveitos de serviços de telecomunicações superiores a 150 milhões de euros em Portugal e cerca de 120 milhões de euros em Espanha, a ONI destacou-se pelo forte crescimento do volume de negócios face ao ano transacto (cerca de 74% de crescimento do volume de serviços de telecomunicações), facto extremamente relevante, sobretudo na actual conjuntura.

A envolvente externa em que o Grupo actua, tanto em Portugal como em Espanha, continua altamente adversa, mantendo-se as barreiras impostas por questões de regulação que impedem a existência de uma verdadeira concorrência. As principais dificuldades prendem-se com o acesso ao lacete local e também com os custos da interligação com as redes do incumbente, cujas tarifas são das mais elevadas da Europa.

O ano de 2002 caracterizou-se também por um reforço da posição da ONI em Espanha, com a recente aquisição da Ola Internet. Com esta aquisição, a ONI integra o primeiro terço dos operadores Ibéricos, fortalecendo a sua posição no segmento empresarial em Espanha.

No que diz respeito à operação móvel, o ano de 2002 fica marcado pela suspensão do projecto UMTS. Com a decisão dos Accionistas da ONI Way de venda dos activos sociais e da própria empresa aos operadores móveis, fica encerrada a actividade da ONI neste segmento.

Evolução Regulamentar

O ano de 2002 representou um ano de transição para um novo período, que se iniciará sob a égide de novas disposições regulamentares adoptadas a nível da União Europeia que apontam para um papel mais relevante das Autoridades Reguladoras Sectoriais e da Concorrência, a par de um reforço de competências e de uma intervenção mais ampla da Comissão Europeia.

De referir que foi aprovada pela Assembleia da República a alteração à Lei de Bases das Telecomunicações que retirou do domínio público do Estado a rede básica de telecomunicações, tendo sido aprovadas em Conselho de Ministros as minutas do contrato de compra e venda da rede básica de telecomunicações e do acordo modificativo do contrato de concessão do serviço universal de telecomunicações. Esta operação efectuou-se ainda em 2002.

A nível comunitário é de salientar a publicação do novo quadro regulamentar das comunicações electrónicas, que altera as actuais disposições legislativas em matéria de acesso e interligação de redes, licenciamentos, serviço universal e direitos dos utilizadores e tratamento de dados pessoais. Este novo pacote regulamentar deverá ser transposto para o ordenamento jurídico nacional até 25 de Julho de 2003, sendo de realçar, face ao quadro vigente, a supressão de uma definição

objectiva de operador com poder de mercado significativo, baseada fundamentalmente nas quotas de mercado, passando a identificar-se com o conceito de posição dominante.

Na sequência de questões já suscitadas pelo mercado junto do ICP-ANACOM em anos anteriores e de novas questões surgidas no decurso de 2002, o Regulador adoptou, durante este ano, um conjunto de deliberações que abarcaram aspectos críticos para a actividade, e mesmo viabilidade dos novos operadores, como as tarifas de interligação, o custos dos circuitos alugados (onde a proposta final, apesar de revista, é ainda extremamente penalizadora para a ONI), e o processo de abertura do lacete local.

No entanto, persistem ainda diversos constrangimentos de natureza legal e regulamentar, muitos dos quais são recorrentes face a anos anteriores, sendo de destacar:

- Ausência de intervenção regulatória sobre aspectos essenciais da oferta grossista ADSL e controlo efectivo da não discriminação na sua implementação;

- Atraso na consagração do regime de *co-mingling* (o único susceptível de viabilizar a economia do processo) e de acesso às centrais por meios próprios dos operadores, mantendo-se a indefinição sobre aspectos fundamentais da sua implementação efectiva;

- Manutenção de preços elevados da oferta de referência no acesso ao lacete local e de níveis de qualidade de serviço manifestamente insuficientes e longe das melhores práticas europeias;

- Tarifas de terminação nas redes móveis das mais elevadas em toda a União Europeia (cerca de 20% acima da média e 50% acima da melhor prática), sendo que os custos médios globais se mantiveram praticamente constantes em 2002, apesar das expectativas de uma redução criadas pela deliberação da ANACOM;

- Tarifas de interligação ao operador incumbente globalmente muito superiores às médias e às melhores práticas europeias (acima cerca de 30% e 55%, respectivamente);

- Colocação das tarifas de interligação para acesso à *internet* a níveis superiores aos aplicáveis ao Serviço Fixo de Telefone, com agravamento dos custos de facturação e cobrança em cerca de 65% face aos que vigoravam anteriormente;

- Continuação da discriminação dos novos operadores em matéria de licenciamento e taxas municipais no acesso ao domínio público e privado.

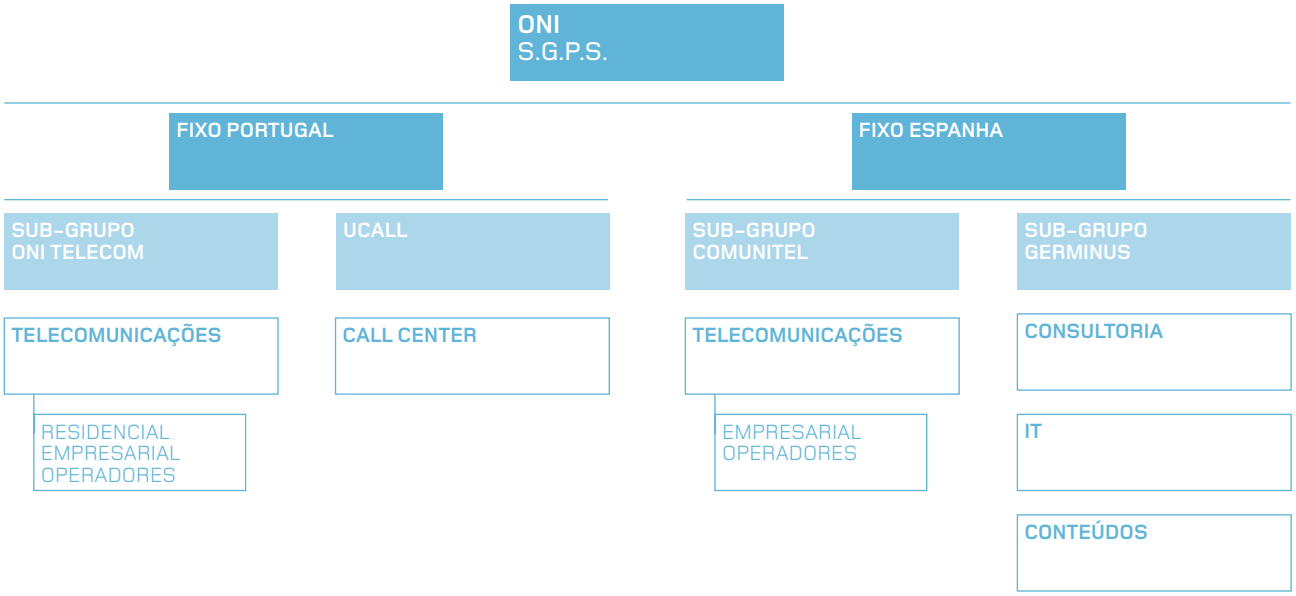
- Ausência de medidas contra certas campanhas desenvolvidas pelo operador incumbente com vista à recuperação de clientes pré-seleccionados e, em particular, da fixação de um prazo durante o qual são proibidos quaisquer contactos por parte daquele operador junto de clientes pré-seleccionados para outros operadores;

- Inexistência de oferta *wholesale* para a mensalidade do Serviço Fixo de Telefone do operador incumbente, conjugada com o alargamento da elegibilidade das chamadas de acesso indirecto, de modo a permitir aos clientes dos novos operadores disporem de uma factura única, cuja falta é uma barreira importante à adesão e fidelização aos novos operadores.

Assim, e apesar da actividade desenvolvida em 2002, há que reconhecer que estão longe de ser ultrapassados os principais constrangimentos de natureza legal e regulamentar ao desenvolvimento do sector.

ORGANIZAÇÃO E ACTIVIDADE

O Grupo ONI, no qual a EDP tem uma participação de 56%, é composto por um conjunto de empresas que actuam nas telecomunicações fixas em Portugal e Espanha e em áreas de negócio complementares (ex: *call center*, projectos *internet*, tecnologias de informação). No final de 2002, o Grupo apresentava a seguinte organização de negócio:



Telecomunicações Fixas

Apesar das dificuldades específicas do sector e de uma difícil conjuntura económica, o exercício de 2002 foi um período de forte crescimento para ONI, tendo sido alcançada uma evolução muito positiva do volume de negócios (ficando próximo do patamar dos 300 milhões de euros em termos agregados) em paralelo com um intenso esforço de contenção de custos e de racionalização de recursos.

A ONI manteve a sua estratégia de abordagem do mercado, posicionando-se como um operador global em Portugal (servindo todos os segmentos: residencial, empresarial e operadores) e uma postura altamente focada em Espanha (dirigindo a sua oferta exclusivamente ao segmento empresarial).

A situação competitiva actual do mercado residencial é intensa, quer por parte dos novos operadores, quer dos incumbentes, que lançaram campanhas de fidelização e diminuiram os tarifários. De referir as dificuldades adicionais causadas pela necessidade de manutenção de duas facturas para aquilo que o Cliente percebe como "o mesmo serviço" (uma do operador incumbente para a assinatura e outra da ONI para as comunicações) e que se tornou no principal constrangimento para a ONI.

Uma das grandes apostas no segmento residencial em 2002 foi o lançamento da oferta comercial para o serviço ADSL de *internet*, altura em que o incumbente passou a disponibilizar algumas das suas centrais para o acesso ADSL a um preço economicamente viável.

Ao nível do segmento dos operadores, 2002 caracterizou-se por uma evolução muito positiva, tendo o volume de negócios crescido mais de 75% em relação ao ano anterior, superando os 29 milhões de euros de receitas e consolidando a ONI enquanto *carrier's carrier* no espaço Ibérico.

Este nível de receita foi conseguido pela consolidação dos negócios de venda de capacidade e de trânsito de voz e pela inovação tecnológica, num mercado onde se verificaram condições adversas com a falência de alguns dos gigantes mundiais (Ex: WorldCom, KPNQwest).

No segmento empresarial, os objectivos de 2002 centraram-se no aumento da quota de mercado, através da conquista de novos clientes e da maior penetração no universo dos clientes existentes.

Nas grandes contas a aposta passou pela divulgação das redes de dados, produto de maior sofisticação e que possibilita altos níveis de fidelização da base de clientes. No total, é de registar a conquista de mais 160 médias empresas em acesso directo de voz e mais de 1 700 PME's em acesso ADSL.

Em Espanha, as operações do Grupo estão centradas na Comunitel, operador com cobertura nacional e cuja oferta se dedica exclusivamente ao segmento empresarial. No final de 2002, a Comunitel adquiriu uma participação na Ola Internet, empresa de serviços de voz a PME's, o mesmo segmento alvo da Comunitel.

Este projecto pretende consolidar-se a partir da posição de mercado já obtida pela Comunitel e pela Ola Internet,

que, no conjunto, registam receitas agregadas de cerca de 160 milhões de euros, apostando na eficiência por forma a atingir rentabilidade no curto prazo.

Os principais indicadores operacionais e financeiros consolidados da operação fixa da ONI traduzem uma evolução positiva, superando os 1 600 milhões de minutos de voz e os 700 milhões de minutos de *internet* comutada. Os clientes em acesso directo, isto é, ligados directamente à rede da ONI, ultrapassam os 2 500.

e com a remuneração pela utilização de um conjunto alargado de patentes que estão na base da tecnologia UMTS.

Em face da incerteza quanto à disponibilidade da tecnologia UMTS, começaram por ser tomadas as medidas necessárias à prossecução do projecto, nomeadamente através da implementação de um acordo de *roaming* nacional, enquadrado no âmbito da licença para a exploração de sistemas de telecomunicações móveis internacionais UMTS, e da preparação para o arranque comercial.

Indicadores Operacionais
Telecomunicações

	2002			2001			Δ%
	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total	Total
Trafego Voz (milhões min.)	**732,8**	**918,7**	**1 651,5**	**535,6**	**653,6**	**1 189,2**	**38,9%**
Empresarial	346,6	524,3	870,9	228,5	454,0	682,5	27,6%
Residencial	286,4	-	286,4	250,0	-	250,0	14,6%
Operadores	99,8	394,4	494,2	57,1	199,6	256,7	92,5%
Nº CLI´s Registados (milhares)	**398,7**	**107,7**	**506,4**	**377,4**	**110,6**	**488,0**	**3,8%**
Empresarial	41,5	107,7	149,2	36,9	110,6	147,5	1,1%
Residencial	357,2	-	357,2	340,5	-	340,5	4,9%
Tráfego Dados Internet (milhões min.)	**703,8**	**45,4**	**749,2**	**551,4**	**38,7**	**590,1**	**27,0%**
Empresarial	54,6	45,4	100,0	35,5	38,7	74,2	34,7%
Residencial	649,2	-	649,2	515,9	-	515,9	25,8%

Estes valores agrupam a actividade em Portugal (Oni Telecom e uCall) e Espanha (Comunitel, Germinus e Tecnipublicaciones), não incluindo a actividade da Ola Internet, dado esta empresa só ter sido adquirida em final de Dezembro de 2002.

Negócio Móvel/UMTS

A actividade da ONI Way no ano de 2002 sofreu dois tipos de dificuldades: por um lado, o atraso no desenvolvimento da tecnologia UMTS e, por outro, a não obtenção de interligação com outras redes móveis, que colocou em causa a viabilidade da entrada da ONI Way no mercado das telecomunicações móveis.

De facto, em 2002 os fabricantes de equipamentos continuaram a acumular atrasos no desenvolvimento da tecnologia UMTS, sobretudo nos aspectos relacionados com a inter-operacionalidade entre sistemas. Na origem destes atrasos estarão, sem dúvida, questões relacionadas com contracção do mercado, com as dificuldades de financiamento da actividade de investigação e desenvolvimento sentidas pela maioria das empresas tecnológicas, com a normalização da tecnologia

A razão que fundamentava o lançamento da actividade o mais cedo possível era a possibilidade de participar, desde o início, no mercado de serviços de voz e imagem evitando, assim, que os operadores existentes se posicionassem no mercado, tornando mais difícil a concretização do Plano de Negócios da empresa ou mesmo colocando em risco a sua capacidade de posterior entrada no mercado desses serviços.

Para possibilitar o lançamento da operação, faltava, então, obter os necessários acordos de interligação com os operadores móveis, não existindo qualquer perspectiva sobre uma possível recusa de negociação por parte daqueles operadores, nomeadamente tendo em consideração o histórico da implementação de operadores móveis em Portugal.

Obviamente, a anterior apreciação do acordo de *roaming* por parte do Regulador pressupunha, igualmente, o reconhecimento do direito da ONI Way se interligar com esses operadores, o qual, para mais, decorria do próprio enquadramento legal português e das obrigações dos outros operadores enquanto entidades licenciadas.

A ONI REFORÇOU A SUA POSIÇÃO COMO NÚMERO UM ENTRE OS NOVOS OPERADORES DA REDE FIXA

Esse reconhecimento veio a ser comprovado através de cinco deliberações tomadas entre Março e Outubro de 2002 pelo ICP-ANACOM com vista à interligação, incluindo datas precisas para que a questão fosse solucionada. Contudo, um conjunto adicional de dificuldades de natureza económica, financeira, mas essencialmente legal e regulatória conduziram a que o arranque atempado do projecto ficasse seriamente comprometido.

A recusa de alguns operadores móveis em concederem a interligação impediu a ONI Way de alcançar as condições indispensáveis para o funcionamento dos serviços a disponibilizar ao mercado.

Encontrando-se seriamente prejudicada a possibilidade de arranque das operações comerciais, e esgotadas todas as iniciativas e mecanismos de pressão para a definição de uma data em que se verificassem as condições indispensáveis para o arranque, a ONI Way suspendeu, no final de Novembro, o lançamento e passou a actuar em conformidade com as duas alternativas que se afiguravam como viáveis:

- Por um lado, suspender a actividade da Empresa até à existência de condições que permitissem o lançamento comercial das operações;

- Por outro, encerrar definitivamente a actividade e proceder à venda dos activos a ela afectos.

Relativamente ao primeiro cenário, tornou-se claro que a suspensão temporária da actividade sempre implicaria significativo investimento adicional e que poderia ter sérias consequências negativas, dado que acarretaria o não cumprimento das condições constantes da licença e agravaria as condições quanto ao benefício de um futuro lançamento.

No cenário de encerramento definitivo da actividade, ter-se-iam de considerar as propostas individuais recebidas dos operadores móveis nacionais para a aquisição de uma parte significativa dos activos da ONI Way e, no caso de um deles, uma proposta de aquisição das acções representativas do Capital Social da Sociedade. De um modo geral, estas propostas permitiriam, no caso de descontinuidade da actividade, obter um encaixe financeiro máximo global de 150 milhões de euros através da venda de activos.

Assim, no mês de Dezembro, e porque qualquer das duas alternativas compreendia uma primeira fase centrada na minimização dos custos fixos da Sociedade, foram suspensos temporariamente os investimentos e desencadearam-se os processos de negociação dos termos da modificação e/ou da cessação dos contratos relevantes para o efeito, designadamente os relacionados com o pessoal, respeitando em todas as circunstâncias a protecção do investimento já realizado.

Reunidos em Assembleia Geral, já no mês de Janeiro de 2003, os accionistas da ONI Way deliberaram optar por cessar a actividade desenvolvida pela sociedade, no âmbito da licença que lhe tinha sido concedida para exploração de sistemas de telecomunicações móveis internacionais UMTS.

Em conformidade com esta decisão foi requerida a revogação da licença ao Ministro da Economia, o qual deferiu o pedido por despacho datado de 13 de Janeiro, cometendo ao ICP - ANACOM a prática dos actos necessários à execução desta determinação, designadamente a libertação da garantia bancária prestada pela ONI Way quando da atribuição da licença e a cessação das obrigações constantes da licença.

Posteriormente, alguns dos accionistas requereram a instauração de uma providência cautelar no Tribunal de Comércio de Lisboa para suspensão das deliberações sociais tomadas na referida reunião da Assembleia Geral, sem que, contudo, tal se traduza em qualquer efeito prático no que respeita ao essencial, isto é, o encerramento da actividade e a venda dos respectivos activos.

INVESTIMENTOS

Os serviços de telecomunicações disponibilizados pela ONI são suportados por uma moderna infra-estrutura, compreendendo as funções básicas de transporte, comutação e acesso, e o seu crescimento é impulsionado por dois factores básicos:

- A cobertura geográfica da oferta de serviços, procurando atingir as áreas relevantes em termos de negócio e a minimização dos custos de exploração associados;

- A manutenção dos índices de qualidade de serviço, envolvendo o reforço de capacidade para o suporte do crescimento do volume e utilização dos serviços.

Em 2002, o Grupo ONI investiu um total de cerca de 70 milhões de euros no desenvolvimento das redes Ibéricas, dos quais cerca de 60% em Portugal e 40% em Espanha.

Em síntese, a rede da ONI caracteriza-se pelos seguintes dados:

Rede
Telecomunicações

Backbone Internacional	Backbone Ibérico	MAN's / Local Loop
IRU's Londres Paris Nova York América Latina	**Fibra Óptica** aproximadamente 4.500 kms em Portugal, da qual 25% é própria **IRU's na Península Ibérica** 4 anéis com aproximadamente 8.000 kms **Rede Ibérica de Transmissão** mais de 200 PoPs	200 kms de fibra instalada em zonas urbanas (MAN's) 80 centrais telefónicas equipadas com DSL 40 estações-base FWA

Nota: IRU - Indefeasible Rights of Use
MAN - Metropolitan Area Network
PoPs - Point of Presence
FWA - Fixed Wireless Acess
DSL - Digital Subscriber Line

RECURSOS HUMANOS

O ano de 2002 foi marcado pela diminuição do quadro de colaboradores do Grupo ONI, face ao reposicionamento nas áreas da *internet*, Tecnologias de Informação e conteúdos, passando de 1 413 trabalhadores no final de 2001 para 1 326, no final de 2002.

Estes números não incluem os colaboradores da ONI Way que, em 31 de Dezembro de 2002, ascendiam a 291 pessoas, nem os colaboradores da Ola Internet, adquirida em finais de Dezembro de 2002, e que à data contava com cerca de duas centenas de colaboradores.

[TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

GRUPO EDINFOR

A presença da EDP no domínio das Tecnologias de Informação (TI) é realizada pela EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A., como empresa do Grupo especialmente vocacionada para o efeito. Esta empresa, directamente ou através das suas participadas, tem assumido uma crescente importância, quer na prestação global de serviços ao mercado em geral, quer no apoio ao Grupo EDP. Detentora de *know-how* especializado e de uma oferta completa, a EDINFOR é considerada como líder nacional em serviços de integração de sistemas e consultoria de TI, tendo apresentado proveitos consolidados de cerca de 238 milhões de euros em 2002.

A EDINFOR detém uma base de negócios sólida e rentável. Apresenta uma oferta forte nas áreas de negócio mais interessantes e tem elevado peso de clientes externos ao Grupo EDP nos segmentos mais atraentes.

Mercado das Tecnologias de Informação

O ano de 2002 registou um abrandamento global da economia com reflexos directos no sector das TI. Em Portugal, as medidas restritivas do Governo e das empresas tiveram também impacto directo neste sector. Embora numa conjuntura desfavorável, a EDINFOR conseguiu crescer durante o presente exercício com níveis equilibrados de rentabilidade.

Não obstante o actual período de dificuldades, o mercado de TI em Portugal continua a ser caracterizado por um grande potencial de desenvolvimento, esperando-se um crescimento até 2005 superior ao da média europeia. Os principais *drivers* de crescimento neste mercado serão o *Software* e os Serviços, sendo este último o segmento mais atraente e que a EDINFOR lidera.

A oferta tem vindo a consolidar-se no mercado português sendo actualmente dominada por empresas que adoptaram o modelo de *one-stop-shops*. Espera-se um reforço deste modelo de negócio em Portugal, acompanhando a tendência global da União Europeia. Neste cenário, a EDINFOR reúne as condições para ganhar dimensão crítica e afirmar-se como grande empresa a nível ibérico.

Estratégia

O conjunto de produtos e serviços que a EDINFOR actualmente comercializa é de tal modo abrangente que cobre grande parte do espectro de necessidades das empresas no sector das TI. Este facto permite a prossecução de uma estratégia de *one--stop-shopping*, com a oferta de soluções completas, o que constitui um importante factor susceptível de gerar grande valor acrescentado. Neste sentido, a EDINFOR prosseguiu em 2002 esta estratégia, aprofundando o relacionamento comercial entre todas as empresas por ela controladas, reunindo valências e meios para fornecer soluções completas.

O principal foco foi nas grandes empresas e organizações complexas, consolidando os segmentos actuais com destaque para as *Utilities* e Administração Pública e apostando noutras áreas, como a Saúde e Segurança Social, Banca, Telecomunicações, Defesa, Navegação Aérea e Marítima, Comércio e Distribuição.

A EDINFOR pretende continuar a crescer, quer organicamente, quer através de aquisições que possam conduzir ao desenvolvimento de competências críticas e uma maior rapidez na conquista de mercado.

A estratégia de crescimento sustentado visa atingir a dimensão crítica necessária para o sucesso pretendido, sendo alicerçada num conjunto de pontos fortes da empresa:

- Oferta completa de *outsourcing* essencialmente dirigida para as grandes e médias organizações;
- Forte *know-how* tecnológico com especialistas muito qualificados nas mais diversas áreas;
- Importante base de clientes, crescente e diversificada, em vários sectores importantes da economia;
- Infra-estrutura do Centro de Processamento de Dados, que é um dos maiores e mais bem apetrechados da Europa;
- Vasto leque de parceiros internacionais de renome nas áreas técnicas e de negócio (SAP, IBM, Oracle, Navision, Microsoft, HP/COMPAQ, Cisco, Accenture, SmallWorld, etc.).

Desenvolvimento empresarial

No ano em análise merecem especial destaque os esforços no sentido da procura de uma maior eficiência e redução de custos, em articulação com as iniciativas da EDP nesta matéria, com saliência para medidas estruturais de reorganização e estudos de *benchmarking*.

Foram dados passos importantes em matéria de reorganização e desenvolvimento empresarial, com destaque para a evolução da EDINFOR, S.A., para uma estrutura de *Holding*, e autonomização de alguns negócios em estruturas empresariais.

Nas empresas da *sub-Holding* ACE, prosseguiu-se a consolidação e reestruturação interna, com vista à redução do número de empresas. As grandes prioridades foram o reforço das capacidades comerciais e, também, a melhoria de eficiência, visando simplificar e agilizar a organização existente e facilitar a mobilidade dos recursos inter-empresas.

Actividades Principais

A EDINFOR actuou em seis áreas de intervenção distintas: consultoria e integração de sistemas; *outsourcing* de processos e aplicações; infra-estruturas de tecnologias de informação; soluções georeferenciadas; soluções gráficas e de *finishing*; e processos complementares.

a] Actividades para fora do Grupo EDP

Na Administração Pública Central, foi desenvolvida uma solução de gestão de conteúdos para o Portal corporativo da Loja do Cidadão e foram implementadas soluções mySAP.com no SIF (Sistema de Gestão Financeira), que teve como domínio todas as Instituições do Sistema de Solidariedade e Segurança Social, na vertente *back-office*, e no SGC (Sistema de Gestão de Contribuintes) com a implementação de um sistema de gestão do contribuinte único nacional.

Na Administração Pública Local foram implementadas várias soluções para a gestão da comercialização de água e de gás para algumas empresas e SMAS. Destaca-se, igualmente, uma solução em SAP R/3 para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira. Nas soluções georeferenciadas, a EDINFOR geriu o maior projecto nacional de produção de cartografia digital em grande escala de grande parte dos municípios do território continental nacional, em articulação com os municípios e entidades públicas do sector.

Foram, também, desenvolvidas várias aplicações importantes e prestados serviços de grande exigência tecnológica em sectores tão diversificados como a Banca e Serviços Financeiros, Comércio e Distribuição, serviços de Transportes, Saúde e Segurança Social e Telecomunicações.

O NOSSO VOLUME DE NEGÓCIOS É SUPERIOR A 6 300 MILHÕES DE EUROS

Na área das *Utilities*, especial relevo deve ser dado à implementação de um sistema SAP R/3 e de vários projectos importantes que incluíram uma solução de *e-learning*, uma Extranet, bem como apoio e manutenção a um Sistema de Informação Gestão de Clientes (SIGC).

Para quase todos os mercados acima referidos e outras áreas de actividade foram desenvolvidas soluções gráficas e de *finishing* através da subsidiária Copidata e do Centro de *Finishing*. A Copidata, para além da actividade tradicional, procurou a expansão para novos mercados e áreas de negócio e o Centro de *Finishing* participou no desenvolvimento informático de novas soluções de edição, sendo de destacar as destinadas ao Grupo BCP.

No mercado externo vale a pena citar a participação em dois projectos de *e-learning* para iniciativas da responsabilidade da Comissão Europeia, o desenvolvimento e implementação de uma solução em SAP R/3 para o Banco de Moçambique, a participação no grande projecto MERCATOR da EdF/GdF (Élèctricité de France / Gaz de France) para soluções georeferenciadas com grandes empresas internacionais, e, no Brasil, a implementação de um *Help Desk* para atendimento, que serve todas as empresas do Grupo EDP no Brasil.

b] Actividades para o Grupo EDP

Nas aplicações corporativas, destacaram-se, pela sua expressão e importância estratégica, a prestação de serviços de *outsourcing* que permitiram a exploração, gestão e manutenção das grandes aplicações corporativas SIAG (Sistema de Informação de Apoio à Gestão, abreviadamente conhecido como Projecto "Navegador") e SGCD/ISU (Sistema de Gestão Comercial da Distribuição, abreviadamente designado por Projecto "Cliente Mais"), ambas usando a tecnologia SAP R/3 e destinando-se a primeira a todas as empresas do Grupo EDP e a segunda à EDP Distribuição.

Regista-se também a conclusão do projecto SGTBI (Sistema de Gestão Comercial para os Clientes da EDP Energia). Este sistema engloba módulos específicos, como modelos de *pricing* e perfis de consumo de energia, prevendo-se para 2003 a implementação de um novo modelo de contratação para o sistema comercial e integração de módulos, como o CRM e modelos de *pricing*, a par da manutenção e suporte do sistema já em produção.

Na área do *outsourcing* da gestão das infra-estruturas distribuídas assinala-se a assinatura de um contrato "mestre" com a EDP *Holding* e na área de redes e comunicações foram realizados múltiplos projectos para um grande número de empresas do Grupo.

Merece igualmente destaque o conjunto de actividades subjacentes ao Programa "Geo-EDP", bem como a implementação do projecto "RedeActiva" para a EDP Distribuição, na área das soluções georeferenciadas, o desenvolvimento e implementação da Intranet Corporativa do Grupo e a manutenção evolutiva do *Site* institucional da EDP.

Quanto a serviços de *Call Center* para a EDP Distribuição, para além da gestão técnica de toda a infra-estrutura, consolidou-se o funcionamento do sistema de recepção automática de leituras.

No domínio do *e-learning*, foi elaborado um estudo estratégico para a implementação de uma solução global no Grupo EDP e produzidos diversos Programas específicos dos quais se destacam o "Maestro" para desenvolvimento de Competências de Liderança dos Gestores e Quadros, o "Polaris" de formação no âmbito do projecto Navegador e o "Risco Eléctrico" para formação na EDP Distribuição.

PLATAFORMA B2B

O ano 2002 foi um ano difícil para a actividade da empresa Central-e. Os objectivos a que o ForumB2B.com se propôs no início do ano não foram atingidos no que se refere ao volume de negócios. Os resultados ficaram abaixo do que era expectável no início do ano, obrigando a uma redução de custos ao longo de todo ano, culminando, no final de 2002, com uma redução de efectivos. Para tal contribuiu, essencialmente, a desaceleração da actividade económica em Portugal ao longo de todo o ano,

verificando-se uma diminuição do investimento público e privado nestas áreas.

Apesar da conjuntura desfavorável, a Central-e atingiu um volume de negócios que ultrapassou os 800 mil euros e o forumB2B.com afirmou-se como uma referência no mercado *Business-to-Business* nacional.

Implementou-se a solução de compras electrónicas na ONI e um projecto-piloto da solução de compras electrónicas do forumB2B.com na CME.

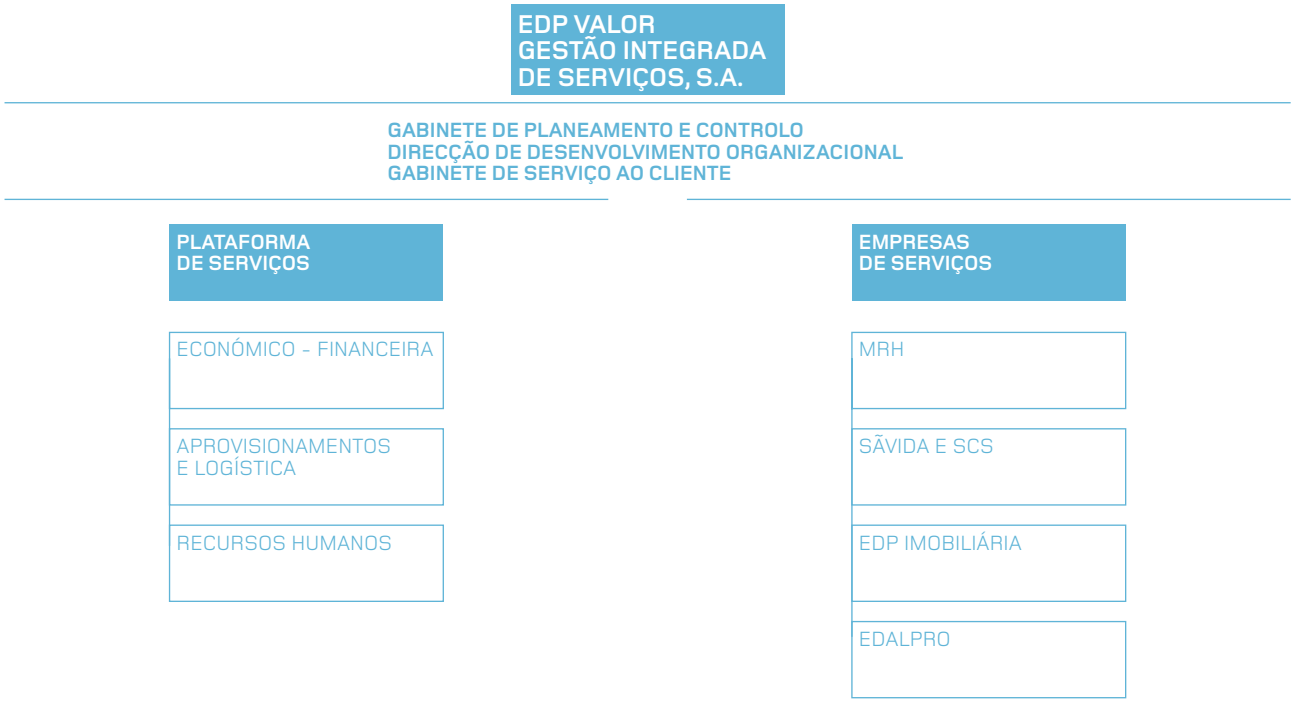
Foi efectuado um importante leilão Internacional para adjudicação da empreitada de mudança de imagem de 1 000 postos de abastecimento da Galp Energia. Foi, também, parametrizado e lançado um Leilão de Compra para a CME de adjudicação de material para empreitadas.

[SERVIÇOS DE SUPORTE: CRIAÇÃO DA EDP VALOR

Dando sequência a um conjunto de acções de reorganização interna que o Grupo EDP levou a cabo nos últimos anos - criação da EDP Distribuição por fusão das anteriores quatro empresas distribuidoras, criação da EDP Produção e renovação profunda dos sistemas de informação corporativos - todas no sentido de proporcionar ganhos de eficiência acrescidos, o Grupo arrancou com um projecto de criação de uma estrutura de serviços partilhados que haveria de culminar, ainda no final de 2001, com a criação da EDP Valor.

A EDP Valor é uma *sub-holding*, na medida em que integra as empresas de serviços transversais já existentes à data da sua criação – Sãvida, SCS, EDP Imobiliária, EDALPRO e MRH – actuando nas áreas da saúde, gestão e promoção imobiliária e formação. Enquanto estrutura de serviços partilhados, a EDP Valor assenta em plataformas de serviços: PEF – Plataforma Económica e Financeira, PAL - Plataforma de Aprovisionamentos e Logística e PRH – Plataforma de Recursos Humanos.
Tem como principais objectivos:

- A optimização de processos e sistemas;
- O aproveitamento de sinergias na realização de serviços de suporte, transversais aos negócios;
- A centralização dos serviços de *back-office*;
- A negociação e aprovisionamento centralizado de bens e serviços de utilização geral no Grupo;
- A normalização e racionalização de funções numa perspectiva global do Grupo.



A EDP Valor iniciou a sua actividade no início de 2002, tendo alargado o seu perímetro de intervenção, ao longo do ano, através das Plataformas, às empresas do negócio eléctrico em Portugal. Esta fase terminaria já em Fevereiro do corrente ano, com a integração completa dos serviços dos dois principais clientes: a EDP Produção e a EDP Distribuição.

Durante este primeiro ano de vida, a EDP Valor deu já passos significativos para o cumprimento da missão que lhe foi atribuída e bem em linha com o lema de referência que adoptou: "Integramos saber; criamos Valor".

Teve, designadamente, um papel especialmente relevante na tomada de medidas para a redução de custos no Grupo EDP, actuando em áreas prioritárias onde era expectável que, por força de uma intervenção centralizada, se gerassem poupanças significativas. Assim aconteceu nas áreas como a gestão de frota, o imobiliário e gestão de espaços, as comunicações e outros fornecimentos de serviços, cujas medidas de reorganização ou renegociação de contratos produziram já algum impacto financeiro em 2002, tendo embora o seu efeito pleno em 2003 e anos seguintes.

Nesta medida, a EDP Valor afirma-se, ao nível da organização, como instrumento privilegiado de apoio ao "Programa Eficiência", ele próprio um programa abrangente e mobilizador de todo o Grupo EDP, com vista a elencar e concretizar medidas indutoras de ganhos de eficiência e redução de custos.

No final de 2002, a EDP Valor tinha ao serviço 531 trabalhadores tendo, para as funções já integradas naquela data, libertado 145 trabalhadores que, entretanto, puderam ir sendo afectados a outras funções, nas suas respectivas empresas.

PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE

A prestação de cuidados de saúde à maior parte dos trabalhadores, reformados e pensionistas do Grupo EDP em Portugal, é assegurada pela Sãvida e pela SCS - Serviços Complementares de Saúde, duas empresas do universo da EDP Valor.

A Sãvida assegura os cuidados de saúde primários - Clínica Geral, Pediatria e Medicina no Trabalho - e a SCS presta cuidados de saúde na área das especialidades. A SCS corresponde, aliás, a uma iniciativa levada a cabo pela Sãvida em 2002, tendo em vista dispôr de uma estrutura empresarial mais flexível, capaz de acolher soluções inovadoras numa área onde decorrem actualmente mudanças significativas. Procurou-se, por outro lado, "libertar" a Sãvida para aquela que era e é a sua missão original: a prestação directa de cuidados de saúde primários.

ASSENTAMOS A NOSSA CONDUTA NOS VALORES DA CIDADANIA EMPRESARIAL, QUALIDADE E COMPETÊNCIA

Em 2002, a Sãvida assegurou os cuidados de saúde a cerca de 65 mil utentes, com idade média de 47 anos. Contou, para isso, com 120 gabinetes médicos em 57 postos distribuídos pelo País e próximos das instalações onde os utentes no activo, trabalhadores do Grupo EDP, desenvolvem as suas actividades.

No final de 2002 integravam o quadro da Sãvida 30 médicos e 28 profissionais de enfermagem, recorrendo ainda a Empresa a mais de cerca de 220 médicos e 130 enfermeiros em regime de prestação de serviços.

A actividade da SCS iniciou-se, efectivamente, em Agosto de 2002, tendo assumido a partir daí toda a organização da prestação de cuidados de saúde na área das especialidades médicas, na região sul, anteriormente a cargo da Sãvida. A partir dessa altura, a SCS assumiu-se como fornecedor de serviços privilegiado da Sãvida, com base num contrato específico de prestação de serviços que visa preservar a qualidade do serviço prestado aos utentes.

Não obstante, quer a Sãvida, quer a SCS partilharam do movimento em marcha induzido pelo "Programa Eficiência" e levaram a cabo medidas específicas de redução de custos na prestação de actos médicos, racionalizando os serviços e promovendo a melhor afectação dos recursos, sem pôr em causa o primado da qualidade.

ACTIVIDADES DE FORMAÇÃO

As actividades de formação são levadas a cabo pelas Empresas do Grupo nas áreas a que respeitam os seus negócios específicos. Todavia, naquilo que pode considerar-se como formação em matérias transversais, essas actividades são realizadas ou coordenadas, no que respeita às empresas a actuarem no mercado português, pela MRH, uma empresa do universo da EDP Valor.

A actividade da MRH no ano de 2002 viria a ser enquadrada por um conjunto de factores e circunstâncias de influência significativa nas áreas de formação, de que se destacam:

- O projecto de criação da própria EDP Valor, que determinou uma reanálise da forma organizativa mais conveniente para o desenvolvimento da actividade de formação profissional no Grupo;

- A importante redução do esforço de investimento em formação por parte de algumas das empresas do Grupo e do exterior, decorrendo da simples contenção de custos, ou do termo das fases mais consumidoras de formação de alguns projectos específicos (Navegador, Cliente Mais e Qualificação de Empreiteiros da Distribuição, por exemplo);

- A confirmação, tanto ao nível das entidades externas, como ao nível do próprio Grupo EDP, da formação à distância com suporte nas tecnologias da informação e comunicação *(e-learning)*.

Neste contexto, a MRH veio a desenvolver, no ano de 2002, um conjunto muito significativo de actividades, das quais se destacam, em síntese, as seguintes:

- Certificações e Acreditações por Entidades Externas

A MRH teve o seu sistema de gestão da qualidade certificado pela APCER, viu renovada a sua acreditação como Entidade Formadora pelo INOFOR e foi acreditada pela ANEFA como entidade promotora de um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC);

- Actividade de Formação Profissional

Apesar da retracção observada no mercado relativamente ao ano anterior, o volume da formação presencial desenvolvida em 2002 foi ainda significativo, tendo atingido um total superior a 130 000 horas, envolvendo cerca de 6 700 formandos. A parcela da formação dirigida ao mercado exterior ao Grupo EDP representou cerca de 44% do volume total referido, destacando-se a realização, para a CERTIEL (Associação Certificadora de Instalações Eléctricas), de uma nova série de seminários de informação e sensibilização, destinados a instaladores;

- Actividades do Centro de RVCC, em Seia

No seguimento da acreditação da MRH como entidade promotora de um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, a MRH iniciou esta actividade, numa primeira fase circunscrita ao Concelho de Seia e, posteriormente, também dirigida aos colaboradores do Grupo EDP. No final do ano eram 163 os candidatos inscritos, dos quais 41 em processo;

- Actividades de Inovação e de Investigação & Desenvolvimento

Também no que respeita a projectos de I&D, destaca-se a participação da MRH no projecto comunitário Alfanet, de desenvolvimento de uma plataforma adaptativa de *e-learning*, no âmbito do qual liderou o estudo de caracterização de necessidades dos diversos grupos de utilizadores, tendo em curso a preparação de um dos pilotos de demonstração.

GESTÃO DE PATRIMÓNIOS IMOBILIÁRIOS

O Grupo EDP dispõe de duas Empresas vocacionadas para actuar na gestão dos seus patrimónios imobiliários: a EDALPRO e a EDP Imobiliária. A primeira assegura a gestão do parque habitacional social e dos prédios rústicos e urbanos, sobrantes dos aproveitamentos hidroeléctricos e térmicos. A segunda tem a seu cargo a valorização, promoção e alienação dos imóveis sobrantes do Grupo.

Em 2002, a EDP Imobiliária alienou vários edifícios de escritórios e terrenos no valor de cerca de 80 milhões de euros, com mais-valias para o Grupo de 31 milhões de euros.

No domínio da valorização de solos, prosseguiram as actividades de licenciamento e projecto em várias localizações, tendo-se obtido a aprovação de 2 pedidos de informação prévia e um alvará de loteamento.

Estes terrenos, cuja capacidade construtiva acima do solo é superior a 140 000 m^2, serão alienados logo que atinjam o seu potencial de valorização máximo.

Em linha com o programa estabelecido, a EDP Imobiliária geriu a obra de remodelação da Sede do Grupo, na Praça Marquês de Pombal, em Lisboa, e da construção do edifício de escritórios de Arregaça, em Coimbra, para o Pólo Centro da EDP Distribuição. Este imóvel destina-se a concentrar aqueles serviços e permitirá libertar dois edifícios de escritório próprios e um arrendado.

A EDALPRO, por seu lado, prosseguiu a organização da titularidade dos bens, com gestão das infra-estruturas dos bairros sociais e com a identificação e controlo das contribuições autárquicas e património sobrante.

Em 2002, estabeleceram-se iniciativas junto de diversas Autarquias para o licenciamento de alguns Bairros que carecem de processos de loteamento a fim de permitir a sua regularização e a venda das habitações aos respectivos utentes.

A EDALPRO procedeu também à venda dos prédios de sua propriedade, designadamente os prédios ditos da "Tabaqueira" na Matinha, e da Av. Casal Ribeiro, 50, ao Fundo de Pensões da EDP, obtendo-se uma receita extraordinária de quase 9 milhões de euros e criando condições para que a integração da sociedade na EDP Valor se concretize com custos mínimos.

De uma maneira geral, a intervenção da EDALPRO nos prédios sobrantes do Grupo continuou a pautar-se pela política de redução dos custos com as infra-estruturas habitacionais, com o seu controle e regularização e com a alienação aos utentes sempre que possível.

INTEGRAMOS O AMBIENTE COMO UM VALOR ESTRATÉGICO NO NOSSO NEGÓCIO

'02|RC

2.3 POLÍTICAS DE GESTÃO DO GRUPO EDP

[CONTROLO DO RISCO NA ACTIVIDADE

GESTÃO DOS RISCOS OPERACIONAIS

A existência associada a sinistros, de prejuízos imprevisíveis e não quantificáveis, por vezes superiores aos custos indemnizáveis, obriga a que o Grupo EDP procure promover um cada vez maior controlo aos diversos riscos associados às suas actividades.

Para este efeito, o Grupo EDP tem contado desde sempre com uma estrutura especializada na área da prevenção e segurança – o Serviço de Prevenção e Segurança Inter-empresas, o qual desenvolve acções tendentes a:

- Assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável para os seus colaboradores, aplicando a legislação em vigor;
- Promover a formação e informação relativa aos riscos inerentes às actividades de todos os colaboradores, sensibilizando-os para o cumprimento das normas de segurança;
- Proteger as instalações e equipamentos de modo a assegurar-lhes adequadas condições de segurança;
- Minimizar os riscos que para as pessoas e para o ambiente possam advir do desenvolvimento das suas actividades.

No exercício de 2002, reforçando as actividades desenvolvidas em anos anteriores, o Grupo EDP promoveu um conjunto de acções com vista a avaliar e controlar os riscos existentes, mas também de sensibilização dos colaboradores para possíveis actuações e atitudes de prevenção.

Destas acções referem-se, a título de exemplo, as seguintes:

- Criação, no âmbito da EDP Valor, de um Departamento de Gestão de Riscos que, para além de acompanhar e promover, em conjunto com as restantes empresas do Grupo, acções de controlo de risco operacional e da respectiva sinistralidade, presta assessoria ao Conselho de Administração na negociação e contratação de seguros;
- Criação, no âmbito da EDP Produção, por força da actividade desenvolvida por esta empresa, de um Conselho de Risco Industrial com a missão de, entre outras actividades, acompanhar a implementação das melhores práticas de gestão relativas ao controlo, prevenção e mitigação dos riscos industriais;
- Promoção, com o apoio de técnicos internacionais especializados, de auditorias de risco às instalações e condições de trabalho, com emissão de relatórios onde, em simultâneo, se caracteriza a situação existente e se apresentam recomendações com vista à redução dos riscos e melhoria das condições de segurança das instalações e pessoas;
- Implementação das recomendações decorrentes das auditorias atrás referidas;
- Realização de encontros sobre segurança com a participação de entidades externas especializadas, destinados a partilhar experiências e identificar melhores práticas nesta matéria.

Todas as acções no âmbito da gestão de riscos operacionais têm tido um forte envolvimento da gestão de topo das empresas do Grupo que, simultaneamente, têm vindo a acompanhar a evolução e perfil da sinistralidade.

Atendendo a que, mesmo dispondo de um adequado sistema de gestão de riscos operacionais, não é possível evitar a ocorrência de incidentes, o Grupo EDP tem, desde sempre, efectuado a transferência de parte destes riscos através da contratação de seguros.

Tendo em vista uma gestão apropriada dos custos e partilha do risco, constituiu-se, em 1994, no seio do Grupo, uma cativa de resseguro - a Energia RE - sediada no Luxemburgo (praça europeia privilegiada nesta área de actividade), permitindo ao Grupo EDP obter, entre outros, os seguintes benefícios:

- Uniformização do programa de seguros;
- Acesso directo ao mercado ressegurador internacional;
- Retenção de parte do risco, através das apólices primárias de danos materiais e avaria de máquinas e de responsabilidade civil;
- Controlo e estabilidade do custo do seguro.

Procurando tirar o máximo partido das sinergias associadas à sua dimensão, o Grupo EDP negoceia e contrata centralmente um pacote global de seguros que cobre os riscos de danos patrimoniais, responsabilidade civil (geral e de administradores e directores), recursos humanos (acidentes de trabalho e pessoais) e viaturas, para todas as suas áreas de negócio.

GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

Na actividade financeira do Grupo EDP a exposição a riscos reside essencialmente na carteira de dívida e consiste em risco de taxa de juro, risco cambial e, de uma forma mais limitada ao risco de incumprimento da contraparte.

A EDP gere o risco de taxa de juro através da utilização de instrumentos derivados sobre taxa de juro. Estas operações têm como objectivo reduzir os encargos financeiros e/ou limitar o impacto nos encargos financeiros de variações das taxas de juro de mercado. Para este efeito, a EDP tem efectuado operações de *swap* convertendo taxa de juro fixo em variável, assim como algumas operações mais estruturadas incorporando *caps.* Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo e configuram coberturas perfeitas, havendo um *matching* entre as datas de pagamento/recebimento da operação de cobertura e da dívida subjacente e tem em consideração o seu perfil de amortização de capital.

Actualmente, a exposição do Grupo EDP ao risco cambial, em termos de dívida, resulta da consolidação das empresas brasileiras que têm dívida em divisas, nomeadamente dólares americanos, dado que toda a dívida contraída ao nível da *Holding* se encontra denominada em Euros. A EDP acompanha a evolução do câmbio Real/Dólar e Dólar/Euro e procura identificar formas de cobrir/mitigar o impacto da variação cambial nos encargos financeiros dessas empresas e, consequentemente, nos seus resultados consolidados, através de derivados ou de reestruturação dessas dívidas.

Nesta matéria e com o objectivo de reduzir o risco cambial na dívida do Grupo EDP associado à Escelsa, foi realizada uma operação de recompra de *Senior Notes*, denominadas em dólares. Deste modo, conseguiu-se efectuar a cobertura, em termos consolidados, da dívida em Dólares da Escelsa.

Em termos de risco de contraparte, na negociação e contratação de todas as operações financeiras, seja dívida ou derivados, a EDP tem em consideração a capacidade técnica, competitividade, notação de crédito, assim como também a exposição da EDP a essa entidade de modo a evitar concentrações de risco de contraparte.

Outro risco que, recentemente, tem ganho maior relevância consiste no risco de documentação e, neste aspecto, a EDP tem adoptado *standards* de mercado sempre que possível. Nessa óptica, todas as operações de derivados são contratadas ao abrigo de ISDA MASTER AGREEMENTS, e as emissões de obrigações são emitidas através do seu Program for the Issuance of Debt Instruments.

No que respeita a operações de derivados, refira-se que todas as operações carecem de aprovação do Conselho de Administração, que define os parâmetros da operação de modo a permitir a sua execução em mercados nas melhores condições. A política da EDP é de efectuar operações de derivados unicamente para cobertura, estando excluídas quaisquer operações de natureza especulativa. As operações são acompanhadas durante a sua vida e periodicamente é avaliada a sua eficácia na contínua prossecução dos objectivos de controlo e cobertura de risco, bem como o valor de mercado dos instrumentos contratados, como forma de apoio a decisões de continuidade ou alterações sobre operações realizadas.

GESTÃO DE RISCO AMBIENTAL

Desde 1994, o Grupo EDP possui uma Política de Ambiente, publicamente assumida pelo Conselho de Administração. A Política aborda as principais questões ambientais associadas às actividades do Grupo e estabelece, voluntariamente o Ambiente como objectivo de gestão.

A EDP possui um Conselho de Ambiente, órgão estatutário de carácter consultivo, constituído por personalidades independentes de reconhecida competência, que aconselha o Conselho de Administração na definição das linhas de actuação estratégica e emite recomendações sobre os novos projectos com maior relevância ambiental.

A organização da função ambiente no Grupo EDP tem em conta a necessidade de garantir uma visão corporativa integrada e a responsabilização de cada uma das empresas pelo seu desempenho ambiental. Ao nível da *Holding*, o Gabinete de Ambiente apoia directamente o Conselho de Administração e assegura a coordenação geral das actividades de ambiente ao nível do Grupo. Ao nível das Empresas de produção e distribuição de electricidade, existem competências e estruturas de ambiente próprias, responsáveis pela definição de linhas de orientação específicas e pelos programas de acção que garantam a melhoria do desempenho ambiental.

A EDP procura responder à evolução da regulamentação ambiental, à escala europeia e nacional, de forma proactiva. Acompanhando de perto os processos de produção legislativa, a empresa pretende antecipar futuras alterações regulamentares e avaliar atempadamente o respectivo impacto sobre as actividades que desenvolve.

O controlo do risco associado a danos ambientais é efectuado através das medidas de protecção ambiental implementadas nas instalações da EDP, em particular nas afectas à produção e distribuição de electricidade. Para gerir, de forma sistemática, os diversos aspectos ambientais da actividade, a EDP possui um programa de implementação progressiva de Sistemas de Gestão Ambiental.

A EDP publica anualmente, desde 1997, um relatório de ambiente em que fornece informações detalhadas e quantificadas sobre a estratégia e desempenho ambiental da empresa. Desde a edição de 2001, o relatório é elaborado com base nas linhas de orientação definidas pela Global Reporting Iniciative, a mais importante iniciativa de normalização de relatórios de ambiente e sustentabilidade, a nível mundial. O relatório de ambiente é publicado e difundido em simultâneo com o Relatório e Contas EDP e está também disponível, em versão integral, na página da EDP na *internet*. À edição de 2001 foi atribuído o primeiro prémio do IV Prémio Nacional para Relatórios Ambientais, organizados pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

CONTROLO DE GESTÃO DO GRUPO EDP

O Grupo EDP está organizado em sub-*Holdings*, por tipo de negócios, que agrupam as Sociedades que prosseguem as diferentes actividades especializadas:

- EDP Produção;
- EDP Distribuição;
- EDP Valor;
- EDP Brasil;
- ONI, S.G.P.S.;
- Edinfor;
- EDP Participações, S.G.P.S..

Os órgãos de gestão de cada uma destas sub-*Holdings* são integrados e presididos por membros do Conselho de Administração da EDP *Holding*, que nomeia os respectivos órgãos de fiscalização.

O Grupo EDP dispõe, para efeitos de gestão e controlo interno, de um Sistema de Controlo de Gestão,o qual contempla três componentes principais:

- A primeira, traduz-se na elaboração, por todas as empresas do Grupo e com periodicidade anual, de um Plano de Negócios e de um Plano Plurianual de Investimentos, ambos a cinco anos e, de um Plano de Actividades e de um Orçamento, estes dois de características anuais, documentos estes elaborados com base em objectivos centralmente definidos e que, depois de concluídos são validados e formalmente aprovados pelo respectivo Conselho de Administração. Os documentos anuais são de seguida sujeitos a um processo de consolidação ao nível das sub-*Holdings* e da própria *Holding* do Grupo, sendo também nesses níveis objecto de validação e aprovação formal pelos respectivos Conselhos de Administração;

- A segunda componente deste Sistema traduz-se na realização, ao nível de cada uma das empresas e sub-*Holdings* do Grupo, de um acompanhamento mensal da realização do Plano de Actividades e do Orçamento, com a consequente introdução, se necessário, de medidas correctivas;

- A terceira e última componente deste Sistema consiste na realização de reuniões com periodicidade quadrimestral, entre o Conselho de Administração da *Holding* e os Conselhos de Administração de cada uma das sub-*Holdings*, destinadas exclusivamente a aferir o grau de cumprimento dos objectivos centralmente definidos

A EDP, enquanto *Holding* do Grupo, tem também implementado

um Sistema de Controlo Interno, em cuja monitorização participa o Gabinete de Auditoria Interna (GAI) que funciona junto do Conselho de Administração. O GAI tem, ainda, responsabilidades na gestão, análise e controlo de risco dos negócios e, em cooperação com os Conselhos de Administração das empresas do Grupo, na sistematização dos procedimentos de identificação e avaliação dos riscos associados às respectivas actividades.

[PROGRAMA EFICIÊNCIA

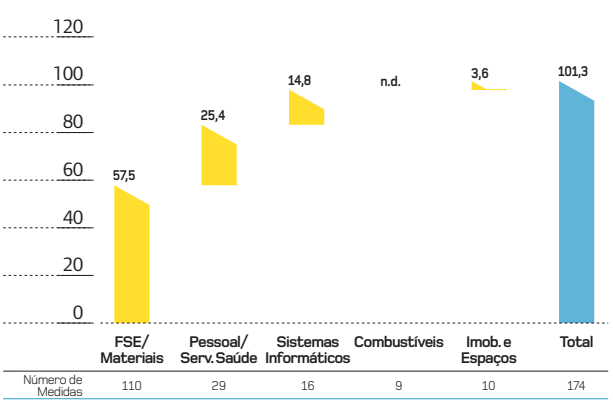
O objectivo de melhoria da qualidade do serviço prestado aos clientes e a necessidade de assegurar a criação sustentada de valor para os accionistas, num quadro de crescente liberalização dos mercados energéticos no continente europeu, e em particular na Península Ibérica, têm vindo a exigir a implantação de novos processos de gestão no Grupo EDP.

O "Programa Eficiência", enquanto projecto orientado para a procura das melhores práticas em matéria de controlo de custos e de produtividade e, ainda, como instrumento incentivador de uma atitude permanente de mudança, foi implementado em Julho de 2002 e revelou-se uma iniciativa fundamental para permitir ao Grupo criar condições para fazer face ao novo ambiente competitivo que se avizinha.

Para atingir os objectivos a que o Programa se propôs foram lançadas 15 Iniciativas, envolvendo mais de 100 colaboradores de diversas Empresas do Grupo, sediadas em Portugal, Espanha e Brasil. O intenso trabalho realizado levou à identificação de 174 Medidas, nas mais diversas áreas de actividade, responsáveis por um potencial de redução dos custos do Grupo superior a 100 milhões de euros. No entanto, aquele potencial só se concretizará ao longo dos anos 2003 e 2004 com a implementação das Medidas aprovadas.

Impacto do Programa Eficiência – redução de custos

(milhões de euros)



Entretanto, em 2002, foi possível alcançar a aspiração de curto prazo do Programa - manter os custos operacionais das principais unidades de negócio ao nível de 2001 – através da criação de um clima organizacional adequado, centrado no rigor e urgência do controlo de custos.

Ultrapassada a primeira fase de análise e concepção das Medidas, durante a qual o processo de condução dos trabalhos foi necessariamente centralizado, entrou-se numa nova etapa que procura assegurar a materialização integral do potencial de redução de custos identificado e a internalização do espírito, dos princípios e da metodologia do Programa em todas as Empresas do Grupo. Para o efeito foram constituídos "Comités de Eficiência" em quatro das principais unidades de negócio (EDP Distribuição, EDP Produção, EDP Valor e Edinfor) e nomeados colaboradores responsáveis pela implementação de cada uma das Medidas. Todos estes esforços continuarão a ser coordenados pela Comissão Executiva da EDP *Holding* e pelo Comité de Acompanhamento do Programa, composto por responsáveis de várias empresas, com o objectivo de se assegurar a coerência do Programa.

Em paralelo, estão a ser desenvolvidas iniciativas específicas nas empresas do Grupo no Brasil – EDP Brasil, Bandeirante, Escelsa e Enersul -, onde se prevê um potencial significativo, mas só possível de determinar durante o primeiro semestre de 2003.

O Programa desenvolveu ainda metodologias de captação de sinergias entre as empresas do Grupo e de identificação de melhores práticas internas e externas, incentivando o recurso sistemático ao *benchmarking* como ferramenta fundamental para detecção de práticas a implementar no Grupo EDP.

Finalmente, sublinha-se que foram lançados novos processos no domínio da gestão de recursos humanos que irão contribuir, a médio prazo, para o aumento sustentado da produtividade do Grupo EDP.

[RECURSOS HUMANOS

Num sistema económico aberto e em permanente mudança, a sobrevivência e prosperidade das organizações depende da sua capacidade de adaptação aos mercados e das soluções que encontram para enfrentar esses desafios.

Durante o ano 2002, o Grupo EDP foi marcado por fortes alterações organizacionais, que se procurou acompanhar com o desenvolvimento de processos de Gestão de Recursos Humanos já que a diferença se fará com e através das pessoas.

CONDUZINDO A MUDANÇA

Neste sentido, a criação de EDP Valor como empresa prestadora de serviços a todo Grupo EDP, potenciou uma profunda reflexão sobre os procedimentos e metodologias operacionais, nomeadamente na área de Recrusos Humanos (RH) e dos sistemas de apoio à sua actividade. Também a organização implementada na respectiva plataforma (PRH) veio reforçar o conceito de Grupo, obtendo-se significativas reduções de custo. No decurso de 2002 foram preparados, estando em fase de conclusão, para integrarem a agenda negocial de revisão do ACT, os instrumentos de adaptação às alterações já ocorridas ou esperadas em matérias de natureza social, nomeadamente nos domínios das prestações de segurança social e da política de saúde.

A eficácia da política de gestão de recursos humanos exige a acção permanente sobre os instrumentos que a sustentam, compatibilizando a sua harmonização com as necessidades específicas de cada Empresa.

A adopção do SAP como plataforma dos Sistemas de Informação corporativos dotou o Grupo EDP de um instrumento capaz de implementar e flexibilizar um novo tipo de estrutura organizacional, integrando também os processos centrais de RH e possibilitando o aumento de colaboração e responsabilização entre os empregados, gestores de linha e estruturas de Recursos Humanos.

Realça-se, em 2002, o rejuvenescimento da empresa com a admissão de 180 colaboradores para o Grupo.

A política de ajustamento dos activos do Grupo EDP centrou-se na mobilidade funcional e geográfica, alinhada com o desenvolvimento dos negócios, e na redução global de custos, resultando a seguinte distribuição de activos por áreas de actividade:

Número Efectivos
Grupo EDP

	2002	2001	2000	Δ%
Electricidade	**13 848**	**14 346**	**10 533**	**-3,5%**
Portugal	9 106	9 382	10 526	-2,9%
Produção	2 115	2 172	2 272	-2,6%
Distribuição	6 979	7 172	8 221	-2,7%
Comercialização	12	38	33	-68,4%
Espanha (1)	1 116	1 104	-	1,1%
Produção	620	618	-	0,3%
Distribuição	388	396	-	-2,0%
Comercialização	108	90	-	20,0%
Brasil (1)	3 626	3 860	7	-6,1%
Bandeirante	1 345	1 471	7	-8,6%
Escelsa	1 353	1 411	-	
Enersul	928	978	-	-5,1%
Hidrocantábrico - Outros (1)	**241**	**232**	**-**	**3,9%**
Brasil - Outros	**65**	**41**	**7**	**58,5%**
Telecomunicações	**1 617**	**1 719**	**558**	**-5,9%**
ONI Fixo	1 326	1 413	557	
ONI Móvel	291	306	1	
Tecnologias Informação	**1 713**	**1 551**	**915**	**10,4%**
Outros (2)	**971**	**639**	**567**	**52,0%**
TOTAL	**18 455**	**18 528**	**12 580**	**-0,4%**

(1) Incluem no número total de trabalhadores em 2001 e 2002 para efeitos de análise.
(2) Engloba os colaboradores em funções na EDP Valor, na EDP, S.A., EDP Águas, Valorágua; EDP Internacional, Internel, EDP Serviner, Labelec e EDP Estudos e Consultoria.

Na prossecução da Política de Recursos Humanos, definida para 2000 - 2002, lançou-se o projecto GIP - Gestão Integrada de Pessoas com o objectivo de promover:

- Consistência e alinhamento estratégico de todas as políticas e procedimentos de gestão de recursos humanos, de todas as empresas do *core business* do Grupo EDP;
- Padrões de desempenho superiores, maximizando a eficácia das empresas e aumentando a produtividade e rendibilidade do Grupo EDP;
- Desenvolvimento das chefias para a gestão da empresa através da gestão das pessoas.

O modelo, agora em fase de implementação, assume-se como um instrumento global de gestão das empresas, integrando as medidas de política de RH com base na Gestão das Competências e na formulação de objectivos e respectivo grau de concretização em actividades geradoras de valor para as empresas.

"Mais Juventude para uma estratégia nova" foi o lema impulsionador da presença do Grupo EDP em algumas Feiras de Emprego que as Universidades têm realizado.

Em 2002, o Grupo foi apresentado a diversas Universidades do País e em alguns casos foi lançado o Programa de Estágios para Finalistas de Engenharia Electrotécnica 2002/2003 tendo sido seleccionados 13 finalistas de elevado potencial para desenvolverem estudos de interesse mútuo.

Para além da importância social que representa esta abertura junto das Universidades, proporcionando uma ligação útil a ambas as partes, esta política tem permitido atrair para o Grupo alguns dos melhores alunos, contribuindo, assim, para reforçar a imagem do Grupo como espaço de realização profissional privilegiado.

A EDP participou na iniciativa "Gestão Global 2002", através de 10 equipas das várias Empresas do Grupo, sendo uma constituída só por quadros EDP e nove constituídas por um quadro e cinco estudantes de diversas Universidades de norte a sul do País (do Porto a Faro).

Esta participação permitiu conhecer melhor as competências e formação específica dos participantes e reforçar a imagem da Empresa, tanto nas universidades envolvidas como externamente através dos eventos realizados pela organização que contaram com a participação de administradores da EDP.

Da interacção entre estudantes e trabalhadores da EDP, resultaram trocas de conhecimentos e experiências enriquecedoras para todos. O envolvimento e os resultados obtidos encorajaram a participar novamente em análoga iniciativa prevista para 2003.

Promoveram-se, também, sessões de acolhimento aos novos colaboradores do Grupo, tendo em vista propiciar uma melhor e mais rápida aproximação dos colaboradores à realidade das empresas. Os resultados desta acções foram atingidos, tendo-se obtido um elevado grau de satisfação dos participantes.

ACTIVIDADES DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA

A EDP assume a Segurança como uma componente essencial da gestão e das suas responsabilidades perante a sociedade e os seus colaboradores.

Reafirmando a vontade de melhoria contínua das condições de segurança, tendo em vista prosseguir de forma sustentada o objectivo "zero acidentes", foi desenvolvida intensa actividade nas vertentes estratégica, normalizadora e operacional, de que merecem particular destaque:

- A Revisão da Política de Segurança;
- A realização do III Encontro EDP de Segurança no Trabalho;
- A adaptação do Sistema de Gestão da Segurança;
- As actividades normativa e formativa.

Neste último caso, vale referir especialmente a revisão do "Manual de Prevenção do Risco Eléctrico", e a instituição de dois novos mecanismos de prevenção que se espera venham a constituir um contributo importante para a minimização dos riscos de acidente: o "Título de Habilitação" e o "Passaporte da Segurança".

O "Título de Habilitação" constitui um certificado que reconhece ao seu detentor competência para a execução de determinado tipo de trabalhos em instalações eléctricas.

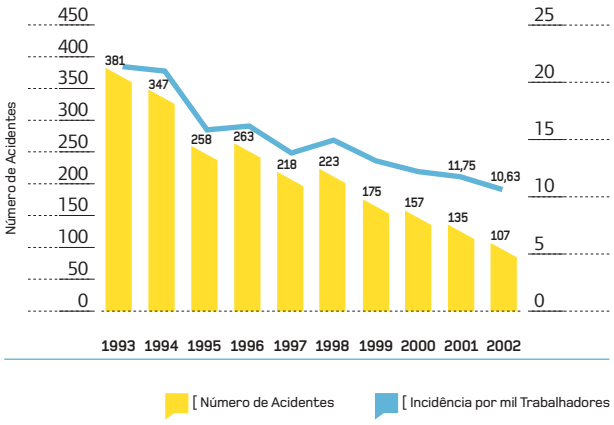
O "Passaporte de Segurança", cuja implementação decorrerá de forma progressiva até final de 2005, e é exigível aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços ao Grupo EDP, constitui uma confirmação de que os seus possuidores adquiriram, por formação, um conjunto de competências básicas em matéria de segurança.

Cerca de 2 300 trabalhadores frequentaram acções de formação ou sensibilização no domínio da Segurança no Trabalho e preparou-se uma plataforma para a formação em *e-learning*, associada ao Manual de Prevenção do Risco Eléctrico.

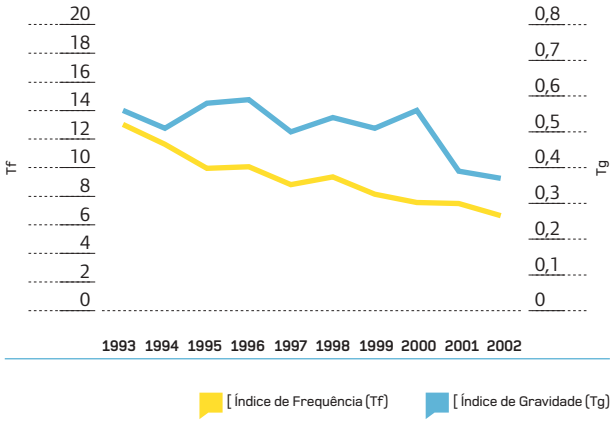
Os resultados da segurança, medidos através dos habituais indicadores numéricos, evidenciaram diminuição significativa no número de acidentes de trabalho (em serviço) de que resultou uma melhoria também nítida, tanto no índice de frequência[1], como do índice de gravidade[2], confirmando a validade dos esforços desenvolvidos.

[1] Número de Acidentes com Baixa por milhão de horas
[2] Número de Dias perdidos por mil horas trabalhadas

Número de Acidentes e Incidência por mil Trabalhadores



Índice de Frequência e Índice de Gravidade



[SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Os Sistemas de Informação como instrumentos indutores de eficiência e suportes consistentes a diversos níveis de tomada de decisão adquirem particular relevância em contextos de liberalização e concorrência crescentes. Este pressuposto levou à substituição, a partir de 2001, de diversos sistemas corporativos heterogéneos, em funcionamento numa grande parte das empresas do Grupo em Portugal, desde finais dos anos 80.

UM NOVO SISTEMA INTEGRADO DE APOIO À GESTÃO

O novo Sistema de Informação de Apoio à Gestão, suportado na plataforma SAP R/3 abrange várias funções e, designadamente, a Gestão dos Recursos Humanos; as Contabilidades Financeira e de Gestão; a Gestão de Materiais; a Gestão de Activos Fixos; a Gestão da Tesouraria e fluxos financeiros; as Vendas Internas no Grupo; e a Gestão de Projectos de Investimento e de Obras de Manutenção.

Esta plataforma suporta, também, de forma integrada, a elaboração e acompanhamento do Plano e Orçamento do Grupo.

Dando cumprimento ao Plano de Implementação, em duas vagas, e após a primeira vaga se ter concretizado em 2001, como previsto, o Sistema entrou em produção em 2002, num segundo conjunto de empresas. Destaca-se, pela complexidade de desenvolvimentos específicos para tratamento da informação na Área Técnica e para interligação com Sistemas próprios, a entrada do novo Sistema na EDP Distribuição. Esta circunstância e a elaboração do Plano e Orçamento para 2003 desafiaram a respectiva Equipa de Projecto e a Empresa, nas frentes da análise e da comunicação, da formação e do acompanhamento estruturado dos Utilizadores e, ainda, da monitorização do desempenho e da qualidade da produção do Sistema.

Merece referência, pela inovação e pela racionalização de tempo e de meios, o lançamento de uma plataforma *e-learning*, para a formação de colaboradores aos mais variados níveis e para a actualização técnica de utilizadores dos sistemas de informação.

A funcionar na EDP *Holding*, EDP Produção, EDP Distribuição e todas as Empresas de Serviços, e uma vez identificados os processos críticos transversais, o Sistema começou a ser acompanhado com maior profundidade, com o objectivo de optimizar a qualidade de serviço, caracterizada, principalmente, pela disponibilidade e tempos de resposta.

No Brasil, a Bandeirante Energia levou, igualmente, a cabo um projecto de substituição e modernização assentes na Plataforma SAP.

Com envolvimento e interesse para todas as empresas do Grupo, foi desenvolvido, em 2002, um sistema de consolidação de informação nos domínios contabilísticos, orçamental e de apoio à gestão, com base na mesma Plataforma.

A entrada em produção, de acordo com uma estratégia de implementação faseada, efectuou-se no final de Dezembro, com a base de dados relativa à área Financeira e um lote de relatórios de informação de Gestão normalizados.

A curto prazo prevê-se a entrada do bloco ligado a Recursos Humanos e a extensão a outros segmentos de informação.

UM NOVO SISTEMA PARA A GESTÃO COMERCIAL DA DISTRIBUIÇÃO

O tratamento de processos relacionados com o Ciclo Comercial com os Clientes de electricidade da EDP Distribuição é suportado pela solução IS-U/CCS (Industrial Solutions for Utilities/Customer Care and Service System) da SAP, completamente articulável com a Plataforma R/3 que suporta o Sistema de Informação de Apoio à Gestão do Grupo EDP.

Aos ganhos decorrentes da integração interna da informação acrescem os que a tecnologia que suporta este novo Sistema viabiliza, quer em termos de eficácia de relacionamento com fornecedores de serviços técnicos e comerciais, quer em termos de maior interactividade com Clientes.

Com uma primeira entrada em produção em 2001, dos processos directamente relacionados com a entrada em circulação do Euro, o novo Sistema conheceu a sua realização mais relevante no ano de 2002, com a entrada em produção de todas as funcionalidades que suportam os processos relacionados com os Clientes alimentados em MAT, AT, MT e BTE. Associado a esta realização está a entrada do novo Tarifário para este segmento de Clientes (não residenciais), a emissão da Facturação Detalhada e o tratamento dos Clientes que optem pelo Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV).

Durante o primeiro semestre de 2003, prevê-se a entrada em produção das funcionalidades ainda não disponibilizadas para o segmento dos Clientes Residenciais.

Antecipando a nova realidade do Mercado Ibérico completamente liberalizado, o Sistema Comercial importará de um novo Sistema, em fase final de desenvolvimento, a informação referente a Leituras.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA O MERCADO LIBERALIZADO

Para apoio da EDP Energia no mercado liberalizado foi implementada, em 2002, a estrutura básica de sistemas informáticos de suporte à sua actividade comercial. Em coerência com o Plano Director de Sistemas do Grupo EDP foram criados sistemas de suporte à Venda de Energia, Gestão de Contratos, Pricing, Previsão de Consumos e Facturação. Visando a proximidade do arranque do Mercado Ibérico ocorreram evoluções significativas nos sistemas de *Trading*.

As implementações foram acompanhadas pelos especialistas das empresas de Tecnologias de Informação do Grupo EDP, com destaque para a Edinfor, ACE e IT-Log. No final de 2002, a EDP Energia estava preparada para responder, de forma eficiente, aos desafios dos segmentos liberalizados do mercado de electricidade.

PROJECTO GEOEDP – SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOREFERENCIADA

Face à importância dos sistemas de informação georeferenciada como suporte aos processos empresariais e organizacionais da EDP Distribuição, esta empresa manteve a aposta no Programa GeoEDP, iniciado no ano 2001 e desenvolvido em estreita parceria com a IT-Geo (Edinfor).

O Programa GeoEDP, focado nas áreas técnicas da distribuição, consiste num enquadramento multi-projecto dirigido à gestão de informação espacial e integração de sistemas, com o objectivo de garantir acesso generalizado a funcionalidades e a repositórios de dados abrangentes, como suporte ao novo ciclo de trabalho e aos diferentes processos e fluxos de informação da gestão do negócio.

Verificou-se a expansão significativa do repositório de informação de rede eléctrica numa base cartográfica georeferenciada, conseguida por levantamentos de informação no terreno.

Na vertente aplicacional foram lançadas várias acções, sendo de destacar: o Projecto RedeActiva (com o objectivo de implementar um novo sistema de gestão de incidentes); o GeoProjectar (estratégico para o suporte da gestão da informação); a integração com sistemas da plataforma SAP.

Em termos globais, a grande vantagem, decorrente de uma arquitectura de integração de sistemas, é o aumento de agilidade no acesso à informação, com o consequente aumento de produtividade e redução global de custos.

SÍTIO EDP E *INTRANET* (EDPONTO)

O Sítio EDP na *internet* tem vindo a constituir-se num importante meio de relacionamento com clientes, investidores e outros interlocutores de negócio.

Importará realçar o grande incremento de visitas e utilização do *Site* EDP, com particular destaque para as interacções dos Clientes através da Loja Virtual e para a criação de uma *Newsletter* que permite estabelecer uma interacção regular com os utilizadores.

Foi disponibilizado um conjunto alargado de novos conteúdos de que se destacam os relativos à Electricidade em Casa

e à Segurança na utilização da Electricidade, bem como de novas funcionalidades de que merecem realce o estabelecimento de uma forma de comunicação privilegiada com as Câmaras Municipais e abertura de um Canal específico para relacionamento com Parceiros.

De salientar, ainda, a entrada em serviço, em Fevereiro de 2002, de um novo *microsite*, destinado especialmente aos profissionais da Comunicação Social, a SIV - Sala de Imprensa Virtual, que tem por objectivo melhorar sensivelmente o grau de conhecimento efectivo das actividades do Grupo, criando externamente um hábito de consulta e aproveitamento dos materiais fornecidos pela SIV.

A EDPonto, *intranet* do Grupo EDP, constituiu-se no ponto de encontro informativo de todo o Grupo EDP.

Com notícias sobre a actividade das diversas empresas nacionais e internacionais do Grupo permanentemente actualizadas, e enriquecida com novos conteúdos e funcionalidades nos diversos canais, tem contribuído para a consolidação da imagem corporativa e espírito de pertença dentro do Grupo.

SEGURANÇA INFORMÁTICA

Na sequência da conclusão do Plano Director de Sistemas (PDS2001) foram lançados vários projectos no âmbito da Segurança Informática.

Realizou-se a primeira fase de uma Aplicação de Gestão de Acessos destinada a melhorar o controlo dos pedidos e a gestão dos acessos de utilizadores aos recursos informáticos do Grupo.

Para dotar a EDP com os instrumentos necessários para fornecer aos seus colaboradores meios de acesso remoto e seguro, nomeadamente para efeitos de trabalho móvel e de teletrabalho, iniciou-se um projecto para gestão dos acessos remotos à rede de dados do Grupo.

Procedeu-se, também, à revisão do Manual de Segurança para Ambientes SAP para melhor adequação às fases de desenvolvimento e manutenção das aplicações em ambiente SAP.

[AMBIENTE

A questão das alterações climáticas e respectiva regulamentação, a nível nacional e internacional, marcou, em 2002, a agenda ambiental da EDP.

A ratificação do Protocolo de Quioto pelos países da União Europeia e acordo político, obtido em Dezembro, em relação à Proposta de Directiva sobre Comércio de Direitos de Emissão de Gases com Efeito de Estufa na União Europeia, demonstram a determinação da União Europeia em liderar este processo a nível mundial. O arranque do mercado de direitos de emissão comunitário, previsto para 2005, introduzirá uma nova variável no negócio eléctrico, cujo domínio será, a médio prazo, fundamental ao sucesso das empresas do sector.

A fim de adquirir experiência na utilização destes novos instrumentos, a EDP tem participado, desde 1999, em diversos projectos, entre os quais o PGETS - Portuguese Greenhouse Gases and Emissions Trading, cujos trabalhos foram concluídos em 2002. Tratou-se de um exercício de simulação de um mercado de emissões de gases com efeito de estufa, uma iniciativa pioneira a nível nacional, liderada pela EDP e em que participaram empresas portuguesas de diferentes sectores de actividade.

A nível nacional, destacou-se, durante o ano de 2002, a discussão pública da primeira versão do Plano Nacional para as Alterações Climáticas, documento que pretende definir as estratégias nacionais com vista ao cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal. A EDP, sendo o maior operador nacional no sector da oferta de energia, participou activamente na discussão deste Programa, atenta às propostas de fixação das responsabilidades sectoriais de redução das emissões, as quais influenciarão a competitividade da empresa quer a nível nacional quer na perspectiva do Mercado Ibérico.

Na sequência da publicação, em 2001, da Directiva sobre Grandes Instalações de Combustão (GIC) a EDP deu início ao desenvolvimento de diversos estudos técnico-económicos que lhe permitem avaliar o impacte que esta nova regulamentação terá nas suas actividades de produção de electricidade, nomeadamente a necessidade da introdução de tecnologia de dessulfurização de gases e de redução de emissões de óxidos de azoto na Central Termoeléctrica de Sines.

Ao longo do ano de 2002, a EDP esteve também envolvida nos trabalhos preparatórios do Programa para os Tectos de Emissão Nacionais, coordenado pelo Instituto do Ambiente, que decorre da publicação, em 2001, da Directiva sobre a redução das emissões nacionais de poluentes atmosféricos e que se conjuga com a anteriormente referida estratégia para o sector das grandes instalações de combustão.

De acordo com os princípios da sua Política de Ambiente, a EDP continuou a desenvolver um conjunto de actividades de carácter operacional de controlo e melhoria do desempenho ambiental, enquadradas, como já referido, pela progressiva adopção de Sistemas de Gestão Ambiental. Após a conclusão,

em 2001, do processo de certificação dos seus quatro grandes centros produtores termoeléctricos, a EDP Produção iniciou, em 2002, o processo de concepção e implementação do Sistema de Gestão Ambiental do Centro de Produção Douro, que engloba um total de 10 aproveitamentos hidroeléctricos, e nos parques eólicos.

Na actividade de distribuição, e após a aprovação pela ERSE do Plano de Promoção da Qualidade Ambiental apresentado pela EDP Distribuição nos termos do novo Regulamento Tarifário, foi definido um plano de implementação e dado início à respectiva execução. Está englobado um conjunto de 10 Programas em diversas áreas como a gestão de resíduos, a integração paisagística de infraestruturas da rede de distribuição e a minimização do impacte das linhas aéreas na avifauna. O Plano estará em vigor até ao final de 2004 e representa um marco importante na sistematização da actuação ambiental e na redução dos impactes ambientais da EDP Distribuição. Ainda em 2002, decorreu a discussão com a ERSE dos detalhes do Plano de Gestão da Procura, também apresentado pela EDP Distribuição nos termos do referido Regulamento.

Estes processos continuaram, pela sua relevância para a actividade do Grupo, a ser acompanhados pelo Conselho de Ambiente da EDP, órgão estatutário de carácter consultivo, constituído por personalidades independentes de reconhecida competência na área do Ambiente.

[INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

No seguimento da reorientação estratégica da Área de Inovação no Grupo EDP, decidida em 2001, a Labelec assumiu a coordenação das actividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e Inovação Tecnológica do Grupo EDP.

Como instrumento privilegiado de diálogo e concertação das diferentes actividades de Investigação e Desenvolvimento das Empresas foi criada a Comissão EDP - Inovação através da qual são definidas as políticas e tomadas as decisões de fundo nesta área.

Em 2002, o Grupo EDP participou em mais de 20 Projectos de I&D nas áreas da Produção e Distribuição de Energia Eléctrica, dos quais 7 com financiamento Comunitário.

É de destacar o lançamento de dois Projectos em novas tecnologias de produção de electricidade e/ou calor, designadamente nas áreas das Fuel Cells (Pilhas de Combustível) e Micro Turbinas.

Foram submetidas 5 novas candidaturas, quer no âmbito da Comissão Europeia, quer no âmbito do Programa Operacional da Economia (POE / MAPE), 3 das quais mereceram aprovação.

A EDP contribuiu para o levantamento da informação de I&D no âmbito do IPCTN – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, lançado pelo OCT (Observatório das Ciências e das Tecnologias).

Teve início o processo de desenvolvimento de um suporte informático uniforme para o Grupo EDP, com vista à gestão da informação de I&D. Com esta aplicação aprofunda-se o conhecimento próprio das actividades de I&D, permitindo extrair mais-valias e potencia-se a capacidade de resposta a inquéritos promovidos externa ou internamente, com especial relevância para as despesas de I&D contempladas pelo SIFIDE – Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento (I&D) Empresarial.

Foram lançadas as bases da constituição do Centro de Energia das Ondas (WEC), com âmbito internacional, e no qual a EDP participa activamente. Esta iniciativa contribuirá certamente para colocar Portugal num lugar cimeiro no desenvolvimento das tecnologias de aproveitamento da energia das ondas para a produção de energia eléctrica.

A Labelec assegurou, também, a representação do Grupo EDP em diversas organizações internacionais vocacionadas para o domínio da I&D, nomeadamente:

- EURELECTRIC: Working Group "Research & Development", com intervenção focada no lançamento de candidaturas ao 6º Programa Quadro Comunitário;
- ENERSEARCH: com partilha de experiências e de conhecimento com outros parceiros, concretizada, nomeadamente na realização de um *Workshop* sobre novos Mercados, Tecnologias e Serviços de Electricidade;
- AIE: "Photovoltaic Power Systems Programme".

ACTIVIDADES LABORATORIAIS

Durante 2002, confirmando uma tendência de crescimento sustentado, as prestações de serviços laboratoriais asseguradas pela Labelec aumentaram 14 % relativamente ao ano transacto, tendo as vendas para o exterior do sector eléctrico apresentado também um crescimento de 10%.

O crescimento observado é sustentado por uma procura constante de excelência tecnológica, nas suas vertentes de meios humanos e equipamento. Como exemplo, refira-se a aquisição, em 2002, do equipamento baseado em tecnologia laser que permite determinar fugas de hexaflureto de enxofre em equipamentos e subestações que utilizam aquele gás isolante.

A actividade de monitorização da qualidade da onda de tensão no Sector Eléctrico cresceu de forma significativa, tendo, neste exercício, sido efectuadas 1 380 monitorizações semanais na rede de alta, média e baixa tensão da Distribuição e na Rede de Transporte.

Complementando a actividade de monitorização e no domínio dos Estudos e Desenvolvimento, foram realizados trabalhos na área da qualidade da onda de tensão eléctrica e iniciou-se uma colaboração intensa entre Labelec e EDP Distribuição, tendo em vista a instalação do sistema de telecontagem, num universo de cerca de 20 000 clientes.

2.4 EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO GRUPO EDP

[PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O ano de 2002 foi caracterizado por significativas mudanças na estrutura organizacional do Grupo EDP, com naturais impactos no perímetro de consolidação de contas do Grupo. Destacam-se, pela sua importância na apresentação da informação contabilística e pelo impacto nas contas consolidadas, as seguintes alterações:

- **Consolidação da Hidrocantábrico**

  Consequência da tomada de controlo operacional e de gestão da Hidrocantábrico, após o acordo conjunto realizado entre a EDP e os restantes accionistas, a EnBW, a CajAstur e a Cáser, as contas da Hidrocantábrico passaram a ser consolidadas nas Demonstrações Financeiras do Grupo pelo Método de Consolidação Proporcional (40%), a partir de 1 de Junho;

- **Consolidação da Escelsa / Enersul**

  Em Outubro de 2002 a EDP iniciou a consolidação integral das demonstrações financeiras da Escelsa, no seguimento da sua tomada de controlo operacional e da nomeação de representantes da EDP nos orgãos sociais da empresa. Sendo a Escelsa o accionista maioritário da Enersul, esta empresa passou também a ser incluída no perímetro de consolidação do Grupo EDP pelo método integral, a partir da mesma altura;

- **Alienação da OPTEP**

  No cumprimento das obrigações associadas ao concurso de atribuição das licenças de UMTS em Portugal, o Grupo EDP alienou em Março a totalidade das acções da OPTEP – – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., empresa que indirectamente detinha uma participação de 25,49% na Optimus – Telecomunicações, S.A.. Com esta operação, a EDP deixou de deter qualquer participação, directa ou indirecta, em qualquer das restantes empresas detendoras de licenças UMTS, tendo, assim, a OPTEP saído do universo de empresas consolidadas no Grupo EDP.

Vale a pena referir ainda uma alteração significativa na forma de apresentação das actividades do Grupo EDP mas que não reflecte qualquer alteração no perímetro de consolidação:

- **Apresentação destacada da actividade da EDP Energia**

  A EDP Energia, empresa do Grupo destinada a operar no Sistema Eléctrico Não Vinculado, dedica-se a actividades de comercialização de energia eléctrica, dispondo também de produção própria de pequenas centrais hidroeléctricas enquadradas no SENV.

  Dada a então fraca expressão da actividade comercializadora, as demonstrações financeiras desta empresa foram, até Dezembro de 2001, incluídas na sub-consolidação do negócio da Produção. Com o alargamento dos critérios de elegibilidade dos clientes do SENV e a consequente expansão da actividade do Grupo EDP no mercado liberalizado, tornou-se pertinente destacar a actividade da EDP Energia na análise económico-financeira do Grupo EDP, esperando-se a crescente dimensão e importância desta empresa no desenvolvimento do Grupo.

SOMOS
A QUARTA
EMPRESA
ELÉCTRICA
DA PENÍNSULA
IBÉRICA

[GRUPO EDP

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Balanço Consolidado

(milhões de euros)

	2002	2001
Activo	**18 125,2**	**16 233,1**
Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo (líquido)	13 047,4	10 980,0
Investimento Financeiro (líquido)	1 896,0	3 023,5
Créditos Médio/Longo Prazo	260,6	102,9
Activo Circulante (líquido)	1 802,1	1 385,8
Acréscimos e Diferimentos	1 119,1	740,9
Capital Próprio + Passivo	**18 125,2**	**16 233,1**
Provisões para Riscos e Encargos	806,3	831,5
Correcção de Hidraulicidade	324,1	387,5
Passivo Financeiro	7 994,1	5 799,1
Outros Passivos	1 368,8	1 140,7
Acréscimos e Diferimentos	2 072,5	1 736,8
Capitais Próprios	5 494,2	6 096,8
Interesses Minoritários	65,2	240,7

Demonstração de Resultados Consolidados

(milhões de euros)

	2002	2001	Δ%
Proveitos Operacionais	**6 662,5**	**5 948,4**	**12,0%**
Vendas e Prestações de Serviços	6 386,5	5 650,4	13,0%
Trabalhos para a Própria Empresa	241,8	232,5	4,0%
Outros Proveitos Operacionais	34,2	65,5	-47,8%
Custos Operacionais	**6 013,8**	**5 274,9**	**14,0%**
Custo das Existências Vendidas e Consumidas	3 690,7	3 079,7	19,8%
Fornecimentos e Serviços Externos	675,0	651,2	3,7%
Custos com o Pessoal	624,8	592,0	5,5%
Amortizações e Provisões do Exercício	840,2	780,7	7,6%
Rendas de Concessões e Centros Electropodutores	158,2	149,1	6,1%
Outros Custos Operacionais	24,9	22,2	12,3%
Resultados Operacionais (EBIT)	**648,7**	**673,5**	**-3,7%**
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	1 488,9	1 454,2	2,4%
Proveitos Financeiros	**553,3**	**384,1**	**44,1%**
Custos Financeiros	**776,2**	**589,4**	**31,7%**
Resultados Financeiros	**-222,9**	**-205,3**	**-8,5%**
Proveitos Extraordinários	**304,0**	**186,6**	**62,9%**
Custos Extraordinários	**442,9**	**60,6**	**630,8%**
Resultados Extraordinários	**-138,9**	**126,0**	**-210,3%**
Resultado Antes de Impostos	**286,9**	**594,2**	**-51,7%**
Imposto sobre o Rendimento	171,7	203,0	-15,4%
Interesses Minoritários	-220,0	-59,6	-269,4%
Resultado Líquido	**335,2**	**450,8**	**-25,6%**

RESULTADO OPERACIONAL

Em 2002, o Resultado Operacional Consolidado do Grupo EDP ascendeu a 648,7 milhões de euros, correspondendo a uma redução de 3,7% em relação a 2001.

Resultado Operacional por Negócio

(milhares de euros)

	2002		2001		Δ%
EDP Produção	550 661	84,9%	516 172	76,6%	6,7%
EDP Distribuição	93 916	14,5%	191 239	28,4%	-50,9%
EDP Energia	5 758	0,9%	4 158	0,6%	38,5%
Hidrocantábrico (1)	38 035	5,9%	-	-	-
Bandeirante	31 098	4,8%	64 613	9,6%	-51,9%
Escelsa (2)	12 649	1,9%	-	-	-
Enersul (2)	2 580	0,4%	-	-	-
Telecomunicações	-116 504	-18,0%	-136 078	-20,2%	14,4%
Tecnologias de Informação	35 563	5,5%	31 129	4,6%	14,2%
Outros	-5 052	-0,8%	2 299	0,3%	-319,7%
Resultado Operacional	**648 704**	**100,0%**	**673 532**	**100,0%**	**-3,7%**

(1) Corresponde a 40% do Resultado Operacional da Hidrocantábrico de 1 de Junho a 31 de Dezembro de 2002
(2) Corresponde à consolidação integral do Resultado Operacional da Escelsa e da Enersul de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 2002.

Este resultado foi, em grande parte, originado pela EDP Produção, cuja performance continua a reflectir os esforços desenvolvidos no sentido de alcançar ganhos de eficiência, bem como a natureza estável dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) associados à maioria da capacidade de produção da empresa.

Apesar de um aumento dos proveitos operacionais e dos resultados positivos do Programa Eficiência na EDP Distribuição, o Resultado Operacional desta empresa diminuiu no período em análise cerca de 97 milhões de euros. Esta evolução decorre da última revisão tarifária da ERSE, que impôs uma redução das tarifas de Uso da Rede de Distribuição (URD), de Comercialização de Redes (CREDES) e de Comercialização no SEP (CSEP).

O desempenho das distribuidoras brasileiras continua a reflectir o impacto negativo de uma alteração nos hábitos de consumo resultante do programa de racionamento de energia eléctrica implementado em 2001, bem como a forte depreciação do real face ao euro verificada durante o ano. No entanto, o último trimestre de 2002 mostrou alguns sinais de recuperação que deverão continuar em 2003, esperando-se também que a Bandeirante e a Enersul venham a beneficiar das suas revisões tarifárias, em Outubro e Abril de 2003, respectivamente.

Os resultados de 2002 foram significativamente afectados pelo negócio das telecomunicações, em virtude do encerramento da ONI Way. Os proveitos operacionais da ONI aumentaram substancialmente em relação a 2001 e, apesar de negativa, a contribuição do Grupo ONI para o Resultado Operacional do Grupo EDP melhorou significativamente em cerca de 20,3 milhões de euros. A empresa espera atingir EBITDA positivo em 2003/2004.

RESULTADO FINANCEIRO

Demonstração de Resultados Financeiros

(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
Juros suportados/obtidos	-201 261	-235 257	14,5%
Ganhos/perdas em empresas do Grupo e associadas	-78 734	11 620	-777,6%
Diferenças de câmbio líquidas	67 414	-1 345	5113,0%
Rendimentos de participações de capital	40 042	16 831	137,9%
Amortização *Goodwill* - Hidrocantábrico	-3 381	-	-
Amortização *Goodwill* / Dto. Concessão - - Bandeirante	-8 435	-12 839	34,3%
Amortização *Goodwill* / Dto. Concessão - Iven	-18 414	-18 414	0,0%
Amortização *Goodwill* - Optep	-	-8 509	100,0%
Amortização *Goodwill* - Comunitel	-8 897	-5 522	-61,1%
Amortização *Goodwill* - Ace Holding S.G.P.S.	-2 942	-4 407	33,2%
Outros	-8 235	52 509	-115,7%
Resultados Financeiros	**-222 843**	**-205 333**	**-8,5%**

Em 2002, os resultados financeiros do Grupo foram negativos em 222,9 milhões de euros, o que representa um agravamento de 8,5% em relação ao ano anterior. Para esta evolução contribuíram nomeadamente:

- Aumento de 81,8 milhões de euros dos juros suportados, consequente do crescimento da dívida financeira consolidada do Grupo EDP, e aumento de 115,8 milhões de euros dos juros obtidos, explicados em grande parte pelo ganho financeiro de 89,8 milhões de euros resultante da aquisição de Bonds da Escelsa a um desconto médio de 25% face ao valor nominal;

- Aumento de 23,2 milhões de euros nos Rendimentos de Participações de Capital, reflectindo os dividendos recebidos em 2002: 15,8 milhões de euros da Iberdrola (14,8 milhões de euros em 2001); 14,9 milhões de euros do BCP; 5,4 milhões de euros da GalpEnergia e 3,0 milhões de euros da Tejo Energia (0,5 milhões de euros em 2001);

- Aumento de 68,8 milhões de euros nas diferenças de câmbio líquidas, resultante de uma redução de 40,8 milhões de euros nas diferenças de câmbio desfavoráveis, decorrentes da liquidação da dívida denominada em dólares da Bandeirante realizada no final de 2001 e da realização de um ganho cambial de 56,4 milhões de euros na operação de cobertura das "Senior Notes" em dólares da Escelsa (31 de Dezembro de 2002 a EDP *Holding* detinha 357,4 milhões de dólares de um total de 431,1 milhões de dólares de *Bonds* da Escelsa);

- Contribuição negativa das Empresas do Grupo e Associadas em 78,7 milhões de euros, reflectindo, nomeadamente, o impacto negativo da depreciação do real na dívida denominada

em dólares da Escelsa até 30 de Setembro de 2002 (período durante o qual a consolidação se efectuou pelo Método de Equivalência Patrimonial), mas beneficiando da realização de um ganho financeiro de 89,8 milhões de euros resultante da aquisição dos *Bonds* da Escelsa a um desconto médio de 25% face ao valor nominal.

O detalhe da contribuição das empresas participadas e do ganho financeiro associado à compra dos títulos da Escelsa encontra-se no quadro seguinte:

Ganhos / Perdas em Empresas do Grupo e Associadas

(milhares de euros)

	Capital detido	2002
REN	30,0%	19 395
Escelsa (1)	54,74%	-102 908
Hidrocantábrico (2)	19% x 50%	5 379
SPE (CEM)	21,8%	6 538
Outros	-	-7 138
Total (*)		**-78 734**

(1) Inclui Enersul. Escelsa e Enersul consolidadas pelo Método de Equivalência Patrimonial até Setembro de 2002 e pelo Método de Consolidação Integral a partir de Outubro, controlando o Grupo EDP 54,74% da Escelsa e 35,69% da Enersul
(2) Hidrocantábrico consolidada pelo Método de Equivalência Patrimonial de Janeiro a Maio de 2002 e pelo Método de Consolidação Proporcional a partir de Junho.
(*) CERJ não consta devido a estar em processo de alienação.

DÍVIDA FINANCEIRA

No final de 2002, a dívida consolidada do Grupo ascendia a 7 994 milhões de euros, representando um aumento de 38,7% face ao ano anterior. Este aumento reflecte um acréscimo de 22,4% na divida da EDP *Holding* (incluindo EDP Finance BV), resultante essencialmente do investimento de 783 milhões de euros para aquisição da Hidrocantábrico, mas sobretudo as alterações registadas ao nível do perímetro de consolidação, com a consolidação integral da dívida da Escelsa e Enersul e de 40% da dívida da Hidrocantábrico.

Foi mantida em 2002 a política de centralizar a contratação da dívida financeira e a gestão de tesouraria ao nível da EDP *Holding* (incluindo EDP Finance BV), exceptuando-se as empresas não detidas integralmente (como é o caso da Hidrocantábrico e da ONI) e as participadas brasileiras. No fim de 2002, 74% da dívida financeira do Grupo havia sido contratada pela EDP *Holding* (incluindo EDP Finance BV). Dos financiamentos contratados por empresas do Grupo destaca-se a operação de 2 000 milhões de euros contratada pela Hidrocantábrico, sem recurso aos accionistas, e que permitiu financiar parte da operação de aquisição dessa empresa.

Em termos de maturidade, a dívida consolidada do Grupo EDP é composta por 24% de curto prazo e 76% de médio e longo prazo, enquanto na EDP *Holding* (incluindo EDP Finance BV) esta proporção é de 15% e 85% respectivamente. A carteira de dívida do Grupo, em termos de médio e longo prazo, é composta em 56% por empréstimos obrigacionistas sendo o restante composto por empréstimos bancários e papel comercial.

Dívida Financeira
Grupo EDP

(milhares de euros)

	2002	2001
Dívida - médio / longo prazo	**6 107 042**	**4 054 780**
Empréstimos por Obrigações não Convertíveis	3 392 111	2 361 355
Dívidas a Instituições de Crédito	2 697 721	1 679 244
Outros Empréstimos Obtidos	17 210	14 181
Dívida - curto prazo	**1 887 034**	**1 744 344**
Empréstimos por Obrigações não convertíveis	12 261	23 385
Dívidas a Instituições de Crédito	1 874 772	1 720 959
Total Grupo EDP	**7 994 076**	**5 799 124**

Durante o ano de 2002 deu-se continuidade à política, iniciada em anos anteriores, de alongar a maturidade média da carteira de dívida da EDP, tendo sido realizadas no segundo semestre de 2002 e na sequência da actualização do *rating* do Grupo, diversas transacções no mercado de capitais e no mercado de empréstimos bancários, através da EDP Finance BV:

- Em Agosto foi lançada ao abrigo do Programa de Euro Medium Term Notes (EMTN) uma emissão obrigacionista denominada em Libras Esterlinas no montante de 200 milhões de libras esterlinas, a 15 anos e com cupão anual fixo de 6,625%. Simultaneamente a EDP celebrou um contrato de *swap*, através do qual converteu a emissão para 320 milhões de euros, eliminando assim o risco cambial associado. Com esta emissão a EDP assumiu um lugar pioneiro entre as empresas portuguesas, no acesso ao mercado obrigacionista de libras esterlinas e por um prazo de 15 anos.

- Em Novembro, a EDP contratou junto de um sindicato de bancos internacionais um empréstimo de 550 milhões de euros a 5 anos.

- No inicio de Dezembro foi lançada ao abrigo do Programa EMTN uma emissão de obrigações no montante de 500 milhões de euros a 5 anos, com cupão anual fixo de 5%. A receptividade demonstrada pelo mercado, num período de grande volatilidade, foi extremamente positiva, tendo a procura excedido largamente a oferta.

- No final de Dezembro foi ainda realizada uma emissão de obrigações de 93 milhões de euros no âmbito do programa

SOMOS A MAIOR EMPRESA PORTUGUESA NÃO FINANCEIRA

de EMTN por um prazo de 20 anos. Tratou-se de uma emissão oportunística, colocada junto de um único investidor e que proporcionou ao Grupo uma relação custo-maturidade extremamente favorável.

Durante o ano de 2002 ao nível do financiamento de curto prazo, e na sua gestão de tesouraria a EDP *Holding* (incluindo EDP Finance BV) privilegiou o recurso a emissões de Euro Commercial Paper, instrumento que lhe proporciona acesso a uma base de investidores alargada e a custos muito competitivos, assegurando a flexibilidade necessária a uma eficiente gestão de tesouraria.

No final do ano a EDP *Holding* (incluindo EDP Finance BV) dispunha de 1 502 milhões de euros de linhas de crédito contratadas e de 490 milhões de euros de papel comercial com compromisso de tomada firme, que asseguram ao Grupo EDP liquidez e flexibilidade na sua gestão de tesouraria assim como capacidade para enfrentar eventuais desafios que advenham da criação do mercado de energia ibérico.

No que se refere à gestão do risco de taxa de juro na carteira de dívida da EDP *Holding,* foram realizadas algumas operações de *swaps* de taxa de juro e procedeu-se à reestruturação de alguns dos *swaps* existentes por forma a reduzir a taxa de juro destas operações. Com o mesmo objectivo, sobre a dívida a taxa variável, foram também realizadas operações estruturadas de opções.

No final de 2002, a taxa de juro média da dívida financeira da EDP *Holding* (incluindo EDP Finance BV) situava-se em cerca de 3,67% (3,70% no final de 2001), encontrando-se 27,3% a taxa fixa.

Em termos de moeda a dívida do Grupo EDP encontra-se denominada em Euros com excepção da dívida contraída pelas empresas brasileiras, cujo financiamento se encontra denominado em Reais e Dólares Americanos.

No seguimento da tomada de controlo da Escelsa em Outubro de 2002, o Conselho de Administração da EDP *Holding* decidiu racionalizar e atenuar o impacto, ao nível da Demonstração de Resultados Consolidados, da volatilidade da taxa de câmbio Real/Dólar, resultante do passivo financeiro em dólares detido por esta subsidiária. Neste âmbito, foi lançada em Novembro uma oferta pública de aquisição e pedido de renúncia referente às obrigações denominadas em dólares emitidas e não canceladas pela Escelsa que, àquela data, totalizavam 431 milhões de dólares. A oferta foi concluída com sucesso em Dezembro, tendo a EDP adquirido 206 milhões de dólares de obrigações. Antes do lançamento da oferta a EDP havia adquirido já um total de 152 milhões de dólares de obrigações, pelo que na sua sequência, passou a deter cerca de 83% da totalidade da emissão. O custo de aquisição destas obrigações foi inferior em cerca de 25% ao seu valor facial, permitindo à EDP alcançar um resultado financeiro positivo de 89,8 milhões de dólares. Saliente-se ainda que na sequência do sucesso do pedido de renúncia foram eliminados a maioria dos *covenants* inerentes a esta emissão obrigacionista, permitindo à Escelsa aumentar a sua flexibilidade operacional e financeira e à EDP dar sequência ao processo de reestruturação das suas participadas no Brasil.

No que respeita ao *rating* de médio e longo prazo, no decurso do ano 2002, a S&P e a Moody´s reviram em baixa o *rating* de longo prazo da EDP, S.A., e da EDP Finance BV para, respectivamente, A+ com *Negative Outlook* e A2 com *Stable Outlook*. Esta redução resulta em grande medida do esforço de investimento realizado pela EDP nos últimos anos, na concretização da sua estratégia de posicionamento como um importante *player* nos mercados Ibérico e brasileiro de energia.

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os Resultados Extraordinários do Grupo EDP foram negativos em 138,9 milhões de euros em 2002, traduzindo uma quebra acentuada face aos resultados positivos de 126,0 milhões de euros em 2001.

Demonstração de Resultados Extraordinários

(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
Ganhos/(Perdas) em imoblizações	11 933	25 046	-52,4%
Redução de provisões e amortizações	76 371	18 681	308,8%
Aumento de provisões e amortizações	- 299 232	- 3 069	-9650,7%
Correcções relativas a exercícios anteriores (líquido)	- 4 243	5 837	-172,7%
Correcção de hidraulicidade (líquido)	0	47 466	-100,0%
Compensação de amortizações	76 051	68 769	10,6%
Dívidas incobráveis	- 9 084	- 1 385	-555,9%
Ganhos/(Perdas) em existências	- 2 093	- 2 635	20,6%
Outros Ganhos/(Perdas)	11 358	- 32 721	134,7%
Resultados Extraordinários	**- 138 939**	**125 989**	**-210,3%**

Para este resultado contribuiu de forma significativa o encerramento da ONI Way, designadamente a provisão no montante de 280 milhões de euros constituída nesta empresa. Recorde-se que a ONI Way é consolidada pelo método integral pelo que o valor total dessa provisão tem impacto negativo nos Resultados Extraordinários.

Relativamente à alienação da OPTEP, apesar de o período de exercício da opção de compra da EDP sobre as acções da empresa ter terminado em Setembro, o Grupo mantém, por um período de três anos, uma exposição à variação do valor das acções, consequência de um derivativo financeiro então contratado. Assim, de acordo com o princípio da prudência, a mais-valia desta venda foi diferida, não se encontrando reflectida nos resultados do Grupo em 2002.

Na sequência da aceitação pelas autoridades Marroquinas da operação de venda da participação do Grupo EDP na Redal, foi registada uma mais valia de 15,8 milhões de euros.

Os Resultados Extraordinários incluem ainda uma perda de 20,3 milhões de euros relativa ao encerramento da Shopping Direct pela ONI Web e um ganho de 27,9 milhões de euros na venda de alguns edifícios de escritórios ao Fundo de Pensões da EDP.

INVESTIMENTO

Investimento Operacional

Em 2002, o investimento operacional atingiu 1 480 milhões de euros, o que representa um aumento de 8,9% em relação a 2001. Este aumento é principalmente explicado pelos investimentos efectuados pela EDP Produção, EDP Distribuição e ONI, e pela consolidação de 40% dos investimentos da Hidrocantábrico.

Investimento Operacional

(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
EDP Produção	**286 431**	**140 354**	**104,1%**
Produção Vinculada	55 481	43 320	28,1%
Produção Não Vinculada	145 007	63 558	128,1%
Produção em Regime Especial	58 253	19 604	197,1%
Investimento Não Específico	27 690	13 872	99,6%
EDP Distribuição	**371 187**	**265 874**	**39,6%**
Alta / Média Tensão	95 760	82 765	15,7%
Baixa Tensão	135 168	125 569	7,6%
Iluminação Pública	11 355	16 890	-32,8%
Sistemas Informáticos (1)	80 807	517	15544,5%
Outros	48 097	40 133	19,8%
EDP Energia	**8 504**	**1 104**	**670,5%**
Electricidade Portugal	**666 122**	**407 332**	**63,5%**
Produção	135 724	277 787	-51,1%
Distribuição (2)	66 773	133 643	-50,0%
EDP-Brasil	261	1 608	-83,8%
Electricidade Brasil	**202 758**	**413 038**	**-50,9%**
Hidrocantábrico (3)	**211 938**	**197 790**	**7,2%**
Telecomunicações	**311 962**	**239 020**	**30,5%**
Tecnologias de Informação	**41 833**	**72 862**	**-42,6%**
Outros	**45 364**	**29 531**	**53,6%**
Investimento Operacional Total	**1 479 976**	**1 359 572**	**8,9%**

Nota: Nos negócios do Grupo EDP salienta-se que os valores não correspondem nem à óptica de consolidação nem de *cash(out)-flow* porque é apresentado para cada empresa o investimento operacional total, independentemente da participação do Grupo EDP na empresa e de mudanças de propriedade interna no Grupo.
(1) Em 2002, 80,5 milhões de euros são relativos à transferência de sistemas informáticos do Grupo Edinfor para a propriedade da EDP Distribuição, pelo que não tem qualquer impacto no *cash-(out)flow* do Grupo EDP.
(2) Inclui-se para 2001 e 2002 os valores de investimento total das empresas Escelsa e Enersul. Note-se que, em 2001 e até Outubro de 2002 estas empresas consolidavam pelo Método de Equivalência Patrimonial, passando depois a ser consolidadas integralmente.
(3) A Hidrocantábrico passou a ser consolidada nas contas do Grupo EDP em 01 de Junho de 2002.

A EDP Produção investiu cerca de 143,7 milhões de euros na nova Central de Ciclo Combinado a Gás Natural da TER e 25,7 milhões de euros na expansão da central hidroeléctrica de Venda Nova.

O investimento da EDP Distribuição foi, essencialmente, focado na melhoria da rede de distribuição. Em 2002, foram ainda transferidos sistemas informáticos do Grupo Edinfor para a EDP Distribuição, num montante de 80,5 milhões de euros, valor que, numa perspectiva de consolidação, representa apenas uma transferência de propriedade dentro do Grupo EDP, sem qualquer impacto no *Cash-(out)flow* consolidado.

O investimento operacional do Grupo EDP no Brasil em 2002 ascendeu a 207 milhões de reais (56 milhões de euros).

Investimento Operacional
Brasil

	(milhares de reais)				(milhares de euros)			
	2002		2001		2002		2001	
	Investimento Total	Aportes EDP	Investimento Total	Aportes EDP	Investimento Total	Aportes EDP	Investimento Total	Aportes EDP
Produção	**503 807**	**206 387**	**568 464**	**83 567**	**135 724**	**55 600**	**277 787**	**40 836**
AHE Peixe Angical	154 068	146 056	22 184	23 466	41 505	39 347	10 840	11 467
UTE Fafen	100 581	42 001	106 424	26 877	27 096	11 315	52 005	13 134
UHE Lajeado	243 781	12 953	433 961	27 329	65 674	3 489	212 060	13 354
Enertrade	240	240	4 400	4 400	65	65	2 150	2 150
Estudos e Projectos	5 137	5 137	1 495	1 495	1 384	1 384	731	731
Distribuição	**247 861**	**-**	**273 487**	**-**	**66 773**	**-**	**133 643**	**-**
Bandeirante [1]	94 332	-	96 643	-	25 413	-	47 226	-
Escelsa [2]	60 165	-	67 820	-	16 208	-	33 141	-
Enersul [2]	93 364	-	109 024	-	25 152	-	53 276	-
EDP Brasil, S.A.	**967**	**890**	**3 291**	**3 291**	**261**	**240**	**1 608**	**1 608**
Investimento Operacional Total	**752 635**	**207 277**	**845 242**	**86 858**	**202 758**	**55 840**	**413 038**	**42 444**

(1) Valor de 2001 respeita a 54% do investimento realizado pela empresa até Setembro (antes do *split*) e a 100% do investimento realizado a partir de Outubro (após o *split*).
(2) A Escelsa e a Enersul consolidaram até Setembro de 2002 pelo Método de Equivalência Patrimonial e integralmente a partir de Outubro.
Os valores correspondem a 100% destas empresas em 2001 e 2002.

Os aportes de capital da EDP Brasil destinaram-se ao aumento de capacidade das empresas de produção de energia, nomeadamente à construção de Peixe Angical, à conclusão da Central Hidroeléctrica do Lajeado e ao reforço de potência da Central Termoeléctrica Fafen.

No que respeita às distribuidoras, a maioria do investimento destinou-se à modernização e automatização da rede de distribuição, com o objectivo de reduzir os custos de manutenção e o número de efectivos.

Em relação à ONI, que representa cerca 22% do investimento total do Grupo EDP, 171,2 milhões de euros foram investidos no negócio de telecomunicações móveis.

A inclusão de 40% do investimento operacional da Hidrocantábrico em 2002 conduziu a um aumento do investimento total em 84,8 milhões de euros.
A Hidrocantábrico investiu 54,3 milhões de euros na construção da Central de Ciclo Combinado a Gás Natural de Castejón.
O remanescente foi investido na expansão da rede de distribuição nas Astúrias, Madrid, Alicante e Valência.

Investimento Financeiro

Investimento Financeiro

(milhares de euros)

	2002	2001
BCP	167 556	0
Galp Energia	0	0
EDA - Electricidade dos Açores	0	813
Geoterceira	499	0
Affinis	13 757	0
Turbogás	20 986	0
Hidrocantábrico	782 979	262 388
Obrigações Escelsa	379 964	0
Escelsa	0	209 011
Redal	0	7 525
Investimento Financeiro Total	**1 365 741**	**479 737**

Nota: Não inclui aportes de capital para empresas do Brasil destinados a financiar investimento operacional, cujos valores são considerados na análise do Investimento Operacional.

O investimento financeiro em 2002 totalizou 1 366 milhões de euros, resultando essencialmente da aquisição do controlo na Hidrocantábrico, do reforço da participação no BCP e na Turbogás.

FUNDO DE PENSÕES E RESPONSABILIDADES PELA PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE

O Grupo EDP mantém planos de benefícios sociais para uma grande parte dos trabalhadores das empresas do Grupo em Portugal enquadradas pelo ACT – Acordo Colectivo de Trabalho, bem como para os trabalhadores de algumas empresas no exterior. Estes benefícios compreendem complementos de reforma e de pensões e a prestação de cuidados de saúde a reformados e pensionistas.

A contabilização dos custos associados a estes benefícios sociais nas Demonstrações Financeiras do Grupo EDP rege-se pelo disposto no International Accounting Standard (IAS) 19.

A cobertura dos custos com responsabilidades passadas vencidas a 31 de Dezembro de 2002 encontra-se assegurada por Fundos, com activos no final de 2002 de 750 milhões de euros, bem como através de provisões no Balanço consolidado, no montante global de 645 milhões de euros.

A caracterização destes Planos de Benefícios Sociais, o detalhe destas responsabilidades, os pressupostos e o respectivo movimento ocorrido em 2002 é apresentado no Anexo às Contas Consolidadas, na Nota 21.

TRIBUTAÇÃO CONSOLIDADA DO GRUPO EDP

Por Despacho do Senhor Ministro das Finanças, o Grupo EDP está autorizado a proceder à consolidação fiscal. Decorre desta autorização que o Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas incide sobre a actividade global do Grupo EDP desenvolvida pelas filiais detidas em pelo menos 90% do seu capital e com sede em território nacional.

DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS AOS TRABALHADORES

Faz parte da política de Recursos Humanos do Grupo EDP a atribuição de lucros aos seus trabalhadores. Esta política concretiza-se nas empresas a que os trabalhadores estão afectos..

[EDP PRODUÇÃO

Em 2002, o consumo referido à emissão aumentou 1,6% face a 2001, totalizando 40 664 GWh. Devido aos níveis reduzidos de pluviosidade registados no ano (coeficiente de hidraulicidade de 0,76 em 2002, face a 1,19 em 2001) o peso da produção de origem térmica no total da emissão aumentou, quando comparado com o do ano anterior. Dado que a EDP Produção detém praticamente a totalidade da capacidade hídrica instalada em Portugal, a contribuição das suas centrais para o volume de energia entregue no Sistema caiu de 67% em 2001 para 60% em 2002.

Embora a emissão líquida da EDP Produção tenha decrescido 11,1%, o impacto nas demonstrações financeiras foi limitado, uma vez que grande parte da capacidade de produção da empresa está vinculada ao SEP mediante Contratos de Aquisição de Energia (CAE) de longo prazo que garantem aos produtores uma Parcela Fixa baseada na garantia de disponibilidade contratada com o SEP, independentemente da quantidade de energia produzida, e permitem a passagem para a tarifa final do custo com combustíveis, através de uma Parcela Variável facturada mensalmente à REN.

Demonstração de Resultados
EDP Produção

(milhares de euros)

	2002	2001 pró-forma	Δ%
Proveitos Operacionais	**1 495 568**	**1 324 361**	**12,9%**
Vendas de Electricidade	1 425 432	1 267 922	12,4%
Outras Vendas	18 651	12 361	50,9%
Prestação de Serviços	18 212	14 600	24,7%
Trabalhos para a Própria Empresa	26 183	23 900	9,6%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	7 090	5 578	27,1%
Custos Operacionais	**944 907**	**808 189**	**16,9%**
Electricidade	37 277	3 653	920,4%
Combustíveis para Produção de Electricidade	465 527	377 192	23,4%
Materiais Diversos e Mercadorias	4 377	3 909	12,0%
Fornecimentos e Serviços Externos-Terceiros	50 853	52 154	-2,5%
Fornecimentos e Serviços Externos-Grupo	22 110	17 442	26,8%
Custos com o Pessoal	119 559	113 481	5,4%
Amortizações do Exercício	228 231	225 182	1,4%
Provisões	11 612	9 805	18,4%
Rendas de Concessão	3 664	3 437	6,6%
Outros Custos e Perdas Operacionais	1 697	1 934	-12,3%
Resultados Operacionais	**550 661**	**516 172**	**6,7%**
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	790 504	751 159	5,2%
Resultados Financeiros	**-90 135**	**-92 414**	**2,5%**
Resultados Extraordinários	**7 066**	**6 448**	**9,6%**
Impostos e Interesses Minoritários	-172 969	-141 479	-22,3%
Resultado Líquido	**294 623**	**288 727**	**2,0%**

Nota: Sub-consolidação não auditada.

As vendas de electricidade da EDP Produção cresceram 12,4%. Este aumento resulta de um acréscimo de 95,7 milhões de euros na parcela variável dos CAE (parcela que remunera os custos de produção), decorrente do maior recurso a fontes de produção térmica durante 2002, e de um aumento de 14,1 milhões de euros na parcela fixa dos CAE, associado a um aumento do coeficiente de disponibilidade (disponibilidade média verificada/disponibilidade média contratada) das centrais da CPPE.

Proveitos de Vendas de Electricidade
EDP Produção

(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
PPA Parcela Fixa - CPPE	864 919	850 798	1,7%
PPA Parcela Variável - CPPE	458 979	363 277	26,3%
Total CPPE	**1 323 898**	**1 214 075**	**9,0%**
HDN	29 798	12 906	130,9%
Hidrocenel	27 809	12 585	121,0%
Total Mini-Hídricas	**57 607**	**25 491**	**126,0%**
Eólica (Enernova)	**8 626**	**5 530**	**56,0%**
Biomassa (Central de Mortágua)	**2 514**	**1 208**	**108,1%**
Cogeração (Soporgen e Energin)	**32 787**	**21 618**	**51,7%**
Total EDP Produção	**1 425 432**	**1 267 922**	**12,4%**

Nota: Sub-consolidação não auditada.

O aumento do custo com combustíveis para a produção de electricidade de 88,3 milhões de euros, no período em análise, reflecte a subida generalizada dos preços dos combustíveis, que em 2001 só havia afectado os últimos meses do ano, e um maior recurso a fontes de produção térmica, decorrente de um ano hidrologicamente seco, conforme já referido.

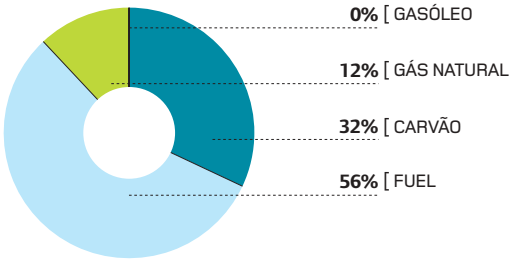
Consumo de Combustíveis
EDP Produção

(milhares de euros)

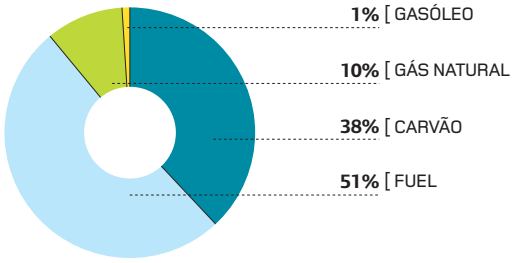
	2002	2001	Δ%
Carvão	148 773	142 810	4,2%
Fuel	259 816	193 867	34,0%
Gás natural	55 412	35 897	54,4%
Gasóleo	1 526	4 618	-67,0%
Total Combustíveis	**465 527**	**377 192**	**23,4%**

Nota: Sub-consolidação não auditada

Compras de Combustíveis - 2002



Compras de Combustíveis - 2001



A margem bruta do negócio eléctrico da EDP Produção aumentou 4,0%, de 887,1 milhões de euros em 2001 para 922,6 milhões de euros em 2002. Este aumento reflecte, essencialmente, a já referida melhoria na disponibilidade das centrais da CPPE e o aumento da eficiência conseguido na aquisição de fuel e carvão. De facto, a CPPE conseguiu melhores resultados que o Índice de Preços do Carvão da União Europeia (utilizado como *benchmark* para o cálculo da Parcela Variável dos CAE que remunera o custo com a aquisição de carvão), tendo-se reflectido este aumento de eficiência no diferencial de 14,7 milhões de euros entre os custos de aquisição de combustíveis da CPPE e a Parcela Variável dos CAE em 2002.

Fornecimento e Serviços Externos-Terceiros
EDP Produção

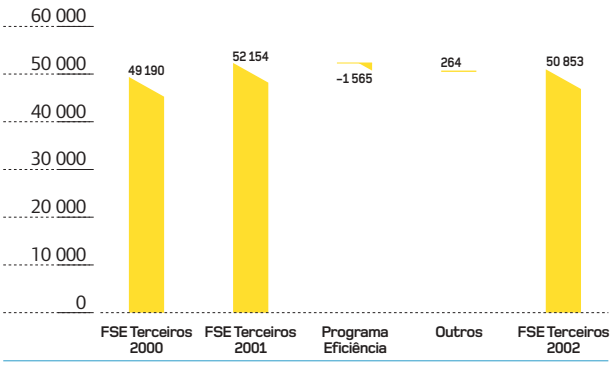
(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
Prémios de Seguros	9 839	5 642	74,4%
Conservação e Reparação	17 485	25 297	-30,9%
Vigilância e Segurança	2 525	2 520	0,2%
Trabalhos Especializados	773	4 092	-81,1%
Outros	20 231	14 603	38,5%
Total FSE's - Terceiros	**50 853**	**52 154**	**-2,5%**

Nota: Sub-consolidação não auditada

Programa Eficiência nos FSE's de 2002

(milhares de euros)



Apesar do significativo aumento dos custos com seguros após o 11 de Setembro de 2001, os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) prestados à EDP Produção por entidades externas ao Grupo diminuíram 2,5% em termos anuais. Esta redução reflecte os esforços da empresa em atingir os objectivos anunciados no início de 2002 no âmbito do "Programa Eficiência". Caso os Seguros tivessem mantido os níveis de 2001, o decréscimo teria sido de 10,5%. O aumento dos FSE prestados por empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo EDP de cerca de 5 milhões de euros deve-se à contabilização na EDP Produção, no último trimestre do ano, de custos não recorrentes associados ao SAP R/3 facturados pela Edinfor, e à facturação dos serviços prestados pela EDP Valor que antes correspondiam a custos internos da EDP Produção. Para 2003, a EDP Produção antecipa que estes FSE retornarão aos níveis de 2001, isto é, cerca de 17 milhões de euros.

Custos com Pessoal
EDP Produção

(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
Custos com Pessoal	**119 559**	**113 481**	**5,4%**
Prémios para Pensões	9 841	6 749	45,8%
Correcção das reformas Antecipadas	13 142	10 293	27,7%
Encargos Sociais com Pré-Reformados	1 314	1 029	27,7%
Encargos Médicos com Inactivos	6 758	6 026	12,1%
Custos com Pessoal Corrigidos	**88 504**	**89 384**	**-1,0%**

Nota: Sub-consolidação não auditada

Os Custos com Pessoal aumentaram 5,4% em 2002. Depois de corrigidos dos prémios para pensões e dos encargos com reformas antecipadas (efectuados unicamente ao nível da EDP *Holding*), bem como de outros encargos sociais com trabalhadores inactivos, os Custos com Pessoal diminuíram cerca de 1% em 2002. Esta evolução deriva de uma redução

líquida de 59 efectivos, grande parte da qual se deve à transferência de colaboradores para a EDP Valor. Dado a transferência ter ocorrido maioritariamente no último trimestre do ano, não foi suficiente para compensar o aumento salarial de 3,4% referente a 2002.

Investimento Operacional
EDP Produção

(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
Produção Vinculada	55 481	43 320	28,1%
Produção Não Vinculada	145 007	63 558	128,1%
Produção em Regime Especial (1)	58 253	19 604	197,1%
Investimento Não Específico (2)	27 690	13 872	101,2%
Investimento Operacional Total	**286 431**	**140 354**	**104,2%**
Recorrente	**32 815**	**39 408**	**-16,7%**
Não Recorrente	**253 616**	**100 946**	**151,2%**

Nota: Sub-consolidação não auditada.
(1) Inclui investimento realizado na SOPORGEN e na ENERGIN AZÓIA, dado serem maioritariamente detidas pela EDP Cogeração.
(2) Investimento não específico na Sub-*Holding*, EDP Cogeração, PROET, HIDRORUMO, O&M Serviços e HidrOeM

O investimento operacional da EDP Produção, em 2002, a custos totais, ascendeu a 286,4 milhões de euros.

No investimento realizado destaca-se o montante de 143 milhões de euros relativos à construção da nova central de ciclo combinado da TER, representando cerca de 50% do total.

Como investimento operacional não recorrente deve, ainda, registar-se o investimento em novos centros produtores do SEP (cerca de 29 milhões de euros), com destaque para o reforço de potência do Empreendimento de Venda Nova II, e do SEI onde prosseguiu o programa de construção de parques eólicos, com 11,8 milhões de euros, e se concluiu a Central de Cogeração Energin Azóia, com 10,7 milhões de euros.

A central de Venda Nova, com uma capacidade de 90 MW, deverá beneficiar, até Setembro de 2004, da adição de dois grupos de 95,8 MW, representando um investimento de 139 milhões de euros (a custos técnicos), dos quais 75 milhões de euros foram já realizados. A central da TER inclui três grupos geradores com capacidade de 392 MW cada, estando a conclusão dos dois primeiros prevista para o início e final de 2004, respectivamente. O investimento total planeado (a custos técnicos) é de 663 milhões de euros (467 milhões de euros para os dois primeiros grupos) dos quais cerca de 205 milhões de euros já foram investidos.

O investimento não recorrente inclui 11 milhões de euros da Enernova, relativos ao aumento de 18 MW de capacidade nos parques eólicos da Serra do Barroso e do Cabeço da Rainha com entrada em funcionamento durante o primeiro semestre de 2003.

O Investimento recorrente, no montante de 32,8 milhões de euros, centrou-se essencialmente nos empreendimentos em exploração sendo de referir, em especial, os trabalhos de modernização da Central Hidroeléctrica do Castelo de Bode, de beneficiação do Grupo 3 da Central de Crestuma-Lever e no âmbito do projecto de substituição dos Computadores de Processo da Central de Sines, onde decorrem também estudos visando a adaptação da Central às novas exigências ambientais.

O investimento inclui, ainda, uma transferência intra-grupo, da EDP *Holding* para a EDP Produção, de 34 milhões de euros relativos à Central de Resíduos Florestais de Mortágua (construída em 1999). A transferência não constituiu um investimento operacional com impacto no *cash-(out)flow* consolidado do Grupo EDP.

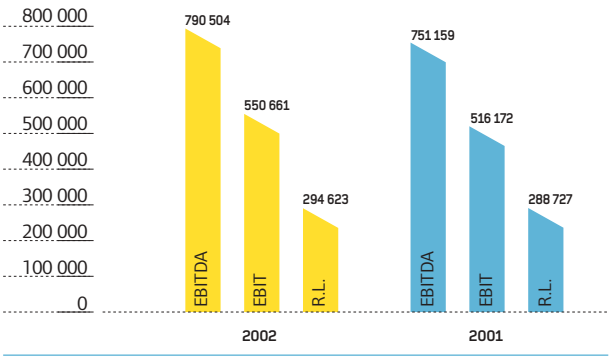
Indicadores Gerais
EDP Produção

	2002	2001	Δ%
Quota de Mercado (Produção Líquida)	**63%**	**71%**	**-7,9%**
Margem Bruta (Electricidade)	**64,7%**	**70,0%**	**-5,2%**
Número de Trabalhadores	**2 115**	**2 172**	**-2,6%**
Investimento Operacional (milhares de euros)	286 431	140 354	104,1%

Nota: Sub-consolidação não auditada.

EDP Produção

(milhares de euros)



Nota: Sub-consolidação não auditada.

[EDP DISTRIBUIÇÃO

O total da energia distribuída atingiu 39 905 GWh em 2002, o que representa um crescimento de 2,4% em relação ao ano anterior, tendo o sistema vinculado (SEP) representado 97,4% do total da energia distribuída em Portugal. As vendas de energia no SEP foram afectadas pelo abrandamento no crescimento da actividade económica em Portugal e pela passagem de alguns clientes em Alta e Média Tensão do sistema vinculado para o não vinculado. Os segmentos de Muito Alta Tensão e Baixa Tensão foram os que mais contribuíram para o aumento das vendas de energia, com crescimentos de 9,8% e 3,2%, respectivamente.

DISTRIBUÍMOS 99% DA ELECTRICIDADE CONSUMIDA EM PORTUGAL

Número de Clientes e Vendas de Energia Eléctrica
EDP Distribuição

	Número Clientes			Vendas de Energia Eléctrica (GWh)		
	2002	2001	Δ%	2002	2001	Δ%
Total SEP	**5 664 655**	**5 541 396**	**2,2%**	**35 947**	**35 504**	**1,2%**
MAT	11	11	0,0%	875	797	9,8%
AT	98	98	0,0%	3 396	3 462	-1,9%
MT	20 377	19 536	4,3%	11 186	11 358	-1,5%
BTE	27 290	26 519	2,9%	2 880	2 806	2,7%
BT	5 575 766	5 455 273	2,2%	16 530	16 017	3,2%
Iluminação Pública	41 113	39 959	2,9%	1 080	1 064	1,5%
Total SENV	**493**	**33**	**1393,9%**	**958**	**520**	**84,3%**
Grupo EDP	350	22	1490,9%	644	241	167,2%
Outros	143	11	1200,0%	314	279	12,7%
Total	**5 665 148**	**5 541 429**	**2,2%**	**36 905**	**36 024**	**2,4%**

No mercado liberalizado, a EDP conseguiu alcançar uma quota de mercado de 67,2%, comparada com 46,4% no final de 2001.

Em Janeiro de 2002, a ERSE definiu novos limites de elegibilidade para o sistema não vinculado, de acordo com os quais passaram a ser considerados clientes elegíveis os consumidores de Muito Alta, Alta e Média Tensão. No final do período em análise, o número de clientes elegíveis totalizava 20 979, dos quais 493 escolheram ser fornecidos pelo SENV. Destes, 350 escolheram ser fornecidos pela EDP.

Vendas de Energia Eléctrica
EDP Distribuição

(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
Vendas Electricidade Grupo	**2 081**	**3 054**	**-31,9%**
Vendas Electricidade Terceiros - SEP	**3 441 487**	**3 255 431**	**5,7%**
Facturação	3 371 005	3 213 213	4,9%
MAT (Muito Alta Tensão)	37 936	36 838	3,0%
AT (Alta Tensão)	156 046	173 254	-9,9%
MT (Média Tensão)	786 259	777 036	1,2%
BTE (Baixa Tensão Especial)	272 829	261 227	4,4%
BT (Baixa Tensão)	2 061 311	1 931 840	6,7%
Iluminação Pública	86 614	83 918	3,2%
Descontos de interruptibilidade	-25 522	-25 555	0,1%
Descontos de correcção tarifária	-4 468	-25 345	82,4%
Desvios Tarifários	70 482	42 218	66,9%
Reposição Desvio Tarifário 1999	0	35 509	-100,0%
Reposição Desvio Tarifário 2000	20 486	0	-
Desvio Tarifário 2001	0	6 709	-100,0%
Desvio Tarifário 2002	49 996	0	-
Vendas Electricidade Terceiros-SENV (1)	**12 817**	**2 787**	**-**
Vendas de Electricidade - Proveitos Totais	**3 456 385**	**3 261 272**	**6,0%**
Compras (Custo das Vendas) de Electricidade	**2 346 800**	**2 047 706**	**14,6%**
Margem Bruta Vendas Electricidade - Terceiros	1 109 585	1 213 566	-8,6%
Margem Bruta Vendas Electricidade - Terceiros	32,1%	37,2%	-5,1%
Margem Bruta (€/MWh)	**30,07**	**33,69**	**-10,8%**

(1) Os Proveitos pelos trânsitos de energia para o SENV correspondiam até 2001 (inclusivé) apenas às tarifas que remuneram a actividade da EDP Distribuição, pelo que eram contabilizados como Prestações de Serviços. Em 2002 passaram a ser contabilizadas como Vendas de Electricidade, incluindo adicionalmente, por imposição regulatória, as tarifas respeitantes à actividade da produção e de transporte de energia. O custo relativo às tarifas destas actividades foi em 2002 contabilizado em Compras de Electricidade. Dado a alteração de procedimento contabilistico, a variação dos valores apresentados não tem significado.

O crescimento de 6,0% dos proveitos de electricidade é explicado por uma subida média da Tarifa de Venda a Clientes Finais do SEP de 2,2% e por um ajustamento tarifário de 70,5 milhões de euros.

Em 2002, os proveitos associados ao fornecimento de energia eléctrica a clientes do Sistema Eléctrico Público (SEP) atingiram o montante global de 3 441 milhões de euros, dos quais 28% são relativos a fornecimentos de energia em Muito Alta, Alta e Média Tensão e 70% dizem respeito a fornecimentos em Baixa Tensão e Iluminação Pública (incluindo os respectivos descontos), correspondente o restante ao Desvio Tarifário.

Os proveitos regulados da EDP Distribuição são a soma dos proveitos permitidos para as actividades da empresa - Uso das Redes de Distribuição (URD), Comercialização de Redes (CREDES) e Comercialização no SEP (CSEP) - com os custos de produção, de uso global do sistema e de transporte, igualmente regulados pela ERSE e integralmente repercutidos na tarifa ao cliente final. Deste modo, o acréscimo nas tarifas de venda a clientes finais do SEP reflecte as variações nas várias parcelas acima referidas.

De acordo com o tarifário publicado pela ERSE para 2002, enquanto que aumentaram as tarifas de energia e potência, de uso global do sistema e de transporte de energia (reflectidas quer nos proveitos das vendas de electricidade quer nos custos directos da actividade da EDP Distribuição e por isso sem impacto na margem bruta da empresa), diminuíram as tarifas de uso da rede de distribuição para todos os níveis de tensão (4,5% em AT, 9,2% em MT e 5,4% em BT), e as tarifas para as actividades de comercialização. Estes cortes nas tarifas reflectiram-se numa redução de 7,6% dos proveitos permitidos da EDP Distribuição.

Os desvios tarifários correspondem a uma especialização no exercício das diferenças verificadas no exercício entre os proveitos facturados e os permitidos que são repercutidas em ajustamentos tarifários de anos subsequentes.

Os trânsitos de energia para clientes do SENV representaram 12,8 milhões de euros, relativos ao Uso Global do Sistema, ao Uso da Rede de Transporte e ao Uso e Comercialização da Rede de Distribuição.

As dívidas de Clientes no final do ano ascendiam a 592,5 milhões de euros e representavam cerca de 18% da facturação de energia eléctrica, traduzindo um desagravamento de cerca de 6,5%, comparativamente com o verificado no exercício anterior.

Dívidas de Clientes
EDP Distribuição

(milhares de euros)

	2001	2000	Δ%
Estado e Organismos Oficiais	26,7	29,5	-9,5%
Autarquias Locais	261,9	246,9	6,1%
Sector Empresarial e Privado	303,9	357,0	-14,9%
Total	**592,5**	**633,4**	**-6,5%**

Para a recuperação verificada foi decisiva a adopção de um conjunto de medidas de carácter preventivo, nomeadamente os contactos frequentes com os clientes de maior dimensão e os alertas enviados, de modo sistemático, aos restantes clientes.

Demonstração de Resultados
EDP Distribuição

(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
Proveitos Operacionais	**3 655 868**	**3 454 023**	**5,8%**
Vendas de Electricidade-Terceiros	3 454 304	3 255 431	6,1%
Vendas de Electricidade-Grupo	2 081	3 054	-31,9%
Prestação de Serviços	21 573	19 895	8,4%
Outras Vendas	1 738	1 620	7,3%
Trabalhos para a Própria Empresa	160 691	153 507	4,7%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	15 481	20 516	-24,5%
Custos Operacionais	**3 561 952**	**3 262 784**	**9,2%**
Electricidade	2 346 800	2 047 706	14,6%
Materiais diversos e mercadorias	80 121	107 544	-25,5%
Fornecimentos e Serviços Externos-Terceiros	123 391	133 416	-7,5%
Fornecimentos e Serviços Externos-Grupo	79 911	79 873	0,0%
Custos com o Pessoal	379 552	367 004	3,4%
Amortizações do Exercício	330 239	324 576	1,7%
Provisões	65 094	54 655	19,1%
Rendas de Concessão	153 991	145 642	5,7%
Outros Custos e Perdas Operacionais	2 853	2 368	20,5%
Resultados Operacionais	**93 916**	**191 239**	**-50,9%**
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	489 249	570 470	-14,2%
Resultados Financeiros	**-46 762**	**-24 684**	**-89,4%**
Resultados Extraordinários	**85 675**	**90 517**	**-5,3%**
Impostos e Interesses Minoritários	40 008	71 817	-44,3%
Resultado Líquido	**92 821**	**185 255**	**-49,9%**

Apesar do sucesso conseguido na redução dos custos operacionais controláveis, o Resultado Operacional e o EBITDA reduziram-se em 14,2% e 50,9%, respectivamente, como consequência da redução das tarifas que contribuem para a Margem Bruta da EDP Distribuição.

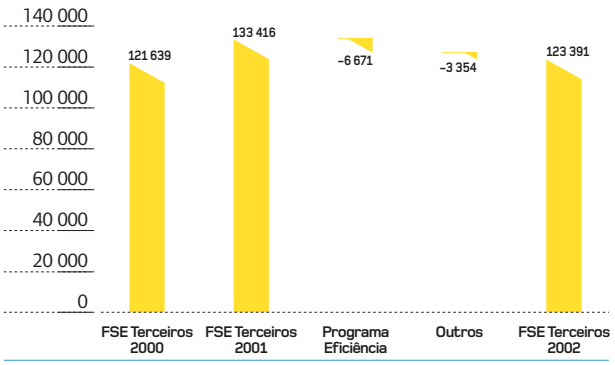
Fornecimento e Serviços Externos-Terceiros
EDP Distribuição

(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
Conservação e Reparação	45 517	53 549	-15,0%
Trabalhos Especializados	33 119	37 071	-10,7%
Comunicação	15 675	14 639	7,1%
Prémios de Seguros	5 858	3 579	63,7%
Outros	23 222	24 578	-5,5%
Total FSE's - Terceiros	**123 391**	**133 416**	**-7,5%**

Programa Eficiência nos FSE's de 2002

(milhares de euros)



O programa de redução de custos implementado em 2002 possibilitou uma redução de 7,5% dos Fornecimentos e Serviços Externos prestados por entidades externas ao Grupo EDP, isto apesar de um agravamento das despesas com Prémios de Seguros e com Comunicação. As despesas com portes de correio, que representam cerca de 87,4% das despesas com comunicação, aumentaram 10,8% no período, em resultado do aumento das tarifas de portes aplicadas pelos CTT, assim como do crescimento do número de clientes da EDP Distribuição. As poupanças conseguidas nos FSE's excederam em 3,4 milhões de euros os objectivos que a EDP Distribuição se tinha proposto alcançar. O decréscimo de 15,0% nas despesas de manutenção e conservação resulta da renegociação de alguns contratos e das condições climatéricas adversas em 2001 terem exigido custos de conservação e reparação acrescidos nesse ano, felizmente sem continuidade em 2002.

Custos com Pessoal
EDP Distribuição

(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
Custos com Pessoal	**379 552**	**367 004**	**3,4%**
Prémios para Pensões	30 983	26 601	16,5%
Correcção das Reformas Antecipadas	77 082	58 600	31,5%
Encargos Sociais com Pré-Reformados	11 936	9 782	22,0%
Encargos Médicos com Inactivos	13 060	10 701	22,0%
Custos com Pessoal Corrigidos	**246 491**	**261 320**	**-5,7%**

Os Custos com o Pessoal totalizaram 379,6 milhões de euros em 2002, o que representa um crescimento de 3,4% em relação ao ano anterior. Quando corrigidos dos encargos com reformas antecipadas (provisionados ao nível da EDP *Holding*), dos prémios para pensões e outros encargos com trabalhadores inactivos, os Custos com o Pessoal decrescem 5,7%. Verificou-se

uma redução de 193 trabalhadores, dos quais 178 foram transferidos para a EDP Valor que passou a prestar os serviços à EDP Distribuição, com impacto nos FSE's do Grupo suportados por esta empresa. Esta redução mais do que compensou o aumento salarial de 3,4% para o ano 2002. Note-se que os Custos com Pessoal do ano 2001 não reflectem, na sua totalidade, a redução de efectivos que ocorreu nesse ano, já que esta redução foi em grande parte conseguida apenas no final do ano (através de passagens para reformas antecipadas). Uma vez que a entidade reguladora do sector eléctrico em Portugal ainda não permitiu à EDP a recuperação destes "custos com eficiência" (não controláveis) através da Tarifa ao Cliente Final, a EDP decidiu suspender temporariamente o seu programa de reformas antecipadas até à obtenção de esclarecimentos adicionais sobre este assunto.

Investimento Operacional
EDP Distribuição

(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
Alta Tensão	40 084	33 637	19,2%
Média Tensão	55 676	49 128	13,3%
Baixa Tensão	135 168	125 569	7,6%
Iluminação Pública	11 355	16 890	-32,8%
Sistemas Informáticos	80 807	517	15544,5%
Outros	48 097	40 133	19,8%
Investimento Operacional Total	**371 187**	**265 874**	**39,6%**
Recorrente	**266 281**	**244 338**	**9,0%**
Não Recorrente	**104 906**	**21 536**	**387,1%**

O aumento de 39,6% no investimento da EDP Distribuição deve-se, essencialmente, a uma transferência de activos no valor de 80,5 milhões de euros, do Grupo Edinfor para a EDP Distribuição, relativos ao novo sistema de informação baseado numa plataforma SAP, não afectando portanto o *cash-(out)flow* do Grupo EDP em 2002.

O Investimento Recorrente da EDP Distribuição, que representou cerca de 71,7% do investimento total realizado por esta empresa no ano 2002, esteve relacionado essencialmente com as despesas de ampliação e reforço da rede de distribuição de Alta, Média e Baixa Tensão. O investimento na rede de distribuição continuou a ser marcado pela necessidade de melhorar as condições de abastecimento de um conjunto significativo de clientes, tanto no que respeita à qualidade da tensão como à melhoria da continuidade de serviço. Simultaneamente, a ligação de Produtores em Regime Especial, sobretudo parques eólicos, condicionou o nível de actividade, que foi crescente, em termos de instalações de Alta Tensão.

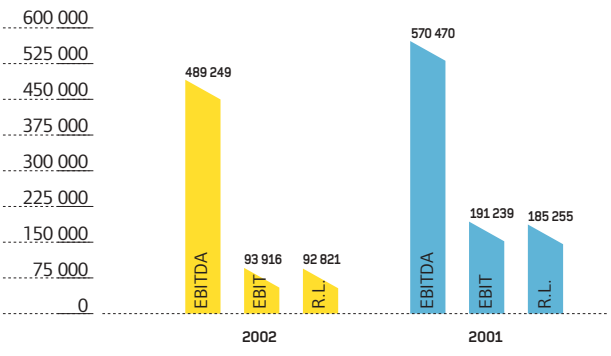
TEMOS MAIS DE 5,6 MILHÕES DE CLIENTES EM PORTUGAL

Indicadores Gerais
EDP Distribuição

	2002	2001	Δ%
Margem Bruta (electricidade)	**32,1%**	**37,2%**	**-5,1%**
Número de trabalhadores	**6 979**	**7 172**	**-2,7%**
Investimento Operacional milhares de euros	371 187	265 874	39,6%

EDP Distribuição

(milhares de euros)



[EDP ENERGIA

A EDP Energia, empresa do Grupo EDP vocacionada para operar no mercado liberalizado de electricidade (SENV), actua nas actividades de produção, fornecimento e comercialização de energia eléctrica. Na actividade de produção de energia eléctrica, a EDP Energia utiliza 5 centrais hidroeléctricas de pequena dimensão, com capacidades de produção entre 0,2 e 80,7 MW, com uma potência máxima total de 85,1 MW.
A actividade de comercialização é assegurada quer pela produção própria, quer pelas aquisições de electricidade a outras centrais do Grupo EDP a operar no sistema não vinculado (HDN e Hidrocenel, integradas na EDP Produção) e à *Pool* Espanhola.

Vendas (GWh)
EDP Energia

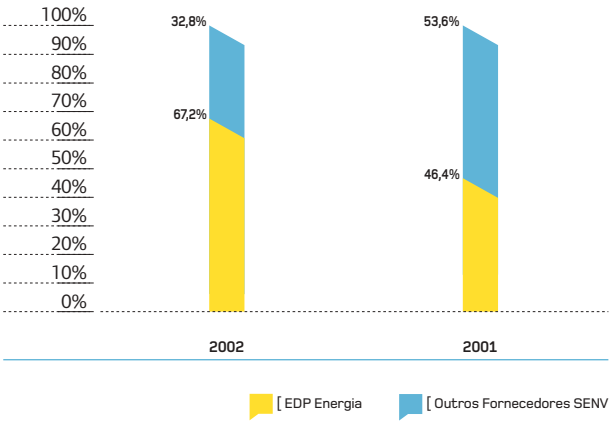
	2002	2001	Δ%
Produção Electricidade (SENV + PRE)	**111**	**246**	**-55,0%**
Comercialização Electricidade (SENV)	**644**	**241**	**167,2%**
MAT (Muito Alta Tensão)	0	0	-
AT (Alta Tensão)	78	71	10,2%
MT (Média Tensão)	566	170	232,2%

Relativamente à produção de energia eléctrica, as centrais da EDP Energia produziram 110,7 GWh, valor significativamente menor que o registado em 2001, a par com a restante produção hidroeléctrica nacional que, inevitavelmente, se ressentiu da reduzida hidraulicidade verificada ao longo do ano.
Já na comercialização, o crescimento da EDP Energia foi evidente, beneficiando do alargamento dos critérios de acesso ao Sistema Eléctrico Não Vinculado. Em 2002, o Grupo EDP reforçou a posição de domínio no mercado liberalizado, face aos concorrentes, considerando quer a energia vendida, quer o número de clientes.

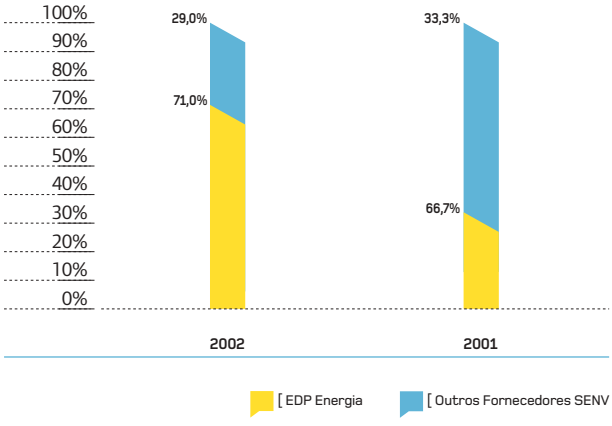
Quota de Mercado
EDP Energia

	2002		2001		Δ%
Vendas GWh - SENV	**958**	**100,0%**	**520**	**100,0%**	**84,3%**
EDP Energia	644	67,2%	241	46,4%	167,2%
Outros fornecedores SENV	314	32,8%	279	53,6%	12,7%
Número Clientes - SENV	**493**	**100,0%**	**33**	**100,0%**	**1393,9%**
EDP Energia	350	71,0%	22	66,7%	1490,9%
Outros fornecedores SENV	143	29,0%	11	33,3%	1200,0%

Quota Mercado SENV
Energia Vendida (GWh)



Quota Mercado SENV
Número de Clientes



De um universo de clientes elegíveis superior a 20 000, foi atribuído o estatuto de Cliente Não Vinculado (CNV) a pouco mais de 1 300, tendo, efectivamente, transitado para o SENV 493 clientes, aos quais esteve associado um consumo de 958 GWh. Este consumo corresponde a 2,6% do total de energia consumida em Portugal Continental em 2002, o que traduz um aumento de 1,2 pontos percentuais face a 2001.

Dos 493 clientes no SENV, 350 mantiveram a ligação ao Grupo EDP através da EDP Energia, correspondendo a cerca de 71% do total dos clientes do SENV e um pouco mais de 2/3 da energia vendida neste mercado. Em ambos os casos a evolução face a 2001 foi positiva, atestando o sucesso comercial do Grupo EDP no mercado eléctrico liberalizado.

Demonstração de Resultados
EDP Energia

(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
Proveitos Operacionais	**59 604**	**24 320**	**145,1%**
Vendas de Electricidade-Terceiros	12 584	8 791	43,1%
Vendas de Electricidade-Grupo	34 426	15 268	125,5%
Prestação de Serviços	11 502	0	-
Trabalhos para a Própria Empresa	1 086	249	336,8%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	6	12	-51,2%
Custos Operacionais	**53 846**	**20 162**	**167,1%**
Electricidade	39 553	12 585	214,3%
Materiais Diversos e Mercadorias	0	0	-
Fornecimentos e Serviços Externos-Terceiros	1 118	689	62,4%
Fornecimentos e Serviços Externos-Grupo	4 737	1 900	149,2%
Custos com o Pessoal	1 002	1 617	-38,0%
Amortizações do Exercício	3 380	3 251	4,0%
Provisões	237	75	217,2%
Rendas de Concessão	17	0	-
Outros Custos e Perdas Operacionais	3 802	45	8372,2%
Resultados Operacionais	**5 758**	**4 158**	**38,5%**
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	9 375	7 484	25,3%
Resultados Financeiros	**-402**	**-391**	**-2,8%**
Resultados Extraordinários	**-15**	**-90**	**83,9%**
Impostos e Interesses Minoritários	1 828	1 480	23,5%
Resultado Líquido	**3 513**	**2 197**	**59,9%**

A queda da Margem Bruta das Vendas, de 47,7% em 2001 para 15,9% em 2002, reflecte o aumento dos custos as compras de electricidade consequente das condições hidrológicas desfavoráveis verificadas em Portugal e Espanha, tendo neste país aumentado significativamente o preço na *Pool*.

Com o início da actividade da empresa HidrOeM, empresa do universo da EDP Produção criada para efectuar a gestão dos equipamentos hidroeléctricos das empresas do Grupo EDP que actuam no SEI, a gestão dos equipamentos da EDP Energia passou a estar reflectida nas suas demonstrações financeiras através dos FSE's Grupo. A evolução destes FSE's foi, igualmente, influenciada pela criação da EDP Serviner, empresa 100% detida pelo Grupo EDP que presta serviços à EDP Energia anteriormente assumidos pela própria empresa. Com a transferência de serviços para estas duas empresas, verificou-se também a transferência de efectivos da EDP Energia, com impacto nos Custos com Pessoal.

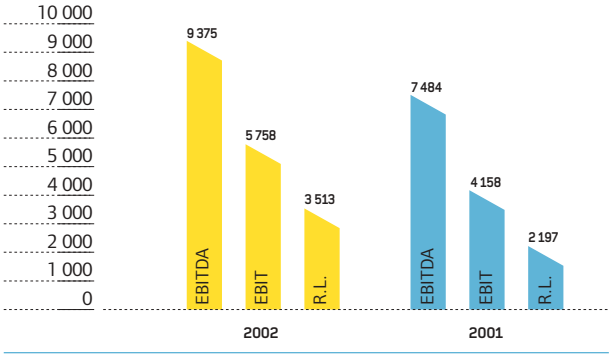
A par com a expansão da actividade da EDP Energia, o investimento operacional teve um crescimento acentuado. No que respeita às infra-estruturas de produção de electricidade, destaca-se a intensificação dos trabalhos de renovação e modernização da Central de Belver. Com vista a dar resposta às exigência do futuro próximo, nomeadamente o crescimento da actividade de comercialização e de *trading* de energia, a EDP Energia realizou, em 2002, investimentos avultados em sistemas informáticos destinados a estas duas actividades.

Indicadores Gerais
EDP Energia

	2002	2001	Δ%
Margem Bruta (electricidade)	**15,9%**	**47,7%**	**-31,8%**
Número de trabalhadores	**12**	**38**	**-68,4%**
Investimento Operacional			
milhares de euros	8 504	1 104	670,5%

EDP Energia

(milhares de euros)



[HIDROCANTÁBRICO (Espanha)

Balanço Energético (GWh)
Mercado Espanhol

	2002	2001	Δ%
Produção Normal	171 524	172 422	-0,5%
Produção em Regime Especial	34 048	30 282	12,4%
Importações	9 595	7 432	29,1%
Total Procura	**215 167**	**210 136**	**2,4%**
Distribuição Regulada	150 010	146 038	2,7%
Comercialização	60 802	59 959	1,4%
Exportações	4 355	4 139	5,2%

No ano de 2002, a produção líquida de energia eléctrica na Hidrocantábrico atingiu 13 176 GWh, o que representa um crescimento de 11,9% em relação a 2001. Esta evolução deve-se, essencialmente, a um forte aumento da produção térmica

em detrimento da hídrica, devido aos baixos níveis de pluviosidade que caracterizaram a globalidade do ano de 2002. Adicionalmente, uma margem de reserva do sistema baixa, assim como um crescimento sustentado da procura no mercado de eléctrico espanhol, também contribuíram para este desempenho.

Vendas (GWh)
Hidrocantábrico (100%)

	2002	2001	Δ%
Produção Hidroeléctrica	771	866	-11,0%
Produção Termoeléctrica	10 997	9 833	11,8%
Produção Nuclear	1 212	1 222	-0,8%
Produção Ciclo Combinado	328	0	-
Produção Electricidade	**13 308**	**11 921**	**11,6%**
Alta Tensão	5 492	5 220	5,2%
Média Tensão	807	755	6,9%
Baixa Tensão	2 027	1 944	4,3%
Distribuição Electricidade	**8 326**	**7 919**	**5,1%**
Distribuição Gás	**1 777**	**1 593**	**11,6%**
Asturias	843	795	6,0%
Resto de Espanha	3 044	3 058	-0,5%
Comercialização Electricidade	**3 887**	**3 853**	**0,9%**
Asturias	196	4	-
Resto de Espanha	1 750	0	-
Comercialização Gás	**1 946**	**4**	**-**

Dadas as condições de mercado verificadas em 2002 e beneficiando de um elevado peso de produção de origem térmica, especialmente a carvão, a Hidrocantábrico conseguiu colocar a sua produção na *Pool* espanhola a preços competitivos. Consequentemente, a empresa viu aumentar a sua quota de mercado em 0,9 pontos percentuais, atingindo os 7,7% no final de 2002.

	2002	2001	Δ%
Performance da HC na Pool			
Preço Médio Venda Hidrocantábrico (€/MWh)*	44,15	37,11	19,0%
Preço Médio Venda na *Pool* (€/MWh)*	47,15	39,30	20,0%
Quota de Mercado da Hidrocantábrico	7,7%	6,8%	0,9 p.p.
Custo dos Combustíveis na HC			
Custo Médio dos Combustíveis (€/MWh)	15,06	15,48	-2,7%

* Inclui mercado grossista, serviços de suporte e pagamentos de capacidade

O aumento do preço médio de venda para os 44,15 €/MWh em 2002, combinado com uma queda de 2,7% do custo médio dos combustíveis, resultou num crescimento da margem de vendas da empresa em relação a 2001.

Margem Bruta Hidrocantábrico-Distribuição
Hidrocantábrico (100%)

(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
Tarifa de Transporte (Prov. Permitido)	3 615	3 324	8,8%
Tarifa de Distribuição (Prov. Permitido)	90 243	83 835	7,6%
Tarifa de Comercialização (Prov. Permitido)	7 241	7 146	1,3%
Margem Bruta Distribuição Electricidade	**101 099**	**94 305**	**7,2%**
Proveitos Permitidos	25 824	0	-
Proveitos Não Regulados (1)	5 353	26 001	-79,4%
Margem Bruta Distribuição Gás	**31 177**	**26 001**	**19,9%**
Total Margem Bruta Distribuição	**132 276**	**120 306**	**9,9%**

(1) Os valores de 2002 são referentes aos meses de Janeiro e Fevereiro

Dos 8 326 GWh de electricidade distribuídos em 2002, 66% foram distribuídos ao segmento de Alta Tensão (AT), espelhando o elevado peso dos clientes industriais na carteira de clientes da Hidrocantábrico. De acordo com a regulação em vigor para o sector eléctrico espanhol, os proveitos permitidos para a Hidrocantábrico na actividade de distribuição de electricidade totalizaram 101,1 milhões de euros.

O total de gás distribuído aos clientes regulados atingiu 1 417 GWh, o que representa uma diminuição de 6,8% em relação a 2001, reflectindo a passagem de clientes industriais e de cogeradores para a actividade não regulada. No entanto, o total de gás distribuído na rede da Hidrocantábrico aumentou 11,6%. Note-se que a distribuição de gás está, desde Fevereiro de 2002, sujeita a uma nova regulação que estabelece um montante de proveitos permitidos ao nível da margem bruta. Os proveitos permitidos da Hidrocantábrico para esta actividade totalizaram 25,8 milhões de euros desde Março de 2002. Em Janeiro e Fevereiro, os 5,4 milhões de euros de Margem Bruta correspondem a quantidades vendidas ao preço unitário regulado neste período.

Vendas Hidrocantábrico - Comercialização
Hidrocantábrico (100%)

(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
Asturias	44 721	39 138	14,3%
Resto de Espanha	162 479	151 392	7,3%
Comercialização Electricidade	**207 200**	**190 530**	**8,7%**
Asturias	2 920	-	-
Resto de Espanha	25 939	57	-
Comercialização Gás	**28 859**	**57**	**-**
Total Comercialização	**236 059**	**190 587**	**23,9%**

No que respeita à actividade de comercialização de electricidade, a tendência de descida no número de clientes fora do Principado das Astúrias deve-se a uma postura menos agressiva por parte da Hidrocantábrico em relação à actividade não regulada no ano de 2002, explicada por uma subida dos preços médios praticados na *Pool* espanhola. Apesar da redução do número de clientes, a Hidrocantábrico aumentou em 8,7% as vendas nesta actividade.

Quanto à actividade de comercialização de gás, o início da liberalização transmitiu à Hidrocantábrico a capacidade de se expandir para fora do Principado, conseguindo fornecer perto de 2 000 GWh nesta actividade. A actividade do gás tem um elevado potencial de crescimento associado à expansão esperada no mercado espanhol de centrais a gás natural.

Número de Clientes
Hidrocantábrico (100%)

	2002	2001	Δ%
Distribuição Electricidade	**549 091**	**536 746**	**2,3%**
Alta Tensão	19	19	0,0%
Média Tensão	649	596	8,9%
Baixa Tensão	548 423	536 131	2,3%
Comercialização Electricidade	**2 265**	**2 314**	**-2,1%**
Asturias	476	459	3,7%
Resto de Espanha	1 789	1 855	-3,6%
Total Clientes Electricidade	**551 356**	**539 060**	**2,3%**
Distribuição Gás	146 037	136 539	7,0%
Comercialização Gás	85	2	-
Asturias	8	2	-
Resto de Espanha	77	0	-
Total Clientes Gás	**146 122**	**136 541**	**7,0%**

Em 2002, o EBITDA dos negócios da produção e comercialização aumentou cerca de 44% em comparação com 2001, contribuindo largamente para o EBITDA consolidado da Hidrocantábrico.

Esta performance deve-se a um maior volume de produção associado ao aumento do preço médio de venda, como resultado de um crescimento sustentado da procura de electricidade, de um maior recurso às fontes de geração térmica e de uma subida dos preços praticados na *Pool*.

Volume de Negócios por Actividade
Hidrocantábrico (100%)

(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
Produção Electricidade	619 704	474 542	30,6%
Distribuição Electricidade	490 462	416 208	17,8%
Comercialização	241 977	192 259	25,9%
Distribuição Gás	56 250	63 078	-10,8%
Regime Especial	27 379	22 507	21,6%
Holding e Outros	443	11 189	-96,0%
Total	**1 436 215**	**1 179 783**	**21,7%**

O aumento superior, ao esperado, nos custos de produção do sistema (preços elevados praticados na *Pool* e desenvolvimento das energias renováveis), contribuíram para um "déficit tarifário" no sistema. De acordo com a regulação em vigor, a Hidrocantábrico é responsável por 24,7 milhões de euros deste "déficit" em 2002, montante que teve um impacto negativo nas vendas líquidas da actividade de produção.

Os proveitos originados pelo negócio da distribuição de electricidade continuam a reflectir a expansão desta actividade para os mercados de Madrid, Valência e Alicante. O aumento de 28,4% na rubrica de outros custos operacionais é, igualmente, um reflexo desta expansão.

A evolução da actividade de distribuição de gás reflecte a alteração da regulação em finais de Fevereiro de 2002, que passou a garantir aos distribuidores de gás uma margem bruta mais estável. O desempenho verificado nesta actividade no final de 2002 é explicado pela existência de uma margem estável em comparação com 2001, permitida por um preço unitário regulado aplicado a uma elevada procura.

Quanto ao envolvimento em projectos de regime especial, a Hidrocantábrico está presente nesta actividade maioritariamente através da sua subsidiária SINAE, S.A., detida em 80% (60% em Dez. 2002). Presentemente, esta actividade tem um peso reduzido na contribuição para os resultados do Grupo Hidrocantábrico. No entanto, a Hidrocantábrico delineou uma estratégia de expansão da capacidade instalada desta actividade, principalmente em energia eólica, tendo em vista um aumento de 500 MW entre 2003 e 2007.

Demonstração de Resultados Financeiros
Hidrocantábrico (100%)

(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
Juros recebidos / suportados	-81 756	-40 137	-103,7%
Ganhos / Perdas em empresas do grupo e associadas	-593	5 898	-110,0%
Amortização do Goodwill	-61 466	-4 228	-1353,8%
Outros ganhos / perdas	-971	433	-134,6%
Resultados Financeiros	**-144 786**	**-38 881**	**-272,4%**

O aumento verificado da dívida financeira da Hidrocantábrico em 2002 resultou, quase exclusivamente, da sua fusão com a Adygesinval. No final de 2002, a dívida financeira da Adygesinval ascendia a 1 095 milhões de euros, relacionada com a aquisição da Hidrocantábrico, o que levou a um forte aumento dos juros suportados.

Demonstração de Resultados
Hidrocantábrico (100%)

(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
Proveitos Operacionais	**1 462 083**	**1 197 562**	**22,1%**
Volume de Negócios	1 436 215	1 179 783	21,7%
Trabalhos para a Própria Empresa	13 008	10 139	28,3%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	12 860	7 640	68,3%
Custos Operacionais	**1 260 270**	**1 041 721**	**21,0%**
CMVMC	964 344	797 538	20,9%
FSE + Outros Custos Operacionais	84 128	66 199	27,1%
Custos com o Pessoal	76 951	75 672	1,7%
Amortizações do Exercício	128 677	101 976	26,2%
Provisões	6 170	336	1736,3%
Resultados Operacionais	**201 813**	**155 841**	**29,5%**
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	336 660	258 153	30,4%
Resultados Financeiros	**- 144 786**	**- 38 881**	**-272,4%**
Resultados Extraordinários	**- 34 341**	**- 7 054**	**-386,8%**
Impostos e Interesses Minoritários	- 8 121	- 35 559	77,2%
Resultado Líquido	**14 565**	**74 347**	**-80,4%**

Considerando as demonstrações financeiras da "antiga Hidrocantábrico" (antes da fusão com a Adygesinval), o EBITDA e o Resultado Líquido, entre 2001 e 2002, cresceram 30,3% e 49,1%, respectivamente.

Os resultados da "nova Hidrocantábrico" incluem os impactos da fusão entre a "antiga Hidrocantábrico" e a Adygesinval, assim como a subsequente reavaliação de activos. O Resultado Líquido pós-fusão de 14,6 milhões de euros, foi maioritariamente afectado por movimentos contabilísticos sem impacto no *cash-flow* da empresa (aumento das amortizações do imobilizado e diminuição da amortização original do *Goodwill*) e pela inclusão dos custos financeiros da Adygesinval.

O Resultado Líquido da Hidrocantábrico em 2002 poderia ter sido superior caso a empresa tivesse contabilizado a recuperação do "déficit tarifário" em 2002. Efectivamente, o Governo Espanhol reconheceu o direito de as empresas eléctricas receberem uma compensação pelo "déficit tarifário" nos anos 2000, 2001 e 2002. Este "déficit tarifário" irá ser recuperado através de um aumento tarifário entre 2003 e 2010, tendo a Hidrocantábrico o direito a recuperar 4,28% do *déficit* total do sistema, correspondendo a 61,0 milhões de euros (valor não contabilizado nas demonstrações financeiras de 2002).

Investimento Operacional
Hidrocantábrico (100%)

(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
Produção	66 548	112 693	-40,9%
Distribuição de Electricidade	68 534	40 043	71,2%
Comercialização	2 237	5 295	-57,8%
Distribuição de Gás	29 460	17 801	65,5%
Regime Especial	43 133	19 029	126,7%
Outros	2 026	2 929	-30,8%
Investimento Operacional	**211 938**	**197 790**	**7,2%**
Recorrente	**89 431**	**80 925**	**10,5%**
Não Recorrente	**122 507**	**116 865**	**4,8%**

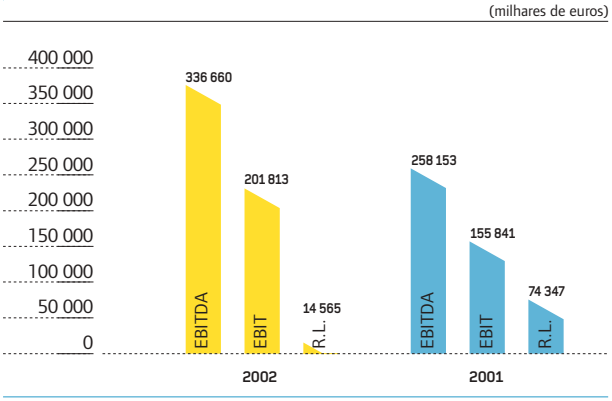
A conclusão da construção da nova Central de Ciclo Combinado a Gás Natural de Castejón permitiu uma diminuição do nível de investimento nesta área. No entanto, a Hidrocantábrico aumentou o nível de investimento noutras áreas. Na actividade de distribuição foram investidos 21,9 milhões de euros na expansão para os mercados de Madrid, Valência e Alicante. Em relação à distribuição de gás, o forte crescimento no investimento desta actividade resulta, essencialmente, da aquisição da Gas Figueres, S.A., (por 7,0 milhões de euros) e do desenvolvimento da rede de distribuição de gás.

Quanto à actividade de produção em regime especial, dos 43,1 milhões de euros investidos em 2002, 12,9 milhões de euros estão relacionados com a construção de um parque eólico na região de Burgos, com uma capacidade instalada de 34 MW.

Indicadores Gerais
Hidrocantábrico (100%)

	2002	2001	Δ%
Quota de Mercado Produção	**7,8%**	**6,9%**	**0,8%**
Margem Bruta (electricidade)	**32,9%**	**32,4%**	**0,5%**
Número de Trabalhadores	**1 357**	**1 336**	**1,6%**
Produção	481	464	3,7%
Distribuição de Electricidade	388	396	-2,0%
Comercialização	108	90	20,0%
Distribuição de Gás	62	58	6,9%
Regime Especial	139	154	-9,7%
Holding e Outros	179	174	2,9%
Investimento Operacional (milhares de euros)	211 938	197 790	7,2%

Hidrocantábrico



[BRASIL

BANDEIRANTE

Com o objectivo de captar recursos de longo prazo e com custos atractivos, a Bandeirante obteve um financiamento com o Banco de Desenvolvimento Alemão (DEG) no valor de 10 milhões de dólares, vencíveis semestralmente até Março de 2006 com juros de 9,5% a.a.. Este financiamento não está exposto à variação cambial, pois foi efectuado um *swap* para reais logo no momento da sua captação.

O mercado da Bandeirante, influenciado pela crise económica e pelo prolongamento dos efeitos do racionamento, encerrou o ano de 2002 com um total de 10 165 GWh vendidos, correspondendo a uma redução de 7,1% em relação ao ano anterior. O sector residencial apresentou uma redução de 7,9%, o sector industrial acumulou uma redução de 6,5% e o sector comercial uma redução de 17,1%, esta última influenciada pela reclassificação de um grande cliente para o sector industrial. Os restantes sectores tiveram um crescimento de 6,9%. Esta evolução na procura continua a reflectir o impacto negativo dos novos hábitos de consumo adoptados, no seguimento do plano de racionamento de energia eléctrica levado a cabo pelo governo brasileiro, bem como o abrandamento da economia.

Vendas de Energia (GWh)
Bandeirante

	2002	2001	Δ%
Aquisição de Energia	**13 538**	**14 033**	**-3,5%**
Perdas com o contrato de Itaipú	-519	-651	20,3%
Perdas na Transmissão	-300	-325	7,7%
Energia entrada na Distribuição	**12 719**	**13 057**	**-2,6%**
Perdas na Distribuição	-886	-614	-44,4%
Vendas de Energia	**11 833**	**12 443**	**-4,9%**
Vendas ao MAE (Mercado Atacadista de Energia)	**1 668**	**1 506**	**10,8%**
Comercialização de Energia	**10 165**	**10 937**	**-7,1%**
Residencial	2 115	2 296	-7,9%
Industrial	5 991	6 409	-6,5%
Comercial	1 130	1 363	-17,1%
Outros	929	869	6,9%

Apesar da queda de 7,1% das vendas em volume, os proveitos das vendas de electricidade a clientes finais aumentaram 21,5%. Este crescimento reflecte os ajustamentos tarifários de 19,43% e 19,09% que ocorreram, respectivamente, em Outubro de 2001 e 2002, e o ajustamento tarifário extraordinário de cerca de 6% implementado pela ANNEL no dia 27 de Dezembro de 2001. Este último corresponde a um ajustamento regulatório para compensação das perdas com o racionamento e com a chamada "Parcela A". O valor respectivo, tendo sido especializado em 2001 e estando reflectido no acréscimo de facturação em 2002, foi anulado neste exercício na conta de "Outras Receitas e Impostos".

Além daquelas revisões, a Bandeirante tem revisões tarifárias de quatro em quatro anos, sendo a primeira em 23 de Outubro de 2003. A preparação da empresa para esta primeira revisão foi tida como uma das principais metas do ano e, com esse objectivo, estão a ser promovidas acções que permitam uma negociação bem apoiada, na altura própria, conducente a uma revisão justa.

Margem Bruta
Bandeirante

(milhares de euros)

	2002	2001	Δ%
Vendas de Energia Totais	**1 620 179**	**1 218 121**	**33,0%**
Vendas de Energia ao MAE	99 502	-33 160	400,1%
Vendas de Energia a Clientes Finais	1 520 677	1 251 281	21,5%
Residencial	460 957	372 772	23,7%
Industrial	694 639	578 087	20,2%
Comercial	233 304	204 742	14,0%
Outros	131 777	95 680	37,7%
Outros Proveitos Operacionais	**- 85 800**	**364 700**	**-123,5%**
Outras Receitas e Impostos	- 103 300	- 58 800	-75,7%
Ajustamento Regulatório	17 500	423 500	-95,9%
Total de Proveitos Operacionais	**1 534 379**	**1 582 821**	**-3,1%**
Aquisição de Energia	899 216	865 720	3,9%
Outros Custos Directos	244 341	264 951	-7,8%
Ajustamento Regulatório	8 758	37 897	-76,9%
Custos Directos Totais	**1 152 315**	**1 168 568**	**-1,4%**
Margem Bruta (valor)	**382 064**	**414 253**	**-7,8%**
Margem Bruta (%)	**24,9%**	**26,2%**	**1,3%**

Em reais, a margem bruta da Bandeirante, em 2002, apresentou uma queda de 7,8% em relação a 2001, influenciada pela diminuição das vendas em volume, assim como pelo aumento do peso dos segmentos de menor rentabilidade.

SERVIMOS CERCA DE 6 MILHÕES DE CLIENTES NO BRASIL

Demonstração de Resultados
Bandeirante

	milhares de reais			milhares de euros		
	2002	2001	Δ%	2002	2001	Δ%
Proveitos e Ganhos Operacionais	**1 534 379**	**1 582 821**	**-3,1%**	**567 781**	**690 509**	**-17,8%**
Custos e Perdas Operacionais	**1 447 405**	**1 433 320**	**1,0%**	**536 683**	**625 896**	**-14,3%**
Electricidade	1 152 315	1 168 568	-1,4%	429 063	497 387	-13,7%
Materiais Diversos e Mercadorias	7 516	5 838	28,7%	2 866	2 785	2,9%
Fornecimentos e Serviços Externos	77 063	76 122	1,2%	27 683	36 367	-23,9%
Custos com o Pessoal	87 831	92 672	-5,2%	31 769	43 877	-27,6%
Amortizações do Exercício	111 750	75 287	48,4%	41 335	35 827	15,4%
Provisões	0	3 984	-	0	4 911	-
Outros Custos e Perdas Operacionais	10 930	10 849	0,8%	3 967	4 743	-16,4%
Resultados Operacionais	**86 974**	**149 501**	**-41,8%**	**31 098**	**64 613**	**-51,9%**
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	198 724	228 772	-13,1%	72 433	105 351	-31,2%
Resultados Financeiros	**- 105 166**	**55 987**	**-**	**- 34 517**	**32 793**	**-**
Resultados Extraordinários	**- 12 341**	**- 15 271**	**19,2%**	**- 6 489**	**- 10 769**	**39,7%**
Impostos e Interesses Minoritários	- 19 598	76 147	-	- 5 452	19 242	-
Resultado Líquido (96,5%)	**- 10 935**	**114 070**	**-**	**- 4 456**	**67 395**	**-**

Apesar da grande pressão inflacionista (25,3%) nos custos da empresa na segunda metade de 2002, os Custos Operacionais diminuíram 1,0% em relação a 2001. No que respeita aos Custos com Pessoal, a queda de 5,2% em comparação com 2001 é explicada pela diminuição de 126 trabalhadores.

A queda homóloga de 13,1% no EBITDA não é directamente comparável devido ao efeito não recorrente do ajustamento regulatório contabilizado em 2001.

Por força da depreciação do real, a queda nos Resultados Operacionais e no EBITDA (em euros) foi ainda mais acentuada, 51,9% e 31,2%, respectivamente. Em termos de Resultado Líquido, para além dos efeitos referidos quanto ao desempenho operacional, há a registar, na evolução de 2001 para 2002, o impacto da regularização da dívida em dólares americanos que ocorreu no final de 2001.

No seguimento do processo de cisão da Bandeirante em Outubro de 2001, a EDP reavaliou os activos da empresa. Neste sentido, as contas da Bandeirante, em 2002, incluem o impacto desta reavaliação.

Dívida Financeira
Bandeirante

(milhares de reais)

	2002	2001	Δ%
Moeda Local	**813 538**	**541 455**	**50,3%**
EDP Brasil, S.A.	382 191	473 165	-19,2%
BNDES	271 973	7 494	-
Outros Custos e Perdas Financeiras	159 374	60 796	162,1%
Moeda Estrangeira	**51 900**	**16 913**	**206,9%**
Dívida em Dólares	51 900	16 913	206,9%
Dívida Financeira Total	**865 438**	**558 368**	**55,0%**
Em Activo: Perdas com o Racionamento e "Parcela A"	322 361	331 513	-2,8%

O aumento da dívida financeira está relacionado com o empréstimo concedido pelo BNDES em 2002, no valor de 306,1 milhões de reais, antecipando o valor da recuperação das perdas com o racionamento e "Parcela A" aprovado pela ANNEL, cujo activo a receber é de 322,4 milhões de reais.

Demonstração de Resultados Financeiros
Bandeirante

(milhares de reais)

	2002	2001	Δ%
Juros recebidos / (suportados)	-14 643	-18 028	18,8%
Diferenças de câmbio favoráveis / (desfavoráveis)	-8 699	-64 971	86,6%
Outros ganhos / (perdas)	-81 824	138 986	-
Resultados Financeiros	**-105 166**	**55 987**	**-**

No que respeita aos resultados financeiros, o pré-pagamento da dívida denominada em dólares em 2001 proporcionou, naquele exercício, um ganho financeiro significativo não recorrente em 2002. Todavia, esta operação permitiu melhorar significativamente a rubrica das diferenças cambiais. O crescimento do índice de preços no Brasil, a que estão indexados alguns contratos financeiros, contribuiu para a evolução negativa dos Outros Ganhos / Perdas Financeiros em 2002.

Visando atingir os objectivos de aumento da produtividade, a Bandeirante vem estimulando, através de acções de formação, os seus colaboradores na construção de uma cultura criativa, inovadora, voltada para os resultados e orientada para os clientes e o mercado. A redução do quadro de pessoal para 1 345 colaboradores permitiu melhorar a produtividade e atingir 965 clientes por trabalhador.

Indicadores Gerais
Bandeirante

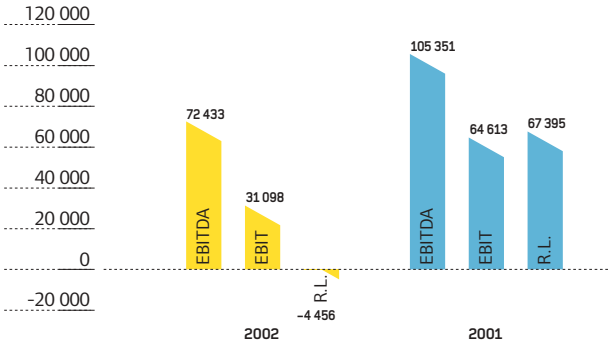
		2002	2001	Δ%
Margem Bruta		**24,9%**	**26,2%**	**-1,3%**
Número de trabalhadores		**1 345**	**1 471**	**-8,6%**
Investimento Operacional (1)				
Total	(milhares de reais)	**94 332**	**96 643**	**-46,2%**
Total	(milhares de euros)	**25 413**	**47 226**	**-2,4%**
Recorrente		72 535	92 257	-21,4%
Não Recorrente		21 797	4 386	397,0%

(1) Em 2001, a Bandeirante foi consolidada proporcionalmente (54%), quer a nível de Balanço quer de Demonstração de Resultados, até Setembro. A partir de Outubro de 2001, com a cisão da empresa e aumento da participação para 96,5%, o Grupo EDP passou a consolidar integralmente as suas Demonstrações Financeiras.

Em 2002, a empresa fez um investimento global de 94,3 milhões de reais, com destaque para os investimentos na modernização e automatização da rede de distribuição, com o objectivo de reduzir os seus custos de manutenção e o número de efectivos. Duas novas subestações foram inauguradas, adicionando 140 MVA ao sistema de distribuição da empresa.

Bandeirante

(milhares de euros)



ESCELSA

A EDP - Electricidade de Portugal, S.A., assumiu a gestão efectiva da empresa em Outubro de 2002, com a eleição da nova Directoria Executiva.

Os dados da Escelsa que a seguir se apresentam de forma desenvolvida, correspondem à globalidade da Empresa e têm apenas por objectivo a análise de realidades comparáveis. Em termos de impacto nas contas consolidadas do Grupo EDP, recorda-se que a Escelsa foi consolidada pelo Método de Equivalência Patrimonial até Setembro de 2002 e pelo Método de Consolidação Integral a partir de Outubro.

A energia entrada no sistema da Escelsa em 2002 foi de 7 790 GWh, superior em 2,3% em relação ao ano anterior. Para atender às necessidades do mercado, a Escelsa utilizou 1 056 GWh produção própria das suas centrais hidráulicas, representando 14,6% das necessidades, e 6 734 GWh de outros supridores. Verificou-se também o transporte pelo sistema da Escelsa de 134 GWh produzidos por autoprodutores.

O total da energia vendida em 2002, foi de 6 365 GWh, um acréscimo de 4,3% em relação a 2001. O sector residencial (17,8% do total da energia vendida) apresentou uma redução de 4,4%, devido basicamente à incorporação de novos hábitos de consumo adquiridos com o racionamento, bem como à utilização de equipamentos eléctricos mais económicos. O sector industrial, que representa 51,7% do total da energia vendida, apresentou um aumento de 7,8%, o que demonstra a recuperação da actividade económica no Estado do Espírito Santo. O sector comercial, que representa 13,2% do total da energia vendida, apresentou um aumento de 7,6%.

Vendas de Energia (GWh)
Escelsa

	2002	2001	Δ%
Aquisição de Energia	**8 280**	**8 208**	**0,9%**
Perdas com o contrato de Itaipú	-228	-295	22,9%
Perdas na Transmissão	-262	-299	12,3%
Energia entrada na Distribuição	**7 790**	**7 614**	**2,3%**
Perdas na Distribuição	-838	-727	-15,3%
Vendas de Energia	**6 952**	**6 887**	**0,9%**
Vendas ao MAE			
(Mercado Atacadista de Energia)	**587**	**783**	**-25,0%**
Comercialização de Energia	**6 365**	**6 104**	**4,3%**
Residencial	1 134	1 186	-4,4%
Industrial	3 290	3 051	7,8%
Comercial	839	780	7,6%
Outros	1 102	1 087	1,4%

Em reais, os proveitos das vendas de electricidade a clientes finais em 2002 aumentaram 24,5%. Este crescimento reflecte os ajustamentos tarifários de 19,89% e 15,97% que ocorreram, respectivamente, em Agosto de 2001 e 2002 e o ajustamento tarifário extraordinário de cerca de 6%, implementado pela ANNEL no dia 27 de Dezembro de 2001. À semelhança do que aconteceu com as empresas Bandeirante e Enersul, este último correspondeu a um ajustamento regulatório para a compensação das perdas com o racionamento e a chamada "Parcela A". O valor respectivo, tendo sido especializado em 2001 e estando reflectido no acréscimo de facturação de 2002, foi anulado neste exercício, na conta de "Outras Receitas e Impostos". É importante referir que a Escelsa tem revisões tarifárias de três em três anos, sendo a próxima em 7 de Agosto de 2004.

Os custos com aquisição de energia aumentaram 8,3% devido ao ajustamento tarifário nos contratos de aquisição de energia a Itaipú, indexada ao dólar. O crescimento de 4,7% nos Outros Custos Directos reflecte o aumento da tarifa de transporte de energia. Note-se, no entanto, que os custos directos não controláveis são um *pass-through* para a tarifa final através do reconhecimento da "Parcela A" no cálculo das tarifas.

Margem Bruta
Escelsa

(milhares de reais)

	2002	2001	Δ%
Vendas de Energia Totais	**890 624**	**703 654**	**26,6%**
Vendas de Energia ao MAE	33 212	14 876	123,3%
Vendas de Energia a Clientes Finais	857 412	688 778	24,5%
Residencial	254 738	227 037	12,2%
Industrial	321 097	245 921	30,6%
Comercial	153 439	112 778	36,1%
Outros	128 138	103 042	24,4%
Outros Proveitos Operacionais	**- 53 375**	**164 142**	**-132,5%**
Outras Receitas e Impostos	- 60 220	- 45 498	-32,4%
Ajustamento Regulatório	6 845	209 640	-96,7%
Total de Proveitos Operacionais	**837 249**	**867 796**	**-3,5%**
Aquisição de Energia	424 271	391 643	8,3%
Outros Custos Directos	119 063	113 756	4,7%
Ajustamento Regulatório	7 436	25 014	-70,3%
Custos Directos Totais	**550 770**	**530 413**	**3,8%**
Margem Bruta (valor)	**286 479**	**337 383**	**-15,1%**
Margem Bruta (%)	**34,2%**	**38,9%**	**4,7%**

Em relação à margem bruta, a queda de 15,1% em relação a 2001 deve-se principalmente aos montantes não recorrentes em 2001 relacionados com a contabilização da recuperação tarifária determinada pela ANNEL e à reposição dos valores recuperados em 2002 através do ajustamento tarifário extraordinário. A queda do peso do segmento residencial afectou também de forma negativa a margem bruta.

Demonstração de Resultados
Escelsa

	milhares de reais			milhares de euros		
	2002	2001	Δ%	2002	2001	Δ%
Proveitos e Ganhos Operacionais	**837 249**	**867 796**	**-3,5%**	**306 178**	**418 566**	**-26,9%**
Custos e Perdas Operacionais	**742 282**	**746 028**	**-0,5%**	**271 589**	**357 042**	**-23,9%**
Custos Directos Totais	550 770	530 413	3,8%	199 909	253 910	-21,3%
Materiais Diversos e Mercadorias	6 848	7 980	-14,2%	2 485	3 795	-34,5%
Fornecimentos e Serviços Externos	50 063	41 952	19,3%	18 046	19 940	-9,5%
Custos com o Pessoal	63 106	62 324	1,3%	22 972	29 835	-23,0%
Amortizações do Exercício	57 081	55 499	2,9%	21 056	26 448	-20,4%
Provisões	16 160	46 092	-64,9%	7 237	22 273	-67,5%
Outros Custos e Perdas Operacionais (Líquido)	-1 746	1 768	-198,8%	-116	841	-113,8%
Resultados Operacionais	**94 967**	**121 768**	**-22,0%**	**34 589**	**61 524**	**-43,8%**
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	168.208	223 359	-24,7%	62 882	110 245	-43,0%
Resultados Financeiros	**-671 446**	**-165 110**	**-**	**-206 355**	**-70 537**	**-**
Resultados Extraordinários	**-13 553**	**-4 044**	**-**	**-4 471**	**-1 933**	**-**
Impostos	-80 782	-21 249	-	- 29 517	-6 888	-
Resultado Líquido (100%)	**-509 251**	**-26 137**	**-**	**-146 720**	**-4 058**	**-**

A queda de 24,7% no EBITDA não é directamente comparável devido ao efeito não recorrente do ajustamento regulatório contabilizado em 2001. A queda do EBITDA e dos Resultados Operacionais, em euros, é ainda mais acentuada por força da depreciação do real.

O Resultado Líquido da Escelsa, para além da degradação da margem bruta, foi fortemente afectado pela forte depreciação do real, o que levou a um prejuízo de 509,3 milhões de reais (-146,7 milhões de euros) no ano de 2002. A contribuição total da Escelsa em 2002 para os resultados do Grupo EDP foi de –278,8 milhões de reais (-80,3 milhões de euros).
No entanto, considerando a compensação (ganho) com as "Senior Notes" da Escelsa, detidos pela EDP *Holding*, conforme adiante se detalha, o impacto nos resultados do Grupo foi de -42,5 milhões de euros.

Dívida Financeira
Escelsa

(milhares de reais)

	2002	2001	Δ%
Moeda Local	**366 402**	**205 187**	**78,6%**
BNDES	333 050	192 509	-
Outros	33 352	12 678	163,1%
Moeda Estrangeira - Denominada em Dólares	**1 645 325**	**1 045 828**	**57,3%**
"Senior Notes"	1 592 495	1 045 828	52,3%
Outros	52 830	0	
Dívida Financeira Total	**2 011 727**	**1 251 015**	**60,8%**
Em Activo: Perdas com o Racionamento e "Parcela A"	142 414	164 275	-13,3%
Hedging na EDP, S.A.: Activo denominado em Dólares	296 324	256 678	15,4%

O aumento da dívida financeira contraída em reais deve-se, à semelhança do que aconteceu na Bandeirante, ao empréstimo concedido pelo BNDES em 2002, antecipando o valor da recuperação das perdas com o racionamento e "Parcela A". Adicionalmente, a Escelsa tem um activo a receber no valor de 142,4 milhões de reais relacionado com a referida recuperação.

Quanto à dívida financeira denominada em dólares, a Escelsa tem emitidas "Senior Notes" no valor de 431 milhões de dólares. Devido à forte depreciação do real em 2002, estas obrigações viram o seu valor a aumentar 52,3% na moeda local. No entanto, o efeito da depreciação do real foi atenuado, como já referido, dado que a EDP *Holding* detém 357,4 milhões de dólares das mesmas "Senior Notes", cujos efeitos positivos estão relevados ao nível dos Resultados Financeiros Consolidados da EDP.

Demonstração de Resultados Financeiros
Escelsa

(milhares de reais)

	2002	2001	Δ%
Juros recebidos / (suportados)	-125 451	-70 261	-78,5%
Diferenças de câmbio favoráveis / (desfavoráveis)	-448 531	-95 247	-370,9%
Ganhos / (perdas) empresas do grupo e associadas	-65 296	21 355	-405,8%
Outros ganhos / (perdas)	-32 168	-20 957	-53,5%
Resultados Financeiros	**-671 446**	**-165 110**	**-306,7%**

Os resultados financeiros foram fortemente afectados, como se disse, pela depreciação do real que teve um impacto negativo nas diferenças de câmbio, assim como nos juros relacionados com as "Senior Notes". É de realçar que a empresa Enersul está consolidada nas contas da Escelsa pelo Método de Equivalência Patrimonial, através do veiculo Magistra, S.A., (100% detida pela Escelsa) que, por sua vez, detém 65,2% do capital da Enersul, pelo que o seu impacto nas Demonstrações Financeiras da Escelsa se repercutem ao nível dos Resultados Financeiros.

O quadro de pessoal no encerramento de 2002 era de 1 353 empregados, 4,1% menor do que em 2001. O número de clientes por empregado era de 654 em 2001, atingindo 705 em 2002, traduzindo uma melhoria de 7,8% neste indicador.

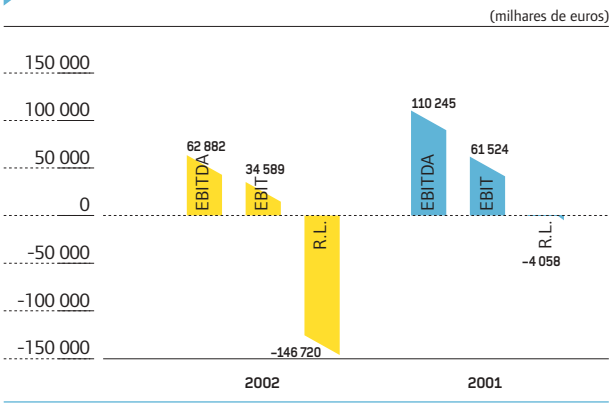
Indicadores Gerais
Escelsa 100%

	2002	2001	Δ%
Margem Bruta	**34,2%**	**38,9%**	**-4,7%**
Número de trabalhadores	**1 353**	**1 411**	**-4,1%**
Investimento Operacional (1)			
milhares de reais	60 165	67 820	**-11,3%**
milhares de euros	16 208	33 141	**-51,1%**

(1) A Escelsa consolidou pelo Método de Equivalência Patrimonial até Setembro de 2002 e integralmente desde essa data. Consideram-se os valores da totalidade.

No ano de 2002 foram investidos cerca de 60 milhões de reais na ampliação e melhoria dos sistemas de distribuição, novas subestações e na modernização da empresa. A queda homóloga de 11,3% no investimento reflecte o abrandamento da procura, sendo que devido a expectativas inferiores do aumento da procura, vários projectos e construções foram abandonados, estando os abates e perdas consequentes reflectidos nos Resultados Extraordinários da empresa.

Escelsa



ENERSUL

Em Novembro de 2002, a EDP - Electricidade de Portugal, S.A., assumiu a gestão efectiva da empresa com a eleição da nova Directoria Executiva.

Tal como referido em relação à Escelsa, os dados da Enersul são apresentados para a globalidade da empresa. O impacto nas contas consolidadas do Grupo EDP opera-se por via indirecta (através da Escelsa) pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial até Setembro de 2002 e por consolidação integral a partir de Outubro.

A energia entrada no sistema da Enersul em 2002 foi de 3 541 GWh, superior em 0,7% em relação ao ano anterior. Para atender às necessidades do mercado, a Enersul utilizou 129 GWh de produção própria produzidos pelas suas centrais hidráulicas, o que representa 3,9% das necessidades, e 3 412 GWh adquiridos a outros produtores.

O volume de energia vendida em 2002 apresentou um crescimento de 3,1% em relação a 2001, alcançando um volume total de 2 754 GWh. O sector residencial (31,3% do total da energia vendida) apresentou uma redução de 0,7% em relação ao ano anterior, o sector industrial (24,4% do total da energia vendida) apresentou um aumento de 8,7% e o sector comercial (19,1% do total da energia vendida) apresentou um aumento de 0,9%. Ao encerrar o exercício de 2002, a Enersul tinha 596 569 clientes, um acréscimo de 4,2% em relação ao ano anterior.

Vendas de Energia (GWh)
Enersul

	2002	2001	Δ%
Aquisição de Energia	**3 702**	**3 697**	**0,1%**
Perdas com o contrato de Itaipú	-93	-120	22,9%
Perdas na Transmissão	-68	-59	-16,0%
Energia entrada na Distribuição	**3 541**	**3 518**	**0,7%**
Perdas na Distribuição	-515	-390	-32,3%
Vendas de Energia	**3 026**	**3 128**	**-3,3%**
Vendas ao MAE (Mercado Atacadista de Energia)	**272**	**456**	**-40,5%**
Comercialização de Energia	**2 754**	**2 672**	**3,1%**
Residencial	863	868	-0,7%
Industrial	671	618	8,7%
Comercial	527	523	0,9%
Outros	693	663	4,5%

Os proveitos das vendas de electricidade a clientes finais aumentaram 21,4%. Este crescimento reflecte os ajustamentos tarifários de 18,24% e 12,25% que ocorreram em Abril de 2001 e 2002, respectivamente, e o ajustamento tarifário extraordinário de cerca de 5,2%, implementado pela ANNEL no dia 27 de Dezembro de 2001. À semelhança do que aconteceu com a Bandeirante e com a Escelsa, este último correspondeu a um ajustamento regulatório para compensação das perdas com o racionamento e com a chamada "Parcela A". O valor respectivo, tendo sido especializado em 2001 e estando reflectido no acréscimo de facturação de 2002, foi anulado neste exercício, na conta de "Outras Receitas e Impostos". As revisões tarifárias da Enersul ocorrem de quatro em quatro anos, sendo a primeira em 8 de Abril de 2003.

Os custos com aquisição de energia aumentaram 9,9% devido ao ajustamento tarifário nos contratos de aquisição de energia a Itaipú, indexada ao dólar. O crescimento de 9,0% nos Outros Custos Directos reflecte o aumento da tarifa de transporte de energia e da Quota de Consumo de Combustível (CCC). No entanto, estes custos são um *pass-through* para a tarifa final através do reconhecimento da "Parcela A" no cálculo das tarifas.

Margem Bruta
Enersul

milhares de reais

	2002	2001	Δ%
Vendas de Energia Totais	**429 625**	**414 501**	**3,6%**
Vendas de Energia ao MAE	- 17 577	46 243	-138,0%
Vendas de Energia a Clientes Finais	447 202	368 258	21,4%
Residencial	175 429	154 032	13,9%
Industrial	80 526	60 125	33,9%
Comercial	103 987	83 212	25,0%
Outros	87 260	70 889	23,1%
Outros Proveitos Operacionais	**- 5 060**	**69 181**	**-107,3%**
Outras Receitas e Impostos	- 33 625	- 19 712	-70,6%
Ajustamento Regulatório	28 565	88 893	-67,9%
Total de Proveitos Operacionais	**424 565**	**483 682**	**-12,2%**
Aquisição de Energia	172 437	156 886	9,9%
Outros Custos Directos	63 980	58 684	9,0%
Ajustamento Regulatório	5 459	2 602	109,8%
Custos Directos Totais	**241 876**	**218 172**	**10,9%**
Margem Bruta (valor)	**182 689**	**265 510**	**-31,2%**
Margem Bruta (%)	**43,0%**	**54,9%**	**11,9%**

A diminuição de 31,2% na Margem Bruta em relação a 2001 deve-se principalmente aos montantes não recorrentes em 2001 relacionados com a contabilização da recuperação tarifária determinada pela ANNEL e à reposição dos valores recuperados em 2002, através do aumento tarifário extraordinário. Adicionalmente, a diminuição do peso do segmento residencial também afectou a margem bruta da Enersul.

Demonstração de Resultados
Enersul

	milhares de reais			milhares de euros		
	2002	2001	Δ%	2002	2001	Δ%
Proveitos e Ganhos Operacionais	**424 565**	**483 682**	**-12,2%**	**156 168**	**233 206**	**-33,0%**
Custos e Perdas Operacionais	**400 355**	**362 792**	**10,4%**	**145 114**	**172 056**	**-15,7%**
Electricidade	241 876	218 172	10,9%	88 138	103 761	-15,1%
Materiais Diversos e Mercadorias	9 372	12 875	-27,2%	3 408	5 874	-42,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	32 893	27 869	18,0%	11 815	13 182	-10,4%
Custos com o Pessoal	48 202	44 648	8,0%	17 659	21 319	-17,2%
Amortizações do Exercício	53 571	46 294	15,7%	19 499	22 038	-11,5%
Provisões	12 233	11 952	2,4%	3 752	5 401	-30,5%
Outros Custos e Perdas Operacionais (liq)	2 208	982	124,8%	843	481	75,3%
Resultados Operacionais	**24 210**	**120 890**	**-80,0%**	**11 054**	**61 150**	**-81,9%**
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	90 014	179 136	-49,8%	34 305	88 589	-61,3%
Resultados Financeiros	**-68 266**	**-43 894**	**-**	**-21 895**	**-19 966**	**-**
Resultados Extraordinários	**-57 305**	**-3 296**	**-**	**-15 830**	**-1 653**	**-**
Impostos	-7 250	26 729	-	-1 927	14 225	-
Resultado Líquido (100%)	**-94 112**	**46 971**	**-**	**-24 744**	**25 306**	**-**

Em relação a 2001, os Custos Operacionais aumentaram 10,4%, explicando-se esta variação por um crescimento de 18,0% dos Fornecimentos e Serviços Externos, devido a pressões inflacionistas e a um aumento nos custos de manutenção. O crescimento de 8,0% dos Custos com Pessoal deveu-se a um aumento salarial de 7,0%, ajustando os salários dos trabalhadores à média praticada pelo sector. A redução no número de colaboradores não foi suficiente para compensar este aumento, dado ter ocorrido maioritariamente na segunda metade de 2002.

A variação negativa de 49,8% no EBITDA não é directamente comparável devido ao efeito não recorrente do ajustamento regulatório contabilizado em 2001. Como conclusão, o Resultado Líquido da Enersul, para além do efeito da margem bruta, foi afectado pela forte depreciação do real face ao dólar e por uma provisão não recorrente no valor de 50 milhões de reais.

A depreciação do real conduziu, igualmente, a que a queda do EBITDA em euros tenha sido mais acentuada: -61,3%.

Dívida Financeira
Enersul

	2002	2001	Δ%
Moeda Local	**377 780**	**275 040**	**37,4%**
Magistra (Grupo)	65 951	1 463	4407,9%
BNDES	157 696	79 880	-
Outros	154 133	193 697	-20,4%
Moeda Estrangeira-Denominada em Dólares	**199 375**	**152 297**	**30,9%**
Dívida Financeira Total	**577 155**	**427 337**	**35,1%**
Em Activo: Perdas com o Racionamento e "Parcela A"	141 585	71 528	97,9%
Hedging na EDP, S.A: Activo denominado em Dólares	5 956	3 612	64,9%

O aumento da dívida financeira contraída em reais deve-se ao empréstimo concedido pelo BNDES em 2002, antecipando o valor da recuperação das perdas com o racionamento e "Parcela A". A Enersul tem, no entanto, um activo a receber no valor de 141,6 milhões de reais relacionado com a recuperação das perdas com o racionamento e "Parcela A". No que respeita à dívida financeira denominada em dólares, o crescimento de 30,9% é principalmente explicado pela forte depreciação da moeda brasileira face ao dólar. Para além do aumento da dívida, a depreciação do real teve um impacto negativo nos resultados financeiros da empresa, aumentando as perdas das diferenças de câmbio.

Demonstração de Resultados Financeiros
Enersul

milhares de reais

	2002	2001	Δ%
Juros recebidos / (suportados)	-20 997	-28 956	27,5%
Diferenças de câmbio favoráveis / (desfavoráveis)	-45 159	-24 444	-84,7%
Ganhos / (perdas) empresas do grupo e associadas	1 191	1 086	9,7%
Outros ganhos / (perdas)	- 3 302	8 420	-139,2%
Resultados Financeiros	**-68 267**	**-43 894**	**-55,5%**

O quadro de pessoal no encerramento de 2002 era de 928 empregados, 5,1% menor que em 2001, conduzindo a uma relação de 644 clientes por empregado, um crescimento de 10,1% em relação a 2001.

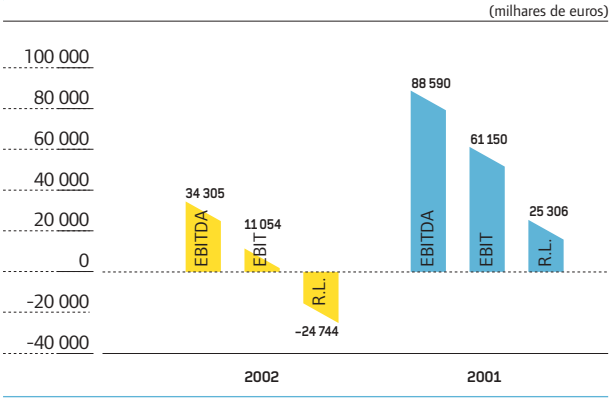
Indicadores Gerais
Enersul

	2002	2001	Δ%
Margem Bruta	**43,0%**	**54,9%**	**-11,9%**
Número de trabalhadores	**928**	**978**	**-5,1%**
Investimento Operacional (1)			
milhares de reais	93 364	109 024	-14,4%
milhares de euros	25 152	53 276	-52,8%

(1) A Enersul consolidou pelo Método de Equivalência Patrimonial até Setembro de 2002 e integralmente desde essa data. Consideram-se os valores da totalidade da empresa para comparação.

Quanto ao investimento operacional, a diminuição reflecte o abrandamento da procura em 2002. Foram realizados os investimentos não recorrentes correspondem maioritariamente a uma nova turbina de gás para uma central termoeléctrica, efectuados antes da EDP obter o controlo indirecto sobre a Enersul. No entanto, devido às actuais condições de mercado para este tipo de energia, a empresa decidiu vender este activo, tendo criado uma provisão de 50 milhões de reais (Resultados Extraordinários) para acorrer a perdas potenciais.

Enersul



[TELECOMUNICAÇÕES

TELECOMUNICAÇÕES FIXAS

Os Proveitos Operacionais do Grupo ONI aumentaram 58,3% em 2002. As receitas dos serviços de telecomunicações, que representam 92,0% do total dos proveitos, aumentaram 74,4% devido ao aumento significativo dos serviços de voz e de dados.

Margem Bruta
Telecomunicações Fixas

milhares de euros

	2002	2001	Δ%
Proveitos e Ganhos Operacionais	**297 538**	**187 922**	**58,3%**
Proveitos Serviços Telecomunicações	273 838	157 032	74,4%
Serviços de Telecomunicações de Voz	160 038	108 839	47,0%
Serviços de Telecomunicações de Dados	84 018	20 152	316,9%
Outras Receitas de Telecomunicações	29 782	28 041	6,2%
Proveitos Vendas de Equipamento	23 700	30 890	-23,3%
Custos Directos da Actividade	**157 396**	**123 084**	**27,9%**
Custo dos Serviços de Telecomunicação	142 533	102 399	39,2%
Custos das Vendas de Equipamento	14 863	20 685	-28,1%
Margem Bruta	**140 142**	**64 838**	**116,1%**
Margem dos Serviços de Telecomunicações	131 305	54 633	140,3%
Margem das Vendas de Equipamento	8 837	10 205	-13,4%

As receitas originadas pelo serviço de voz, que representaram 58,4% do total dos proveitos dos serviços de telecomunicações, cresceram 47,0% em relação ao ano de 2001. Em 2002, o tráfego de voz comutado pela ONI cresceu 38,9% em relação ao ano anterior e o número de CLIs aumentou 3,8%. O tráfego de voz em minutos por CLIs aumentou em cerca de 38%, reflectindo, em grande parte, o impacto da liberalização gradual das chamadas de curta distância (tráfego local) em Portugal.

Os proveitos dos serviços de dados representaram 30,7% do total dos proveitos dos serviços de telecomunicações. No final de 2002, a ONI dispunha de 367 641 contas de *internet* registadas (252 350 no final de 2001), o que se traduziu num crescimento do tráfego ISP de 27,0%.

Os custos directos da actividade de serviços de telecomunicações aumentaram 39,2% entre 2001 e 2002. Este aumento foi substancialmente inferior ao crescimento dos Proveitos Operacionais, o que se reflectiu num acréscimo da Margem Bruta de 81,2% em relação a 2001. Este desempenho positivo resulta de uma utilização crescente da extensa rede de fibra óptica da ONI no fornecimento de acesso a uma base de clientes também crescente.

Demonstração de Resultados
Telecomunicações Fixas

milhares de euros

	2002	2001	Δ%
Proveitos e Ganhos Operacionais	**310 403**	**237 751**	**30,6%**
Proveitos Serviços Telecomunicações	273 838	157 032	74,4%
Proveitos Vendas de Equipamento	23 700	30 890	-23,3%
Trabalhos para a Própria Empresa	494	38 537	-98,7%
Outros Proveitos Operacionais	12 371	11 292	9,6%
Custos e Perdas Operacionais	**426 907**	**373 829**	**14,2%**
Custos Directos da Actividade	157 396	123 084	27,9%
Fornecimentos e Serviços Externos-Terceiros	121 844	109 401	11,4%
Fornecimentos e Serviços Externos-Grupo	994	7 402	-86,6%
Custos com o Pessoal	69 763	76 022	-8,2%
Amortizações	63 491	48 871	29,9%
Provisões	7 887	3 741	110,8%
Outros Custos Operacionais	5 532	5 308	4,2%
Resultados Operacionais	**- 116 504**	**- 136 078**	**14,4%**
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	- 45 126	- 83 466	45,9%
Resultados Financeiros	**- 43 134**	**- 41 441**	**-4,1%**
Resultados Extraordinários	**- 48 329**	**4 475**	**-1180,0%**
Impostos + Minoritários	- 30 542	- 114 444	73,3%
Resultado Líquido (100%)	**- 177 425**	**- 58 600**	**-202,8%**

A contribuição da ONI Portugal e da ONI Espanha para os Proveitos Operacionais foram de 56% e 44%, respectivamente.

Os proveitos relativos ao serviço de voz em Espanha cresceram 78,8% no período, devido à inclusão das contas da Comunitel e da Germinus para todo o ano 2002 (incluídas nas Demonstrações Financeiras do ano 2001 apenas a partir da data de aquisição, Junho de 2001).

O aumento de 5,2% em Fornecimentos e Serviços Externos resultou de um maior recurso às Tecnologias de Informação (40% do total de FSE's), e a custos com a captação de clientes na área das telecomunicações fixas (20% do total dos FSE's).

Os Custos com Pessoal atingiram 69,8 milhões de euros no final de 2002, o que representa um redução de 8,2% em relação ao ano anterior. Esta evolução reflecte a diminuição do número de trabalhadores, nomeadamente no negócio das telecomunicações fixas, dado que a ONI Way foi consolidada pelo Método de Equivalência Patrimonial no ano 2002.

No prosseguimento do programa de corte de custos implementado pela ONI, desde o final de 2001, possibilitou uma melhoria de 46,0% ao nível do EBITDA.

A decisão do Grupo de descontinuação das operações no negócio das telecomunicações móveis reflectiu-se num *write-off* de 173,9 milhões de euros incorporado nos resultados financeiros da ONI, S.G.P.S.. Adicionalmente, a ONI constituiu uma provisão genérica de 18,3 milhões de euros, contabilizada como custo extraordinário, para cobrir responsabilidades adicionais que possam decorrer da transacção.

As Demonstrações Financeiras do Grupo ONI incluem, ainda, uma provisão extraordinária, no montante de 20 milhões de euros, ligada ao encerramento da Shopping Direct, empresa de *e-commerce* 100% detida pelo Grupo ONI.

O Investimento Operacional realizado pela ONI em 2002 ascendeu a 312,0 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 30,5% em relação ao ano 2001. Esta evolução está relacionada com investimentos no negócio das telecomunicações móveis realizados nos primeiros nove meses do ano, e o desenvolvimento da rede de telecomunicações fixas e infra-estruturas de acesso directo. O investimento realizado nas telecomunicações fixas em Espanha aumentou substancialmente, para 87,6 milhões de euros. Este crescimento prende-se com a aquisição de um direito de utilização de cabo no mercado Espanhol (IRU – Indefeasible Right of Use) por 52,1 milhões de euros.

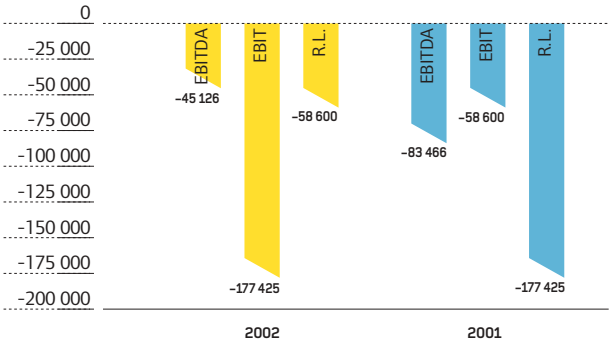
OS PROVEITOS OPERACIONAIS DA ONI AUMENTARAM 58,3% EM 2002

Indicadores Gerais
Telecomunicações

	2002	2001	Δ%
Número de trabalhadores ONI	**1 617**	**1 719**	**-5,9%**
Portugal	1 023	1 110	-7,8%
Fixo	732	804	-9,0%
Móvel	291	306	-4,9%
Espanha	594	609	-2,5%
Investimento Operacional (mil euros)	**311 962**	**239 020**	**30,5%**
Portugal	224 338	208 190	7,8%
Fixo	53 179	52 812	0,7%
Móvel	171 160	155 378	10,2%
Espanha	87 624	30 831	184,2%

Telecomunicações

(milhares de euros)



TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS (ENCERRAMENTO DA ONI WAY)

Em Dezembro de 2002, a ONI decidiu descontinuar a sua actividade no negócio das telecomunicações móveis no seguimento da proposta feita pelos três operadores móveis para a aquisição de activos e das acções representativas do Capital Social da ONI Way.

Nos termos da proposta, parte dos activos da ONI Way foram vendidos à Optimus, TMN e Vodafone, por um total de 150,0 milhões de euros, tendo-se a Vodafone comprometido a adquirir as acções representativas do Capital Social da ONI Way por um montante equivalente a 70% da redução de imposto de que a empresa deverá beneficiar.

As negociações da ONI Way com os operadores e entidades terceiras permitiram à empresa minorar os custos de encerramento inicialmente estimados.

Todos os custos de encerramento da ONI Way, bem como outras perdas potenciais, foram realizados e provisionados em 2002. A provisão constituída na ONI Way ascende, assim, a 280,9 milhões de euros

O investimento acumulado em UMTS, incluindo as despesas de encerramento, ascendeu a 480,0 milhões de euros, dos quais 340 milhões de euros foram financiados por fundos próprios. No seguimento da venda dos activos e renegociações com fornecedores, a ONI Way encerrou o exercício de 2002 com uma Situação Líquida de 20,2 milhões de euros.

O impacto total desta operação nas contas consolidadas da ONI consistiu numa perda de 192,2 milhões de euros, dos quais 173,9 foram contabilizados como Resultados Financeiros (por via da contabilização da ONI Way pelo Método da Equivalência Patrimonial). O remanescente encontra-se reflectido numa provisão genérica não recorrente de 18,3 milhões de euros na ONI, S.G.P.S..

Esta operação traduziu-se, assim, numa perda líquida de 107,7 milhões de euros nas contas consolidadas do Grupo EDP, correspondentes a 56% da perda registada pela ONI.

[TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

A Edinfor, empresa do Grupo EDP para o negócio das Tecnologias de Informação, centra a sua actividade na prestação de serviços nas áreas do desenvolvimento e exploração de sistemas de informação.

Demonstração de Resultados
Tecnologias de Informação

milhares de euros

	2002	2001	Δ%
Proveitos e Ganhos Operacionais	**238 216**	**215 918**	**10,3%**
Vendas	35 510	39 149	-9,3%
Prestação de Serviços - Grupo	122 478	72 825	68,2%
Prestação de Serviços - Terceiros	66 016	77 058	-14,3%
Trabalhos para a Própria Empresa	12 633	21 680	-41,7%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	1 579	5 206	-69,7%
Custos e Perdas Operacionais	**202 653**	**184 789**	**9,7%**
Materiais Diversos e Mercadorias	31 640	34 164	-7,4%
Fornecimentos e Serviços Externos - Grupo	5 070	9 785	-48,2%
Fornecimentos e Serviços Externos - Terceiros	70 051	55 880	25,4%
Custos com o Pessoal	75 470	65 398	15,4%
Amortizações do Exercício	18 924	17 796	6,3%
Provisões	781	960	-18,6%
Outros Custos e Perdas Operacionais	717	806	-11,0%
Resultados Operacionais	**35 563**	**31 129**	**14,2%**
EBITDA (Res. Oper. + Amort. + Provisões)	55 268	49 885	10,8%
Resultados Financeiros	**- 13 856**	**- 9 485**	**-46,1%**
Resultados Extraordinários	**- 6 890**	**- 795**	**-766,5%**
Impostos e Interesses Minoritários	7 096	11 001	-35,5%
Resultado Líquido	**7 721**	**9 848**	**-21,6%**

Nota: Sub-consolidação não auditada.

Os Proveitos Operacionais do Grupo Edinfor ascenderam a 238,2 milhões de euros no final de 2002, o que representa um crescimento de 10,3% em relação ao ano 2001. As Prestações de Serviços, que representam 79% do total das receitas, cresceram 25,8% no período. Este crescimento resulta, em grande parte, do contínuo envolvimento das empresas do Grupo no desenvolvimento e implementação de projectos SAP. Apesar disso, vale referir que 46,1% do total dos Proveitos Operacionais, resultaram de vendas e prestações de serviços para fora do Grupo EDP.

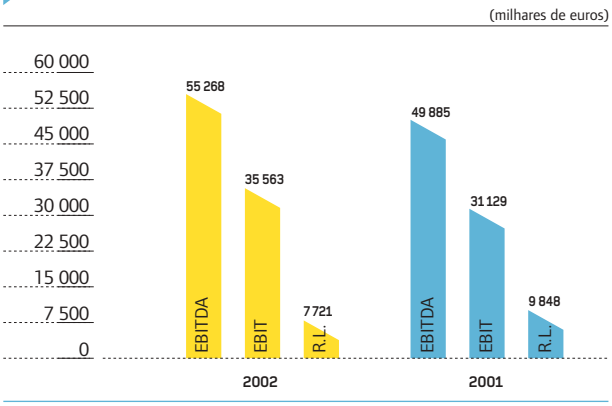
O aumento de 9,7% dos Custos Operacionais em relação ao ano anterior resultou fundamentalmente do crescimento de 14,4% e 15,4% das rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos e de Custos com Pessoal, respectivamente.

Os Resultados Operacionais apresentaram um crescimento anual de 14,2%, no entanto as margens EBITDA e EBIT caíram 1,7 e 0,6 pontos percentuais, respectivamente. Esta evolução foi, essencialmente, consequência da transferência de activos ligados ao desenvolvimento de um sistema de informação para a EDP Distribuição, perdendo a Edinfor, assim, alguns proveitos intra-grupo provenientes da anterior prestação deste serviço à distribuidora de energia do Grupo EDP.

Indicadores Gerais
Tecnologias de Informação

	2002	2001	Δ%
Número de trabalhadores	**1 713**	**1 551**	**10,4%**
Edinfor SA + Participadas	746	763	-2,2%
Grupo ACE	967	788	22,7%
Investimento Operacional			
milhares de euros	41 833	72 862	-42,6%

Tecnologias de Informação



Nota: Sub-consolidação não auditada.

'02|RC

2.5 FACTOS RELEVANTES

[FACTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO DE 2002

GERAIS

• Início da Actividade da EDP Valor

Janeiro 2002 – No âmbito do processo de reorganização do Grupo EDP iniciou a sua actividade uma nova *sub-Holding*, a EDP Valor – Gestão Integrada de Serviços, S.A., que engloba e coordena todas as empresas e unidades orgânicas que têm por objectivo principal a prestação de serviços de suporte transversais a todo o Grupo. Entre as prioridades estabelecidas está, no curto prazo, a realização de poupanças significativas para o Grupo EDP, por via da negociação centralizada de bens e serviços gerais não específicos, e da racionalização de algumas funções.

• Alterações no Conselho de Administração

8 de Março de 2002 – Renúncia do Sr. Engº Vasco Pereira Valente e cooptação, em sua substituição, do Sr. Dr. Luís Filipe Pereira para o exercício das funções de Administrador e membro da Comissão Executiva da EDP.

30 de Abril de 2002 – Cooptação do Sr. Eng. Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado para o exercício das funções de Administrador e membro da Comissão Executiva da EDP, na sequência da renúncia entretanto apresentada pelo Sr. Dr. Luís Filipe da Conceição Pereira por ter sido nomeado para Ministro da Saúde.

• Iberdrola comunica detenção de participação qualificada superior a 5%

9 de Maio de 2002 – A Iberdrola, S.A., por via de aquisição, passou, a partir de 27 de Julho de 2001, a deter directamente uma participação de 4,9989% no capital social da empresa.

• EDP dá dividendo bruto de 0,113 euros por acção

10 de Maio de 2002 – Realizou-se a Assembleia Geral de accionistas da EDP que aprovou a proposta do Conselho de Administração de aplicação de resultados relativos ao exercício de 2001, com a distribuição de um dividendo bruto por acção de 0,113 euros.

• EDP emite empréstimo obrigacionista no montante de 200 000 000 de Libras Esterlinas

2 de Agosto de 2002 - A EDP efectuou, no âmbito do seu Programa de EMTNs ("Euro Medium Term Notes"), através da sua subsidiária EDP Finance B.V., uma Emissão Obrigacionista denominada em Libras Esterlinas no montante de 200 000 000, com maturidade em 9 de Agosto de 2017, com um cupão anual fixo de 6,625%. Simultaneamente, a EDP celebrou um contrato *Swap* que converte esta emissão para Euros.

• EDP emite empréstimo obrigacionista no montante de 500 000 000 de Euros

5 de Dezembro de 2002 - A EDP efectuou, no âmbito do seu Programa de EMTNs ("Euro Medium Term Notes"), através da sua subsidiária EDP Finance B.V., uma Emissão Obrigacionista no montante de 500 000 000 de euros, com maturidade em 20 de Março de 2008, com um cupão anual fixo de 5%.

• Brisa Participações SGPS, S.A. comunica detenção de participação qualificada

10 de Dezembro de 2002 - A BRISA Auto-Estradas de Portugal, S.A., alienou à sua participada BRISA Participações, S.G.P.S., S.A., a totalidade da participação qualificada por si detida directamente no capital da EDP, correspondente a 2% do seu Capital Social.

SECTOR ELÉCTRICO

- **O Grupo EDP concluiu a aquisição de 40% do capital social da Adygesinval**

12 de Julho de 2002 - Para execução do previsto no Acordo de Accionistas celebrado no dia 4 de Dezembro de 2001 entre a EDP, CajAstur, Cáser e EnBW foram celebradas, no dia 12 de Julho, as escrituras públicas e praticados os actos societários necessários para concretizar a distribuição das participações sociais dos diversos accionistas acima referidos na sociedade Adygesinval.

O capital social da Adygesinval, que nessa data detinha 94% das acções representativas do capital social da Hidrocantábrico, correspondentes a 99% dos respectivos direitos de voto, passou a estar distribuído da seguinte forma: EDP 40%, EnBW 35%, CajAstur 18% e Cáser 7%.

- **Grupo EDP reforça a sua participação no capital social da Turbogás**

27 de Setembro de 2002 - A EDP Participações, S.G.P.S, S.A., adquiriu à Siemens Project Ventures GmbH (SPVG) uma participação de 10% no capital social da Turbogás Produtora Energética S.A. (Turbogás). Com esta aquisição, o Grupo EDP aumentou a sua participação no capital social da Turbogás de 10%, detidos anteriormente, para 20%.

- **Grupo EDP adquire 45% do capital social da Affinis**

4 de Outubro de 2002 – A EDP Participações, S.G.P.S, S.A. adquiriu à PROCME – Gestão Global de Projectos, S.A. uma participação de 45% no capital social da Affinis – Serviços de Assistência e Manutenção Global, S.A..

- **ERSE define aumento das tarifas e preços de energia eléctrica para 2003**

4 de Dezembro de 2002 – A ERSE publicou as tarifas e preços de energia eléctrica e outros serviços para 2003, contemplando uma variação nominal das tarifas de venda de energia eléctrica a clientes finais de 2,8%.

INTERNACIONALIZAÇÃO

- **Inauguração da central termoeléctrica de Macau**

Janeiro de 2002 – Foi inaugurado o primeiro grupo da central termoeléctrica de Macau, que deverá estar totalmente pronta em Março de 2003.

- **EDP assina contratos para construção da Barragem de Peixe Angical**

12 de Março de 2002 - O Grupo EDP e o Grupo Rede (brasileiro) assinaram os contratos para a construção da Central Hidroeléctrica de Peixe Angical, no Estado do Tocantins.

- **EDP solicita autorização para proceder à reestruturação das participadas no Brasil**

8 de Agosto de 2002 - No âmbito da estratégia internacional da EDP, e com vista à reorganização das participadas do Grupo no Brasil, a Bandeirante solicitou à Agência Nacional de Energia Eléctrica (ANEEL) a autorização necessária para incorporar parte da sua controladora directa, Enerpaulo - Energia Paulista, Ltda. (Enerpaulo), empresa detida a 100% pelo Grupo EDP.

- **EDP assume gestão da Escelsa e da Enersul**

10 de Outubro de 2002 - A EDP assumiu o controlo da Espírito Santo Centrais Eléctricas (Escelsa), uma distribuidora brasileira, localizada no Estado do Espírito Santo, onde a empresa detém 52,27% do capital, e, por via indirecta, da Enersul.

- **EDP conclui venda da participação de 29% na Redal**

22 de Outubro de 2002 - A EDP concluiu o processo de venda da participação de 29% do capital social da empresa marroquina Redal.

- **EDP anuncia o sucesso da Oferta Pública de Aquisição das obrigações emitidas pela Escelsa**

20 de Dezembro de 2002 - No seguimento da Oferta Pública de Aquisição e do Pedido de Renúncia a determinados direitos, lançada a 20 de Novembro de 2002 sobre a totalidade das *Senior Notes* emitidas pela Escelsa, a EDP anunciou o sucesso da operação passando a deter, aproximadamente, 83% da totalidade da emissão.

TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

- **Oni celebra novo contrato para a utilização de fibras ópticas da REN**

7 de Fevereiro de 2002 - A ONI Telecom, S.A., e a REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., assinaram um novo contrato para a utilização, por parte da ONI, das fibras ópticas, propriedade da REN.

- **A EDP - Electricidade de Portugal, S.A. vende a sua subsidiária OPTEP – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**

25 de Março de 2002 - A EDP celebrou um contrato de compra e venda de acções com a Thorn Finance, S.A., sociedade de direito luxemburguês, através do qual vendeu a totalidade das acções representativas do capital social da sua subsidiária OPTEP - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., detentora de 25,49% do capital social da Optimus - Telecomunicações, S.A..

- **EDP dá acordo à proposta de aquisição de activos e das acções representativas do capital social da ONI Way**

4 de Dezembro de 2002 – A EDP informou que as suas subsidiárias ONI, S.G.P.S., S.A, e ONI Way – Infocomunicações, S.A., celebraram acordos com os restantes operadores móveis com vista à venda dos activos da ONI Way e das acções representativas do seu capital social, cessando, a partir daí, a actividade da ONI Way enquanto operador móvel de comunicações.

[FACTOS RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2002

À data da finalização do presente relatório não há quaisquer factos relevantes a destacar.

ESTAMOS PRESENTES EM ÁFRICA, NA AMÉRICA DO SUL, NA ÁSIA E NA EUROPA

'02|RC

2.6

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS DE 2002

Nos termos do Artigo 27º do Contrato da Sociedade, o Conselho de Administração propôs que o Resultado Líquido de 335 216 mil euros tivesse a seguinte aplicação:

Aplicação de Resultados

(milhares de euros)

	2002
Reserva Legal	16 761
Dividendos	270 000
Resultados Transitados	48 455
Resultado Líquido	**335 216**

O dividendo proposto corresponde a 0,09 euros por acção, o que representa um *pay-out* de 80,5%.

'02|RC

2.7 PERSPECTIVAS PARA 2003

No ano de 2003 a actividade do Grupo EDP continuará centrada dominantemente no sector energético, nos mercados da Península Ibérica e do Brasil, prosseguindo, em paralelo, a consolidação dos negócios das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação.

A criação do Mercado Ibérico da Electricidade, cuja concretização decorrerá de uma forma faseada a partir de meados de 2003, com conclusão prevista para 2006, exigirá do Grupo uma especial atenção, nomeadamente no que respeita ao acompanhamento dos estudos e medidas necessários à sua implementação. Neste âmbito, assume particular relevo a definição do regime de liberalização da produção, nomeadamente o processo de abertura dos Contratos de Aquisição de Energia celebrados entre os titulares dos Centros Produtores Vinculados e a entidade concessionária da Rede Nacional de Transporte, tendo em vista a obtenção de solução que preserve o valor dos referidos contratos.

A preparação da abertura do mercado nacional da electricidade aos mais de 5,6 milhões de clientes alimentados em Baixa Tensão, prevista para 2004, e o aprofundamento da liberalização do mercado de MAT, AT e MT constituirão desafios acrescidos para o Grupo EDP que deseja manter uma posição de liderança no sector liberalizado. Neste contexto, reforçar-se-á o papel da EDP Energia, enquanto comercializadora do Grupo a actuar naquele mercado e prevê-se que venha a constituir-se formalmente a EDP Trading, dotada das ferramentas adequadas para actuar no mercado por "grosso" e na correspondente gestão de riscos, à medida que ganhe forma e expressão o funcionamento do MIBEL.

Prevê-se, igualmente, que haja desenvolvimentos no que respeita à reorganização do Sector Energético Português, na sequência dos estudos promovidos pelo Governo, nesse âmbito. A ocorrerem tais desenvolvimentos, haverá certamente impacto na actividade do Grupo em 2003, podendo equacionar-se uma maior convergência dos sectores da electricidade e do gás.

Em Espanha, a participação da EDP no mercado energético consolidar-se-á através da Hidrocantábrico, com actividade no mercado eléctrico e no mercado do gás, reforçando a convergência entre os dois negócios na Península Ibérica.

No Brasil, o Grupo EDP aprofundará e desenvolverá medidas de racionalização da gestão das empresas distribuidoras de electricidade, procurando captar valor do potencial de sinergias existente, agora que o Grupo assumiu o controle operacional da Escelsa e da Enersul. Por outro lado, continuar-se á o processo de reestruturação societária, caracterizado por uma subordinação das actividades do Grupo no Brasil a um comando estratégico comum da *sub-Holding* EDP Brasil. Nestes termos serão transferidas para aquela *sub-Holding* as participações do Grupo na CERJ -Companhia de Electricidade do Rio de Janeiro e na Iven, S. A., entidade que exerce o controlo directo da Escelsa e indirecto da Enersul.

A significativa quebra da actividade económica em Portugal terá reflexos menos positivos na dinâmica das tecnologias de informação. A desaceleração, já visível em 2002, levou a Edinfor a pôr em prática medidas de contenção de custos e de reorganização de recursos que lhe permitem ganhar flexibilidade e enfrentar com confiança o ano de 2003.

No âmbito das telecomunicações, após o encerramento do projecto ONI Way, associado à tecnologia UMTS, o ano de 2003 será dedicado à consolidação do negócio da rede fixa em Portugal e Espanha, reforçando a posição da ONI como primeiro operador alternativo ao operador incumbente. Espera-se poder contar para isso com uma regulação justa e determinada, com a consequente e progressiva liberalização do mercado.

Continuar-se-á a apostar no "Programa Eficiência" enquanto projecto dinamizador de uma cultura e de um estado de espírito que se pretendem permanentes. Lançado em 2002 e ultrapassada que foi a primeira fase, promoveu-se uma maior integração do programa com as estruturas organizativas,

por forma a melhor garantir a concretização das medidas de redução de custos e de racionalização já identificadas e a internalizar o espírito, os princípios e a metodologia do Programa. Inicialmente centrado nas empresas localizadas em Portugal, o alargamento de iniciativas equivalentes ao Brasil deverá permitir identificar um potencial de redução de custos significativo, a determinar em 2003.

Neste contexto de aumento de eficiência, reorganização de serviços e racionalização de processos, prosseguirá também em 2003 a consolidação e alargamento da estrutura de serviços partilhados do Grupo, através da *sub-Holding* EDP Valor. Os resultados da sua intervenção em áreas prioritárias, em 2002, demonstraram a importância do projecto para a realização de objectivos convergentes com os do "Programa Eficiência".

Deste modo, para além da afirmação da qualidade do serviço junto dos seus Clientes internos, a EDP Valor alargará a sua esfera de acção, em 2003, a outros serviços e a outras empresas do Grupo, sempre com o objectivo comum de aumento de eficiência e de criação de valor para os accionistas.

O cenário descrito comporta grandes desafios e exigirá da gestão, a todos os níveis, uma grande determinação para os ultrapassar com sucesso. Há no entanto razões para acreditarmos numa evolução económica e financeira positiva em 2003, tanto mais que, em grande medida, estaremos neste exercício, conforme foi já referido, num processo de consolidação de negócios na Península Ibérica e no Brasil.

'02|RC

2.8 REFERÊNCIAS ESPECIAIS

O Conselho de Administração apresenta o seu agradecimento aos Senhores Accionistas que mais de perto têm acompanhado a evolução da empresa, em particular ao Accionista Estado, na pessoa dos respectivos membros do Governo, nomeadamente os Senhores Ministros das Finanças e Economia e os Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e Adjunto do Ministro da Economia.

Os agradecimentos do Conselho de Administração são extensivos a todas as entidades que ao longo do ano de 2002 colaboraram com o Grupo EDP, nomeadamente:

- CMVM, Euronext Lisbon e Interbolsa;
- Revisores Oficiais de Contas e Auditores Externos das Empresas do Grupo EDP;
- Instituições Financeiras;
- Instituições de carácter científico, universitário e técnico.

É, ainda, devido um agradecimento especial:

- aos Accionistas, pela confiança que mantêm no Grupo EDP;
- aos Clientes das Empresas do Grupo EDP, a quem se reafirma o empenho na procura da excelência na prestação de serviços e na plena satisfação das suas necessidades;
- aos Trabalhadores e Colaboradores, pela sua contribuição para o desenvolvimento do Grupo EDP, pela competência e profissionalismo no desempenho das suas funções e pelo empenho na participação da dinâmica de mudança e crescimento do Grupo EDP.

Em Março de 2002, o Senhor Eng. Vasco Fernandes Pereira Valente apresentou a renúncia ao cargo de Administrador e membro da Comissão Executiva da EDP, S.A., tendo sido substituído pelo Senhor Dr. Luís Filipe da Conceição Pereira, que apresentou, também, a renúncia ao cargo no mês de Abril, na sequência da sua nomeação para Ministro da Saúde. Aos Senhores Administradores referidos, o Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento e agradecimento pelas suas contribuições para o desenvolvimento do Grupo EDP. Os mesmos são extensivos ao Senhor Dr. Manuel Jorge Pombo Cruchinho, que cessou as suas funções de Secretário Geral da Sociedade já no início do ano de 2003.

O Conselho de Administração

Eng. Francisco de la Fuente Sánchez (Presidente)
Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães (Vice-Presidente)
Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa (Vogal)
Dr. Fernando Noronha Leal (Vogal)
Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu (Vogal)
Dr. Manuel de Jesus Martins (Vogal)
Eng. Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado (Vogal)
Eng. Jorge Manuel Jardim Gonçalves (Vogal)
Prof. Engenheiro João Afonso Ramalho Pereira Bento (Vogal)
Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes (Vogal)
Prof. Doutor António José Fernandes de Sousa (Vogal)

Lisboa, 13 de Março de 2003

‘3 | DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

ESTAMOS PRESENTES ONDE OS NOSSOS CLIENTES PRECISAM’

3.1

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2002

NOTAS	ACTIVO	2002 AB	2002 A/P	2002 AL	2001 AL
	Imobilizado:				
23.b./25/27.	Imobilizações incorpóreas:				
	Despesas de instalação	93 056 395,91	50 471 230,93	42 585 164,98	98 161 631,08
	Despes.de investig. e desenvolvimento	140 433 845,02	35 501 600,79	104 932 244,23	5 564 998,23
	Propriedade industrial e out .direitos	1 880 560 730,46	198 187 827,58	1 682 372 902,88	849 470 350,94
	Imobilizações em curso	13 229 498,81		13 229 498,81	183 044 011,73
		2 127 280 470,20	284 160 659,30	1 843 119 810,90	1 136 240 991,98
23.c./27.	Imobilizações corpóreas:				
	Imobilizações corpór. (DL 344-B/82)	259 915 573,61	243 265 126,85	16 650 446,76	20 934 323,11
	Terrenos e recursos naturais	122 259 733,36		122 259 733,36	112 614 398,16
	Edifícios e outras construções	336 746 374,80	143 317 068,95	193 429 305,85	193 510 435,68
	Equipamento básico	22 474 832 329,01	12 839 247 899,08	9 635 584 429,93	8 746 022 227,06
	Equipamento de transporte	73 900 403,01	46 621 966,83	27 278 436,18	30 859 513,67
	Ferramentas e utensílios	76 922 099,59	5 443 128,05	71 478 971,54	1 119 630,18
	Equipamento administrativo	248 633 624,39	164 011 509,38	84 622 115,01	64 714 072,85
	Taras e vasilhame	1 659,55	1 659,55		
	Outras imobilizações corpóreas	17 485 250,48	4 803 701,80	12 681 548,68	7 633 090,01
	Imobilizações em curso	1 010 734 574,13		1 010 734 574,13	640 524 472,07
	Adiantam p/conta imob.corpóreas	4 788 147,67		4 788 147,67	1 789 892,44
23.c./27.	Aprov. fins multiplos (parte n/afecta):	24 729 492,72		24 729 492,72	24 055 920,71
	Produção hidroeléctrica	18 186 658,24		18 186 658,24	17 513 086,23
	Obras em curso	6 542 834,48		6 542 834,48	6 542 834,48
		24 650 949 262,32	13 446 712 060,49	11 204 237 201,83	9 843 777 975,94
23.d./27.	Investimentos financeiros:				
	Partes de capital em empresas do grupo	202 518 336,35	9 151 209,93	193 367 126,42	185 267 983,89
	Partes de capital em empres.associadas	578 494 982,82	38 079 862,01	540 415 120,81	1 377 323 478,58
	Títulos e outras aplic.financeiras	1 431 517 440,41	269 318 117,81	1 162 199 322,60	1 459 907 397,53
	Imobilizações em curso	2 584,15		2 584,15	1 057 767,41
		2 212 533 343,73	316 549 189,75	1 895 984 153,98	3 023 556 627,41
	Circulante:				
23.e.	Existências:				
50.f.	Matérias-primas,subsid. e de consumo	130 031 670,96		130 031 670,96	89 408 542,20
	Produtos e trabalhos em curso	5 446 017,07		5 446 017,07	2 540 602,98
	Mercadorias	10 142 972,56	1 179 695,02	8 963 277,54	11 997 603,68
	Adiantamentos p/conta compras	5 864 063,82		5 864 063,82	5 089 790,56
		151 484 724,41	1 179 695,02	150 305 029,39	109 036 539,42
33.b.	Dívidas de terceiros - Médio longo prazo:				
50.a.	Clientes - Autarquias - Dívida a 31/12/88	185 343 180,89	101 321 947,53	84 021 233,36	79 203 600,77
	Empresas participadas e participantes	18 744 335,53		18 744 335,53	15 789 246,11
50.a.	Outros devedores	170 239 358,15	12 421 025,70	157 818 332,45	7 859 131,47
		374 326 874,57	113 742 973,23	260 583 901,34	102 851 978,35
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
50.b.	Clientes c/c	855 970 456,68		855 970 456,68	787 426 279,00
50.b.	Clientes - Títulos a receber	13 734,12		13 734,12	1 238 089,57
50.b.	Clientes - Cobrança duvidosa	159 510 962,04	150 863 310,63	8 647 651,41	7 302 863,75
	Empresas participadas e participantes				106 324 521,51
	Adiantamentos a fornecedores	3 298 096,12		3 298 096,12	1 187 455,46
50.e.	Estado e outros entes públicos	120 419 334,15		120 419 334,15	59 736 296,64
50.c.	Outros devedores	462 944 357,26	13 901 228,16	449 043 129,10	233 922 205,39
	Subscritores de capital	451 125,00		451 125,00	45 281 168,34
		1 602 608 065,37	164 764 538,79	1 437 843 526,58	1 242 418 879,66
	Títulos negociáveis:				
	Outras aplicações de tesouraria	175 264 037,96	5 819,42	175 258 218,54	33 944 265,45
		175 264 037,96	5 819,42	175 258 218,54	33 944 265,45
	Depósitos Bancários e caixa:				
	Depósitos bancários	37 287 707,07		37 287 707,07	
	Caixa	1 426 792,90		1 426 792,90	441 515,04
		38 714 499,97		38 714 499,97	441 515,04
50.d.	**Acréscimos e diferimentos:**				
	Acréscimos de proveitos	343 559 083,33		343 559 083,33	140 589 565,72
	Custos diferidos	775 584 355,05		775 584 355,05	600 284 448,26
		1 119 143 438,38		1 119 143 438,38	740 874 013,98
	Total de Amortizações		14 038 270 699,61		
	Total de Provisões		288 844 236,39		
	TOTAL DO ACTIVO	32 452 304 716,91	14 327 114 936,00	18 125 189 780,91	16 233 142 787,23

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2002

Unidade: EUR

NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2002	2001
50.m	**Capital próprio:**		
	Capital	3 000 000 000,00	3 000 000 000,00
	Acções próprias - Valor nominal	(17 428 926,00)	(11 726 209,00)
	Acções próprias - Prémios e descontos	(26 064 533,34)	(21 368 993,34)
	Ajustamentos de partes de capital em filiais e assoc.	22 120 541,30	(36 965 571,08)
	Ajustamento de conversão cambial	(379 467 762,48)	(79 439 987,59)
	Reservas de reavaliação	1 172 728 640,98	2 020 902 537,49
	Reservas:		
	Legal	243 727 440,75	221 187 440,75
	Outras	78 732 985,46	78 732 985,46
	Ajustamentos patrimoniais	(268 974 551,00)	
	Resultados transitados - Casa - mãe	1 208 461 023,74	343 629 001,87
	Resultados transitados - Consolidação de filiais	125 131 396,49	131 011 803,54
	Subtotal	5 158 966 255,90	5 645 963 008,10
	Resultado consolidado líquido do exercício	335 215 826,44	450 794 716,53
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	5 494 182 082,34	6 096 757 724,63
	Interesses minoritários	65 199 164,85	240 716 931,58
	Passivo:		
46.	Provisões para riscos e encargos:		
	Outras provisões para riscos e encargos	806 281 677,80	831 489 197,10
		806 281 677,80	831 489 197,10
23.n./50.j.	Correcção de hidraulicidade	324 111 265,95	387 506 423,96
33.a.	Dívidas a terceiros - Médio longo prazo:		
50.k.	Empréstimos p/obrigações - Não convert.	3 392 111 270,43	2 361 354 529,56
50.l.	Dívidas a instituições de crédito	2 697 720 636,38	1 679 243 507,80
	Outros empréstimos obtidos	17 210 004,36	14 181 280,94
33.	Outros credores	90 390 147,07	43 101 996,30
23.b.	Particip.do Estado p/aprov.fins múltiplos	19 739 517,80	19 739 517,76
23.b.ii.	Conta de regularização-(Reg.DL344-B/82)	16 650 446,77	20 934 323,11
		6 233 822 022,81	4 138 555 155,47
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
50.k.	Empréstimos p/obrigações - Não convert.	12 261 284,32	23 385 253,88
50.l.	Dívidas a instituições de crédito	1 874 772 408,76	1 720 959 220,71
	Adiantamentos p/conta de vendas	298 732,26	283 790,78
	Fornecedores c/c	762 573 380,40	567 002 489,36
	Fornecedores-Fact.em recepção e conf.	24 787 970,50	3 560 731,54
	Outros Accionistas	10 443 077,23	7 098 103,61
	Adiantamentos de clientes	517 842,26	724 058,89
	Fornecedores de imobilizado c/c	230 392 523,10	183 781 286,11
50.e	Estado e outros entes públicos	49 752 218,75	196 685 588,27
50.c.	Outros credores	163 233 460,27	97 837 818,47
		3 129 032 897,85	2 801 318 341,62
50.d.	**Acréscimos e diferimentos:**		
	Acréscimos de custos	294 498 579,47	213 255 577,41
	Proveitos diferidos	1 778 062 089,84	1 523 543 435,46
		2 072 560 669,31	1 736 799 012,87
	TOTAL DO PASSIVO	12 565 808 533,72	9 895 668 131,02
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	18 125 189 780,91	16 233 142 787,23

O Técnico Oficial de Contas nº 5260 — GCO-GABINETE DE CONSOLIDAÇÃO, CONTROLO E GESTÃO ORÇAMENTAL — O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O DIRECTOR

3.2

Demonstração Consolidada dos Resultados

NOTAS	CUSTOS E PERDAS	2002		2001	
	Custo das existências vendidas e consumidas:				
	Electricidade	3 005 526 055,68		2 524 293 349,17	
	Combustíveis pª. produção de electricidade	465 527 057,89		377 192 497,05	
	Materiais diversos	136 028 321,28		122 679 049,47	
	Mercadorias	83 597 286,98	3 690 678 721,83	55 542 013,35	3 079 706 909,04
	Fornecimentos e serviços externos		675 069 958,91		651 230 185,63
	Custos com o pessoal:				
	Remunerações	427 618 996,07		402 399 701,96	
	Encargos sociais:				
	Complemento de pensões de reforma				
	Prémios para pensões	44 339 970,29		37 492 144,01	
	Encargos s/remunerações	105 585 984,09		95 740 835,96	
	Custos de acção social	5 643 811,77		6 458 558,68	
	Outros	41 583 484,31	624 772 246,53	49 882 248,21	591 973 488,82
27.b.	Amortizações do exercício	739 540 617,58		664 691 412,75	
	Provisões do exercício	100 645 394,94	840 186 012,52	115 986 158,13	780 677 570,88
	Impostos indirectos	13 823 786,06		12 850 221,58	
	Impostos directos	2 810 716,56		897 398,38	
	Outros custos e perdas operacionais	8 301 596,90		8 227 710,55	
23.c./50.g.	Rendas de concessões e c.electroprodutores	158 176 301,80		149 114 155,87	
	Correcção de hidraulicidade - dif.exerc. - Custo		183 112 401,32		171 089 486,38
	A - Custos e Perdas Operacionais		6 013 819 341,11		5 274 677 640,75
44.	Custos e perdas financeiros:				
	Perdas em empresas do grupo e associadas	115 183 865,75		13 485 344,99	
	Juros	488 916 263,75		399 173 681,58	
27.b.	Amort. e prov. de apl. e invest. financeiros	107 318,56		106 297,10	
	Diferenças de câmbio	22 846 399,45		63 666 000,06	
	Outros custos e perdas financ.e similares	149 141 876,29	776 195 723,80	112 919 416,58	589 350 740,31
	C - Custos e Perdas Correntes		6 790 015 064,91		5 864 028 381,06
45.	Custos e perdas extraordinários				
	Dívidas incobráveis	9 084 126,68		1 384 997,50	
	Perdas em existências	2 278 697,61		2 635 002,47	
	Perdas em imobilizações	41 331 713,40		2 635 377,39	
	Aumento de amortizações e provisões	299 231 756,28		3 068 836,86	
	Correcções relativas a exercícios anteriores	13 934 530,37		7 467 438,07	
	Correcção de hidraulicidade - Agravamento				
	Outros custos e perdas extraordinários	77 033 520,95	442 894 345,29	43 414 535,50	60 606 187,79
	E - Custos e Perdas do Exercício		7 232 909 410,20		5 924 634 568,85
	Imposto sobre o rendimento				
	Imposto s/rendimento do exercício	171 167 862,75		244 011 679,38	
	Imposto s/rendimento do exercício - Diferido	571 459,51	171 739 322,26	(41 059 093,77)	202 952 585,61
	G - Custos Totais		7 404 648 732,46		6 127 587 154,46
	Interesses minoritários		(220 033 767,72)		(59 558 724,48)
	Resultado consolidado líquido do exercício		335 215 826,44		450 794 716,53
	TOTAL		7 519 830 791,18		6 518 823 146,51
	Resultados Operacionais (B) - (A)		648 703 588,06		673 532 448,76
	Resultados Financeiros ((D) - (B)) - ((C) - (A))		(222 843 423,10)		(205 333 289,93)
	Resultados Correntes (D) - (C)		425 860 164,96		468 199 158,83

Demonstração Consolidada dos Resultados

Unidade: EUR

NOTAS	PROVEITOS E GANHOS	2002		2001	
	Vendas:				
36.	De energia eléctrica	5 876 158 458,26		5 201 275 203,90	
36.	Outras	111 981 793,30		97 966 532,94	
36.	Prestação de serviços	398 418 183,40	6 386 558 434,96	351 132 352,06	5 650 374 088,90
	Variação da produção:				
	Produtos e trabalhos em curso:				
	Existências finais	5 569 215,55		2 203 417,62	
	Existências iniciais	1 987 771,20	3 581 444,35	1 360 758,05	842 659,57
23.i./50.h.	Trabalhos p/a própria empresa		241 769 257,27		232 518 748,98
	Proveitos suplementares	8 066 938,77		39 961 257,07	
50.i.	Subsídios à exploração	453 433,17		1 898 662,18	
	Outros proveitos e ganhos operacionais	22 093 420,65		22 614 672,81	
23.n./50.j.	Correcção hidraulicidade-diferenc.exerc.-Proveito		30 613 792,59		64 474 592,06
	B - Proveitos e Ganhos Operacionais		6 662 522 929,17		5 948 210 089,51
44.	Proveitos e ganhos financeiros:				
	Ganhos em empresas do grupo e associadas	36 449 846,48		25 104 850,55	
	Rendimentos de participações de capital	40 041 770,53		16 831 122,72	
	Rendim. de títulos negoc. e out. apl. financ.	23 682 239,55		18 324 509,08	
	Outros juros e proveitos similares	362 918 182,49		261 435 745,44	
	Diferenças de câmbio favoráveis	90 260 261,65	553 352 300,70	62 321 222,59	384 017 450,38
	D - Proveitos e Ganhos Correntes		7 215 875 229,87		6 332 227 539,89
45.	Proveitos e ganhos extraordinários:				
	Ganhos em imobilizações	53 264 297,20		27 681 504,13	
	Reduções de amortizações e de provisões	76 371 070,41		18 680 924,73	
	Correcções relativas a exercícios anteriores	9 691 927,80		13 304 933,79	
	Correção de hidraulicidade-Bonificação			47 465 629,76	
	Outros proveitos e ganhos extraordinários	164 628 265,90	303 955 561,31	79 462 614,21	186 595 606,62
	F - PROVEITOS TOTAIS		7 519 830 791,18		6 518 823 146,51
	Resultados Extraordinários ((F) -(D))-((E)-(C))		(138 938 783,98)		125 989 418,83
	Resultados Antes de Impostos (F) - (E)		286 921 380,98		594 188 577,66
	Resultado Líquido do Exercício (F) - (G)		335 215 826,44		450 794 716,53

O Técnico Oficial de Contas nº 5260 | GCO-GABINETE DE CONSOLIDAÇÃO, CONTROLO E GESTÃO ORÇAMENTAL | O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O DIRECTOR

ÍNDICE

[DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

'110 BALANÇO CONSOLIDADO

'112 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

'115 ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

'160 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

'161 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

'02|RC

3.3

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

00. [NOTA INTRODUTÓRIA

a] Organização e Negócios

A empresa-mãe do Grupo, a EDP – Electricidade de Portugal, S.A. (adiante designada por EDP), foi constituída em 1976 na sequência da nacionalização e consequente fusão das principais empresas do sector eléctrico de Portugal Continental. A sua sede social é em Lisboa, na Praça Marquês de Pombal, 12, 6º.

Em 1994, conforme definido pelos Decretos-Lei nº 7/91 e 131/94, constituiu-se o Grupo EDP (adiante designado por Grupo EDP ou Grupo) após a cisão da EDP, de que resultou um conjunto de empresas participadas a 100% pela própria EDP, directa ou indirectamente.

As actividades do Grupo estão actualmente centradas nas áreas de produção, distribuição e comercialização de energia eléctrica, distribuição e comercialização de gás, telecomunicações e tecnologias de informação, mas abrangem também outras áreas complementares e relacionadas, como as de água, engenharia, ensaios laboratoriais, formação profissional e gestão do património imobiliário.

As acções da EDP encontram-se cotadas na Euronext Lisbon e na NYSE – New York Stock Exchange, sendo também transaccionadas em Londres. São ainda um activo base para contratos de futuros transaccionados na Euronext Lisbon.

b] Actividade no Sector Energético da Península Ibérica

Em Portugal, o Sistema Eléctrico Nacional (SEN) assenta na coexistência de um Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP) e de um Sistema Eléctrico Independente (SEI), sendo este último composto pelo Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV) e pelos Produtores em Regime Especial (PRE).

O SEP é constituído pela Rede Nacional de Transporte (RNT), pelos Produtores Vinculados, pelos Distribuidores Vinculados e pelos Clientes Vinculados. À RNT, concessionada à REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., compete-lhe assegurar o transporte de energia eléctrica e a gestão técnica global do SEP. Os Produtores Vinculados encontram-se ligados à RNT por contratos de longo prazo de fornecimento exclusivo. Os Distribuidores Vinculados assumem a obrigatoriedade de fornecimento aos seus Clientes, segundo as tarifas e condições fixadas, nos termos da lei, pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Os Clientes Vinculados correspondem aos consumidores de energia eléctrica que não podem optar por um fornecedor do SENV (actualmente os consumidores alimentados em baixa tensão) ou que, podendo, optaram por adquirir a energia eléctrica ao respectivo distribuidor vinculado nas condições determinadas pela ERSE.

O SENV é composto essencialmente pelos Produtores Não Vinculados e pelos Clientes Não Vinculados, tendo estes últimos o direito de utilizar as redes do SEP através de tarifas fixadas, nos termos da lei, pela ERSE.

Os Produtores em Regime Especial operam na área das energias renováveis e da cogeração, efectuando entregas de energia eléctrica às redes do SEP ao abrigo de legislação específica.

De acordo com a lei, compete à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) o exercício da função de regulação do sector, através da preparação, emissão e aplicação de regulamentos, bem como a definição das tarifas respeitantes quer à utilização das infra-estruturas quer ao fornecimento da energia eléctrica a clientes do SEP.

O Grupo EDP, através das suas Empresas de Produção e Distribuição de energia eléctrica, desempenha um papel fundamental em todo o SEN detendo uma posição relevante no seio do SEP e detendo também empresas de produção que actuam no SEI, quer ao nível do SENV, quer ao nível dos PRE.

Em Espanha, o Grupo EDP detém uma participação de 40% na Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. (adiante designada por Hidrocantábrico), empresa na qual assume a gestão operacional.

A Hidrocantábrico é a empresa-mãe de um Grupo empresarial que desenvolve actividade nos sectores eléctrico (na produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica), do gás (distribuição e comercialização) e das telecomunicações.

Esta participação da EDP na Hidrocantábrico insere-se numa lógica de integração e consolidação do mercado ibérico da energia.

c] Actividade no Sector Energético do Brasil

No Brasil, o Grupo EDP actua no sector eléctrico, nomeadamente na produção, distribuição e comercialização de energia eléctrica.

Na distribuição, detém uma participação de 96,5% na Bandeirante Energia S.A. e o controle de 99,97% na IVEN, S.A., que controla a Escelsa Espírito Santo Centrais Eléctricas, S.A. e a Enersul Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A.

No sector da Produção de energia eléctrica, o Grupo EDP detém participações na Usina Hidroeléctrica (UHE) Lajeado (27,65%) e na Usina Termoeléctrica (UTE) Fafen (79,6%); em parceria com o Grupo Rede do Brasil, venceu em 2001 as licitações para a concessão de construção e exploração das UHE de Peixe Angical e de Couto Magalhães.

Na comercialização, para além da actividade exercida pelas empresas de distribuição, o Grupo EDP opera no mercado de *trading* de energia eléctrica através da Enertrade, empresa detida na totalidade pelo Grupo.

d] Actividade no Sector das Telecomunicações

No sector das telecomunicações, o Grupo EDP detém 56,025% do capital social da ONI SGPS, sendo o restante capital detido pelo BCP, Galp Energia e Brisa.

A ONI actua nas telecomunicações fixas, presta serviços de voz e de dados, estando presente nos mercados português (nos segmentos empresarial e residencial) e espanhol (no segmento empresarial).

e] Actividade no Sector das Tecnologias de Informação

Nas Tecnologias de Informação, o Grupo EDP está presente através da Edinfor - Sistemas Informáticos S.A., empresa detida na totalidade pelo Grupo, vocacionada para este sector, a qual por sua vez detém ainda 60% do capital da ACE.

O posicionamento estratégico neste sector é o de *one-stop-shopping* nas áreas de intervenção onde actua: Consultoria e Integração de Sistemas, Outsourcing de Processos e Aplicações, Infra-estruturas de TI, Soluções Georeferenciadas e Soluções Gráficas e de Finishing.

f] Detentores do Capital

A EDP, que começou por ser uma Empresa Pública, viu o seu estatuto ser transformado sucessivamente em Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos e, seguidamente, Sociedade Anónima de capitais maioritariamente públicos. Actualmente é uma Sociedade Anónima em cujo capital o Estado e outros Entes Públicos detêm uma participação minoritária.

O processo de reprivatização iniciou-se em 1997, tendo sido concretizadas as segunda e terceira fases de reprivatização em 1998 e a quarta fase em 2000, após o que o Estado passou a deter apenas cerca de 30% do capital, directa e indirectamente.

À data de 31 de Dezembro de 2002 o capital da EDP estava distribuído pelos seguintes accionistas:

Estado Português	**18,96%**
PARPÚBLICA	**7,14%**
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	**4,75%**
Banco Comercial Português, S.A.	**5,06%**
Iberdrola	**5,00%**
Brisa Auto-Estradas de Portugal, S.A.	**2,00%**
Restantes Accionistas Privados	**56,51%**
EDP – Acções próprias	**0,58%**
Total	**100,00%**

A percentagem do capital detido, directa ou indirectamente, pela EDP Electricidade de Portugal, S.A., nas Empresas incluídas na consolidação pelos métodos integral e proporcional é indicada nas Notas 01 e 05.

g] Regime de Preços da Energia Eléctrica

De acordo com a lei, em Portugal compete à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) o exercício da função de regulação do sector, através da preparação, emissão e aplicação de regulamentos, bem como a definição das tarifas respeitantes quer à utilização das infra-estruturas quer ao fornecimento da energia eléctrica aos clientes do SEP.

No Brasil estas funções são igualmente assumidas por uma entidade reguladora - Agência Nacional de Energia Eléctrica (Aneel).

Em Espanha, os preços da energia eléctrica são fixados pelo Governo, ouvida ou sob proposta da entidade reguladora, a Comission Nacional de Energia.

h] Regime de Concessão da Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei nº 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão em Portugal está atribuído aos municípios. No entanto, foi prevista a possibilidade desta actividade ser exercida pela EDP, por concessão, através da celebração do respectivo contrato de concessão, por períodos que vigoram de um modo geral pelo prazo de 20 anos, podendo ser revogados com aviso prévio de 2 anos.

No processo de cisão ocorrido em 1994 esta possibilidade foi mantida em relação às 4 Empresas de Distribuição de Electricidade então criadas, posteriormente objecto de fusão em 2000 na EDP Distribuição S.A..

Estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes (Nota 50.g).

i] Bens de Domínio Público

Em Portugal, alguns imobilizados afectos à Produção e Distribuição de energia eléctrica no SEP estão sujeitos ao regime de domínio público. Estes imobilizados estão afectos à actividade do Grupo que os pode administrar livremente, nesse âmbito, mas não dispor dos mesmos, no domínio do comércio jurídico privado, enquanto se mantiver a sua afectação.

No Brasil, os imobilizados utilizados na distribuição e comercialização de energia eléctrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Aneel já regulamentou a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Eléctrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens sem utilidade para a concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

j] Bases de preparação das contas

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, modificada pela revalorização de alguns bens das imobilizações corpóreas e dos investimentos financeiros, na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

As contas consolidadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal e, portanto, de acordo com os princípios contabilísticos e normas de consolidação consignados no Decreto-Lei nº 410/89, de 21 de Novembro, (Plano Oficial de Contabilidade), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

k] Indicações Gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade Português. As notas omitidas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em euros.

01. Empresas Incluídas na Consolidação

Denominação Social	Sede	Actividade Principal	Detentores do capital	% Capital Detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 2002	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº1 Artº1 DL238/91
EDP - Electricidade de Portugal, SA	Prç.Marquês de Pombal, nº12, Lisboa.	Promoção, dinamização e gestão, por forma directa ou indirecta de empreendimentos e actividades na área do sector eléctrico, tanto a nível nacional como internacional.	Restantes accionistas privados Estado Português Parpública BCP Iberdrola CGD Brisa Acções próprias	 56,51% 18,96% 7,14% 5,06% 5,00% 4,75% 2,00% 0,58%	5 158 966 255,90	335.215.826,44	Maioria dos direitos de voto
EDP Gestão da Produção de Energia, SA	Av. Barbosa du Bocage, 45, Lisboa.	Promoção, dinamização e gestão de instalações, empreendimentos e actividades na área da produção e venda de energia, nomeadamente sob a forma de electricidade.	EDP, SA	100,00%	1.567.329.479,24	292.323.714,50	Maioria dos direitos de voto
CPPE – Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, SA	Av.Barbosa du Bocage,45, Lisboa.	Produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras.	EDP Produção, SA	100,00%	2.128.326.261,26	302.335.477,58	Maioria dos direitos de voto
EDP-Energia, SA	Praça Marquês de Pombal, 13, 1250-162 Lisboa.	Produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras.	EDP, SA EDP Produção, SA	60,00% 40,00%	72.060.715,94	3.513.450,56	Maioria dos direitos de voto
HDN - Energia do Norte, SA	Rua do Caires, 292-1º, Braga.	Produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras.	EDP Produção, SA EDP, SA	60,00% 40,00%	28.235.961,13	1.845.618,46	Maioria dos direitos de voto
HIDROCENEL –Energia do Centro, SA	Lugar de Quintela, Seia.	Produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras.	EDP Produção, SA EDP, SA	60,00% 40,00%	52.839.878,36	3.439.998,29	Maioria dos direitos de voto
TER - Termoeléctrica do Ribatejo, SA	Av. Estados Unidos da América, 55, Lisboa.	Estabelecimento e exploração de uma central termoeléctrica de ciclo combinado e a comercialização da energia produzida.	EDP Produção, SA	100,00%	487.803,20	-20.067,18	Maioria dos direitos de voto
ENERNOVA – Novas Energias,SA	Av. José Malhoa, Lt A -13 , Lisboa.	Projecção, construção e exploração de meios de produção de energia eléctrica no sector das energias renováveis alternativas.	EDP Produção, SA	100,00%	8.845.418,05	2.802.545,55	Maioria dos direitos de voto
EDP Produção Bioeléctrica, SA	Avº. Barbosa du Bocage, 45, Lisboa.	Produção de electricidade.	EDP Produção, SA	100,00%	50.000,00	-48.374,37	Maioria dos direitos de voto
EDP Cogeração, SA	Av. José Malhoa, Lt - A 13, Lisboa.	Promoção, execução e operação de projectos de produção combinada de energia eléctrica e vapor.	EDP Produção, SA	100,00%	3.571.244,28	1.242.425,85	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 02.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

Denominação Social	Sede	Actividade Principal	Detentores do capital	% Capital Detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 2002	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº1 Artº1 DL238/91
EDP Produção EM-Engenharia e Manutenção, SA	Rua Sá da Bandeira, nº 567-1ºPorto	Prestação de serviços de engenharia.	EDP Produção, SA	100,00%	4.465.418,76	309.954,91	Maioria dos direitos de voto
HIDRORUMO – Projecto e Gestão, SA		Realização de estudos e projectos, gestão de empreendimentos e fiscalização de obras de qualquer ramo de engenharia.	EDP Produção, SA	100,00%	5.549.489,75	4.515.379,88	Maioria dos direitos de voto
HidrOeM-Gestão, Operação e Manutenção de Centrais Eléctricas, SA	Rua Sá da Bandeira, 567-1º, Porto.	Operação e manutenção de centrais eléctricas.	EDP Produção, SA HDN, SA EDP-Energia, SA HIDROCENEL, SA	32,50% 22,50% 22,50% 22,50%	999.738,16	-764.381,39	Maioria dos direitos de voto
Tergen-Operação e Manutenção de Centrais Termoeléctricas, SA	Vala do Carregado	Operação e manutenção da nova Central Termoeléctrica do Ribatejo.	EDP Produção, SA EDP, SA TER, SA	79,996% 0,002% 0,002%	250.000,00	-1.589,98	Maioria dos direitos de voto
O&M Serviços - Operação e Manutenção Industrial, SA	Lugar do Freixo, Mortágua.	Produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras.	EDP Produção, SA	60,00%	600.546,09	174.762,41	Maioria dos direitos de voto
ENERFIN - Sociedade de Eficiência Energética, SA	Rua Guerra Junqueiro, 495, S/L, Porto.	Exercício de actividades no domínio da eficiência energética e da produtividade.	EDP Produção, SA	74,88%	33.333,94	-28.691,27	Maioria dos direitos de voto
Energin Azóia	Av. José Malhoa, Lt A - 13, Lisboa.	Produção, sob a forma de cogeração, e venda de energia eléctrica e térmica.	EDP-Cogeração	65,00%	50.000,00	497,22	Maioria dos direitos de voto
Enerpro-Serviços de Produção e Engenharia, LDA	Av.Paulista 2300-6º cjs 62 e 64, São Paulo, Brasil.	Prestação de serviços de consultadoria, engenharia, gestão de projectos, operação e manutenção.	EDP Produção, SA EDP-Brasil ,SA	89,89% 10,11%	135.583,79	130.744,40	Maioria dos direitos de voto
Hidrobasto	Praça da República. Refojos-Cabeceiras de Basto.	Produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras.	HDN, SA	60,00%	101.989,72	1.710,21	Maioria dos direitos de voto
SOPORGEN	Av.José Malhoa, Lt A - 13, Lisboa.	Concepção, construção, financiamento e exploração de uma Central de Cogeração para a produção de energia eléctrica e vapor e a venda, à Soporcel, da energia eléctrica e vapor produzidos.	EDP-Cogeração, SA	82,00%	-2.228.259,78	2.031.115,88	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 02.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

Denominação Social	Sede	Actividade Principal	Detentores do capital	% Capital Detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 2002	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº1 Artº1 DL238/91
EDP-Distribuição de Energia, SA	Rua Camilo Castelo Branco, nº 43, Lisboa.	Distribuição e venda de energia eléctrica.	EDP, SA	100,000%	1.426.369.179,79	92.820.013,10	Maioria dos direitos de voto
LABELEC - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, SA	Rua Cidade de Goa, 4, Sacavém.	Prestação de serviços de engenharia.	EDP, SA	100,00%	4.207.264,47	1.906.439,34	Maioria dos direitos de voto
Electricidade de Portugal Internacional,SGPS, SA	Av.José Malhoa, Lt A - 13, Lisboa.	Gestão de participações noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.	EDP, SA	100,00%	-117.217.607,00	-186.352.688,75	Maioria dos direitos de voto
Bandeirante Energia, SA	Rua Bandeira Paulista, 530-Chácara Itaim -São Paulo-Brasil	Distribuição e comercialização de energia eléctrica.	EDP-Brasil, SA	96,50%	174.690.687,76	-4.617.632,82	Maioria dos direitos de voto
Balwerk-Consultadoria Económica e Participações, Lda	Av Arriaga, nº 73, 2º Sala 212, Freguesia da Sé, Funchal.	Gestão indirecta de negócios e empreendimentos do sector eléctrico.	EDP - Participações, SGPS, SA	100%	148.113.238,82	-12.123.065,95	Maioria dos direitos de voto
EDP-Brasil ,SA	Av.Paulista 2300-6º cjs 62 a 64, São Paulo, Brasil.	Gestão e coordenação de participações noutras sociedades.	Balwerk, Lda EDP, SA EDP Internacional, SGPS, SA	50,82% 45,25% 3,93%	368.453.862,31	-23.851.645,42	Maioria dos direitos de voto
EDP Lajeado Energia, SA	Av.Paulista 2300-6º cjs 62 a 64, São Paulo, Brasil.	Produção de electricidade.	EDP-Brasil ,SA	100,00%	27.126.065,56	-4.056.421,17	Maioria dos direitos de voto
Energest, SA	Av.Paulista 2300-6º cjs 62 e 64, São Paulo, Brasil.	Gestão e coordenação de participações noutras sociedades.	EDP-Brasil ,SA	100,00%	9.505.364,31	-8.633.866,47	Maioria dos direitos de voto
ESCELSA-Espírito Santo Centrais Eléctricas, SA	Rua Sete de Setembro, 362-Centro-Vitória-Espírito Santo-Brasil	Distribuição de energia eléctrica.	Iven Aphhelion Investment Corporation	52,27% 2,49% (1)	18.979.604,01	40.843.126,59	Maioria dos direitos de voto
Enercorp-Serviços Corporativos, LTDA	Av.Paulista 2300-6º cjs 62 e 64, São Paulo, Brasil.	Prestação de serviços de assessoria e consultoria.	EDP, SA EDP-Brasil ,SA EDP Internacional, SGPS, AS	72,11% 24,78% 3,11%	1.513.830,08	-123.474,47	Maioria dos direitos de voto
Aphelion Investment Corporation	Ilhas Cayman	Sociedade veículo para detenção de partes de capital .	EDP Internacional, SGPS, SA	100,00%	553.112.270,08	-17.280.821,59	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 02.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

Denominação Social	Sede	Actividade Principal	Detentores do capital	% Capital Detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 2002	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº1 Artº1 DL238/91
EDP 2000 – Participações, Lda	Av.Paulista 2300-6º cjs 62 a 64, São Paulo, Brasil.	Aphelion Investment Corporation	43,84%	100,00%	1.192.689,06	1.956.252,21	Maioria dos direitos de voto
EDP Investimentos, LTDA	Av.Paulista 2300-6º cjs 62 a 64, São Paulo, Brasil.	Sociedade veículo para detenção de partes de capital.	EDP Internacional, SGPS, SA	100,00%	33.136.000,48	-1.141.833,72	Maioria dos direitos de voto
Enercouto, SA	Av.Paulista, nº2300-6ºAndar-Cjs 62 a 64, São Paulo, Brasil	Sociedade veículo para detenção de partes de capital .	EDP-Brasil ,SA	99,90%	269,40	0,00	Maioria dos direitos de voto
Enerpeixe, SA	Av.Paulista,nº2439-13º-São Paulo, Brasil.	Produção e comercialização de energia eléctrica de qualquer origem ou natureza.	EDP-Brasil ,SA	94,80%	42.885.665,41	0,00	Maioria dos direitos de voto
ENERSUL-Empresa Energética de Mato Grosso do Sul, SA	Av.Gury Marques, s/nº-BR 163-Km15, Campo Grande, Mato Grosso do Sul-Brasil	Distribuição de energia eléctrica.	Magistra	65,20%	128.585.183,01	-13.432.165,75	Maioria dos direitos de voto
Enertrade-Comercializadora de Energia, SA	Av.Paulista 2300-6º cjs 62 e 64, São Paulo, Brasil.	Compra e venda de enrgia eléctrica	EDP-Brasil ,SA	100,00%	7.623.304,28	-3.692.539,17	Maioria dos direitos de voto
Fafen Energia, SA	Rua Eteno, nº2198-Pólo Petroquímico de Camaçari, Camaçari-Brasil	Produção, sob a forma de cogeração, e venda de energia eléctrica e térmica.	EDP-Brasil ,SA	79,60%	1.349.474,43	-11.320.206,12	Maioria dos direitos de voto
Iven, SA	Av.Paulista, nº2300-6ºandar-cjs 62 a 64-S.Paulo, Brasil	Sociedade veículo para detenção de partes de capital .	Aphelion Investment Corporation 135 Participações, SA EDP Internacional, SGPS, SA EDP Investimentos, LTDA	61,96% (1) 18,64% 14,02% 5,35%	13.078.634,26	21.342.686,32	Maioria dos direitos de voto
Magistra Participações, SA	Av.Rio Branco, nº57-3, salas 301 a 306, Rio de Janeiro, Brasil.	Sociedade veículo para detenção de partes de capital.	ESCELSA	100,00%	208.297.966,52	-8.660.850,14	Maioria dos direitos de voto
EDP Valor-Gestão integrada de serviços, SA	Rua Camilo Castelo Branco, 46, Lisboa.	Prestação de serviços de gestão e consultoria.	EDP, SA	100,00%	6.550.000,00	6.695.349,32	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 02.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício
(1) Incluindo direitos de voto controlados

01. Empresas Incluídas na Consolidação

Denominação Social	Sede	Actividade Principal	Detentores do capital	% Capital Detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 2002	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº1 Artº1 DL238/91
MRH - Mudança e Recursos Humanos, SA	Rua D.Luís, 12 - 2º, Lisboa.	Prestação de serviços no âmbito da formação profissional.	EDP Valor, SA	100,00%	1.063.217,38	-450.770,01	Maioria dos direitos de voto
SÃVIDA - Medicina Apoiada, SA	Av. Casal Ribeiro,15 - 6º, Lisboa.	Prestação de serviços no âmbito da saúde.	EDP Valor, SA	100,00%	801.230,07	991.520,18	Maioria dos direitos de voto
SCS-Serviços Complementares de Saúde, SA	Av. Casal Ribeiro,15 - 6º, Lisboa.	Prestação de serviços no âmbito da saúde.	SÃVIDA, SA	100,00%	47.096,66	379.311,22	Maioria dos direitos de voto
EDIPOMBAL-Imobiliária, S.A	Praça Marquês de Pombal, 13, Lisboa.	Promoção, compra e venda de imóveis.	EDP-Imobiliária, SA	100,00%	2.353.950,82	5.268.320,40	Maioria dos direitos de voto
EDALPRO – Imobiliária, Lda.	Av. José Malhoa, Lt A - 13, Lisboa.	Promoção, compra e venda de imóveis.	EDP, SA	100,00%	847.366,61	3.948.895,23	Maioria dos direitos de voto
EDP Estudos e Consultoria, SA	Av. José Malhoa, LT A 13, Lisboa.	Gestão e execução de actividades nas áreas de consultoria, recursos humanos, logística, finanças e contabilidade.	EDP, SA	100,00%	50.000,00	10.160,13	Maioria dos direitos de voto
EDP Serviner-Serviços de Energia, SA	Praça Marquês de Pombal, 13 , Lisboa.	Compra e venda de energia sob a forma de electricidade e outras.	EDP, SA	100,00%	50.000,00	185.373,45	Maioria dos direitos de voto
EDP-Imobiliária, SA	Av. José Malhoa, Lt A - 13, Lisboa.	Promoção, compra e venda de imóveis.	EDP Valor, SA	100,00%	6.178.955,88	5.760.477,17	Maioria dos direitos de voto
EDP-Serviços de Gestão de Frotas, Instalações e Logística, SA	Av Estados Unidos da América, 55, Lisboa.	Gestão de frotas e de meios de transporte, gestão e prestação de serviços imobiliários.	EDP Valor, SA	100,00%	832.248,90	46.456,97	Maioria dos direitos de voto
EDP Finance BV	Holanda	Gestão de activos.	EDP, SA	100,00%	-58.341,00	78.738,00	Maioria dos direitos de voto
EDP Irlanda	Irlanda	Gestão de activos.	EDP, SA	100,00%	808.433,00	-87.847,00	Maioria dos direitos de voto
Internel-Serviços de Consultoria Internacional, SA	Av.José Malhoa, Lt A - 13, Lisboa.	Prestação de serviços de gestão e consultoria.	EDP Internacional, SGPS, SA	100,00%	709.450,29	193.881,73	Maioria dos direitos de voto
ONI - Operadora Nacional de Interactivos SGPS, SA	Av.José Malhoa, Lt A - 13, Lisboa.	Gestão de participações noutras sociedades, como forma directa de exercício de actividades económicas.	EDP, SA	56,025%	258.838.586,84	-345.126.023,39	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 02.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

Denominação Social	Sede	Actividade Principal	Detentores do capital	% Capital Detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 2002	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº1 Artº1 DL238/91
OniTelecom	Av.da República, 24, Lisboa.	Estabelecimento, gestão, exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações e a prestação de serviços de telecomunicações.	ONI-SGPS,SA	100,00%	165.516.461,45	-57.981.956,78	Maioria dos direitos de voto
Oni Açores	Rua Eng. José Cordeiro, 6, Ponta Delgada.	Estabelecimento, gestão, exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações e a prestação de serviços de telecomunicações.	OniTelecom	60,00%	164.672,20	30.878,73	Maioria dos direitos de voto
Oni Grandes Redes	Av.José Malhoa, Lt A - 13, Lisboa.	Estabelecimento, gestão, exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações e a prestação de serviços de telecomunicações.	OniTelecom	100,00%	33.105,91	-162.313,73	Maioria dos direitos de voto
Oni Madeira	R. Brigadeiro Oudinot,Edif.Odinot ,3º,Salas 301/2, Funchal.	Estabelecimento, gestão, exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações e a prestação de serviços de telecomunicações.	OniTelecom	70,00%	35.133,99	-224.228,90	Maioria dos direitos de voto
ONI MULTIMÉDIA-Serviços Interactivos, SA	Av.José Malhoa, Lt A 13, Lisboa.	Estabelecimento, gestão, exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações e a prestação de serviços de telecomunicações.	ONI-SGPS,SA	100,00%	49.308,27	-47.504,16	Maioria dos direitos de voto
Oni One	Av.José Malhoa, Lt A - 13, Lisboa.	Estabelecimento, gestão, exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações e a prestação de serviços de telecomunicações.	OniTelecom	100,00%	32.636.663,09	-32.586.663,09	Maioria dos direitos de voto
ONI PLATAFORMAS-INFOCOMUNICAÇÕES, SA	Av.José Malhoa, Lt A-13, Lisboa.	Estabelecimento, gestão, exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações e a prestação de serviços de telecomunicações.	ONI MULTIMÉDIA, SA	100,00%	49.747,01	-2.389,83	Maioria dos direitos de voto
Oni Sistemas de Informação - Infocomunicações, SA	Av.José Malhoa Lt-A 13, Lisboa.	Prestação de serviços no sector das telecomunicações e de sistemas informáticos.	OniTelecom	100,00%	3.604.596,37	-3.555.199,65	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 02.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

Denominação Social	Sede	Actividade Principal	Detentores do capital	% Capital Detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 2002	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº1 Artº1 DL238/91
Oni Solutions	Av.da República, 24, Lisboa.	Exploração de redes de comunicação de dados.	OniTelecom	100,00%	-14.811.361,84	-4.768.904,62	Maioria dos direitos de voto
Oni Way	Av.José Malhoa, Lt A - 13, Lisboa.	Estabelecimento, gestão, exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações e a prestação de serviços de telecomunicações.	ONI MULTIMÉDIA, SA	69,765%	339.168.756,28	-248.989.241,24	Maioria dos direitos de voto
Oni Web	Av.José Malhoa, Lt A - 13, Lisboa.	Estabelecimento, gestão, exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações e a prestação de serviços de telecomunicações.	ONI MULTIMÉDIA, SA	100,00%	32.337.758,35	-32.287.758,35	Maioria dos direitos de voto
Shopping Direct	Rua Eugénio de Castro, 352 - 1º, Porto.	Estabelecimento, gestão, exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações e a prestação de serviços de telecomunicações.	OniTelecom	100,00%	431.242,01	-153.318,02	Maioria dos direitos de voto
U CALL - ATENDIMENTO A CLIENTES E TELEMARKETING, SA	Av.José Malhoa Lt-A 13, Lisboa.	Prestação de serviços no sector das telecomunicações.	ONI-SGPS,SA EDINFOR, SA	60,00% 40,00%	34.972,47	-28.162,11	Maioria dos direitos de voto
Autor Tecnologias Multimédia, SA	Praça de Goa, 14, Aveiro.	Indústria de produção e desenvolvimento de produtos e equipamentos multimédia.	OniTelecom	100,00%	69.367,98	-53.478,94	Maioria dos direitos de voto
Brisatel-Telecomunicações, SA	Quinta da Torre da Aguilha, Edifício Brisa.	Estabelecimento, gestão, exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações.	OniTelecom	100,00%	12.499.136,14	-2.191.707,00	Maioria dos direitos de voto
FCTE-Forum do Comércio, transacções electrónicas e serviços empresariais on-line, SA	Av. Da República, 26 - 9º, Lisboa.	Estabelecimento, gestão, exploração de infra-estruturas e sistemas de telecomunicações.	Oni Web	80,00%	86.143,99	-261.372,45	Maioria dos direitos de voto
Smartlogik Iberia, SL	Av.Mantoneras, 44-Madrid	Produção, desenvolvimento e comercialização de programas e soluções informáticas.	Germinus XXI	100,00%	3.005,50	-3.753,75	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 02.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

Denominação Social	Sede	Actividade Principal	Detentores do capital	% Capital Detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 2002	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº1 Artº1 DL238/91
TECNIPUBLICATIONES ESPAÑA, S.L.	Av Mantoneras, 44;3ªplanta. 28050 Madrid.	Impressão, edição e publicação, periódica ou isolada, de revistas, livros, jornais, folhetos, catálogos, anuários, cassetes, discos ou qualquer outra manifestação do pensamento ou arte.	Germinus XXI	67,00%	861.922,55	-3.347.291,37	Maioria dos direitos de voto
TLD	Camelias 114, portal 2-bajo. Vigo.	Promoção e desenvolvimento de empresas comerciais, industriais, agrícolas e de serviços.	ONI-SGPS, SA	100,00%	1.446.473,83	-8.742,71	Maioria dos direitos de voto
Germinus Solutions, SL	Calle Velázquez nº12, Madrid	Prestação de serviços no sector das telecomunicações, novas tecnologias e internet.	Germinus XXI	100,00%	-771.101,91	-1.899.827,48	Maioria dos direitos de voto
Fonocom,SA	Muelle Príncipe de España, Edifício Tersaco 3ªplanta, Barcelona.	Instalação de infraestruturas técnicas e a comercialização de serviços de gestão de informação por meios informáticos.	Comunitel Global SA TLD	99,99% 0.01%	1.256.187,86	-1.049.355,08	Maioria dos direitos de voto
Germinus XXI	AvªMantoneras, 44-2ªplanta, Madrid	Investigação, desenvolvimento e comercialização de projectos no sector das telecomunicações, internet, e de serviços de telecomunicações.	TECNIPUBLICATIONES ESPAÑA, S.L. Oni Web	1,960% 79,895%	8.743.161,63	-8.244.088,02	Maioria dos direitos de voto
Intercom Internet	Muelle Príncipe de Espanha, edifício Tersaco 3ª planta. 08039 Barcelona.	Prestação de serviços no sector das telecomunicações.	Fonocom SA	100,00%	49.407,02	574,93	Maioria dos direitos de voto
Comunitel Global SA	Área Portuária de Bouzas, Zona Franca, Vigo	Promoção e desenvolvimento de empresas comerciais, industriais, agrícolas e de serviços.	ONI-SGPS ,SA TLD	92,77% 7,16%	60.348.166,94	-16.252.815,15	Maioria dos direitos de voto
TECNIPUBLICACIONES EN RED, TECNIVIA, S.L.	Av Mantoneras, 44;3ªplanta. 28050 Madrid.	Prestação de serviços no sector das telecomunicações e de sistemas informáticos.	Germinus XXI TECNIPUBLICATIONES ESPAÑA, S.L.	30,00% 70,00%	649.154,37	-945.434,91	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 02.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

Denominação Social	Sede	Actividade Principal	Detentores do capital	% Capital Detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 2002	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº1 Artº1 DL238/91
EDINFOR - Sistemas Informáticos, SA	Av.Sidónio Pais, nº28-r/c Esq, Lisboa.	Exploração de sistemas informáticos, próprios ou alheios, o desenho, implementação e operação de redes de dados, o desenvolvimento de programas e sistemas de informação com recurso a meios informáticos, a consultoria nas áreas de gestão e de organização, a formação profissional e a comercialização e importação de produtos e equipamentos informáticos e actividades afins.	EDP, SA	100,00%	60.058.733,42	7.720.373,70	Maioria dos direitos de voto
Copidata Industrial Gráfica e Equipamentos, SA	R.Heróis de Chaimite, 12 - 12A, Odivelas.	Criação, execução e comercialização de sistemas gráficos para a Informática.	EDINFOR, SA	99,32%	9.534.360,33	353.995,92	Maioria dos direitos de voto
Copidata Formulários e Sistemas para a Informática, Lda	R.Heróis de Chaimite, 12 - 12A, Odivelas.	Criação, execução e comercialização de formulários e sistemas gráficos para a Informática.	Copidata, SA EDINFOR, SA	89,17% 10,83%	1.201.450,07	52,94	Maioria dos direitos de voto
Escritomática-Racionalização e Segurança, Lda	R.Heróis de Chaimite, 12 - 12A, Odivelas.	Criação, execução e comercialização de formulários e sistemas gráficos para informática.	Copidata, SA EDINFOR, SA	60,00% 40,00%	315.767,95	87.056,06	Maioria dos direitos de voto
IT-GEO, Tecnologias e Informação Georeferenciadas,SA	Av. Sidónio Pais, 28-R/C-Esq., Lisboa.	Consultoria e Programação Informática no âmbito da informação geográfica.	EDINFOR, SA	100,00%	50.000,00	896.210,06	Maioria dos direitos de voto
IT-Log, Logística e Gestão de Tecnologias de Informação, SA	Av. Sidónio Pais nº 28 r/c Esq., Lisboa.	Concepção, projecto, produção, instalação, logística e gestão de sistemas de tecnologias de informação.	EDINFOR, SA	100,00%	1.458.179,11	1.652.178,25	Maioria dos direitos de voto
Mecaresopre-Centro Mecanográfico, SA	Av. Sidónio Pais, 28-R/C-Esq., Lisboa.	Serviços de Contabilidade, Estatísticos e Informática.	EDINFOR, SA	80,00%	338.695,12	120.495,56	Maioria dos direitos de voto
ACE, Holding, SGPS, SA	Av. Mário Moutinho, Lt 1732 A, Lisboa.	Gestão de participações sociais de outras sociedades.	EDINFOR, SA	60,00%	15.452.702,45	1.234.771,92	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 02.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

Denominação Social	Sede	Actividade Principal	Detentores do capital	% Capital Detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 2002	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº1 Artº1 DL238/91
CASE - Concepção e Arquitectura de Soluções Informáticas Estruturadas, SA	Av. Dr. Mário Moutinho, Lt 1732 A, Lisboa.	Intervenção na área dos sistemas de informação com actividades de consultadoria, formação, desenvolvimento, análise, concepção, engenharia e comercialização de soluções informáticas.	ACE, SGPS, SA	100,00%	4.292.655,57	-187.432,64	Maioria dos direitos de voto
ACE BI-Soluções para Gestão de Clientes e Apoio à Decisão, SA	Av. Dr. Mário Moutinho, Lt 1732/A, Lisboa.	Prestação de serviços e outsourcing de sistemas de informação.	ACE, SGPS, SA	100,00%	257.556,10	8.790,74	Maioria dos direitos de voto
Ace Consulting-Consultoria, Projectos e Tecnologias de informação, Ltda.	Rua Cmtd.Nzaji, nº7-Bº do Alvalade, Luanda.	Prestação de serviços de consultoria de gestão, de organização, fiscal e de serviços de auditoria.	CONSULTEAM, SA. CASE, SA EDINFOR, SA	33,33% 33,33% 33,33%	-124.633,70	-283.958,83	Maioria dos direitos de voto
ACE Global-Serviços de Gestão, SA	Av. Dr. Mário Moutinho, Lt 1732/A, Lisboa.	Prestação de serviços de consultoria e outsourcing nas áreas de gestão.	ACE, SGPS, SA	100,00%	381.758,69	-22.472,32	Maioria dos direitos de voto
ACE Healthcare-Sistemas de Informação p/apoio à saúde, SA	Qta da Fonte, Edifício D.Dinis, Q55, Paço de Arcos.	Consultoria e programação informática na área da saúde.	ACE, SGPS, SA	51,00%	100.000,00	1.463,91	Maioria dos direitos de voto
ACE Plus, Soluções Informáticas, SA	R. da Alegria, nº31, 3º, freguesia de S.Pedro, Funchal.	Consultoria e programação informática.	ACE, SGPS, SA	80,00%	250.000,00	-7.832,01	Maioria dos direitos de voto
ACE QS – Qualidade em Sistemas de Informação, SA	Av.Dr.Mario Moutinho, LT 1732-A, Lisboa.	Prestação de serviços de consultoria no âmbito dos sistemas de informação	ACE, SGPS, SA	100,00%	260.158,38	146.031,50	Maioria dos direitos de voto
ACE Sist. Comerciais Informáticos, SA	Av.Dr.Mario Moutinho, LT 1732-A, Lisboa.	Prestação de serviços informáticos.	ACE, SGPS, SA	100,00%	436.876,30	787.067,88	Maioria dos direitos de voto
ACE Sistemas de Informação, Ltda	Av.Eng.Luiz Carlos Berrini, nº1253, 1º-Brooklin Novo, São Paulo, Brasil.	Assessoria e serviços em informática	ACE, SGPS, SA CASE, AS	92,12% 7,88%	985.810,52	-918.228,49	Maioria dos direitos de voto
ACEBNET – BUSINESS NETWORKING – Sistemas de Informação para Negócio Electrónico, SA	Av. Dr. Mário Moutinho, Lt 1732/A, Lisboa.	Prestação de serviços informáticos.	ACE, SGPS, SA	100,00%	445.692,12	1.215,88	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 02.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

Denominação Social	Sede	Actividade Principal	Detentores do capital	% Capital Detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 2002	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº1 Artº1 DL238/91
ACESI-Sistemas de Informação, Ltda	Av.25 de Setembro, nº420, 1º Andar, Escritório J1, Maputo, Moçambique.	Exploração de sistemas informáticos e operação de redes de dados.	ACE, SGPS, SA Copidata, SA	95,00% 5,00%	15.877,53	0,00	Maioria dos direitos de voto
Case Internacional-Consultoria, Gestão e Markting, Lda	AV.Arriaga, 77, Ed.Marina Forum, 1ºAndar, Sala 103, Funchal.	Prestação de Serviços no âmbito de consultoria, Gestão e Markting.	CASE , SA	100,00%	-83.108,56	-60.392,32	Maioria dos direitos de voto
CASE/EDINFOR II, Sistemas de Informação, SA.	Alm. António Sérgio, nº22,9º, Miraflores, Algés.	Prestação de serviços informáticos.	ACE, SGPS, SA	100,00%	678.501,35	487.148,00	Maioria dos direitos de voto
Case/Edinfor, ACE	Alm. António Sérgio, nº22,9º, Miraflores, Algés.	Prestação de serviços informáticos.	ACE, SGPS, SA	100,00%	498.797,90	-6.373,93	Maioria dos direitos de voto
CENTRALBIZ – Soluções de Sistemas e Tecnologias de Informação, SA	Travessa de São Nicolau nº1 – 2º,S.Nicolau, Porto.	Sistemas e tecnologias de informação.	ACE, SGPS, SA	51,00%	56.871,75	421,56	Maioria dos direitos de voto
CONSULTEAM – Consultoria de Gestão e Informática, SA.	R.General Firmino Miguel, nº5 torre 1-12ºB, Lisboa.	Prestação de serviços de consultadoria de gestão e informática.	ACE, SGPS, SA	100,00%	78.740,06	-99.578,11	Maioria dos direitos de voto
INOVIS – Sistemas de Informação, SA.	Av. Dr.Mário Moutinho, LT 1732 A, Lisboa.	Prestação de serviços de informática	ACE, SGPS, SA	100,00%	318.200,14	57.736,34	Maioria dos direitos de voto
INTEGER – Informática de Telecomunicações e Gestão, SA.	Av. Dr.Mário Moutinho, LT 1732 A, Lisboa.	Desenvolvimento de sistemas informáticos, consultoria e Formação profissional.	ACE, SGPS, SA	100,00%	774.028,64	356.223,72	Maioria dos direitos de voto
Nection-Gestão e Informática, SA	R.Agostinho Neto, nº26 A, Lisboa	Comercialização de serviços e produtos de gestão, informática e internet.	CASE/EDINFOR II, SA.	80,00%	416.163,80	-140.588,20	Maioria dos direitos de voto
NO LIMITS CONSULTING – Serviços em Sistemas de Informação, SA	Av. Dr.Mário Moutinho, LT 1732 A, Lisboa.	Prestação de serviços de consultoria em sistemas de informação.	ACE, SGPS, SA	70,00%	285.070,83	61.931,19	Maioria dos direitos de voto
Onalp-Soluções Informática em Suporte à Decisão, LDA	R.Abranches Ferrão, nº10, 8ºF -Edifício Atlanta II, Lisboa.	Comercialização de software e prestação de serviços técnicos.	SIGMAPLANO, SA	100,00%	4.477,74	3.116,57	Maioria dos direitos de voto
Onsource-Soluções Informáticas, SA	Av.Sidónio Pais, nº28 - r/c Esq, Lisboa.	Concepção, projecto, produção, instalação e gestão de sistemas distribuídos.	ACE, SGPS, SA	100,00%	1.393.968,05	2.021.194,30	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 02.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

01. Empresas Incluídas na Consolidação

Denominação Social	Sede	Actividade Principal	Detentores do capital	% Capital Detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 2002	Condições de obrigatoriedade de consolidação Nº1 Artº1 DL238/91
PRIMITIVA – Artesanato e Turismo, SA	Travessa de S.Plácido, nº37, R/C Frente, Lisboa	Turismo e artesanato	ACE, SGPS, SA	100,00%	296.420,18	-100.891,89	Maioria dos direitos de voto
PSIDOC – Produção de Sistemas de Informação e Tratamento de Documentos, SA	R.Eça de Queiroz, nº20-1ºEsq, Lisboa	Análise de sistemas, produção, desenvolvimento de programas informáticos.	ACE, SGPS, SA	92,67%	-67.597,21	5.508,24	Maioria dos direitos de voto
SIGMAPLANO – Consultoria em Sistemas para Apoio à Decisão, SA	R. Abranches Ferrão, nº10, 8ºF, Edifício Atlanta II, Lisboa.	Prestação de serviços de consultoria.	PRIMITIVA, SA	65,00%	431.242,01	-153.318,02	Maioria dos direitos de voto
S-Tecno Brasil, Lda.	Alm.Rio Negro,nº1084,11º,sala 115, Alphaville, Barueri, S.Paulo.	Prestação de serviços em tecnologias de informação e consultoria na área de informática.	S-TECNO, SA.	100,00%	265.319,19	36.556,83	Maioria dos direitos de voto
S-TECNO, Serviços em Tecnologias de Informação, SA.	Rua Dr.António Martins, Nº6, R/C Dir., Estoril.	Comercialização de equipamentos, serviços, consultoria e formação nas áreas das tecnologias de informação.	ACE, SGPS, SA	100,00%	-149.718,48	524.350,20	Maioria dos direitos de voto
INOVCASE.COM – Soluções Empresariais em Tecnologias da Informação e da Comunicação, SA	Av. Dr.Mário Moutinho, LT 1732 A, Lisboa.	Soluções empresarias em tecnologias de informação e da comunicação e prestação de serviços de soluções informáticas.	ACEBNET, SA	80,00%	10.458,85	0,00	Maioria dos direitos de voto
Edinfor-Soluções Informáticas, Ltda	Av.Presidente Castelo Branco. Cidade de Mogi das Cruzes, S.Paulo, Brasil.	Exploração de sistemas informáticos, o desenho, implementação e operação de redes de dados.	EDINFOR, SA EDP Brasil, SA	90,00% 10,00%	586.320,38	308.277,88	Maioria dos direitos de voto
Central E-Informação e Comércio Informático, SA	Rua Castilho, nº75, 6º Esq, Lisboa.	Disponibilização e operações de informação e comércio electrónico.	EDP	52,00%	259.265,54	-4.238.536,34	Maioria dos direitos de voto
EDP - Participações, SGPS, SA,	Av. José Malhoa Lote A-13, Lisboa.	Gestão de participações sociais.	EDP, SA	100,00%	-260.756.651,56	-10.334.716,11	Maioria dos direitos de voto
EDP Águas, Gestão de Águas e Saneamento, SA.	Av. José Malhoa, Lt A - 13, Lisboa.	Promoção, desenvolvimento e gestão, de negócios nos sectores de água e saneamento .	EDP - Participações, SGPS, SA	100,00%	9.416.126,53	-1.942.246,66	Maioria dos direitos de voto
VALORÁGUA-Água e Saneamento de Portugal, SA	Av.da República, 57 - 3º, Lisboa.	Promoção, desenvolvimento e gestão, por forma directa ou indirecta, de negócios nos sectores de água e saneamento.	EDP Águas, SA	100,00%	1.567.573,72	-11.348,76	Maioria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios reportam-se a 02.12.31 e não incluem o resultado líquido do exercício

02. Empresas Excluídas da Consolidação

Denominação Social	Sede	Detentores do capital	% Capital Detido	Ùltimas contas aprovadas			Motivo da exclusão Artº4 DL238/91 de 2/7
				Ano	Capitais Próprios	Resultado do Exercício	
Energia RE	Plaza de la Gare, L1616, Luxemburgo.	EDP - Electricidade de Portugal, SA	100,00%	2002	1.239.468,00	0,00	Actividade diferenciada (encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
EDP Maroc, SARL	Rabat-20 Rue Méliana Hay Nahda.	Electricidade de Portugal Internacional,SGPS, SA	100,00%	2002	25.846,62	70 967,91	Sociedade Veículo para detenção de partes de capital não tendo, portanto, actividade própria (encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
SOGESTE-Sociedade de Gestão de Participações, SARL	Av. Da República, nº26-1ºB, Macau.	EDP-Investimento,Gestão de Participações e Assist.Tecn.,Lda.----> Ex-SPE-Macau	85,00%	1999	16.781.342,00	8.910.610,00	Sociedade Veículo para detenção de partes de capital não tendo, portanto, actividade própria (encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
EDP-Investimento, Gestão de Participações e Assist.Tecn.,Lda.	Av. Dr.Mário Soares, nº25-1ºandar, compartimento 13-Macau.	EDP, SA	99,00%	2001	22.587.334,00	2.855.799,00	Sociedade Veículo para detenção de partes de capital não tendo, portanto, actividade própria (encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)

03. Empresas Associadas Incluídas na Consolidação por Equivalência Patrimonial

Denominação Social	Sede	Detentores do capital	% Capital Detido	Ùltimas contas aprovadas		
				Ano	Capitais Próprios	Resultado do Exercício
REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A	Av.Estados Unidos da América, 55 - 12º, Lisboa.	EDP, SA	30,00%	2002	722.471.927,00	64.651.315,00
Bioellectrica, SPA	Via Cesare Basttiti, 37, Pisa, Itália	EDP - Participações, SGPS	24,00%	2002	2 .033. 590,00	736. 529,00
BIZFIRST- Business First Consulting-Consultoria em Sistemas de Informação, SA	Av. Dr. Mário Moutinho, LT 1732-A, Lisboa	ACE, SGPS, SA	35,00%	2002	250. 000,00	-218.768,00
Campos Envelopagem, SA	Vila Amélia, Lt 330, Cabanas, Quinta do Anjo, Palmela.	EDINFOR, SA	30,00%	2002	481.081,41	55.463,84
Carriço Cogeração	Bucela, Estrada Nacional, 116, Vila de Rei.	EDP-Cogeração	35,00%			
ACE-SOFTGAL, Servicios de Software de Galicia, SA	Santiago de Compostela, Calle Montero Ríos 9-3º, Espanha.	ACE, SGPS, SA	50,00%	2002	262.233,82	-60 .556,68
CBE-Centro de Biomassa para a energia.	Miranda do Corvo	EDP, SA	24,70%	2002	634.470,95	-39.048,35
ECOGEN-Serviços de Energia Descentralizada, SA	Estrada Nacional 116-KM 31,25, Vila de Rei, Bucelas, Loures	EDP Produção, SA	34,99%	2002	66.667,00	-174.335,00
EDEL - Empresa Editorial Electrotécnica, Lda.	Rua Dona Estefânea, nº 48-3º, Lisboa.	EDP, SA	47,77%	1998	1.501,00	80,00
LBC Tanquipor-Movimentação e Armazenagem de Líquidos, SA	Parque Indústrial da Quimiparque, Barreiro.	EDP - Participações, SGPS	28,89%	2002	2 7.47.032,60	444.778,07
Portsines-Terminal Multipurpose de Sines, SA	Largo do Depósito, nº 4, Sines.	EDP - Participações, SGPS	39,60%	2002	19.832.913,23	1.323. 266,05
Shipec-South China Inter.P.Eng.	-	EDP, SA	24,00%			
Geoterceira	Av.Conselheiro Jacinto Cândido, nº1, Angra do Heroísmo, Açores.	EDP - Participações, SGPS	49,90%	2002	987. 956,56	-99 .772,36
CEM-Companhia de Electricidade de Macau, SA	Edifício CEM-Estrada D.Maria II, Macau.	Sogeste	20,00%	2002	276.643.340,36	53.303 .956,00
		EDP-Investimento,Gestão de Participações e Assist.Tecn.,Lda.	5,00%			

05. Empresas Incluídas na Consolidação pelo método proporcional

Denominação Social	Sede	Actividade Principal	Detentores do capital	% Capital Detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 2002	Condições em que se baseia a Direcção Conjunta
Investco, SA	Av.Paulista, nº2439-3º,S.Paulo, Brasil	Gestão da UHE Lajeado.	EDP Lajeado	27,65%	185.340.127,16	-14.192.228,50	Acordo de Gestão
Hidroeléctrica Del Cantábrico, SA	Plaza de La Gesta, nº2, Espanha.	Produção, armazenamento, transporte e distribuição de electricidade.	EDP, SA	40,00%	1.679.958.933,83	-6.769.297,10	Acordo de Gestão
AFFINIS-Serviços de Assistência e Manutenção Global, SA	Rua Castilho, nº50-1º, Lisboa	Prestação de serviços de assistência e manutenção global.	EDP - Participações, SGPS	45,00%	1.894.368,29	-1.341.657,93	Acordo de Gestão

06. Empresas com Participações Iguais ou Superiores a 10% Excluídas da Consolidação

Denominação Social	Sede	Detentores do capital	% Capital Detido	Ùltimas contas aprovadas		
				Ano	Capitais Próprios	Resultado do Exercício
VALORSUL, SA	Plataforma Ribeirinha da CP, Estação de Mercadorias da Bobadela, S.João da Talha	EDP, SGPS, SA	11,00%	2002	26.902.022,58	5 .072.717,91
EEGSA-Empresa de Electricidade da Guatemala,SA	GUATEMALA	EDP	21,00%			
CERJ - Companhia de Electricidade do estado do Rio de Janeiro	BRASIL	EDP Internacional	11,27%			
Tejo Energia, SA	Central Termoeléctrica do Pego, EN118, km142,1 , Pego, Abrantes.	EDP, SGPS, SA	10,00%	2001	99.934.159,00	37.010.804,00
TURBOGÁS-Produtora Energética, SA	Av.Miguel Bombarda, 36, 6º Lisboa	EDP, SGPS, SA	20,00%	2002	15.200.000,00	-354.232,00
Galp Energia, SGPS,SA	Torre C, Rua Tomás da Fonseca, Lisboa	EDP, SGPS, SA	14,27%	2002	1.460.577.000,00	114.521.000,00
EDA-Eléctrica dos Açores, SA	Açores	EDP, SGPS, SA	10,00	2002	49.983.206,00	3.169.320,00

07. PESSOAL AO SERVIÇO DO GRUPO

O número médio de pessoas ao serviço das Empresas do Grupo durante o exercício foi de 17 212 trabalhadores (13 798 em 2001), não existindo assalariados.

Em 31 de Dezembro de 2002 o número de trabalhadores no activo, incluindo contratados a prazo, era de 18 455 (14 722 em 2001)

Nestes números estão incluídos pela totalidade os trabalhadores de todas as empresas do perímetro de consolidação (integral ou proporcional), independentemente da participação da EDP no respectivo capital.

O desdobramento por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2002 é o seguinte:

Directores/Chefias superiores	**621**
Quadros superiores	**3 167**
Quadros médios	**2 252**
Chefias intermédias	**353**
Profissionais altamente qualificados	**7 630**
Profissionais qualificados	**423**
Profissionais semi-qualificados	**845**
Profissionais não qualificados	**906**
Total	**16 197**

Obs: Este desdobramento não inclui ONI-Espanha e Hidrocantábrico.

10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

As diferenças de consolidação incluem os remanescentes das compensações entre os valores contabilísticos das participações no capital das empresas compreendidas na consolidação pelas proporções que representam nos seus Capitais Próprios, depois de, na medida do possível, serem imputados directamente às rubricas do Balanço consolidado que tenham valores superiores ou inferiores aos seus valores contabilísticos. Estes remanescentes são amortizados em cinco anos, excepto em casos excepcionais, conforme nota respectiva.

Quando uma empresa participada deixa de ser considerada filial e, por conseguinte, é excluída da consolidação como tal, são abatidas as Diferenças de Consolidação e as amortizações acumuladas correspondentes e transferidas para Resultados Extraordinários. As apresentadas em Capitais Próprios são reclassificadas em Resultados Transitados.

Nas reestruturações (fusões e cisões), as Diferenças de Consolidação referentes às participadas envolvidas são mantidas no novo agregado.

14. ALTERAÇÃO DE PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

a] Descrição das alterações ocorridas

Na sequência da tomada de controlo por parte da Adygensival na Hidrocantábrico, efectivada na Assembleia Geral de 15 de Maio de 2002, o conjunto destas empresas foi integrado pelo método proporcional a partir de 1 de Junho de 2002.

Com a tomada de controlo da Escelsa e da Enersul, em Outubro de 2002, as demonstrações financeiras destas empresas passaram a ser consolidadas pelo método integral desde aquela data.

Ainda em Outubro de 2002 a EDP SGPS adquiriu 45% da AFFINIS, sendo as respectivas demonstrações financeiras consolidadas pelo método proporcional.

Em resultado da alienação da OPTEP, efectuada em 22 de Março de 2002, esta empresa bem como a 093X deixaram de integrar as demonstrações financeiras a partir daquela data.
O reconhecimento das mais-valias referentes a esta operação encontra-se suspenso.

Já no final do ano procedeu-se à alienação da EDP Chile.

b] Impacto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

São evidenciadas apenas as empresas com impactos mais proeminentes nas contas consolidadas.

i] Balanço (valores líquidos de amortizações e provisões)

euros

	Hidrocantábrico (40%	Escelsa	Enersul	Optep
Activo				
Imobilizado				
Imobilizaçêes incorpóreas	7 234 000,00	8 240 032,33	0,00	-2 510 247,00
Imobilizaçóes corpóreas	695 743 200,00	195 300 915,94	171 073 545,26	-50 118,00
Investimentos financeiros	90 917 200,00	201 203 926,73	2 508 890,09	-94 415 175,00
Circulante				
Existências	24 009 600,00	975 484,91	633 081,90	0,00
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo	8 965 200,00	77 051 724,14	51 216 594,83	0,00
Dividas de terceiros - curto prazo	161 852 800,00	125 967 941,81	32 260 775,86	-11 777,00
Disponibilidades	6 633 600,00	82 865 032,32	3 008 890,08	-493 708,00
Acréscimos e diferimentos	8 607 200,00	74 150 700,42	37 898 706,90	-752,00
Total do Activo	1 003 962 800,00	765 755 758,60	298 600 484,92	-97 481 777,00
Passivo				
Provisões para rlscos e encargos	26 192 000,00	44 841 325,43	10 422 952,59	0,00
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	89 407 200,00	498 761 584,05	120 095 096,97	0,00
Dívidas a terceiros - curto prazo	444 256 000,00	135 115 301,73	71 113 685,34	-31 895 601,00
Acréscimos e diferimentos	41 228 400,00	2 058 728,45	0,00	-2 610 071,00
Total do Passivo	601 083 600,00	680 776 939,66	201 631 734,90	-34 505 672,00

ii] Demonstração de Resultados

euros

	Hidrocantábrico (40%)	Escelsa	Enersul
Vendas de electricidade	51 358 000,00	68 035 794,10	32 779 504,00
Trabalhos para a própria empresa	2 987 600,00	0,00	0,00
Variação da Produção	-4 587 600,00	0,00	0,00
Outros proveitos de exploração	0,00	0,00	
Proveitos financeiros	496 400,00	42 934 652,58	3 266 986,25
Proveitos extraordinários	164 000,00	0,00	0,00
Proveitos totais	50 418 400,00	110 970 446,68	36 046 490,25
Custo das existências vendidas e consumidas	-29 784 000,00	-42 659 465,22	-18 795 735,25
Fornecimentos e serviços externos	-4 584 800,00	-3 989 578,63	-4 032 882,70
Custos com o pessoal	-2 838 800,00	-4 371 888,33	-3 428 008,89
Amortizações	-3 559 600,00	-3 981 001,17	-3 942 485,00
Provisões	-2 138 400,00	-346 713,36	0,00
Impostos	-292 400,00	0,00	0,00
Outros custos de exploração	0,00	0,00	0,00
Custos financeiros	-1 534 800,00	-12 611 840,72	-4 654 033,99
Custos extraordinários	-430 000,00	-2 572 284,31	-14 625 509,95
Custos totais	-45 162 800,00	-70 532 771,74	-49 478 655,78
Imposto sobre o rendimento do exercício	-2 080 000,00	768 205,68	0,00
Interesses minoritários	132 000,00	18 221 240,41	-8 650 314,60
Resultado líquido	3 307 600,00	22 984 640,21	-4 781 850,93

iii] Efeito nos investimentos financeiros

Redução de 272,4 milhões de euros no investimento financeiro pela entrada da Hidrocantábrico na consolidação pelo método proporcional.

Redução de 274,8 milhões de euros no investimento financeiro pela entrada da Escelsa e Enersul na consolidação pelo método integral.

iv] Fluxo financeiro

Pela alienação de 100% da Optep a EDP recebeu um total de 315 milhões de euros.

Pela alienação da EDP Chile a EDP recebeu um total de 7 milhões de euros.

Pela aquisição de 40% da Hidrocantábrico a EDP pagou um total de 784 milhões de euros.

17. AMORTIZAÇÃO DE DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

As Diferenças de Consolidação são amortizadas no período estimado para a recuperação do investimento realizado. As diferenças de Consolidação, originadas pela aquisição de maior participação em filiais, são amortizadas durante o período de vida útil remanescente, definido para a amortização das Diferenças de Consolidação iniciais.

18. CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

Os investimentos financeiros em partes de capital em associadas são contabilizados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial.

São implicitamente considerados os diferenciais atribuídos, a título de justos valores, aos activos e passivos identificáveis, nomeadamente direitos de concessão, não contabilizados nas contas individuais das Empresas. Estes direitos são amortizados no período da respectiva concessão.

21. COMPROMISSOS FINANCEIROS

b) Benefícios sociais a trabalhadores

Algumas empresas do Grupo EDP, tal como descrito na nota 23.h, atribuem aos seus colaboradores, quer sob a forma de planos de benefícios definidos, quer sob a forma de planos de contribuição definida, alguns benefícios pós-reforma, nomeadamente, planos de pensões que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e sobrevivência, e também pensões de reforma antecipada, sendo também concedidos nalguns casos cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde.

Apresentam-se de seguida os planos existentes, com uma breve descrição de cada um e as empresas por eles abrangidos, bem como os seus dados económico-financeiros:

i. Planos de Pensões

Tipo Benefício Definido

As empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um plano de benefícios sociais financiado através de um Fundo de Pensões fechado e complementado por provisão específica.

No Fundo de Pensões encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de pensões de reforma (idade, invalidez e sobrevivência) bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas.

A Bandeirante dispõe de dois planos de benefícios definidos geridos pela Fundação CESP, entidade fechada de previdência complementar, com patrimónios próprios, segregados dos patrimónios das Patrocionadoras (Bandeirante e outras empresas eléctricas brasileiras) sem solidariedade contributiva:

- Plano BD vigente até 31 de Março de 1998, que é um Plano de Benefício Saldado que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de Março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até à referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências actuariais desse Plano é da Empresa.

- Plano BD vigente após 31 de Março de 1998, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de Março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de actividade. No caso de morte ou invalidez originada por acidente de trabalho, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusivé o acumulado até 31 de Março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de Março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências actuariais deste Plano é paritária entre a Empresa e os participantes.

A evolução das responsabilidades consolidadas por serviços passados associadas aos planos de pensões do Grupo EDP evoluiu da seguinte forma:

(milhares de euros)

Evolução das Responsabilidades	2002	2001
Responsabilidades no início do período	1 433 183	1 213 456
Custo dos serviços correntes	13 220	14 525
Custo dos juros	88 826	74.710
Benefícios pagos	-144 277	-123 434
Perdas actuariais	96 242	175 653
Variação cambial	-38 461	0
Responsabilidades no fim do período	1 448 733	1 354 910

Nota: Em 2001 só inclui as empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994
Em 2002 inclui a Bandeirante, contribuindo com um acréscimo de 78 273 milhares de Euros para a responsabilidade no início do período.

No apuramento das responsabilidades associadas a estes planos de pensões, foram utilizados os seguintes pressupostos financeiros e actuariais:

Pressupostos	2002 Portugal	2001 Portugal	2002 Bandeirante
Taxa de rendimento dos Fundos	6,5%	7,5%	10,24%
Taxa de desconto	6,0%	6,5%	10,24%
Taxa de crescimento dos salários	3,3%	3,5%	7,12%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	3,5%	7,12%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	2,0%	2,25%	4,0%
Taxa de inflação	2,0%	2,0%	5,0%
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77	AT-49 (q_x)
Tábua de invalidez	50% EKV 80	50% EKV 80	Light-Média (i_x)
Percentagem expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	(a)	(a)	Não aplicável

(a) Em 2001, 100% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Colectivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade) e 90% dos colaboradores com idade superior ou igual a 55 anos de idade. Em 2002, 100% da população elegível e 70% dos colaboradores com idade superior ou igual a 55 anos de idade. A partir de 2003, 40% da população elegível.

A evolução dos activos consolidados dos Fundos de Pensões foi a seguinte:

(milhares de euros)

Fundos de Pensões	2002	2001
Valor dos activos dos Fundos no início do período	781 286	801 179
Contribuições do Grupo	52 669	31 930
Contribuições dos trabalhadores (Bandeirante)	706	0
Pensões pagas no período	-53 597	-54 225
Rendimento dos Fundos durante o período	56 031	57 531
Perdas actuariais	-72 767	-82 145
Variação cambial	-14 384	0
Valor dos activos dos Fundos no fim do período	749 945	754 270

Nota: Em 2001 só inclui as empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994

Tal como atrás referido, apenas uma parte das responsabilidades com o Plano de Pensões se encontra financiado através dos Fundos de Pensões, sendo que o remanescente, ou seja 698 788 milhares de euros, está reconhecido, de acordo com as normas aplicáveis, nomeadamente através de uma provisão que se apresenta de seguida:

(milhares de euros)

Provisão para Planos de Pensões	2002	2001
Responsabilidades no fim do período	1 448 733	1 354 910
Valor dos activos dos Fundos no fim do período	-749 945	-754 270
Responsabilidades não cobertas pelos Fundos no fim do período	698 788	600 640
Responsabilidade relativa ao período inicial de transição (1)	-56 504	-62 330
Perdas actuariais diferidas (2)	-430 741	-232 361
Valor da provisão no fim do período	211 543	305 949

Nota: Em 2001 só inclui as empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994

(1) A parcela relativa ao Período Inicial de Transição está a ser anualmente amortizada, sendo o valor da amortização de 5.826 milhares de euros.
(2) As normas contabilísticas internacionais adoptadas pela EDP permitem que os ganhos/ /perdas actuariais diferidos sejam reconhecidos de forma sistemática nos resultados do exercício através da amortização do montante que exceda, no ano anterior, 10% do valor das responsabilidades ou dos activos do Fundo, qual deles o maior. Estas amortizações são calculadas para o período correspondente ao tempo médio remanescente de trabalho estimado da população activa.

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no período com estes planos são os seguintes:

(milhares de euros)

Custo do Período	2002	2001
Custo do serviço	13 220	14 525
Custo de juro	88 826	74 710
Retorno dos activos dos Fundos	-56 031	-57 531
Contribuições dos trabalhadores (Bandeirante)	-706	0
Amortização da responsabilidade relativa ao período inicial de transição (1)	5 826	5 826
Amortização de perdas actuariais diferidas (2)	11 219	0
Custo líquido do período	62 354	37 530

Nota: Em 2001 só inclui as empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994

(1) A parcela relativa ao Período Inicial de Transição está a ser anualmente amortizada, sendo o valor da amortização de 5.826 milhares de euros.
(2) As normas contabilísticas internacionais adoptadas pela EDP permitem que os ganhos/ /perdas actuariais diferidos sejam reconhecidos de forma sistemática nos resultados do exercício através da amortização do montante que exceda, no ano anterior, 10% do valor das responsabilidades ou dos activos do Fundo, qual deles o maior. Estas amortizações são calculadas para o período correspondente ao tempo médio remanescente de trabalho estimado da população activa.

Tipo Contribuição Definida

A Hidrocantábrico, a Bandeirante e a Escelsa dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos Sistemas de Previdência Social aos empregados das Empresas do tipo Contribuição Definida, efectuando deste modo em cada ano, uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada um dos casos.

ii. Plano de Cuidados Médicos

As empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um Plano de Cuidados Médicos do tipo benefício definido, suportado através de uma provisão contabilística, onde se encontram incluídas a totalidade destas responsabilidades.

A evolução das responsabilidades consolidadas por serviços passados associadas ao plano de cuidados médicos do Grupo EDP evoluiu da seguinte forma:

(milhares de euros)

Evolução das Responsabilidades	2002	2001
Responsabilidades no início do período	474 371	453 223
Custo dos serviços correntes	6 540	6 714
Custo dos juros	30 096	28 781
Benefícios pagos	-22 735	-20 880
Perdas actuariais	7 929	6 533
Responsabilidades no fim do período	496 200	474 371

No apuramento das responsabilidades associadas a este plano de cuidados médicos, foram utilizados os seguintes pressupostos financeiros e actuariais:

(milhares de euros)

Pressupostos	2002	2001
Taxa de desconto	6,0%	6,5%
Taxa anual de crescimento dos custos com serviços médicos	4,5% (a)	5,0%
Tábua de mortalidade	(b)	(b)
Tábua de invalidez	(b)	(b)
Percentagem expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	(b)	(b)

(a) 4,5% nos primeiros 10 anos e 4,0% nos restantes anos
(b) Conforme referido nos pressupostos do Plano de Pensões

Tal como atrás referido, as responsabilidades com o Plano de Cuidados Médicos estão reconhecidas nas contas do Grupo através de uma provisão que se apresenta de seguida:

(milhares de euros)

Provisão para Plano de Cuidados Médicos	2002	2001
Responsabilidades no fim do período	496 200	474 371
Obrigação transitória diferida (3)	-47 251	-52 124
Perdas actuariais diferidas (4)	-52 237	-44 308
Valor da provisão no fim do período	396 713	377 939

(3) A parcela relativa ao Período Inicial de Transição está a ser anualmente amortizada, sendo o valor da amortização de 4 873 milhares de euros.
(4) As normas contabilísticas internacionais adoptadas pela EDP permitem que os ganhos/ /perdas actuariais diferidos sejam reconhecidos de forma sistemática nos resultados do exercício através da amortização do montante que exceda, no ano anterior, 10% do valor das responsabilidades ou dos activos do Fundo, qual deles o maior. Estas amortizações são calculadas para o período correspondente ao tempo médio remanescente de trabalho estimado da população activa.

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no período com este plano são os seguintes:

(milhares de euros)

Custo do Período	2002	2001
Custo do serviço	6 540	6 714
Custo de juro	30 096	28 781
Amortização da obrigação transitória diferida (1)	4 873	4 873
Custo líquido do período	41 509	40 368

(1) A parcela relativa ao Período Inicial de Transição está a ser anualmente amortizada, sendo o valor da amortização de 4 873 milhares de euros.

22. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Para além do referido na nota anterior, existem ainda no Grupo responsabilidades por garantias prestadas no montante de 409 milhões de euros.

Estas garantias são constituídas na sua quase totalidade por garantias bancárias, sendo o residual constituído por cauções em dinheiro. Não existem garantias reais.

23. CRITÉRIOS CONTABILÍSTICOS E VALORIMÉTRICOS

a] Consolidação de Contas

Na consolidação das Empresas referidas na Nota 01 foi aplicado o método de consolidação integral.

Na consolidação das Empresas referidas nas Notas 02 e 03 foi aplicado o método de consolidação por equivalência patrimonial.

Na consolidação das Empresas referidas na Nota 05 foi aplicado o método de consolidação proporcional.

Na aplicação do método de consolidação integral, são incluídos na sua totalidade, no balanço, os activos, passivos e capitais próprios e, na demonstração de resultados, os custos e perdas e os proveitos e ganhos. Os saldos de balanço, os custos e perdas e os proveitos e ganhos relativos às operações efectuadas entre as Empresas incluídas na consolidação por este método são eliminados. São também eliminados os capitais próprios das Empresas participadas por contrapartida dos correspondentes investimentos financeiros em partes de capital das Empresas participantes. O valor correspondente à participação de terceiros é apresentado em interesses minoritários.

Na aplicação do método de consolidação proporcional a metodologia é idêntica à consolidação integral, com a diferença de que só são incluídos os valores correspondentes à percentagem de participação detida.

Na aplicação do método de consolidação por equivalência patrimonial é efectuado o ajuste, no balanço da Empresa consolidante, do valor de aquisição das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das Empresas participadas depois de ter em conta as diferenças de aquisição (goodwill) apuradas.

b] Imobilizações Incorpóreas

Estão registadas ao custo de aquisição ou produção, líquido de amortizações.

Estes imobilizados são amortizados num período de 3 anos, excepto no caso dos direitos de concessão aos quais é aplicado um período equivalente à vida da mesma.

c] Imobilizações Corpóreas

i) Imobilizações de propriedade do Grupo

As imobilizações corpóreas, excepto quanto aos bens existentes à data da cisão da EDP ocorrida em 1994, as quais estão registadas pelos valores resultantes da avaliação efectuada no exercício de 1992, estão registadas pelos valores de custo (de aquisição ou construção), líquidos das amortizações acumuladas. As imobilizações incluem encargos financeiros e diferenças de câmbio capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como, encargos de estrutura.

Os imobilizados comparticipados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados do Grupo, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 45.c), pela amortização das comparticipações (registadas em Acréscimos e Diferimentos - Subsídios para o Investimento) efectuada na mesma base e às mesmas taxas dos respectivos imobilizados comparticipados.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos e transferidos para resultados num período máximo de 6 anos conforme alínea c) desta mesma nota e Nota 50.d.

ii) Imobilizações afectas às concessões da EDP Distribuição

Nos termos do Decreto-Lei nº 344-B/82, conforme referido na alínea h) da nota introdutória, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pelo Grupo. Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são mostrados em imobilizações corpóreas (nota 27.b.iii), com contrapartida no passivo a médio e longo prazo (Outros Devedores e Credores - Conta de Regularização do DL 344-B/82).

Os valores destes imobilizados estão registados pelos valores resultantes da avaliação efectuada no exercício de 1992, líquidos das amortizações acumuladas.

Os imobilizados afectos à concessão são amortizados na mesma base e às mesmas taxas em que são amortizadas as imobilizações próprias da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (nota 45.a), pela redução, em igual montante, da responsabilidade para com os Municípios registada no passivo.

A manutenção e reparação destes imobilizados é da responsabilidade do Grupo durante o período de vida do contrato de concessão, sendo os seus custos registados de forma consistente com os dos imobilizados próprios do Grupo.

iii) Aproveitamentos de Fins Múltiplos (parte não afecta à produção de electricidade) da Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade (CPPE)

Os aproveitamentos de fins múltiplos correspondem à parte dos aproveitamentos hidroeléctricos construídos pelo Grupo, utilizada para finalidades diversas não enquadradas na sua actividade de produção de electricidade (rega, abastecimento de água às populações, etc.), tendo sido por esse motivo subsidiados pelo Estado.

Estes imobilizados estão valorizados ao custo de construção, incluindo-se neste os encargos de estrutura, como indicado nas imobilizações de propriedade do Grupo. Não são efectuadas amortizações sobre estes imobilizados.

O valor atribuído ao investimento da responsabilidade do Estado nos aproveitamentos de fins múltiplos, foi determinado pela aplicação de percentagens provisórias aos custos directos acumulados desses aproveitamentos.

A participação recebida do Estado relativamente a estes aproveitamentos é mostrada no passivo a médio e longo prazo (nota 33.a).

d) Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros são registados ao custo de aquisição, após o que são apurados os respectivos justos valores e determinadas as eventuais diferenças de aquisição. Estas diferenças de aquisição são, na sua maioria, direitos de concessão, as quais são amortizadas de forma sistemática durante o período da respectiva concessão.

Os Investimentos financeiros correspondentes ao investimento em partes de capital em associadas são apresentados ao valor resultante da equivalência patrimonial, sendo os ganhos ou perdas registados em resultados financeiros.

Os Investimentos financeiros em Imóveis estão apresentados pelo valor de reavaliação efectuada no exercício de 1992, tendo a diferença apurada para o custo histórico sido registada em reserva de reavaliação. Estes investimentos são amortizados durante o período de vida útil do imóvel.

Os Investimentos financeiros em partes de capital em outras empresas que, por definição, não são imediatamente negociáveis, são apresentados ao valor de mercado sendo a diferença apurada para o seu custo, registada em conta de Ajustamentos patrimoniais no capital próprio. Quando da venda, as diferenças registadas são repostas e os ganhos ou perdas apurados são registados em resultados financeiros.

Na eventualidade de existir perda permanente de valor, em face da análise de imparidade do investimento financeiro, é constituída provisão a qual é registada em resultados financeiros.

e] Títulos negociáveis

Estes investimentos, incluindo partes de capital em outras empresas que, por definição, são imediatamente negociáveis, são apresentados ao valor de mercado sendo a diferença para o seu custo de aquisição registada como ganho ou perda em resultados financeiros.

f] Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, ou ao preço de mercado se este for inferior ao de aquisição no caso de existências adquiridas ao exterior, e ao custo de produção no caso das existências produzidas internamente, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio.

g] Custos Diferidos

As despesas relacionadas com emissões de obrigações, bem como com grandes reparações e benfeitorias, são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos - Custos Diferidos e transferidas para resultados no período de vida daqueles títulos de dívida ou no máximo de 6 anos, respectivamente (Nota 50.d).

h] Benefícios sociais a trabalhadores

O Grupo procede à contabilização dos custos resultantes de pensões e encargos associados de acordo com o disposto no International Accouting Standard nº 19, derrogando deste modo e nesta medida o disposto na Directriz Contabilística nº 19 (nota 21), a qual corresponde à transposição para o normativo português da versão anterior daquela norma internacional.

i] Férias e Subsídios de Férias

No final de cada exercício o Grupo regista, em Acréscimos e Diferimentos - Acréscimo de Custos, o montante de encargos com férias e subsídios de férias já vencidos, mas cujo pagamento só é devido no exercício seguinte.

j] Trabalhos para a Própria Empresa

Através de critérios específicos de imputação, os custos incorridos pelo Grupo (essencialmente materiais e custos com o pessoal) na construção de imobilizados por administração directa, os quais são registados pelas suas naturezas na demonstração de resultados, são objecto de inclusão no imobilizado por contrapartida desta conta.

k] Imposto sobre Rendimento do Exercício

O cálculo do imposto a pagar sobre o rendimento do exercício é efectuado com base na matéria tributável estimada.

O encargo do imposto do exercício é corrigido dos impostos diferidos calculados de acordo com o disposto no IAS 12.

l] Dívidas de e a Terceiros em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são contabilizadas em moeda nacional ao câmbio em vigor na data das operações.

Os activos e passivos originariamente em moeda estrangeira são contabilizados em moeda nacional, sendo actualizados aos câmbios oficiais em vigor na data do Balanço (Nota 24).

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, excepto as capitalizadas no imobilizado até 1994 (Nota 23.c), são contabilizadas em resultados do exercício (Nota 44).

m] Instrumentos Financeiros em Derivativos

Exclusivamente com o objectivo de reduzir os riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio, a que o Grupo se encontra exposto, atendendo à existência de contratos de financiamento celebrados com várias instituições financeiras a nível mundial, o Grupo detém uma carteira de produtos derivados.

i) Cobertura do risco de taxa de juro

Tendo como objectivo a redução dos riscos financeiros e respectivos custos associados ao financiamento da sua actividade, o Grupo celebrou contratos de " swaps " de taxas de juro, cujos vencimentos variam entre 1,5 e 15 anos. O Grupo não tenciona cancelar os contratos antes da data prevista inicialmente.

ii) Cobertura do risco de taxa de câmbio

O Grupo utiliza instrumentos de gestão do risco cambial associado ao seu endividamento em moeda estrangeira, tais como contratos a prazo de taxas de câmbio e "swaps" de moeda. Os contratos a prazo de taxas de câmbio têm vencimento entre 2 e 6 anos.

n] Vendas de Electricidade

A facturação de electricidade é efectuada numa base mensal ao longo de cada mês. As facturas mensais de electricidade são baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor.

Em Portugal, as tarifas de energia eléctrica a clientes do SEP são fixadas pela ERSE.

A regularização, em tarifas futuras, dos ajustamentos provenientes de eventuais excessos ou insuficiências decorrentes da não confirmação de certos pressupostos tarifários, torna necessária a criação de métodos que permitam registar a periodificação daqueles excessos ou insuficiências.

Nesse sentido, os excessos ou insuficiências apuradas no exercício, relativamente aos valores aprovados pela ERSE, encontram-se escriturados em Acréscimos e Diferimentos (Nota 50.d).

Os proveitos respeitantes a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data do balanço, são acrescidos com base na média dos últimos consumos (Nota 50.d).

o] Correcção de Hidraulicidade

A Correcção de Hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei nº 338/91) para compensação dos custos variáveis da produção de energia eléctrica.

Em anos secos o sistema termoeléctrico é sobreutilizado e os gastos com combustíveis ou importação de electricidade aumentam significativamente. Em anos húmidos a situação inverte-se. As tarifas de fornecimento de energia eléctrica a clientes do SEP não podem ser alteradas em função da variabilidade de custos resultante da hidraulicidade.

De acordo com a Portaria nº 987/2000, a conta de correcção de hidraulicidade encontra-se afecta às contas da EDP, sendo, em consequência, evidenciada numa conta de passivo do seu balanço e os correspondentes movimentos anuais explicitados no anexo ao balanço e demonstração de resultados (Nota 50.j).

O valor anual da correcção de hidraulicidade é calculado de acordo com parâmetros estabelecidos na lei e, engloba:

- O diferencial entre o custo económico de produção de energia eléctrica e o custo económico de referência, o qual é suportado pela REN na sua qualidade de concessionária da RNT e gestora exclusiva da conta de correcção de hidraulicidade. A EDP paga mensalmente à REN os diferenciais positivos e recebe da REN os diferenciais negativos. Estes pagamentos e recebimentos são efectuados por contrapartida da conta da correcção de hidraulicidade.

- Os custos ou proveitos financeiros associados ao saldo acumulado da conta de correcção de hidraulicidade constituem um custo ou um proveito da EDP;

- A parcela correspondente ao montante necessário para tornar o valor esperado do saldo, a prazo de 10 anos, igual a um adequado nível de referência, quando traduza um débito à conta de correcção de hidraulicidade constitui um proveito da EDP, quando traduza um crédito, constitui a REN no dever de efectuar o respectivo pagamento à EDP. O correspondente custo deverá ser englobado na tarifa de venda de electricidade da REN à empresa de distribuição vinculada (EDP Distribuição), constituindo para esta um encargo que deverá ser recuperado através das tarifas de venda aos seus clientes.Os movimentos da conta de correcção de hidraulicidade estão sujeitas à aprovação, por despacho Ministerial.

24. CÂMBIOS

As cotações cambiais face ao Euro utilizadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as do Banco de Portugal – cotações oficiais de divisas (indicativas) em 28/12/2002, conforme se indicam de seguida:

AUD	1.8556	**DKK**	7.4288	**LTL**	3.4525	**SEK**	9.1528
BGN	1.9546	**EEK**	15.6466	**LVL**	0.614	**SGD**	1.8199
BRL	3.712	**GBP**	0.6505	**MAD**	10.63969	**SIT**	230.1577
CAD	1.655	**GTQ**	8.001581	**MOP**	8.4	**SKK**	41.503
CHF	1.4524	**HKD**	8.1781	**MTL**	0.4182	**TRL**	1738
CLP	755.064	**HUF**	236.29	**NOK**	7.2756	**USD**	1.0487
CVE	110.265	**ISK**	84.74	**NZD**	1.9975	**ZAR**	9.0094
CYP	0.57316	**JPY**	124.39	**PLN**	4.021		
CZK	31.577	**KRW**	1243.76	**ROL**	35.135		

25. DESPESAS DE INSTALAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A rubrica "Despesas de Instalação" inclui essencialmente custos com a constituição das Empresas. A rubrica "Despesas de Investigação e Desenvolvimento" corresponde essencialmente a estudos desenvolvidos no âmbito de programas da Comunidade Europeia.

27. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS, CORPÓREAS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

a) Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Ajuste Cambial	Reavaliação/ Ajustamento
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS			
Despesas de instalação	145 810 212,99	(5 478 574,58)	2 368 265,09
Despesas de investigação e desenvolvimento	18 691 454,57		
Propriedade industrial e outros direitos	928 794 654,90	(2 200 727,97)	(258 075 810,18)
Imobilizado em curso	183 044 011,73		
Total (1)	1 276 340 334,19	(7 679 302,55)	(255 707 545,09)
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS			
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	259 915 575,48		
Subtotal (2.1)	259 915 575,48		
Terrenos e recursos naturais	112 614 398,16	(6 829 251,74)	13 090 607,21
Edificios e outras construções	325 675 733,26	(15 992 372,52)	12 856 411,64
Equipamento básico	20 305 160 888,88	(358 101 503,95)	478 038 047,42
Equipamento Técnico Especifico	19 979 597 146,66	(357 950 122,66)	478 038 047,42
Produção de Electricidade	10 287 634 498,71	(73 075 646,26)	
Produção hidroeléctrica	6 954 946 817,62	(73 075 646,26)	
Produção termoeléctrica	3 282 695 800,96		
Produção de energias renováveis	32 478 793,90		
Aprov. fins múltiplos (parte não afecta)	17 513 086,23		
Distribuição de electricidade	9 691 962 647,95	(284 874 476,40)	478 038 047,42
Outro equipamento básico	325 563 742,22	(151 381,29)	
Equipamento de transporte	76 056 885,32	(4 868 441,70)	2 212 823,27
Ferramentas e utensilios	4 823 471,32		
Equip. administrativo	175 954 518,35	(1 803 415,60)	916 217,67
Taras e vasilhame	1 659,56		
Outras imobilizações corpóreas	10 272 165,63	(123 608,69)	
Subtotal (2.2)	21 010 559 720,48	(387 718 594,20)	507 114 107,21
Imobilizado em Curso	640 524 472,07	(36 272 830,38)	932 530,38
Aprov. Fins Múltiplos(parte n/afecta)	6 542 834,48		
Adiantamentos p/c de imobilizações corpóreas	1 789 892,44		
Subtotal (2.3)	648 857 198,99	(36 272 830,38)	932 530,38
Total (2)	21 919 332 494,95	(423 991 424,58)	508 046 637,59
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
Partes de capital	2 927 230 083,23		11 150 353,17
Investimentos em Imóveis	2 643 331,92		
Outras aplicações financeiras	181 816 673,93		
Imobilizações em curso	1 057 767,41	(473 467,18)	
Total (3)	3 112 747 856,49	(473 467,18)	11 150 353,17
Total Geral (1) + (2) + (3)	26 308 420 685,63	(432 144 194,31)	263 489 445,67

Aumentos	Alienações	Alteração de Perímetro	Transferências e Abates	Saldo Final
1 620 055,82	92 216,91	(343 218,10)	(50 828 128,18)	93 056 396,13
65 395 063,76		416 800,00	55 930 526,69	140 433 845,02
543 431 169,32	4 397 024,00	1 148 999 338,04	(475 990 869,65)	1 880 560 730,46
18 828 358,38	60 000,00	(1 658 968,00)	(186 923 903,30)	13 229 498,81
629 274 647,28	4 549 240,91	1 147 413 951,94	(657 812 374,44)	2 127 280 470,42
			(1,87)	259 915 573,61
			(1,87)	259 915 573,61
685 199,35	18 637 966,90	12 074 206,47	9 262 540,81	122 259 733,36
581 190,48	38 147 626,81	23 627 225,26	28 145 813,49	336 746 374,80
200 614 572,98	3 153 560,04	1 486 125 773,24	384 334 768,72	22 493 018 987,25
153 857 725,31	2 507 809,81	1 482 545 808,63	341 802 011,53	22 075 382 807,08
4 950 333,12		14 008 890,09	193 215 580,92	10 426 733 656,58
90 602,35		14 008 890,09	22 790 006,47	6 918 760 670,27
4 859 730,77			125 581 064,63	3 413 136 596,36
			44 170 937,81	76 649 731,71
			673 572,01	18 186 658,24
148 907 392,19	2 507 809,81	1 468 536 918,54	148 586 430,61	11 648 649 150,50
46 756 847,67	645 750,23	3 579 964,61	42 532 757,19	417 636 180,17
9 424 063,67	9 257 613,28	2 704 028,85	(2 371 343,12)	73 900 403,01
7 220 258,82	921,77	64 888 058,97	(8 767,75)	76 922 099,59
21 485 809,03	340 231,44	21 423 485,93	30 997 240,45	248 633 624,39
			(0,01)	1 659,55
3 288 981,83	116 790,96	982 285,75	3 182 216,92	17 485 250,48
243 300 076,16	69 654 711,20	1 611 825 064,47	453 542 469,51	23 368 968 132,43
778 964 418,85		160 834 102,24	(534 248 119,04)	1 010 734 574,12
				6 542 834,48
33 418 715,45			(30 420 460,21)	4 788 147,68
812 383 134,30		160 834 102,24	(564 668 579,25)	1 022 065 556,28
1 055 683 210,46	69 654 711,20	1 772 659 166,71	(111 126 111,61)	24 650 949 262,32
721 950 436,22	122 414 805,25	(1 435 333 247,41)	17 809 488,40	2 120 392 308,36
	2 107 817,11			535 514,81
2 263 066,71		2 464 400,00	(94 941 204,23)	91 602 936,41
			(581 716,08)	2 584,15
724 213 502,93	124 522 622,36	(1 432 868 847,41)	(77 713 431,91)	2 212 533 343,73
2 409 171 360,67	198 726 574,47	1 487 204 271,24	(846 651 917,96)	28 990 763 076,47

b) Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Ajuste Cambial
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS		
Despesas de instalação	47 648 581,91	(2 297 028,22)
Despesas de investigação e desenvolvimento	13 126 456,34	
Propriedade industrial e outros direitos	79 324 303,96	22 436 903,28
Total (1)	140 099 342,21	(2 297 028,22)
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS		
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	238 981 252,37	
Subtotal (2.1)	238 981 252,37	
Imobilizações Próprias do Grupo EDP		
Edifícios e outras construções	132 165 297,58	(6 025 590,65)
Equipamento básico	11 541 625 578,59	(126 423 221,80)
Equipamento Técnico Específico	11 421 702 142,00	(126 412 894,32)
Produção de Electricidade	6 099 258 183,21	(107 916,04)
Produção hidroeléctrica	3 915 391 894,44	(107 916,04)
Produção termoeléctrica	2 179 970 429,90	
Produção de energias renováveis	3 895 858,87	
Distribuição de electricidade	5 322 443 958,79	(126 304 978,28)
Outro equipamento básico	119 923 436,59	(10 327,48)
Equipamento de transporte	45 197 371,65	(3 083 195,14)
Ferramentas e utensílios	3 703 841,14	
Equipamento administrativo	111 240 445,50	(554 087,26)
Taras e vasilhame	1 659,56	
Outras imobilizações corpóreas	2 639 072,62	(44 897,16)
Subtotal (2.2)	11 836 573 266,64	(136 130 992,01)
Total (2)	12 075 554 519,01	(136 130 992,01)
INVESTIMENTOS FINANCEIROS		
Títulos e outras aplicações financeiras	88 013 050,73	
Investimentos em imóveis	1 178 178,35	
Total (3)	89 191 229,08	
Total Geral (1) + (2) + (3)	12 304 845 090,30	(138 428 020,23)

Reavaliação	Reforços	Alteração de Perímetro	Regularização e Transferências	Saldo Final
1 750 808,19	14 855 965,31	(474 902,78)	(11 012 193,48)	50 471 230,93
	15 470 699,11		6 904 445,34	35 501 600,79
22 436 903,28	70 604 073,74	12 756 535,34	13 066 011,26	198 187 827,58
24 187 711,47	100 930 738,16	12 281 632,56	8 958 263,12	284 160 659,30
	4 283 876,37		(1,89)	243 265 126,85
	4 283 876,37		(1,89)	243 265 126,85
7 656 519,40	6 441 731,80	14 693 485,76	(11 614 374,94)	143 317 068,95
172 546 615,54	661 329 686,80	654 585 765,33	(64 416 525,38)	12 839 247 899,08
172 546 615,54	614 614 964,57	652 706 576,73	(55 239 593,17)	12 679 917 811,35
	229 296 013,66	6 673 760,78	(83 587,88)	6 335 036 453,73
	129 003 867,44	6 673 760,78	(225 429,18)	4 050 736 177,44
	98 100 628,77		141 841,29	2 278 212 899,96
	2 191 517,45		0,01	6 087 376,33
172 546 615,54	385 318 950,91	646 032 815,95	(55 156 005,29)	6 344 881 357,62
	46 714 722,23	1 879 188,60	(9 176 932,21)	159 330 087,73
3 399 245,69	8 188 926,12	2 061 452,14	(9 141 833,63)	46 621 966,83
	399 973,98	623 810,37	715 502,56	5 443 128,05
1 031 352,18	23 912 992,30	41 219 165,80	(12 838 359,14)	164 011 509,38
			(0,01)	1 659,55
	1 548 892,57	702 051,41	(41 417,64)	4 803 701,80
184 633 732,81	701 822 203,57	713 885 730,81	(97 337 008,18)	13 203 446 933,64
184 633 732,81	706 106 079,94	713 885 730,81	(97 337 010,07)	13 446 712 060,49
	268 974 551,00	(42 995 232,33)	2 213 253,54	316 205 622,94
	107 318,56		(941 930,10)	343 566,81
	269 081 869,56	(42 995 232,33)	1 271 323,44	316 549 189,75
208 821 444,28	1 076 118 687,66	683 172 131,04	(87 107 423,51)	14 047 421 909,54

i) As diferenças de câmbio capitalizadas estão incluídas nas diferentes classes de imobilizado que afectaram.

ii) Nas imobilizações próprias do Grupo, o equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a Produção e Distribuição de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos terrenos, edifícios e instalações.

iii) As imobilizações corpóreas do regime do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das Autarquias Locais em regime de concessão. Estes patrimónios que, embora explorados pelo Grupo continuam propriedade das Autarquias, totalizam em 31 de Dezembro de 2002:

Imobilizado	259 915 573,61
Amortizações	243 265 126,85
Valor líquido	16 650 446,76

Parte destes patrimónios poderão vir a ser transferidos para a propriedade do Grupo para liquidação, por encontro de contas, das dívidas dos respectivos Municípios (Nota 50.a.ii), ainda a aguardar regularização.

28. CAPITALIZAÇÃO DOS CUSTOS FINANCEIROS

De acordo com o critério contabilístico definido na Nota 23.b, foram capitalizados no exercício em imobilizações em curso os seguintes montantes de juros de financiamento:

Imobilizações Incorpóreas	19 097,22
Edifícios e outras construções	410,54
Produção hidroeléctrica	4 352 805,21
Produção termoeléctrica	5 531 277,63
Produção eólica	330 786,14
Distribuição de electricidade	5 268 868,36
Estudos e projectos	532 561,60
	16 035 806,70

33. DÍVIDAS DE E A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

a] Dívidas a Terceiros

	2002		
	de 1 a 5 anos	**a mais de 5 anos**	**Total**
Empréstimos por obrigações	232 265 754,94	3 159 845 515,49	3 392 111 270,43
Dívidas a instituições de crédito	2 527 052 286,62	170 668 349,76	2 697 720 636,38
Outros empréstimos obtidos	17 210 004,36		17 210 004.36
Outros credores	90 390 147,07		90 390 147,07
Part.do Estado p/Aproveitam. de Fins Múltiplos		19 739 517,80	19 739 517,80
Conta de regulariz.(DL 344-B/82)	16 650 446,77		16 650 446,77
	2 883 568 639,76	**3 350 253 383,05**	**6 233 822 022,81**

	2002		
	de 1 a 5 anos	**a mais de 5 anos**	**Total**
Empréstimos por obrigações	151 703 146,06	2 209 651 383,50	2 361 354 529,56
Dívidas a instituições de crédito	1 448 905 140,04	230 338 367,76	1 679 243 507,80
Outros empréstimos obtidos	14 181 280,94		14 181 280,94
Outros credores	43 101 996,30		43 101 996,30
Part.do Estado p/Aproveitam. de Fins Múltiplos		19 739 517,76	19 739 517,76
Conta de regulariz.(DL 344-B/82)	20 934 323,11		20 934 323,11
	1 678 825 886,45	**2 459 729 269,02**	**4 138 555 155,47**

b] Dívidas de Terceiros

	2002		
	de 1 a 5 anos	**a mais de 5 anos**	**Total**
Cliente - Autarquias - Dívida de 31.12.88	25 517 778,66	159 825 402,23	185 343 180,89
Provisão para Autarquias - Dívida de 31.12.88		(101 321 947,53)	(101 321 947,53)
Empresas Participadas e Participantes		18 744 335,53	18 744 335,53
Imobilizados em integração compensados	19 246 239,07		19 246 239,07
Provisão para imobilizados em integração compensados	(12 421 025,70)		(12 421 025,70)
Recomposição Tarifa Extraordinária (Escelsa)	42 557 650,86		42 557 650,86
Cauções e Depósitos Vinculados (Escelsa)	19 443 696,12		19 443 696,12
ICMS Vale do Rio Doce (Escelsa)	7 693 692,62		7 693 692,62
Regime Especial de Tarifação (Escelsa)	1 571 390,09		1 571 390,09
Acordo Geral do Sector (Enersul)	25 452 316,81		25 452 316,81
Cauções e Depósitos Vinculados (Enersul)	7 493 803,88		7 493 803,88
Programa Nacional Luz do Campo (Enersul)	1 708 782,33		1 708 782,33
Depósitos Vinculados a Litígios (Bandeirante)	2 833 512,93		2 833 512,93
ICMS Materiais Lei 102/00 (Bandeirante)	1 810 883,62		1 810 883,62
Parcelamento de Clientes (Bandeirante)	1 719 511,87		1 719 511,87
Operações Swap DEG (Bandeirante)	1 679 687,50		1 679 687,50
Contas com Empresas Coligadas (Magistra)	17 594 019,40		17 594 019,40
Devedores diversos	19 434 171,05		19 434 171,05
	183 336 111,11	**77 247 790,23**	**260 583 901,34**

	2001		
	de 1 a 5 anos	**a mais de 5 anos**	**Total**
Clientes - Autarquias - Dívida de 31.12.88	25 517 778,66	162 907 149,22	188 424 927,88
Provisão para Autarquias - Dívida de 31.12.88		(109 221 327,11)	(109 221 327,11)
Empresas Participadas e Participantes		15 789 246,11	15 789 246,11
Imobilizados em integração compensados	19 246 239,07		19 246 239,07
Provisão para imobilizados em integração compensados	(11 387 107,60)		(11 387 107,60)
	33 376 910,13	**69 475 068,22**	**102 851 978,35**

36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Decomposição dos valores por actividades e por mercados (interno e externo):

a) Vendas

a.1) De energia eléctrica

	2002		2001	
- Mercado Interno				
À Rede Nacional de Transporte	1 323 893 608,75		1 214 072 593,08	
A Clientes Finais				
Em muito alta tensão	37 936 490,49		36 837 394,76	
Em alta tensão	167 221 799,46		175 099 745,15	
Em média tensão	812 018 175,83		782 980 341,41	
Em baixa tensão (>39,6 KVA)	271 246 943,28		261 226 784,85	
Em baixa tensão	2 059 594 389,07		1 965 300 829,15	
Em baixa tensão (iluminação pública)	86 613 925,78		83 918 057,77	
Produção Embebida	38 284 599,32		11 859,44	
Descontos de interruptibilidade	(25 522 280,92)		(25 554 995,13)	
Descontos de correcção tarifária	(4 468 079,19)		(25 344 703,44)	
Dif. Tarifária-EDP Distribuição - 1999			35 509 422,29	
Dif. Tarifária-EDP Distribuição - 2000	20 485 629,90			
Dif. Tarifária-EDP Distribuição - 2001			6 708 831,72	
Dif. Tarifária-EDP Distribuição - 2002	49 996 000,00	4 837 301 201,77		4 510 766 161,05
-. Mercado Externo				
A Clientes Finais				
Em muito alta tensão	5 628 993,52		19 923 589,13	
Em alta tensão	126 129 830,42		208 258 683,18	
Em média tensão	172 582 326,74		186 253 798,96	
Em baixa tensão	719 539 493,44		268 372 747,43	
Em baixa tensão (iluminação pública)	14 976 612,37		12 514 307,69	
Descontos	0	1 038 857 256,49	(4 814 083,54)	690 509 042,85
		5 876 158 458,26		**5 201 275 203,90**

a.2) Outras Vendas

	2002		2001	
- Mercado Interno				
de Vapor	13 873 222,08		8 625 219,11	
de Cinzas	4 777 835,64		3 735 599,15	
de Produtos informáticos	50 861 438,66		29 799 550,95	
de Telecomunicações	10 725 550,01		20 430 726,53	
de Bens imóveis	3 854 219,73		8 008 200,23	
Materiais Diversos	14 915 012,12	99 007 278,24	17 673 411,25	88 272 707,22
- Mercado Externo				
de Telecomunicações		12 974 515,06		9 693 825,72
		111 981 793,30		**97 966 532,94**

b) Prestações de Serviços

	2002		2001	
- Mercado Interno				
de Electricidade	18 996 466,53		9 235 240,57	
de Engenharia	5 310 771,67		9 346 843,23	
Laboratoriais	2 673 227,37		3 109 883,81	
de Formação	1 048 434,51		1 281 802,55	
de Assistência Médica	2 695 153,06		2 675 349,33	
de Informática	50 574 163,08		93 899 146,70	
de Consultadoria	4 536 091,83		20 963 454,47	
de Telecomunicações	155 954 735,74		101 254 088,87	
Outros	24 204 543,21	265 993 587,00	44 001 719,99	285 767 529,52
- Mercado Externo				
de Informática	14 599 798,17		14 779 899,77	
de Telecomunicações	117 824 798,23	398 418 183,40	50 584 922,77	351 132 352,06
		6 386 558 434,96		**5 650 374 088,90**

38. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

As empresas do Grupo EDP são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal dos respectivos países.

De acordo com as legislações em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal esse período é de 5 anos, tendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal sido o de 1998.

O encargo de imposto registado no período, corresponde essencialmente a:

	Base Fiscal	Imposto
Resultados antes de impostos	286 921 380,98	
Diferenças permanentes		
Amortização de goodwill	51 484 144,36	
Prejuízos fiscais não reportáveis	172 563 011,07	
Equivalência patrimonial	78 734 019,27	
	589 702 555,68	
Encargo normal de imposto		194 601 843,37
Excesso de imposto de 2001		(18 984 513,31)
Ajustamentos de taxas e outros		(3 878 007,80)
		171 739 322,26

39. REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos orgãos sociais da EDP-Electricidade de Portugal, S.A., foram as seguintes:

Conselho de Administração	2 814 688,12
Fiscal Único / ROC	76 462,09
Mesa da Assembleia Geral	1 621,10

Entretanto, a Comissão de Vencimentos da EDP, em cumprimento do mandato que lhe foi atribuído na Assembleia Geral de 10 de Maio de 2002, atribuiu aos membros do Conselho de Administração uma remuneração extraordinária, referente aos resultados de 2001, no montante global de 615 291,10 euros, sendo 589 204,66 euros destinados a Administradores Executivos e 26 086,44 euros a Administradores Não Executivos.

41. REAVALIAÇÃO DAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

As imobilizações corpóreas e os investimentos financeiros em imóveis das empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 foram reavaliados ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 171/85	Decreto-Lei nº 7/91
Decreto-Lei nº 219/82	Decreto-Lei nº 118-B/86	Decreto-Lei nº 49/91
Decreto-Lei nº 399-G/81	Decreto-Lei nº 111/88	Decreto-Lei nº 264/92

O Decreto-Lei nº 7/91, de 8 de Janeiro, que determinava a formação de novas sociedades anónimas constituídas por meio de cisão simples a partir da EDP, dispunha no seu artigo 8º que se promovesse a avaliação do património da EDP, sendo esta avaliação efectuada por entidades escolhidas de entre as previamente qualificadas pelo Ministério das Finanças para o efeito e sujeita à aprovação do Ministro das Finanças.

Esta avaliação, ao abrigo do Decreto-Lei nº 22/92, de 14 de Fevereiro, releva para efeitos fiscais, nomeadamente, no que se refere ao cálculo das reintegrações do exercício.

42. CUSTO HISTÓRICO DAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A comparação do valor contabilístico das imobilizações corpóreas com os respectivos custos históricos é apresentada no quadro seguinte:

	Custos Históricos	Acréscimos por Reavaliações	Valores Contabilísticos Reavaliados
Activo Bruto	13 174 870 358,21	10 454 013 347,83	23 628 883 706,04
Amortizações	4 124 018 608,13	9 322 693 452,36	13 446 712 060,49
Activo Líquido	9 050 851 750,08	1 131 319 895,47	10 182 171 645,55

As imobilizações corpóreas consideradas neste mapa incluem, quer as próprias do Grupo, quer as do Regime do DL 344-B/82, tal como discriminadas nos sub-totais (2.1) e (2.2) dos quadros da nota 27.

44. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

	Exercícios	
	2002	2001
Custos e Perdas		
Juros suportados	501 492 407,46	419 733 375,14
Perdas em empresas do grupo e associadas	115 183 865,75	13 485 344,99
Amortizações de investimentos em imóveis	107 318,56	106 297,10
Diferenças de câmbio desfavoráveis	22 846 399,45	63 666 000,06
Perdas na alienação de aplicações financeiras	12 891,41	92 134,05
Outros custos e perdas financeiros	136 552 841,17	92 267 588,97
Resultados financeiros	(222 843 423,10)	(205 333 289,93)
	553 352 300,70	**384 017 450,38**

	Exercícios	
	2002	2001
Proveitos e Ganhos		
Juros obtidos	300 231 310,56	184 475 897,19
Ganhos em empresas do grupo e associadas	36 449 846,48	25 104 850,55
Rendimentos de imóveis	162 623,30	958 152,84
Rendimentos de participações de capital	40 041 770,53	16 831 122,72
Diferenças de câmbio favoráveis	90 260 261,65	62 321 222,59
Descontos de pronto pagamento obtidos	2 147 382,82	2 212 178,04
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0	684 800,84
Outros proveitos e ganhos financeiros	84 059 105,36	91 429 225,61
	553 352 300,70	**384 017 450,38**

a) A rubrica de **Juros Suportados** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2002	2001
Juros de Derivados	143 668 157,07	109 499 855,12
Juros da Correcção de Hidraulicidade (*)	12 684 862,75	20 559 693,56

(*) Na Demonstração de Resultados encontram-se incluídos na rubrica " Outros custos e perdas financeiros e similares"

b) A rubrica de **Outros Custos e Perdas Financeiras** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2002	2001
Encargos com emissão de obrigações	1 414 108,17	5 112 563,06
Comissões de Empréstimos	2 711 553,57	12 205 266,80
Serviços bancários	57 025 306,12	12 647 314,87
Amortização de direitos da EBE	8 434 734,22	12 839 352,17
Amortização de direitos da IVEN	18 413 824,63	18 413 824,63
Amortização de direitos da OPTEP	0	8 509 087,60
Amortização de direitos da ACE Holding	2 942 186,33	4 407 195,20
Amortização de direitos da Hidrocantábrico	3 380 867,19	0
Amortização de direitos da Comunitel	8 897 089,00	5 521 882,47

c) A rubrica de **Juros Obtidos** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2002	2001
Juros de Derivados	171 631 661,59	132 595 908,55
Juros debitados a Clientes de AT/MT/BTE/IP por motivo de atraso na liquidação de facturação	15 219 171,73	12 441 962,47
Juros de empréstimos bancários	170 094 652,60	126 689 257,70
Juros de empréstimos por obrigações	146 851 691,96	139 580 789,01

d) A rubrica de **Outros Proveitos e Ganhos Financeiros** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2002	2001
Reestruturação de dívida de filiais no Brasil	7 332 275,61	86 196 124,62
Actualização das perdas com racionamento (Bandeirante)	15 731 156,67	0
Variação cambial (Escelsa)	7 476 603,04	0
Acréscimos Moratórios Conta de Energia (Escelsa)	1 025 181,93	0
Perdas com Racionamento (Escelsa)	1 879 795,35	0

e) A variação ocorrida nas rubricas de Diferenças de Câmbio Desfavoráveis e Favoráveis relaciona-se, essencialmente, com a situação cambial verificada ao longo de 2002 no Brasil.

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

	Exercícios	
	2002	2001
Custos e Perdas		
Donativos	1 662 599,53	1 296 437,56
Dívidas incobráveis	9 084 126,68	1 384 997,50
Perdas em existências	2 278 697,61	2 635 002,47
Perdas em imobilizações	41 331 713,40	2 635 377,39
Multas e penalidades	2 247 637,33	74 135,71
Aumento de amortizações e provisões	299 231 756,28	3 068 836,86
Correcções relativas a exercícios anteriores	13 934 530,37	7 467 438,07
Outros custos e perdas extraordinários	73 123 284,09	42 043 962,23
Resultados extraordinários	(138 938 783,98)	125 989 418,83
	303 955 561,31	**186 595 606,62**

	Exercícios	
	2002	2001
Proveitos e Ganhos		
Restituição de impostos	402.510,02	37,25
Recuperação de dívidas	168.212,58	398 044,15
Ganhos em existências	185.699,41	168 558,97
Ganhos em imobilizações	53 264 297,17	27 681 504,13
Benefícios de penalidades contratuais	46 964,16	20 947,10
Reduções de amortizações e provisões	76 371 070,41	18 680 924,73
Correcções relativas a exercícios anteriores	9.691.927,80	13 304 933,79
Outros proveitos e ganhos extraordinários	163 824 879,77	126.341.106,50
	303 955 561,31	**186 595 606,62**

a) A rubrica de **Outros Custos e Perdas Extraordinários** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2002	2001
Liquidação adicional de IRC relativa a 1996	0	10 835 832,96
Liquidação adicional de IRC relativa a 1995/97/98	19 526 193,18	0
Indemnizações por rescisões negociadas	6 637 712,98	8 826 195,19
Perda Baixa UTE Campo Grande (Enersul)	13 962 553,88	

b) A rubrica de **Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários** inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2002	2001
Excesso de estimativa para impostos	286 918,87	278 546,92
Compensação de amortizações de imobilizações comparticipadas	71 766 935,45	63 887 442,70
Compensação de amortizações de imobilizações corpóreas em regime de concessão	4 283 876,38	4 881 945,78
Correcção de Hidraulicidade – Bonificação	0	47 465 629,76
Valor residual – Oniway	70 000 000,00	0

46. MOVIMENTO DAS PROVISÕES

	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Alteração de Perímetro	Saldo Final
Para imobilizações incorpóreas (ONIWAY)		1 990 507,69			1 990 507,69
Para imobilizações em curso (ONIWAY)		278 944 492,31			278 944 492,31
Para cobranças duvidosas	254 262 747,54	42 668 073,40	30 420 988,80	11 997 679,88	278 507 512,02
De dívidas de clientes	236 540 039,57	21 675 709,06	22 423 498,29	5 169 016,09	240 961 266,43
De outras dívidas de terceiros	17 722 707,97	20 992 364,34	7 997 490,51	6 828 663,79	37 546 245,59
Para riscos e encargos	831 489 197,10	76 273 461,78	182 442 742,16	80 961 761,08	806 281 677,80
Benefícios sociais a trabalhadores	746 814 767,76	72 453 165,83	170 983 878,14	3 435 200,00	651 719 255,45
Processos judiciais em curso	4 427 640,08	3 346 713,36	3 349 456,77		4 424 896,67
Outros riscos e encargos	80 246 789,26	473 582,59	8 109 407,25	77 526 561,08	150 137 525,68
Para investimentos financeiros	6 937 956,39	2 213 253,54			9 151 209,93
	1 092 689 901,03	**402 089 788,72**	**212 863 730,96**	**92 959 440,96**	**1 374 875 399,75**

NOTA: A redução da provisão para benefícios sociais a trabalhadores foi efectuada pelo método directo, nas rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos e de Custos com Pessoal.

50. OUTRAS INFORMAÇÕES

a] Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo

i) Clientes - Autarquias - Dívida de 31/12/88

O montante desta rubrica é mostrado líquido da compensação de débitos relacionados com patrimónios em integração a transferir para o Grupo (alínea ii) desta mesma nota), e de rendas devidas pelo Grupo naquela data.

ii) Imobilizados em Integração Compensados

Os imobilizados em integração compensados representam os valores líquidos, à data da integração, das dívidas das Autarquias Locais até 31 de Dezembro de 1988 compensadas com os respectivos patrimónios em integração (Imobilizações Corpóreas do regime do DL 344-B/82).
A transferência destes valores para imobilizações corpóreas está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolos de regularização das dívidas a celebrar entre a EDP e as autarquias.

b] Clientes - Curto Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

	2002	2001
Clientes c/c		
Nacionais		
Estado e Organismos Oficiais	29 352 768,15	33 423 591,64
Autarquias locais	32 651 649,50	21 323 361,12
Sector empresarial e particulares	772 715 418,86	711 331 840,18
Estrangeiros	21 250 620,17	21 347 486,06
	855 970 456,68	**787 426 279,00**
Clientes títulos a receber		
Sector empresarial e particulares	13 734,12	1 238 089,57
	13 734,12	**1 238 089,57**
Clientes de cobrança duvidosa		
Nacionais		
Autarquias locais	49 517 883,93	39 127 627,19
Sector empresarial e particulares	108 391 572,95	93 566 503,69
Estrangeiros	1 601 505,16	1 923 248,05
	159 510 962,04	**134 621 576,21**
Provisão	(150 863 310,63)	(127 318 712,46)
	8 647 651,41	**7 302 863,75**

c] Outros Devedores e Outros Credores - Curto Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

Outros Devedores	2002	2001
Devedores por fornecimento de outros bens e prestação de serviços	163 041 218,95	104 215 091,95
Cauções prestadas a terceiros	3 268 682,64	1 117 144,16
Pagamentos por conta do Fundo de Pensões	12 074 520,10	7 776 930,41
Adiantamentos por conta do Estado a Autoprodutores	9 523 092,21	18 491 294,53
Valor residual – Oniway	70 000 000,00	0
Adiantamentos ao pessoal por conta das IOPS	7 091 576,82	3 938 771,35
Créditos sobre concessionários – Bandeirante	40 189 116,38	33 558 885,00
Contas a Receber CST (Escelsa)	4 086 476,29	0
Recomposição tarifa Extraordinária (Escelsa)	10 872 844,83	0
Depósitos Vinculados a Litígios (Escelsa)	10 609 375,00	0
Devedores Diversos (Balwerk)	34 791 815,79	0
Devedores Diversos (Enersul)	12 129 579,74	0
Devedores Diversos (Escelsa)	18 480 334,05	0
Devedores diversos (líquido de provisões)	52 884 496,30	64 824 087,99
	449 043 129,10	**233 922 205,39**

Outros Credores	2002	2001
Cauções e retenções recebidas de fornecedores e outros credores	485 367,03	582 958,70
Credores por fornecimento de outros bens e prestação de serviços	2 827 209,34	8 217 785,82
Rendas de concessão	6 476 726,34	627 155,40
Entidades credoras por cobranças efectuadas por Empresas do Grupo	962 602,58	4 350 511,61
Credores por subscrições não liberadas	2 281 451,12	14 851 070,34
Recebimento facturação emitida em SAP	16 181 080,75	1 246 942,68
SEGEC –Agentes de Cobrança	24 242 919,92	5 665 389,11
Fundação CESP (Bandeirante)	2 875 269,40	5 557 067,95
Swap – Valorantim (Bandeirante)	11 232 758,62	0
Outras Obrigações – CCC (Bandeirante)	2 126 346,98	0
Credores diversos (Bandeirante)	12 832 704,75	23 793 457,21
Encargos do Consumidor a Recolher (Escelsa)	1 778 017,24	0
Custo do Gás – Petrobrás (Fafen)	2 733 101,02	0
Diferencial Copene (Fafen)	3 230 961,75	0
Engevix (Fafen)	1 750 702,32	0
Encargos do Consumidor a Recolher (Enersul)	1 545 528,02	0
PROCME (Aquisição Affinis)	9 450 000,00	0
Credores Diversos (Escelsa)	5 198 006,47	0
Credores Diversos (Enersul)	4 454 471,98	0
Credores diversos (Hidrocantábrico)	22 251 538,60	0
Credores diversos	28 316 696,04	32 945 479,65
	163 233 460,27	**97 837 818,47**

d] Acréscimos e Diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

Acréscimos de proveitos	2002	2001
Energia a facturar, por consumos ocorridos até à data do Balanço	106 227 758,70	110 511 019,44
Juros a receber	137 574 921,57	15 905 053,50
Diferença tarifária	49 996 000,00	0
Estimativa de IRC - 2002	11 521 853,22	0
Especialização da Correcção de Hidraulicidade	16 112 959,62	0
Outros acréscimos de proveitos	22 125 590,22	14 173 492,78
	343 559 083,33	**140 589 565,72**

Custos diferidos	2002	2001
Reparações e beneficiações de imobilizado	4 150 383,20	4 419 026,30
Encargos com emissão de obrigações	6 616 081,29	801 296,21
Encargos com concessões	11 886 304,74	12 207 875,52
Impostos diferidos	545 979 497,53	406 273 711,04
Encargos de publicidade e propaganda	2 361 353,84	9 943 645,49
Renegociação de Financiamento do BEI	29 012 227,25	33 420 432,91
Conta de consumo de combustíveis (Bandeirante)	1 346 174,57	3 506 152,17
Plano de Benefícios Suplementar (Bandeirante)	46 120 150,86	61 341 781,51
Variação de custos Parcela A (Enersul)	8 839 170,26	0
Variação de custos CVA (Enersul)	9 345 096,98	0
Reforço de provisões p/benefícios sociais a trabalhadores	62 329 785,22	62 329 785,22
CVA - (Escelsa)	13 233 836,21	0
Outros custos diferidos	34 364 293,10	6 040 741,89
	775 584 355,05	**600 284 448,26**

Acréscimos de custos	2002	2001
Juros de empréstimos a liquidar	169 370 574,34	68 754 698,01
Férias e subsídios de férias	60 031 660,15	60 374 362,80
Diferença tarifária	0	13 776 797,92
Outros acréscimos de custos	65 096 344,98	70 349 718,68
	294 498 579,47	**213 255 577,41**

Proveitos diferidos	2002	2001
Subsídios para investimento	1 339 085 135,82	1 325 537 169,57
Impostos diferidos	344 122 333,61	182 245 068,58
Diferimento do complemento da mais-valia da Optep	15 735 047,76	0
Anulação da mais-valia da Optep pela venda do BCP	54 336 476,03	0
Outros proveitos diferidos	24 783 096,62	15 761 197,31
	1 778 062 089,84	**1 523 543 435,46**

A rubrica **Subsídios para Investimento** representa o saldo acumulado líquido, dos valores recebidos deduzidos das amortizações anuais.

No exercício foram recebidos subsídios no montante de 84 497 620,74 euros, neles se incluindo 788 972,71 euros de fundos comunitários.

e] Estado e Outros Entes Públicos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

Valores a receber (Activo)	2002	2001
Imposto sobre o Valor Acrescentado	102 656 631,64	59 736 296,64
Outros impostos	17 762 702,51	0
	120 419 334,15	**59 736 296,64**

Valores a pagar (Passivo)	2002	2001
Imposto sobre o rendimento	9 080 777,13	136 116 583,25
Retenções de imposto sobre o rendimento	8 415 419,73	8 790 417,02
Imposto sobre o Valor Acrescentado	18 665 293,52	7 071 919,05
Segurança Social	10 541 670,49	10 640 693,16
Outros impostos e taxas	3 049 057,88	34 065 975,79
	49 752 218,75	**196 685 588,27**

f] Existências em Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo

i) Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

Combustíveis para produção térmica	2002	2001
Em armazém		
Carvão	41 219 455,40	28 651 352,58
Fuel	50 428 631,03	21 252 820,31
Gasóleo	2 199 761,72	2 860 787,33
Em trânsito	10 843 208,35	11 571 244,65
Materiais diversos	45 613 972,89	44 700 334,55
	150 305 029,39	**109 036 539,42**

g] Rendas de Concessão e de Centros Electroprodutores

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

	2002	2001
Rendas de concessões pagas às Autarquias	154 008 204,44	145 641 942,73
Rendas de centros electroprodutores pagas às Autarquias cuja circunscrição é atingida por zonas de influência de centros produtores de energia eléctrica	4 168 097,36	3 472 213,14
	158 176 301,80	**149 114 155,87**

h] Trabalhos para a Própria Empresa

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

	2002	2001
Consumo de materiais	70 695 020,13	84 020 308,44
Encargos directos internos	57 498 371,75	40 778 349,41
Encargos de estrutura	55 721 870,30	42 305 120,65
Encargos financeiros(Nota 28)	16 035 806,70	14 477 543,22
Outros trabalhos para a própria Empresa	41 818 188,39	50 937 427,26
	241 769 257,27	**232 518 748,98**

i] Subsídios à Exploração

Os subsídios à exploração referem-se, essencialmente, a verbas recebidas por motivo de alteração de traçados de redes de distribuição de electricidade.

j] Correcção de Hidraulicidade

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

Saldo inicial	387 506 423,96
Diferencial	(76 080 020,76)
Encargos financeiros	12 684 862,75
Saldo final	**324 111 265,95**

k] Empréstimos por Obrigações

Os empréstimos por obrigações estão emitidos em euros a diferentes taxas de juro. As restantes características principais são:

	22ª emissão	23ª emissão
Montante:	EUR 34 473 888,14	EUR 10 331 743,77
Taxa de juro:		
31 de Dezembro de 2001	3,3125%	3,2500%
31 de Dezembro de 2002	2,9375%	2,8125%
Pagamento de juros:	2 Junho e 2 Dezembro	20 Junho e 20 Dezembro
Reembolsos:	4 anuais Com início em 2.06.2003	4 anuais com início em 20.12.2008

	24ª emissão	25ª emissão
Montante:	EUR 10 134 953,92	EUR 299 278 738,33
Taxa de juro:		
31 de Dezembro de 2001	4,53125%	3,5030%
31 de Dezembro de 2002	3,68750%	3,1970%
Pagamento de juros:	5 Janeiro e 5 Julho	23 Maio e 23 Novembro
Reembolsos:	4 anuais Com início em 5.01.2002	6 semestrais Com início em 23.05.2006

Outras condições: A 22ª emissão pode ser reembolsada antecipadamente, total ou parcialmente, por decisão dos obrigacionistas. A 23ª e 24ª emissões podem reembolsadas antecipadamente, total ou parcialmente, em 20 Dez.2006 e 5 Jan. 2003, por opção da EDP ou dos obrigacionistas.
A 25ª emissão pode ser reembolsada antecipadamente em 23 Nov. 2003 por opção da EDP.

Emissões ao Abrigo do Programa EMTN

	1ª Emissão (EDP, S.A.)	2ª Emissão (EDP, S.A.)
Montante:	EUR 1 000 000 000	EUR 1 000 000 000
Taxa de juro fixa:	6,400%	5,875%
Pagamento de juros:	29 Outubro	28 Março
Reembolsos:	De uma só vez em 29 de outubro de 2009	De uma só vez em em 28 Março 2011

	3ª Emissão (EDP Finance BV)	4ª Emissão (EDP Finance BV)
Montante:	GBP 200 000 000	EUR 500 000 000
Taxa de juro fixa:	6,625%	5%
Pagamento de juros:	9 Agosto	20 Março
Reembolsos:	9 Agosto 2017	20 Março 2008

l] Empréstimos bancários

As dívidas a instituições de crédito, de curto, médio e longo prazo têm a seguinte decomposição por moeda, após reconhecimento do efeito dos contratos de "swap" de moeda.

	2002		2001	
	Na moeda do empréstimo	EUR	Na moeda do empréstimo	EUR
EUR	4 036 773 275,20	4 036 773 275,20	3 255 472 253,83	3 255 472 253,83
BRL	1 854 914 446,54	499 707 555,64	325 197 478,66	158.911.755,62
USD	55 913 983,51	53 222 218,66	-	-
		4 589 703 049,50		**3.414.384.009,45**

As taxas de juro variáveis do B.R.L. são indexadas à taxa SELIC. A dívida em EUROS é indexada principalmente na EURIBOR a três ou seis meses.

O Grupo tem, ao nível da Holding, facilidades de crédito a médio prazo no montante de 152 133 358,59 euros a serem negociadas no momento da utilização, baseadas em taxas da EURIBOR do período de utilização acordado.

O Grupo dispõe ainda, ao nível da Holding, de duas facilidades de crédito de euros 600 000 000,00 e 750 000 000,00, respectivamente, indexadas à EURIBOR, que em 31/12/2002 estavam totalmente disponíveis.

Os contratos de "swap" vigentes à data do Balanço eram os seguintes:

	2002		2001	
	Activos	**Passivos**	**Activos**	**Passivos**
Swaps de taxa de juro:				
DEM	-	-	21 204 000,00	-
EUR	3 129 747 558,39	3 545 584 558,39	2 949 579.263,97	2 949 579 263,97
PTE	-	-	-	2 189 525 045,00
GBP	200 000 000,00			
JPY	8 000 000 000,00			

m] Movimentos dos Capitais Próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Distribuição Dividendos	Distribuição Trabalhadores	Transferência Reservas	Outros	Resultado Líquido	Saldo Final
Capital	3 000 000 000,00						3 000 000 000,00
Acções Próprias (VN)	(11 726 209,00)				(5 702 717,00)		(17 428 926,00)
Acções Próprias (PD)	(21 368 993,34)				(4 695 540,00)		(26 064 533,34)
Ajustamentos de Partes de Capital							
em Filiais e Associadas	(36 965 571,08)			59 086 112,38			22 120 541,30
Ajustes Cambiais	(79 439 987,59)				(300 027 774,89)		(379 467 762,48)
Reservas de Reavaliação	2 020 902 537,49			(848 173 896,51)			1 172 728 640,98
Reservas:							
Reservas Legais	221 187 440,75			22 540 000,00			243 727 440,75
Reservas - DL 46031 e DL 46917	65 902 490,70						65 902 490,70
Reservas livres	12 830 494,76						12 830 494,76
Ajustamentos patrimoniais					(268 974 551,00)		(268 974 551,00)
Resultados Transitados - Casa-mãe	343 629 001,87			863 462 276,61	1 369 745,26		1 208 461 023,74
Resultados Transitados -							
- Consolidação de Filiais	131 011 803,54			(7 192 580,19)	1 312 173,14		125 131 396,49
Resultado Líquido do Exercício	450 794 716,53	(339 000 000,00)	(22 072 804,24)	(89 721 912,29)		335 215 826,44	335 215 826,44
TOTAL	**6 096 757 724,63**	**(339 000 000,00)**	**(22 072 804,24)**	**0,00**	**(576 718 664,49)**	**335 215 826,44**	**5 494 182 082,34**

a) Em Ajustes Cambiais está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional dos Capitais Próprios das Empresas Filiais e Associadas expressos em moeda estrangeira decorrente de alteração do câmbio respectivo.

b) Em Reservas de Reavaliação está relevada a contrapartida dos ajustamentos efectuados nas rubricas de imobilizações corpóreas e de investimentos financeiros em imóveis derivados das diversas reavaliações efectuadas (Nota 41), líquida dos montantes utilizados para aumentos de capital e para cobertura de resultados negativos transitados, e da componente de impostos diferidos correspondente.
No exercício de 2002 foi transferida para a conta de Resultados Transitados a parte das reservas de reavaliação já realizadas.

c) Em conformidade com os estatutos da EDP, a Reserva Legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

d) As Reservas do DL 46031 e DL 46917 - para Autofinanciamento e para Complemento de Amortização Financeira - foram constituídas em conformidade com disposições contidas nos contratos dos empréstimos concedidos pelo International Bank of Reconstruction and Development, cujos capitais em dívida foram totalmente reembolsados no exercício de 1991.

e) Os Resultados Transitados - Consolidação de Filiais correspondem aos lucros retidos e outras variações nos capitais próprios das Empresas filiais incluídas na consolidação.

Informação por Segmentos

	2002	2001
i) Vendas		
Vendas a terceiros		
Produção	1.428.471.312,47	1.256.495.040,52
Distribuição		
Portugal	3.469.394.032,50	3.273.424.363,37
Espanha	321.351.273,48	-
Brasil	668.595.920,38	690.509.042,85
	4.459.341.226,36	3.963.933.406,22
Telecomunicação		
Portugal	189.630.042,58	125.569.484,32
Espanha	130.799.313,29	61.544.827,80
	320.429.355,87	187.114.312,11
Tecnologias de Informação	106.675.465,41	150.255.848,32
Outros	71.641.074,85	92.575.481,73
Sub-total de vendas a terceiros (Nota 36)	6.386.558.434,96	5.650.374.088,90
Empresas do grupo		
Produção	165.865.597,53	58.402.278,30
Distribuição		
Portugal	10.301.640,83	6.575.664,36
Espanha	-	-
Brasil	-	-
	10.301.640,83	6.575.664,36
Telecomunicação		
Portugal	291.081,23	763.209,24
Espanha	-	46.755,15
	291.081,23	809.964,38
Tecnologias de Informação	199.445.405,70	116.776.822,42
Outros	74.858.036,59	67.745.291,59
Sub-total de vendas intragrupo	450.761.761,88	250.310.021,06
Total de vendas	**6.837.320.196,84**	**5.900.684.109,96**
ii) Amortizações do exercício		
Produção	231.611.037,40	227.474.081,43
Distribuição		
Portugal	330.239.155,15	324.576.466,66
Espanha	27.822.891,84	-
Brasil	49.258.997,33	35.826.643,19
	407.321.044,32	360.403.109,85
Telecomunicação		
Portugal	49.317.952,57	41.527.339,99
Espanha	17.541.130,46	7.343.522,91
	66.859.083,03	48.870.862,90
Tecnologias de Informação	18.896.582,69	18.456.114,83
Outros	14.852.870,14	9.487.243,74
Total	**739.540.617,58**	**664.691.412,75**

	2002	2001
iii) Resultados Operacionais		
Produção	546.873.789,03	514.952.466,00
Distribuição		
Portugal	93.916.381,13	191.238.926,53
Espanha	26.157.566,68	-
Brasil	33.930.282,53	64.609.291,61
	154.004.230,34	255.848.218,14
Telecomunicação		
Portugal	(87.107.330,60)	(100.648.286,00)
Espanha	(29.408.930,40)	(16.954.540,00)
	(116.516.261,00)	(117.602.826,00)
Tecnologias de Informação	35.562.777,74	15.575.458,18
Outros	18.586.877,60	(9.016.513,41)
Sub-total	638.511.413,71	659.756.802,91
Intragrupo	10.192.174,35	13.775.645,85
Total	**648.703.588,06**	**673.532.448,76**
iv) Activo		
Produção	5.326.246.026,70	6.559.202.808,00
Distribuição		
Portugal	5.141.351.275,90	4.968.090.322,26
Espanha	1.707.908.194,12	-
Brasil	1.508.427.171,07	862.531.026,47
	8.357.686.641,09	5.830.621.348,73
Telecomunicação		
Portugal	931.529.672,08	887.057.380,00
Espanha	228.324.185,92	141.446.817,00
	1.159.853.858,00	1.028.504.197,00
Tecnologias de Informação	332.269.765,86	256.409.556,78
Outros	2.803.539.777,87	2.530.949.983,37
Sub-total	17.979.596.069,52	16.205.687.893,87
Intragrupo	145.593.711,39	27.454.893,36
Total	**18.125.189.780,91**	**16.233.142.787,23**
v) Investimento do exercício:		
Produção	246.866.393,30	138.769.067,58
Distribuição		
Portugal	376.318.954,39	335.363.007,39
Espanha	102.355.351,29	-
Brasil	25.382.684,53	49.914.901,73
	504.056.990,21	385.277.909,12
Telecomunicação		
Portugal	208.037.249,98	59.728.760,85
Espanha	20.581.933,02	50.436.560,67
	228.619.183,00	110.165.321,52
Tecnologias de Informação	28.199.390,00	62.064.070,61
Outros	47.911.253,95	87.771.405,74
Total do Investimento do exercício	**1.055.653.210,46**	**784.047.774,57**

O Técnico Oficial de Contas nº 5260

GCO-GABINETE DE CONSOLIDAÇÃO, CONTROLO E GESTÃO ORÇAMENTAL
O DIRECTOR

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3.4

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

	2002	
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	6 215 764 280,39	
Pagamentos a fornecedores	(4 085 818 486,58)	
Pagamentos ao pessoal	(685 791 498,06)	
Pagamentos de rendas concessão	(158 176 301,80)	
Fluxos gerados pelas operações	1 285 977 993,95	
Pagamento do imposto s/rendimento	(277 444 222,11)	
Outros recebimentos relativos à activ.operacional	299 940 173,89	
Outros pagamentos relativos à activ.operacional	(362 467 086,81)	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	946 006 858,92	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	28 026 103,19	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(76 363 277,85)	
Fluxos das actividades operacionais (1)		**897 669 684,26**
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	193 377 110,73	
Imobilizações corpóreas	77 603 250,14	
Imobilizações incorpóreas		
Subsídios de investimento	56 447 772,51	
Juros e proveitos similares	4 083 485,04	
Dividendos	40 041 770,53	
Alteração de perímetro	315 000 000,00	686 553 388,95
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	55 510 845,25	
Imobilizações corpóreas	931 346 484,99	
Imobilizações incorpóreas	42 980 565,04	
Alteração de perímetro	798 123 791,97	1 827 961 687,25
Fluxos das actividades de investimento (2)		**(1 141 408 298,30)**
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	12 905 665 780,27	12 905 665 780,27
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	11 884 707 993,94	
Juros e custos similares	375 733 979,21	
Dividendos	337 674 938,74	
Aquisição de acções (quotas) próprias	10 398 257,01	12 608 515 168,90
Fluxos das actividades de financiamento (3)		**297 150 611,37**
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		53 411 997,44
Efeito das diferenças de câmbio		(7 857 313,89)
Caixa e seus equivalentes no início do período		(468 527 164,68)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		(407 257 853,35)

DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E S/ EQUIVALENTES	2002	2001
Numerário	1 426 792,90	441 515,04
Dep. bancários imediatam/ mobilizáv. e equiv. a caixa	(501 117 144,34)	(472 759 373,95)
Descobertos bancários	(593 802 671,40)	(502 912 945,16)
Outras aplicações de tesouraria	92 685 527,06	30 153 571,21
Outras diponibilidades	92 432 498,09	3 790 694,23
Diponibilidades constantes do Balanço	(407 257 853,35)	(468 527 164,68)

O Técnico Oficial de Contas nº 5260 CGO-GABINETE DE CONSOLIDAÇÃO, CONTROLO E GESTÃO ORÇAMENTAL O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

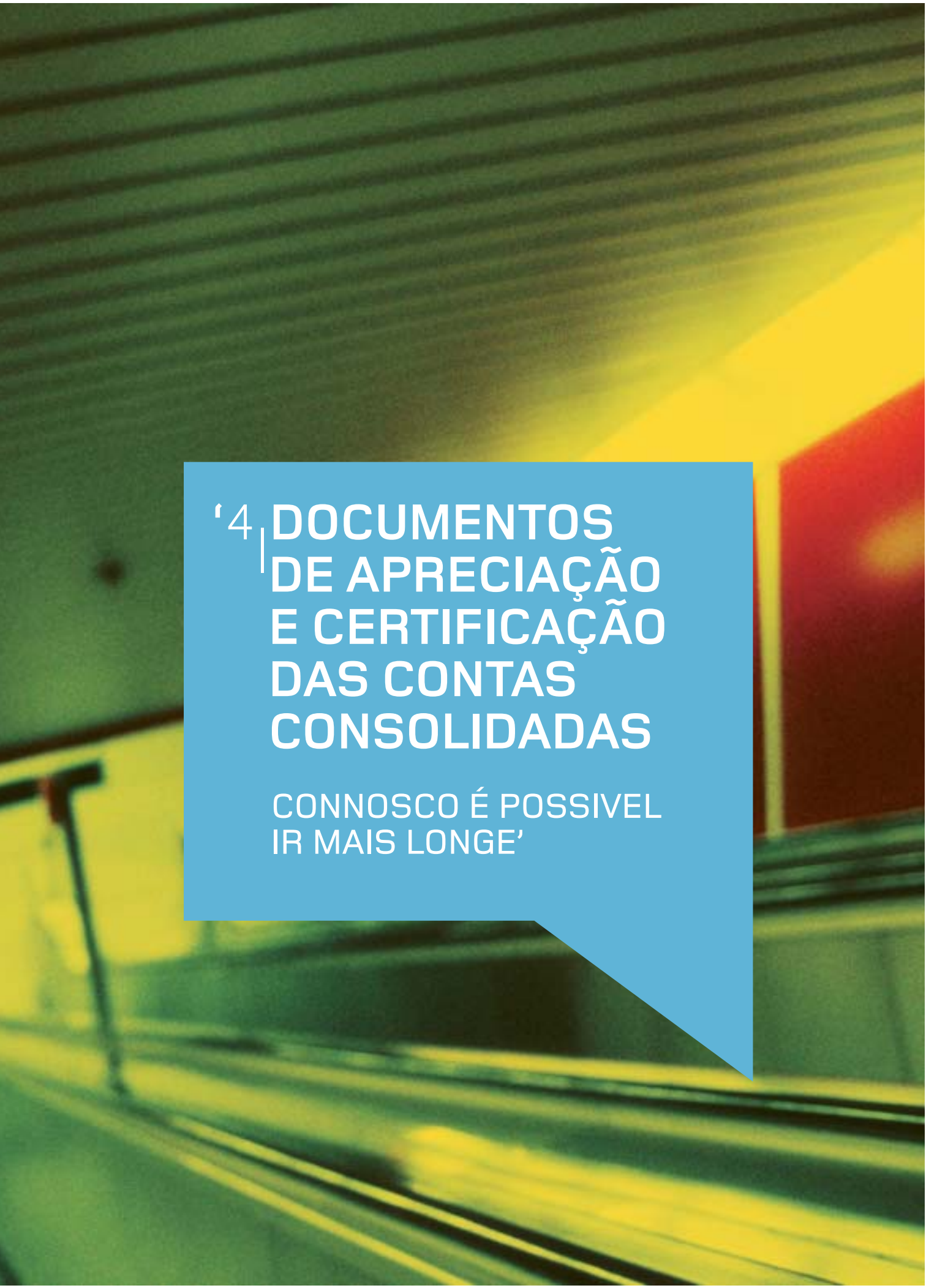
O DIRECTOR

'02|RC

3.5

Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções

	2002	2001
Vendas e prestações de serviços	6 386 558 434,96	5 650 374 088,90
Custo das vendas e prestações de serviços		
Custos de produção de energia eléctrica		
Custos de combustíveis para a produção de energia eléctrica	465 527 057,89	377 192 497,05
Custos de operação e manutenção de centros electroprodutores	373 517 545,42	345 065 356,23
Custos de transporte de energia eléctrica	0,00	0,00
Custos de distribuição e comercialização de energia eléctrica		
Aquisição de energia eléctrica	3 005 526 055,68	2 524 293 349,17
Rendas de concessão	154 008 204,44	145 641 942,73
Custos de operação e manutenção da rede de distribuição e de comercialização de energia eléctrica	1 152 966 402,99	1 012 213 748,70
Custos da prestação de serviços de telecomunicações	155 417 000,00	124 654 000,00
Custos de outras vendas e prestações de serviços	373 988 859,13	321 099 712,66
Resultados brutos	**705 607 309,41**	**800 213 482,36**
Outros proveitos e ganhos operacionais	579 920 055,52	463 715 712,92
Custos administrativos	377 075 493,36	307 948 097,68
Outros e custos e perdas operacionais	242 543 732,66	177 175 124,32
Resultados Operacionais	**665 908 138,91**	**778 805 973,28**
Custo líquido de financiamento	184 151 174,36	338 198 254,81
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	(78 734 019,27)	11 619 505,56
Ganhos em outros investimentos	40 041 770,53	35 049 334,70
Resultados não usuais ou não frequentes	(156 143 334,83)	106 912 018,93
Resultados Correntes	**286 921 380,98**	**594 188 577,66**
Impostos sobre Resultados Correntes	171 739 322,26	202 952 585,61
Resultados Correntes Após Impostos	**115 182 058,72**	**391 235 992,05**
Interesses minoritários	220 033 767,72	59 558 724,48
Resultados Líquidos	**335 215 826,44**	**450 794 716,53**
Resultados por Acção (euros)	0,112	0,150



‘4 DOCUMENTOS DE APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS

CONNOSCO É POSSIVEL IR MAIS LONGE’

ÍNDICE

[DOCUMENTOS DE APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS

'165 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

'166 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

'168 RELATÓRIOS DE AUDITORIA

'170 EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS

'172 DISPENSA DE PUBLICAÇÃO DAS CONTAS INDIVIDUAIS

'02|RC

4.1 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da EDP – Electricidade de Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, (que evidencia um total de 18.125.190 milhares de euros, um total de interesses minoritários de 65.199 milhares de euros e um total de capital próprio de 5.494.182 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 335.216 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 As demonstrações financeiras das filiais referidas na nota 14 do Anexo como entradas no presente exercício no perímetro das demonstrações financeiras consolidadas, foram examinadas por outros auditores.

4 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas e nas opiniões expressas pelos auditores daquelas filiais.

ÂMBITO

5 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e (quando for o caso) da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efectuado e as opiniões expressas por outros auditores proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7 Em nossa opinião, com base no exame efectuado e nas opiniões expressas por outros auditores, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da EDP – Electricidade de Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 20 de Março de 2003

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C. representada por:

Carlos Marques Bernardes, R.O.C.

'02|RC

4.2

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração de **EDP – Electricidade de Portugal, S.A.** relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo, bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração nos termos do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço consolidado, as Demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa e do conjunto das filiais envolvidas na consolidação;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) o Relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das filiais envolvidas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório consolidado de gestão;

ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 20 de Março de 2003

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C. representada por:

Carlos Marques Bernardes, R.O.C.

'02|RC

4.3
RELATÓRIOS DE AUDITORIA

Aos Accionistas de **EDP – Electricidade de Portugal, S.A.**

1 Efectuámos a auditoria ao Balanço Consolidado da **EDP – Electricidade de Portugal, S.A.**, à data de 31 de Dezembro de 2002, bem como às Demonstrações consolidadas dos resultados, por natureza e por funções, e à Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e ao respectivo Anexo. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa. As demonstrações financeiras das filiais referidas na nota 14 do Anexo como entradas no presente exercício no perímetro das demonstrações financeiras consolidadas, foram examinadas por outros auditores. Neste contexto, baseado no nosso exame e nas opiniões expressas pelos auditores daquelas filiais, compete-nos a emissão de uma opinião sobre estas demonstrações financeiras consolidadas.

2 A nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que planeemos e executemos a auditoria por forma a obtermos segurança aceitável sobre se as referidas demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui o exame, numa base de teste, das evidências que suportam os valores e informações constantes das demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, uma auditoria inclui a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas efectuadas pela Administração bem como a apreciação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Em nosso entender, a auditoria efectuada e os relatórios de auditoria emitidos por outros auditores constitui base suficiente para a emissão da nossa opinião.

3 Em nossa opinião, com base no exame efectuado e nas opiniões expressas por outros auditores, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação da **EDP – Electricidade de Portugal, S.A.**, a 31 de Dezembro de 2002, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

PricewaterhouseCoopers
Lisboa, 20 de Março de 2003,
excepto quanto à informação dos fluxos de caixa cuja data é 8 de Maio de 2003.

[RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

INTRODUÇÃO

1 Para efeitos do artº 245 do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da **EDP – Electricidade de Portugal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2002, (que evidencia um total de 18.125.190 milhares de euros, um total de interesses minoritários de 65.199 milhares de euros e um total de capital próprio de 5.494.182 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 335.216 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa

consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os resultados.

3 As demonstrações financeiras das filiais referidas na nota 14 do Anexo como entradas no presente exercício no perímetro das demonstrações financeiras consolidadas, foram examinadas por outros auditores.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas e nas opiniões expressas pelos auditores daquelas filiais.

ÂMBITO

5 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

7 Entendemos que o exame efectuado e as opiniões expressas por outros auditores proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

8 Em nossa opinião, com base no exame efectuado e nas opiniões expressas por outros auditores, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de **EDP – Electricidade de Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 20 de Março de 2003,
excepto quanto à informação dos fluxos de caixa cuja data é 8 de Maio de 2003.

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C. representada por:

Carlos Marques Bernardes, R.O.C.

4.4

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS

Extracto da acta nº 1/2003 da Assembleia Geral da EDP - Electricidade de Portugal, S.A. realizada em 22 de Maio de 2003, na parte a que respeita à presente publicação legal:

(...)

Encerrada a discussão conjunta dos Pontos Um e Dois da Ordem de Trabalhos, foram sucessivamente submetidos a votação e aprovados por unanimidade o Relatório de Gestão, bem como todos os demais documentos de prestação de contas do exercício de dois mil e dois, preparados em termos individuais, e o Relatório Consolidado de Gestão, bem como todos os demais documentos de prestação das contas consolidadas do exercício de dois mil e dois. Passou-se, então, à apreciação do Ponto Três da Ordem de Trabalhos, tendo o Senhor Presidente da Mesa submetido a discussão a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração: Resultado líquido do exercício: 335.215.826,44 euros; Reserva legal 16.760.791,32 euros; Dividendos: 270.000.000,0 euros; e Resultados transitados: 48.455.035,12 euros.

(...) A proposta apresentada pelo Conselho de Administração foi aprovada com doze milhões, trezentos e setenta e seis mil cento e dezoito (99,98%) votos a favor, cento e cinquenta e dois votos contra e catorze abstenções.

(...)

Submetida a votação a proposta relativa à apreciação da administração e fiscalização da sociedade, foi aprovado por unanimidade um voto de confiança ao conselho de administração e em cada um dos seus membros bem como ao fiscal único.

(...)

Aberta a discussão do ponto Cinco da ordem de trabalhos e após esclarecimentos suscitados por Accionistas e prestados pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração e pelo Senhor Secretário da Mesa, foi posto a votação o pedido de autorização para negociação de acções próprias. A assembleia deliberou autorizar o Conselho de Administração nos termos propostos, com doze milhões setecentos e quarenta e oito mil e trinta e sete (99,99%) votos a favor e mil duzentos e quarenta e três votos contra.

(...)

Face às manifestações formuladas pelos Senhores Accionistas e nos termos do artigo 20º do contrato de sociedade, o Senhor Presidente da Mesa decidiu submeter à votação da assembleia a escolha do órgão de fiscalização, tendo sido deliberada a opção pelo fiscal único em alternativa ao conselho fiscal, com doze milhões setecentos e quarenta e oito mil e trinta e sete (99,51%) votos a favor, novecentos e quarenta e nove votos contra e sessenta mil quinhentos e cinquenta abstenções.

(...)

Foi então submetida à assembleia a proposta de eleição dos órgãos sociais para o triénio 2003 a 2005, constituída em lista composta pelos Senhores: Mesa da Assembleia Geral - Presidente: Dr. José Manuel Galvão Teles; Vice-Presidente: Prof. Dr. António Campos Pires Caiado; Órgão de Fiscalização - Fiscal Único Efectivo: Bernardes, Sismeiro & Associados, SROC, representada por Dr. Carlos Marques Bernardes, ROC; Suplente: Dr. Joaquim Patrício da Silva, ROC; Conselho de Administração - Presidente: Eng. Francisco de la Fuente Sánchez; Vogais: Eng. João Luís Ramalho Carvalho Talone, Dr. António de Almeida, Prof. Dr. António José Fernandes de Sousa, Eng. Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado, Eng. Jorge Manuel Oliveira Godinho, Dr. José Manuel Gonçalves

de Morais Cabral, Prof. Dr. José Manuel Trindade Neves Adelino, Prof. Dr. Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho, Dr. Paulo Azevedo Pereira da Silva, Eng. Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende, Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa e Dr. Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins; Comissão de Vencimentos - Presidente: Brisa, representada por Dr. Vasco de Mello; Parpública, representada por Dr. João Plácido Pires; e Prof. Dr. Ruy de Albuquerque. A proposta foi aprovada com doze milhões setecentos e quarenta e sete mil oitocentos e sessenta e três (99,98%) votos a favor, cento e três votos contra e mil trezentos e catorze abstenções.

(...)

Por fim foi submetida a votação a proposta formulada nos termos do artigo 25º do contrato de sociedade relativa à eleição, para membros do conselho de ambiente, dos Senhores Professor Dr. Eduardo Oliveira Fernandes, Engº Carlos Alberto Pimenta, Arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles, Arqª Maria Teresa Andresen e Engº Álvaro José Patrício Costa, tendo a proposta sido aprovada com doze milhões setecentos e quarenta e nove mil duzentos e quarenta e três (99,99%) votos a favor e trinta e sete abstenções.

Lisboa, 23 de Maio de 2003

O Secretário suplente da Sociedade
Antônio José Marrachinho Soares

4.5

DISPENSA DE PUBLICAÇÃO DAS CONTAS INDIVIDUAIS

"A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto do nº 3 do artigo 250º do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas individuais.

Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na sede desta Sociedade, de acordo com o estabelecido pelo Código das Sociedades Comerciais."

'5 | RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

PROPORCIONAMOS BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA AOS NOSSOS CLIENTES'

ÍNDICE

[RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

'177 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

'177 ORGANIGRAMAS FUNCIONAIS
'178 EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DAS ACÇÕES
'178 POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS
'179 ACÇÕES PRÓPRIAS
'179 PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE ACÇÕES OU OPÇÕES
'180 UTILIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO
'180 GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR

'181 EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

'181 REGRAS ESTATUTÁRIAS
'182 MODELO PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO POR CORRESPONDÊNCIA
'182 POSSIBILIDADE DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO POR MEIOS ELECTRÓNICOS

'183 REGRAS SOCIETÁRIAS

'184 CONTROLO DO RISCO NA ACTIVIDADE

'185 ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

'185 CARACTERIZAÇÃO DO ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO
'185 CONTROLO EFECTIVO DA VIDA SOCIETÁRIA
'186 REMUNERAÇÃO DOS ORGÃOS SOCIAIS

'02|RC

5.1 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A gestão e governo da EDP rege-se pelas normas constantes nos seus estatutos e pela lei societária em vigor, bem como por regulamentos internos aprovados pelo Conselho de Administração. No que se refere às recomendações, elaboradas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), relativamente ao Governo das Sociedades Cotadas, que visam definir um sistema de regras e procedimentos relativos ao controlo das sociedades cotadas bem como ao exercício, responsável e orientado para a criação de valor, dos órgãos de direcção destas sociedades, a EDP encontra-se dentro dos parâmetros definidos, estando em inteira conformidade com as regras aplicáveis.

[ORGANIGRAMAS FUNCIONAIS

Os órgãos de administração e fiscalização da EDP são o Conselho de Administração e o Fiscal Único, sendo este, obrigatoriamente, um Revisor Oficial de Contas.

Para efeitos de fixação das remunerações dos administradores, bem como os eventuais complementos, designadamente os complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez, assim como as remunerações dos demais órgãos sociais, existe, de acordo com o Contrato de Sociedade, uma Comissão de Vencimentos, nomeada pela Assembleia Geral.

Ainda de acordo com o Contrato de Sociedade existe também um Conselho de Ambiente, com competências consultivas junto do Conselho de Administração.

A EDP tem as suas actividades organizadas em Grupo Empresarial, conforme organigrama constante do Relatório de Gestão, e dispõe de uma estrutura central de apoio aos processos de decisão, com competências transversais e que funciona junto da EDP, enquanto sociedade *Holding* do Grupo EDP, de acordo com a organização, funções e responsabilidades determinadas pelo Conselho de Administração.

Esta estrutura central de apoio é constituída por um corpo de Adjuntos e Assessores do Conselho de Administração e por um conjunto de Gabinetes, de acordo com o organigrama seguinte:

Conselho de Administração

Comissão Executiva	
Presidente	Eng. Francisco de la Fuente Sánchez
Vice-Presidente	Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
Vogal	Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa
Vogal	Dr. Fernando Noronha Leal
Vogal	Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu
Vogal	Dr. Manuel de Jesus Martins
Vogal	Eng. Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado
Vogal	Eng. Jorge Manuel Jardim Gonçalves
Vogal	Prof. Eng. João Afonso Ramalho Pereira Bento
Vogal	Prof. Dr. Ernâni Rodrigues Lopes
Vogal	Prof. Dr. António José Fernandes de Sousa

Adjuntos do Conselho de Administração

Assessores do Conselho de Administração	
SG	Secretaria Geral
GAB	Gabiente de Ambiente
GAI	Gabinete de Auditoria Interna
GAN	Gabinete de Análise de Negócios
GCI	Gabinete de Comunicação e Imagem
GCO	Gabinete de Consolidação, Controlo e Gestão Orçamental
GFN	Gabinete de Gestão Financeira
GJR	Gabinete Jurídico
GPE	Gabinete de Planeamento Estratégico
GRH	Gabinete de Recursos Humanos
GRI	Gabinete de Relações com Investidores
GRT	Gabinete de Regulação e Tarifas
GSI	Gabinete de Sistemas de Informação
GSIAG	Gabinete de Sistema Integrado de Apoio à Gestão
Fundação EDP	
Museu de Electricidade	

[EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DAS ACÇÕES

A EDP encontra-se cotada na Euronext Lisboa e na Bolsa de Nova Iorque, sendo também transaccionada em Londres. As acções da EDP são, ainda, um activo base para contratos, de futuros transaccionados na Euronext Lisboa.

No ano de 2002, foram transaccionadas 1 243 milhões de acções da EDP, correspondente a uma média diária de 5 milhões de acções, o que faz da EDP um dos títulos com maior liquidez no mercado nacional. A EDP representa, actualmente, cerca de 17% do PSI 20, o principal índice bolsista Português, sendo, também, uma referência em qualquer índice europeu de empresas de energia eléctrica.

Em 2002, verificou-se uma queda acentuada do valor dos principais índices bolsistas mundiais, decorrente de incertezas associadas ao arrefecimento das principais economias, da falta de confiança no sector tecnológico e da instabilidade política gerada na sequência dos trágicos acontecimentos de 11 de Setembro, nos Estados Unidos.

No que se refere à *performance* do titulo EDP, além da envolvente geral atrás referida, a menor liquidez do mercado nacional associada ao afastamento progressivo de um grande número de investidores da nossa praça financeira, tiveram um efeito adverso no comportamento das acções.

No entanto, outros factores houve que contribuíram para a erosão de 34% do valor da EDP durante o ano de 2002; alguns desses factores exógenos à actividade corrente do Grupo criaram um ambiente de incerteza que influenciou a evolução do preço da acção.

Em primeiro lugar, o novo regulamento tarifário para o período 2002 – 2004 publicado pela ERSE no final de 2001 conduziu a um impacto negativo muito forte na rentabilidade do negócio de Distribuição de Electricidade, por via da redução substancial dos proveitos permitidos naquele período de regulação tarifária.

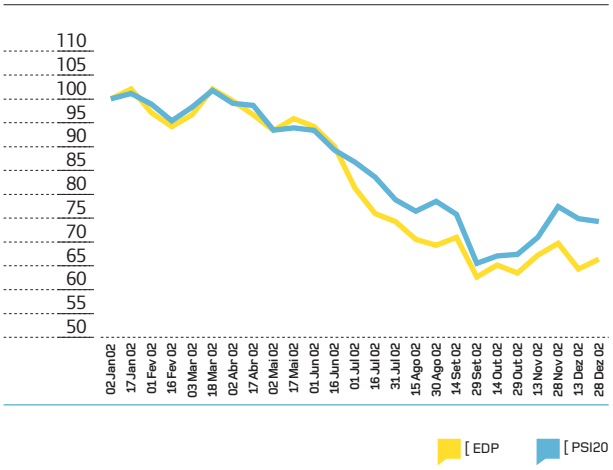
Em segundo lugar, a acentuada desvalorização da moeda Brasileira verificada em 2002, teve como consequência a percepção de um agravamento do risco associado a empresas que, como a EDP, detêm activos importantes naquele País.

Em terceiro lugar, e ainda no Brasil, o processo de tomada de controlo das empresas Escelsa e Enersul que se arrastou para além do previsto, associado ao facto de estas empresas possuírem um montante considerável de dívida denominada em US dólares, terá levado a que a EDP fosse penalizada durante grande parte do ano de 2002.

Em quarto lugar, as expectativas quanto aos processos de liberalização do sector eléctrico e de criação do Mercado Ibérico de Energia Eléctrica (MIBEL) terão levado os potenciais investidores a aguardar pela clarificação dos respectivos modelos, numa atitude de prudência face aos potenciais impactos que poderão advir para a rentabilidade do sector eléctrico e da EDP em particular.

Por último, no negócio das telecomunicações o longo e complexo processo que conduziu à alienação da Oniway, bem como a especulação gerada em torno do mesmo ao longo de quase todo o ano de 2002, foi, certamente, fortemente penalizador para os títulos EDP.

EDP vs PSI20



[POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Desde o início do processo de reprivatização do capital social da EDP e da negociação em bolsas de valores das suas acções, a EDP tem, anualmente, procedido a uma criteriosa e fundamentada distribuição de dividendos aos seus accionistas, segundo regras de prudência e de criação de valor. A parte dos resultados destinados a dividendos tem sido superior a 65% desde o início da sua cotação na Bolsa de Valores, de harmonia com a política de distribuir aos accionistas uma parcela relevante do valor criado anualmente, sempre que as condições concretas da empresa e do mercado o permitam.

Distribuição de Dividendos

Ano	Data Pagamento	Ex-Dividend Date	Valor Bruto (euros)	Valor Líquido (euros)	Observações
1997	18-05-1998	12-05-1998	0,648	0,534	
1998	28-05-1999	24-05-1999	0,698	0,620	
1999	31-05-2000	26-05-2000	0,698	0,611	
2000	31-05-2001	28-05-2001	0,140 *	0,119 *	
2001	06-06-2002	03-06-2002	0,113 * 0,113 *	0,099 * 0,093 *	Residentes Não Residentes

* Após de stock split, em que cada acção foi substituída por 5 acções com o valor nominal igual a 1/5 do valor antes de stock split

Uma parte dos lucros das Empresas do Grupo EDP, em conformidade com os respectivos estatutos, tem sido distribuída aos trabalhadores a título de participação nos resultados, segundo critérios definidos anualmente pelo Conselho de Administração.

Nos termos estatutários e por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas foi, igualmente, distribuída uma parte dos resultados aos membros do Conselho de Administração da *Holding*, a título de participação nos lucros, nos exercícios até 2000.

[ACÇÕES PRÓPRIAS

Em conformidade com o regime geral das sociedades comerciais, relativamente à aquisição e alienação de acções próprias, a empresa foi autorizada, em Assembleia Geral, a adquirir acções próprias até ao limite correspondente a 10% do capital.

Ao longo do ano de 2002, a EDP procedeu à aquisição de 5 702 717 acções próprias a um preço médio de 1,82 euros. Em 31 de Dezembro de 2002, o número de acções próprias em carteira ascendia a, 17 428 926 com um preço médio de aquisição de 2,51 euros. As acções em carteira dão suporte ao programa de stock options destinado aos Administradores e Quadros do Grupo EDP.

[PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE ACÇÕES OU OPÇÕES

O Grupo EDP iniciou um programa de *stock options*, nos termos aprovados pela Assembleia Geral, aplicável a Quadros e Administradores, com vista a incentivar a criação de valor, em linha com a prática de empresas congéneres.

O Plano, aprovado em 1999, tem por objecto a atribuição, ao longo de um período de cinco anos, de opções de compra de acções representativas do capital social da EDP, não podendo o número de opções a atribuir exceder 16 250 000 (após *stock split*, em que cada acção foi substituída por 5 acções com o valor nominal igual a 1/5 do valor antes de *stock split*) e representando cada opção o direito de adquirir uma acção.

Em caso de alteração do capital social da EDP, o limite previsto no parágrafo anterior, bem como o número de opções já concedidas, poderão ser ajustados por forma a que a dimensão do Plano e/ou a posição dos beneficiários das opções concedidas se mantenham, em termos substanciais, idênticas à dimensão e/ou posição que existiam antes da ocorrência desse facto.

O disposto no parágrafo anterior poderá ser aplicável noutros casos que, no entender do Conselho de Administração da EDP, justifiquem um tratamento idêntico.

A contrapartida a pagar pela aquisição das acções objecto das opções que sejam atribuídas (preço de exercício) corresponderá à média ponderada das cotações de fecho das acções da EDP durante o período anterior à data definida como a data de atribuição dessas opções que for fixado pelo Conselho de Administração da EDP.

O preço de exercício poderá ser corrigido nas situações de: a) alteração do capital social; b) distribuição de dividendos e outras reservas aos accionistas que tenham um efeito significativo no preço das acções da EDP; e ocorrência de outros factos de natureza semelhante que, no livre julgamento do Conselho de Administração da EDP, justifiquem essas correcções.

A correcção do preço de exercício terá como objectivo assegurar que a posição dos beneficiários se mantenha, em termos substanciais, idêntica à que existia antes da ocorrência de algum dos factos referidos no parágrafo anterior e será determinada através de um juízo técnico que tenha em conta o efeito teórico desses factos no valor das acções da EDP.

O preço de exercício não poderá ser inferior ao valor nominal das acções da EDP.

[UTILIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A EDP tem incrementado o recurso ao suporte informático em todos os processos de divulgação de informação, muito para além da página da EDP na internet, www.edp.pt, crescentemente enriquecida com funcionalidades cada vez mais interactivas.

Assim, há uma prática consistente de investimento nas tecnologias de informação que visa facilitar quer o acesso, quer a troca de informação entre as Empresas do Grupo EDP e os diferentes *stake holders*, em especial clientes, accionistas, analistas e os profissionais da Comunicação Social. A EDP tem utilizado metodologias de Conference Call e Videoconferência no trabalho com agentes e investidores institucionais.

A página da EDP na internet dispõe de toda a informação relevante, incluindo as comunicações e publicações obrigatórias, os resultados trimestrais, semestrais e anuais, os factos relevantes, o detalhe da informação financeira e parte significativa da documentação respeitante à realização da Assembleia Geral.

[GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR

A EDP cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação. Após a primeira fase de privatização, a EDP reforçou a disponibilização de informação ao público através da criação do Gabinete de Relações com Investidores que tem como objectivo assegurar um adequado relacionamento com o universo de accionistas, analistas e potenciais investidores da EDP, bem como com as entidades de supervisão das bolsas de valores onde está admitida à cotação, nomeadamente a CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) e a SEC (Securities and Exchange Commission) dos Estados Unidos da América.

O Gabinete de Relações com Investidores tem como função primordial servir de interlocutor entre a administração do Grupo EDP e os mercados financeiros em geral, sendo responsável, no âmbito da sua actividade normal, por toda a informação disponibilizada pelo Grupo EDP no que se refere à publicação das demonstrações financeiras periódicas, bem como sobre quaisquer factos relevantes que ocorram. O Gabinete de Relações com Investidores mantém, ainda, um fluxo de comunicação constante com investidores institucionais e analistas financeiros, disponibilizando toda a informação necessária de forma a facilitar o cumprimento dos deveres de responsabilidade e diligência destas instituições.

O Gabinete de Relações com Investidores está localizado na sede social da EDP:

Praça Marquês de Pombal, nº 12, 5º Piso
1250-162 Lisboa
Telefone +351 21 001 2834
Telefax + 351 21 001 2899
Endereço electrónico ir@edp.pt

O Grupo EDP disponibiliza, ainda, através do seu *site* na internet, um completo conjunto de informações sobre a empresa. Nomeadamente, comunicados de factos relevantes, a evolução histórica da cotação das acções da EDP, a estrutura accionista do Grupo e outras informações de potencial interesse sobre o Grupo EDP. O *site* da EDP na internet possibilita, ainda, a todos os interessados consultar ou requerer o envio dos documentos de prestação de contas referentes a qualquer exercício contabilístico desde 1997.

O Grupo EDP considera que a sua política de comunicação se pauta pela adopção, de acordo com a melhor prática de mercado entre as sociedades cotadas, das recomendações propostas pela CMVM com o intuito de promover e reforçar a confiança de accionistas, trabalhadores, clientes, parceiros estratégicos, credores e público em geral.

O responsável para as relações com o Mercado é o Administrador Senhor Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa.

'02|RC

5.2 EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

[REGRAS ESTATUTÁRIAS

De acordo com o contrato de sociedade, às reuniões da Assembleia Geral só podem assistir accionistas com direito de voto e a cada 100 acções corresponde 1 voto.

Nenhum accionista, com excepção do Estado ou de entidades a ele equiparadas por lei para esse efeito, pode emitir votos, em nome próprio ou como representante de outro, que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social. Os accionistas que passem a deter uma participação igual ou superior a 5% dos direitos de voto ou do capital social, devem comunicar esse facto ao Conselho de Administração, no prazo de cinco dias úteis contados da data em que se tenha verificado a referida detenção, não podendo exercer os respectivos direitos de voto enquanto não houverem procedido a essa comunicação. Para este efeito, consideram-se emitidos pelo mesmo accionista os direitos de voto que, nos termos do Código de Valores Mobiliários, são considerados como integrantes de uma participação importante; neste caso, os accionistas têm o dever de prestar ao Conselho de Administração, por escrito e de forma completa, objectiva, clara e verídica, e de forma satisfatória para este, todas as informações que o mesmo lhes solicite sobre factos que lhes digam respeito.

Os accionistas apenas podem participar na Assembleia Geral se forem titulares de acções desde, pelo menos, o décimo quinto dia anterior à data da realização da Assembleia e desde que mantenham essa qualidade até à data da sua realização.

A prova da titularidade das acções far-se-á mediante o envio ao Presidente da mesa da Assembleia Geral, com pelo menos oito dias de antecedência em relação à data da realização da Assembleia, de declaração emitida e autenticada pelo intermediário financeiro a quem estiver cometido o serviço de registo em conta das acções, da qual deverá constar que as acções em causa se encontram registadas na respectiva conta desde, pelo menos, o décimo quinto dia anterior ao da data da realização da referida assembleia, e que foi efectuado o bloqueio em conta dessas acções até à data em que a mesma Assembleia Geral terá lugar.

Os accionistas podem exercer o seu direito de voto por correspondência sobre cada um dos pontos da ordem de trabalhos, mediante carta, com assinatura idêntica à do Bilhete de Identidade, dirigida ao Presidente da mesa da Assembleia Geral por correio registado com aviso de recepção, para a sede social, com pelo menos oito dias de antecedência em relação à data da assembleia, remetendo ainda fotocópia legível do Bilhete de Identidade de quem assina a carta.

Os titulares de direitos representativos de acções ao abrigo de programas de ADR's poderão dar instruções ao respectivo banco depositário para o exercício do direito de voto ou conferir procuração a representante designado pela EDP para o efeito, com respeito pelas disposições legais e estatutárias aplicáveis; o contrato de depósito deverá regular os prazos e modos de exercício das instruções de voto, bem como os casos de ausência de instruções.

A EDP cumpre todas as disposições recomendadas pela CMVM em matéria de direito de voto e representação de accionistas. Saliente-se que a EDP, porque pretende o máximo de participação dos seus accionistas na vida da Empresa, nomeadamente nas Assembleias Gerais, consagrou nos seus estatutos o exercício do voto por correspondência imediatamente após a sua previsão no Código dos Valores Mobiliários.

Estão acreditados para assistir à reunião da Assembleia Geral os representantes qualificados que, em nome próprio, na qualidade de accionista da EDP, ou em representação de outro accionista ou grupo de accionistas, sejam possuidores de direito de voto. A cada 100 acções corresponde um voto, sem prejuízo dos direitos de agrupamento e representação:

- os accionistas possuidores de um número de acções inferior a 100 poderão agrupar-se de forma a, em conjunto e fazendo-se representar por um dos agrupados, reunirem entre si o montante necessário ao exercício do direito de voto;

- os accionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral, sendo suficiente como instrumento de representação uma carta, com assinatura, dirigida ao Presidente da mesa da Assembleia Geral.

Para este efeito, a EDP dirigir-se-á, por escrito, aos seus accionistas, convocando-os para a Assembleia Geral e incentivando-os a delegarem a sua representação caso não possam estar presentes, remetendo para o efeito a respectiva minuta de carta.

Aos detentores de ADR são conferidos direitos idênticos aos dos titulares de acções ordinárias. Os direitos de voto dos detentores de ADR são determinados tendo em consideração que um ADR é representativo de dez acções ordinárias da EDP.

As propostas a submeter pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral bem como os relatórios que legalmente acompanham estas propostas e demais elementos de informação preparatória são disponibilizados a todos os accionistas na sede social da EDP – Praça Marquês de Pombal, nº 12, Lisboa - quinze dias antes da data definida para a realização da Assembleia Geral. De forma a facilitar o acesso por parte dos accionistas à referida informação, especialmente no que se refere a accionistas estrangeiros ou que residam fora da área metropolitana de Lisboa, procedemos ao envio das mesmas por correio, fax ou email sob solicitação dos accionistas da EDP.

[MODELO PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

De forma a alargar a utilização e facilitar o exercício de voto por correspondência aos accionistas que pretendam usufruir desta prerrogativa, a EDP disponibiliza, na página da *internet* www.edp.pt ou a quem o requeira pessoalmente, por escrito ou por telefone, minutas de carta de representação e de boletim de voto para o exercício de voto por correspondência, sendo, naturalmente, indispensável a regular credenciação do accionista para participar na Assembleia Geral.

[POSSIBILIDADE DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO POR MEIOS ELECTRÓNICOS

O Contrato de Sociedade não exclui a possibilidade de voto por correspondência mediante mensagem electrónica, devendo, no entanto, cumprir-se rigorosamente os formalismos legais e estatutários para participação na Assembleia Geral, bem assim como assegurar-se a correcta identificação do accionista mediante adequados métodos de certificação. Esta forma de exercício de direito de voto assume cada vez maior importância na vida societária das empresas, pelo que o Conselho de Administração incentivará à participação dos accionistas através desta forma fácil, económica e confortável de exercício dos seus direitos. Por via electrónica (internet) e, também, pelos diferentes meios tradicionais de comunicação com os accionistas, são divulgadas instruções sobre os procedimentos a seguir para o exercício, com segurança, do direito de voto por via electrónica.

'02 | RC

5.3 REGRAS SOCIETÁRIAS

As regras societárias ou estatutos da EDP constituem documentos de consulta pública, podendo ser disponibilizados a todos aqueles que assim o requererem ao Gabinete de Relações com Investidores da EDP.

Os estatutos da EDP contêm regras relativas aos deveres de informação sobre o controlo accionista e detenção de participações qualificadas, inibindo o exercício do direito de voto em caso de incumprimento.

Não existem categorias de acções conferindo direitos especiais a accionistas, embora os estatutos e o diploma relativo à 4ª fase da reprivatização contenham disposições específicas respeitantes ao Estado ou entidades equiparadas.

'02|RC

5.4

CONTROLO DO RISCO NA ACTIVIDADE

A informação relativa ao Controlo do Risco na Actividade encontra-se, pela sua relevância, incluída no Relatório de Gestão, no Capítulo relativo às Políticas de Gestão do Grupo EDP.

'02|RC

5.5 ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

[CARACTERIZAÇÃO DO ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da EDP, que inclui personalidades independentes dos accionistas de referência, é, actualmente, composto por onze administradores, eleitos por maioria dos votos emitidos. O mandato dos administradores é de três anos, não existindo restrição quanto à reeleição de administradores.

O Conselho de Administração da EDP é responsável pela gestão da actividade da Empresa, competindo-lhe, de acordo com o Contrato de Sociedade:

- Fixar os objectivos e as políticas de gestão da empresa e do Grupo;
- Elaborar os planos de actividades e financeiros anuais;
- Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir, vender ou por qualquer outra forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis;
- Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações e outros valores mobiliários nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade;
- Estabelecer a organização técnico-administrativa da empresa e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e sua remuneração;
- Constituir mandatários com os poderes que julque convenientes, incluindo os de subestabelecer;
- Designar o secretário da sociedade e respectivo suplente;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por Lei ou pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração, em regra, reúne mensalmente com a participação de todos os administradores, não podendo deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros e não é permitida a representação de mais de um administrador em cada reunião. Todos os administradores possuem igual direito de voto e o Presidente goza de voto de qualidade.
O funcionamento do Conselho de Administração é regulado por um regulamento interno que também disciplina o funcionamento da Comissão Executiva, estabelecendo regras de informação e de acompanhamento das actividades pelo órgão de administração.

[CONTROLO EFECTIVO DA VIDA SOCIETÁRIA

Nos termos deliberados pelo Conselho de Administração, de harmonia com o previsto no referido regulamento interno e nos estatutos, a gestão corrente da sociedade cabe, por delegação, a uma Comissão Executiva, composta por sete elementos, à qual preside o Presidente do Conselho de Administração. A Comissão Executiva, em regra, reúne semanalmente com a participação de todos os administradores, aplicando-se às suas reuniões as mesmas regras das reuniões do Conselho de Administração.

As atribuições da Comissão Executiva são fixadas pelo Conselho de Administração na delegação de competências, e incluem, salvo deliberação em contrário, a definição global das políticas do Grupo EDP nas diversas áreas em que intervém, a coordenação da actividade das empresas participadas maioritariamente e a gestão das participações sociais de que a sociedade seja titular, no entanto esta delegação de competências não incluirá:

- A cooptação de administradores;
- O pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- A aprovação do relatório e contas anuais a submeter à Assembleia Geral;
- A aprovação dos planos e orçamentos anuais e plurianuais, e o acompanhamento periódico da sua execução;
- A aprovação das contas trimestrais;
- A mudança de sede da EDP, nos termos previstos no Contrato de Sociedade;
- Os projectos de fusão, cisão, transformação e alienação de empresas do grupo EDP;
- Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela empresa.

A Comissão Executiva deverá, ainda, submeter à apreciação do Conselho de Administração as deliberações que, pela sua relevância, considere justificarem a confirmação deste órgão.

No entanto, não obstante esta delegação de poderes, o Conselho de Administração mantém a sua responsabilidade pela gestão global da actividade da Empresa.

[REMUNERAÇÃO DOS ORGÃOS SOCIAIS

De harmonia com o contrato de sociedade, a Assembleia Geral elege uma Comissão de Vencimentos que fixa as remunerações dos membros do Conselho de Administração. A Assembleia Geral pode, ainda, determinar a atribuição de uma parte dos lucros a Administradores, a título de participação nos resultados, bem como a implementação de Planos de Opções de Aquisição de acções.

As remunerações atribuídas, no exercício de 2002, aos membros dos orgãos sociais da EDP-Electricidade de Portugal, S.A., foram as seguintes:

• Conselho de Administração	2 814 583,65 Euros
a) Administradores Executivos	2 700 857,73 Euros
b) Administradores Não Executivos	113 725,92 Euros
• Fiscal Único / ROC	82 551,06 Euros
• Mesa da Assembleia Geral	1 621,09 Euros

Entretanto, a Comissão de Vencimentos da EDP, em cumprimento do mandato que lhe foi atribuído na Assembleia Geral de 10 de Maio de 2002, atribui aos membros do Conselho de Administração uma remuneração extraordinária, referente aos resultados de 2001, no montante global de 615 291,10 euros, sendo 589 204,66 euros destinados a Administradores Executivos e 26 086,44 euros a Administradores Não Executivos.

'6 | ANEXOS

VALORIZAMOS
A ENERGIA IBÉRICA'

ÍNDICE

[ANEXOS

'191 **ESTRUTURA ACCIONISTA DA EDP**

'192 **ACÇÕES DETIDAS POR TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP**

'193 **CARGOS SOCIAIS DESEMPENHADOS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDP**

'195 **SÍNTESE DE ELEMENTOS DAS EMPRESAS DO GRUPO EDP**

'199 **GRUPO EDP NO SECTOR ELÉCTRICO DE PORTUGAL**

'199 POTÊNCIA MÁXIMA E PRODUÇÃO LÍQUIDA DO GRUPO EDP
'200 CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS DO GRUPO EDP
'201 BALANÇO ENERGÉTICO E ÍNDICE DE PRODUTIBILIDADE HIDROELÉCTRICA
'202 NÚMERO DE CLIENTES E CONSUMOS DE ELECTRICIDADE SEGUNDO USOS FINAIS
'203 RESUMO DOS CENTROS PRODUTORES
'206 RESUMO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO

'207 **GRUPO EDP NO SECTOR ELÉCTRICO DE ESPANHA**

'208 **GRUPO EDP NO SECTOR ELÉCTRICO DO BRASIL**

'02|RC

6.1 ESTRUTURA ACCIONISTA DA EDP

Nos termos da alínea e) do nº1 do artigo 6º do Regulamento nº 11/2000 da CMVM (com a nova redacção do Regulamento nº 24/2000 da CMVM), presta-se a seguinte informação quanto a participações qualificadas:

Estrutura Accionista da EDP Titulares de participações qualificadas e direitos de voto

Accionistas	Nº acções	Capital %	Voto %
Direcção Geral do Tesouro	568 853 506	18,96%	19,07%
Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.	214 220 570	7,14%	7,18%
Banco Comercial Português	151 635 713	5,05%	5,00%
Caixa Geral de Depósitos	142 516 830	4,75%	4,78%
Iberdrola	149 966 455	5,00%	5,00%
Brisa	60 002 297	2,00%	2,01%
EDP (Acções próprias)	17 468 926	0,58%	
Restantes Accionistas Privados	1 695 335 703	56,51%	56,84%
Total	**3 000 000 000**	**100,00%**	

6.2

ACÇÕES DETIDAS POR TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP

Acções da EDP detidas por titulares dos órgãos sociais da EDP, S.A

Anexo referido no nº 5 do Artigo 447º do CSC

	Operações Efectuadas em 2002					
	Data	Preço		Acções		Saldo
		Total	Unitário (euros)	Aquisição	Alienação	(Nº Acções) 31/12/2002
Conselho de Administração						
Francisco de la Fuente Sánchez						**7.793**
Cônjuge Maria Berta Pi B.R. de la Fuente Sánchez						**2.580**
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães						**7.267**
Cônjuge Emília M. Morgado						**1.960**
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa						**3.047**
Cônjuge Susana Maria G. P. D. M. Horta e Costa						**715**
Fernando Noronha Leal	12/06/2002	2.847,08	2,18		1.306	
	22/07/2002	5.490,00	1,83	3.000		
	24/07/2002	1.136,61	1,73	657		
	24/07/2002	2.323,39	1,73	1.343		
	29/07/2002	3.875,00	1,55	2.500		**7.500**
Cônjuge Maria da Luz C. R. Noronha Leal						
António Manuel Barreto Pita de Abreu						**4.590**
Cônjuge Gilda Maria L. B. Pita de Abreu						**390**
Manuel de Jesus Martins						**12.617**
Cônjuge Julieta Rosa Nunes da Costa Martins						**500**
Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado						**9.680**
Jorge Manuel Jardim Gonçalves						**28.507**
Cônjuge Maria D'Assunção A.O.V. Jardim Gonçalves						**2.185**
João Afonso Ramalho S. Pereira Bento						**3.047**
Cônjuge Rita M. do Pranto N. L. Pereira Bento						**726**
António José Fernandes de Sousa						**1.865**

'02|RC

6.3

CARGOS SOCIAIS DESEMPENHADOS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDP

Eng. Francisco de la Fuente Sánchez – Presidente

- Presidente do Conselho de Administração da EDP Distribuição - Energia, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Valor – Gestão Integrada de Serviços, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Energia, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Serviner – Serviços de Energia, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da ONI, S.G.P.S., S.A.
- Administrador da Hidrocantábrico
- Administrador da GALP Energia, S.G.P.S., S.A.

Eng. Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães – Vice - Presidente

- Presidente da Comissão Executiva da EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da CPPE – Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Produção EM – Engenharia e Manutenção, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da TER – Termoeléctrica do Ribatejo, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A.
- Presidente da EDP – Estudos e Consultoria, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração EDP – Investimentos, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Limitada
- Administrador da ONI, S.G.P.S., S.A.
- Administrador da SOGESTE, S.A
- Presidente do Conselho de Administração da ECOGEN – Serviços de Energia Descentralizada, S.A.
- Administrador da Tejo Energia, S.A
- Administrador da GALP Energia, S.G.P.S., S.A.

Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa – Vogal

- Administrador da EDP Valor – Gestão Integrada de Serviços, S.A.
- Administrador da ONI, S.G.P.S., S.A.
- Administrador da EDP – Investimentos, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Limitada
- Administrador da IBERENERGIA, S.A.
- Administrador da Energia RE
- Administrador da EDP Brasil, S.A.
- Administrador da Hidrocantábrico
- Presidente do Conselho de Administração da CENTRAL-e – Informação e Comércio Electrónico, S.A.

Dr. Fernando Noronha Leal – Vogal

- Administrador da EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.
- Administrador da EDP Participações, S.G.P.S., S. A.
- Administrador da EDP Águas – Gestão de Águas e Saneamento, S. A.
- Administrador da Valorágua – Águas e Saneamento de Portugal, S. A.
- Administrador da Electricidade de Portugal Internacional, S.G.P.S., S.A.

- Administrador da INTERNEL – Serviços de Consultoria Internacional, S. A.
- Administrador da EDP – Investimentos, Gestão de Participações e Assistência Técnica, Ltda
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Brasil, S. A.
- Presidente da ENERPAULO
- Presidente do Conselho de Administração da ENERGEN
- Presidente do Conselho de Administração da IVEN
- Presidente do Conselho de Administração da ENERSUL
- Presidente do Conselho de Administração da ESCELSA

Eng. Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu – Vogal

- Vice - Presidente da EDP Energia, S.A.
- Vice – Presidente da EDP Serviner – Serviços de Energia, S.A.
- Administrador da EDP Distribuição – Energia, S.A.
- Administrador da EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A.
- Administrador da EDP Participações, S.G.P.S., S.A.
- Administrador da EDP - Estudos e Consultoria, S.A.
- Administrador da TURBOGÁS, S.A.

Dr. Manuel de Jesus Martins – Vogal

- Presidente do Conselho de Administração da EDP Participações, S.G.P.S., S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da SÃVIDA – Medicina Apoiada, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da SCS – Serviços Complementares de Saúde, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da MRH – Mudança e Recursos Humanos, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da EDP Águas – Gestão de Águas e Saneamento, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Valorágua – Águas e Saneamento de Portugal, S.A.
- Administrador da EDP VALOR – Gestão Integrada de Serviços, S.A.
- Administrador da EDP - Estudos e Consultoria, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Energia RE

Eng. Arnaldo Pedro Figueiroa Navarro Machado – Vogal

- Presidente da Comissão Executiva da EDP Distribuição – Energia, S. A.
- Presidente do Conselho de Administração da Electricidade de Portugal Internacional, S.G.P.S., S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da INTERNEL – Serviços de Consultoria Internacional, S.A.

'02|RC

6.4

SÍNTESE DE ELEMENTOS DAS EMPRESAS DO GRUPO EDP

Empresa e Sede Social	Domínio de Actividade	Principais Dados	(Mil Euros)
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.		(valores consolidados)	
Praça Marquês de Pombal, 12	Promoção, dinamização e gestão, por forma directa	Activo	12 986 994
1250-162 Lisboa	ou indirecta, de empreendimentos e actividades na área	Capitais Próprios	5 494 182
Telef. 21 001 30 13	do sector eléctrico, tanto a nível nacional como	Volume de Negócios	16 242
Fax 21 726 50 29	internacional.	Result. Operacionais	-74 390
Nº de Contribuinte: 500 697 256		Result. Líquidos	335 216
EDP Gestão da Produção de Energia, S.A		(valores consolidados)	
Av. Barbosa du Bocage, 45	Promoção, dinamização e gestão de instalações,	Activo	5 199 910
1064-002 Lisboa	empreendimentos e actividades na área da produção	Capitais Próprios	1 854 575
Telef. 21 352 53 53	e venda de energia, nomeadamente sob a forma de	Volume de Negócios	1 462 295
Fax 21 799 34 20	electricidade.	Result. Operacionais	550 661
Nº de Contribuinte: 505 432 811		Result. Líquidos	294 623
CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.			
Av. Barbosa du Bocage, 45	Produção e venda de energia sob a forma	Activo	4 513 189
1064-002 Lisboa	de electricidade e outras.	Capitais Próprios	2 430 662
Telef. 21 352 53 53		Volume de Negócios	1 330 350
Fax 21 799 24 20		Result. Operacionais	519 292
Nº de Contribuinte: 503 293 695		Result. Líquidos	302 335
HDN - Energia do Norte, S.A.			
Rua do Caires, 292, 1º	Produção e venda de energia sob a forma	Activo	76 737
4704-516 Braga	de electricidade e outras.	Capitais Próprios	30 082
Telef. 253 60 30 50		Volume de Negócios	29 798
Fax 253 61 88 36		Result. Operacionais	1 374
Nº de Contribuinte: 503 367 257		Result. Líquidos	1 846
HIDROCENEL - Energia do Centro, S.A.			
Apartado 182, Quintela	Produção e venda de energia sob a forma de	Activo	111 822
6270-909 Seia	electricidade e outras.	Capitais Próprios	56 280
Telef. 238 320 000		Volume de Negócios	27 384
Fax 238 320 027		Result. Operacionais	5 326
Nº de Contribuinte: 503 326 887		Result. Líquidos	3 440

Empresa e Sede Social	Domínio de Actividade	Principais Dados	(Mil Euros)
ENERNOVA - Novas Energias,S.A. Av. Estados Unidos da América, 55, 11º 1749-061 Lisboa Telef. 21 841 21 00 Fax 21 841 27 10 Nº de Contribuinte: 503 161 314	Projecção, construção e exploração de meios de produção de energia eléctrica no sector das energias renováveis alternativas.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	57 068 11 648 8 626 5 193 2 803
EDP Cogeração - Produção de Electricidade e Calor, S.A. Av. José Malhoa, Lote A13, 3º 1070-157 Lisboa Telef: 21 001 30 13 Fax: 21 720 29 60 Nº de Contribuinte: 504 410 385	Promoção, execução e operação de projectos de produção combinada de energia eléctrica e de energia térmica, mediante processo de cogeração, assim como a sua comercialização.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	33 899 4 814 108 -554 1 242
TER - Termoeléctrica do Ribatejo, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55, 12º 1749-061 Lisboa Telef: 21 001 34 02 Fax: 21 001 32 02 Nº de Contribuinte: 504 718 347	Estabelecimento e exploração de uma central termoeléctrica de ciclo combinado e comercialização da energia produzida.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	211 595 498 0 476 -20
EDP Produção EM, SA Rua Sá da Bandeira, 567 4400-437 Porto Telef: 22 001 30 00 Fax: 22 208 31 09 Nº de Contribuinte: 503 293 504	Realização de estudos, projectos e prestação de serviços de engenharia no âmbito do sector eléctrico.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	29 320 4 775 27 438 3 057 310
EDP Distribuição - Energia, S.A. Rua Camilo Castelo Branco, 43 1050-040 Lisboa Telef. 21 353 88 33 Fax 21 353 40 94 Nº de Contribuinte: 504 394 029	Distribuição e venda de energia eléctrica.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	5 141 351 1 519 190 3 479 696 93 916 92 821
EDP Energia, S.A. Praça Marquês de Pombal, 13 1250-162 Lisboa Telef. 21 353 88 33 Fax 21 353 40 94 Nº de Contribuinte: 503 504 564	Produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	126 356 75 574 58 512 5 758 3 513
LABELEC - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A. Rua Cidade de Goa, 4 2686-997 Sacavém Telef: 21 941 12 62 Fax: 21 941 92 54 Nº de Contribuinte: 503 326 755	Prestação de Serviços de engenharia.	Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	13 460 6 114 11 314 2 806 1 906
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. Plaza de la Giesta, 2 33 007 Oviedo - Espanha Telef: 00 34 985 23 03 00	Produção, armazenamento, transporte e distribuição de electricidade.	(valores consolidados) Activo Capitais Próprios Volume de Negócios Result. Operacionais Result. Líquidos	 4 275 067 1 660 888 1 436 215 201 813 14 565

Empresa e Sede Social	Domínio de Actividade	Principais Dados	(Mil Euros)
Bandeirante Energia, S.A.			
Rua Bandeira Paulista, 530	Distribuição e comercialização de energia eléctrica.	Activo	645 062
Chácara Itaim, São Paulo - Brasil		Capitais Próprios	170 073
		Volume de Negócios	567 781
		Result. Operacionais	31 098
		Result. Líquidos	-4 618
ESCELSA - Espírito Santo Centrais Eléctricas, S.A.		(valores individuais)	
Rua 7 de Setembro,362 Centro Vitória	Distribuição de energia eléctrica.	Activo	740 858
Espírito Santo - Brasil		Capitais Próprios	60 081
		Volume de Negócios	306 178
		Result. Operacionais	34 589
		Result. Líquidos	-146 720
ENERSUL - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul, S.A.			
Av Gury Marques, s/nº BR 163-Km15,	Distribuição de energia eléctrica.	Activo	316 785
Campo Grande, Mato Grosso do Sul - Brasil		Capitais Próprios	115 153
		Volume de Negócios	156 168
		Result. Operacionais	11 054
		Result. Líquidos	-24 744
ONI - Operadora Nacional de Interactivos S.G.P.S., S.A.		(valores consolidados)	
Av. José Malhoa, Lote A 13	Gestão de participações noutras sociedades como	Activo	1 159 854
1070-157 Lisboa	forma indirecta de exercício de actividades	Capitais Próprios	-86 287
Telef. 21 001 30 13	económicas.	Volume de Negócios	297 538
Fax 21 726 50 29		Result. Operacionais	-116 516
Nº de Contribuinte: 504 968 386		Result. Líquidos	-345 126
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A.		(valores consolidados)	
Av. Sidónio Pais, 28, R/C esq.	Exploração de sistemas informáticos, implementação	Activo	325 957
1050-215 Lisboa	e operação de redes de dados, desenvolvimento de	Capitais Próprios	63 751
Telef: 21 001 83 00	programas e sistemas de informação.	Volume de Negócios	157 988
Fax: 21 352 24 75		Result. Operacionais	35 563
Nº de Contribuinte: 502 605 731		Result. Líquidos	7 721
Ace Holding, S.G.P.S., S.A.		(valores individuais)	
Av. Dr. Mário Moutinho, Lote 1732 A	Exploração de sistemas informáticos, implementação	Activo	38 539
1400-136 Lisboa	e operação de redes de dados, desenvolvimento de	Capitais Próprios	16 687
Telef. 21 001 40 00	programas e sistemas de informação.	Volume de Negócios	0
Fax 21 001 40 01		Result. Operacionais	-190
Nº de Contribuinte: 505 187 981		Result. Líquidos	1 235
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.		(valores individuais)	
Rua Camilo Castelo Branco, 46	Prestação de serviços de gestão e consultoria.	Activo	26 587
1050 - 045 Lisboa		Capitais Próprios	13 245
Telef: 21 001 53 00		Volume de Negócios	8 242
Fax: 21 001 53 70		Result. Operacionais	556
Nº de Contribuinte: 505 938 022		Result. Líquidos	6 695
SÃVIDA - Medicina Apoiada, S.A.			
Av. Casal Ribeiro, 15, 6º	Prestação de serviços no âmbito da saúde.	Activo	31 973
1000-090 LISBOA		Capitais Próprios	1 793
Telef: 21 313 89 00		Volume de Negócios	38 659
Fax: 21 001 74 10		Result. Operacionais	1 586
Nº de Contribuinte: 503 293 512		Result. Líquidos	992

Empresa e Sede Social	Domínio de Actividade	Principais Dados	(Mil Euros)
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A.			
Rua D. Luís I, 12, 2º	Prestação de serviços no âmbito da formação	Activo	2 966
1200-151 LISBOA	profissional.	Capitais Próprios	612
Telef: 21 322 22 00		Volume de Negócios	2 947
Fax: 21 322 22 05		Result. Operacionais	-651
Nº de Contribuinte: 503 293 520		Result. Líquidos	-451
EDP Serviços de Gestão de Frotas, Instalações e Logística, S.A.			
Av. Estados Unidos da América, 55, 9º	Gestão e intermediação de frotas e de meios de	Activo	7 225
1749-061 LISBOA	transporte, gestão e prestação de serviços imobiliários	Capitais Próprios	879
Telef: 21 841 25 44	e aquisição, contratação, gestão e intermediação de	Volume de Negócios	4 477
Fax: 21 841 25 80	bens e serviços de apoio logístico às empresas.	Result. Operacionais	99
Nº de Contribuinte: 504 645 064		Result. Líquidos	46
EDP Imobiliária, S.A.			
R Camilo Castelo Branco, 46-1º	Promoção, compra e venda de imóveis.	Activo	17 984
1050 - 045 Lisboa		Capitais Próprios	11 939
Telef: 21 841 24 58		Volume de Negócios	2 077
Fax: 21 841 22 15		Result. Operacionais	1 038
Nº de Contribuinte: 503 529 524		Result. Líquidos	5 760
EDP PARTICIPAÇÕES S.G.P.S., S.A.			
Av. José Malhoa, Lote A 13	Gestão de participações noutras sociedades como	Activo	1 422 691
1070-157 Lisboa	forma indirecta de exercício de actividades	Capitais Próprios	-34 381
Telef. 21 001 30 13	económicas.	Volume de Negócios	0
Fax 21 726 50 29		Result. Operacionais	2 480
Nº de Contribuinte: 504 930 087		Result. Líquidos	-10 335

'02|RC

6.5

GRUPO EDP NO SECTOR ELÉCTRICO DE PORTUGAL

[POTÊNCIA MÁXIMA E PRODUÇÃO LÍQUIDA DO GRUPO EDP

Potência máxima das centrais do Grupo EDP

	em 31 Dez (MW)				
	1998	1999	2000	2001	2002
(1) Centrais do SEP (Sistema Eléctrico Público)	**7 230**	**7 230**	**7 183**	**7 183**	**7 183**
Centrais hidroeléctricas (a)	3 903	3 903	3 903	3 903	3 903
Centrais termoeléctricas (a)	3 327	3 327	3 280	3 280	3 280
(2) Centrais do SENV (Sistema Eléctrico Não Vinculado)	**270**	**270**	**270**	**309**	**255**
Centrais hidroeléctricas	270	270	270	309	255
(3) PRE (Produtores em Regime Especial)	**20**	**29**	**106**	**117**	**216**
Mini-Hídricas	0	0	0	1	55
Eólicas	20	20	30	40	40
Biomassa	0	9	9	9	9
Cogeração	0	0	67	67	112
Total Grupo EDP = (1) + (2) + (3)	**7 520**	**7 529**	**7 559**	**7 609**	**7 654**
Pego	584	584	584	584	584
Tapada do Outeiro	330	990	990	990	990
Outras Centrais do SEP (Sistema Eléctrico Público)	**914**	**1 574**	**1 574**	**1 574**	**1 574**

(a) Potência Contratada de acordo com os CAE's (Contratos de Aquisição de Energia)

Produção líquida das centrais do Grupo EDP

	em 31 Dez (GWh)				
	1998	1999	2000	2001	2002
(1) Centrais do SEP (Sistema Eléctrico Público)	**26 898**	**23 459**	**24 000**	**26 947**	**24 201**
Centrais hidroeléctricas	11 506	6 457	10 229	12 607	6 764
Centrais termoeléctricas	15 392	17 002	13 771	14 340	17 437
(2) Centrais do SENV (Sistema Eléctrico Não Vinculado)	**718**	**447**	**623**	**786**	**497**
Centrais hidroeléctricas	718	447	623	786	497
(3) PRE (Produtores em Regime Especial)	**46**	**55**	**209**	**535**	**815**
Mini-Hídricas	0	0	0	4	75
Eólicas	46	53	70	90	113
Biomassa	0	2	5	18	37
Cogeração*	0	0	134	423	590
Produção Líquida do Grupo EDP	**27 662**	**23 961**	**24 832**	**28 268**	**25 513**

* Inclui energia entregue a clientes industriais.

[CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS DO GRUPO EDP

Consumo de Combustíveis
Pelo Grupo EDP

	Unid	1998	1999	2000	2001	2002
Quantidades						
Fuelóleo	mil ton	1 565	1 536	1 052	1 373	1 814
Gasóleo	mil litros	3 966	1 732	14 359	20 873	6 377
Carvão	mil ton	3 102	3 491	3 456	3 263	3 594
Gás Natural (a)	mil m^3	163 762	376 278	182 526	171 484	326 100
Valores	**Mil Euros**	**246 829**	**268 580**	**306 943**	**377 192**	**465 527**
Fuelóleo	Mil Euros	109 164	109 374	146 720	193 867	259 816
Gasóleo	Mil Euros	551	219	1 895	4 618	1 526
Carvão	Mil Euros	120 446	116 825	128 902	142 810	148 773
Gás Natural (a)	Mil Euros	16 668	42 162	29 426	35 897	55 412
Preços Médios						
Fuelóleo	Euro/kton	69 753	71 207	139 468	141 200	143 228
Gasóleo	Euro/klitro	139	126	132	221	239
Carvão	Euro/kton	38 828	33 465	37 298	43 766	41 395
Gás Natural (a)	Euro/hm^3	102	112	161	209	170

(a) Inclui o consumo de combustíveis pelas Centrais do Carregado (CPPE) e da Soporgen, Energin.

[BALANÇO ENERGÉTICO E ÍNDICE DE PRODUTIBILIDADE HIDROELÉCTRICA

Índice de produtibilidade hidroeléctrica

	1998	1999	2000	2001	2002
	1.04	**0,68**	**1,08**	**1,19**	**0,76**

Balanço energético (GWh)

	1998	1999	2000	2001	2002
Produção EDP (sem cogeração)	**28 899**	**25 112**	**25 754**	**29 047**	**26 112**
Consumos e perdas nas centrais	-1 237	-1 151	-1 056	-1 202	-1 189
Emissão de Cogeração	-	-	19	76	141
Emissão Líquida EDP	**27 662**	**23 961**	**24 717**	**27 921**	**25 064**
Pego	2 796	4 822	4 599	4 022	4 794
Tapada do Outeiro	1 261	6 129	5 894	5 951	7 126
Outros Produtores do SEP (saldo)*	4 057	10 951	10 493	9 973	11 920
Autoprodutores e outras recepções (saldo)	1 917	2 241	2 369	2 365	2 461
Importação / Exportação (saldo) (*)	272	-858	931	239	1 899
Bombagem hidroeléctrica	-101	-491	-558	-485	-670
Emissão para a rede do SEP (Consumo referido à emissão)	**33 807**	**35 804**	**37 952**	**40 013**	**40 674**
Compensação síncrona	-30	-41	-39	-34	-37
Consumos próprios de Produção e Transporte + Perdas do Transporte (**)	-615	-679	-709	-721	-696
Energia entregue na distribuição	**33 162**	**35 084**	**37 204**	**39 258**	**39 941**
Consumo próprios Grupo EDP e perdas da Distribuição	-2 799	-2 804	-2 897	-3 234	-3 036
Venda de Energia - SEP	**30 363**	**32 280**	**34 091**	**35 504**	**35 947**
Distribuidores	111	121	129	137	137
- Autarquias locais	-	-	-	-	-
- Outros distribuidores	111	121	129	137	137
Fornecimento directo a consumidores	30 252	32 159	33 962	35 367	35 810
- Muito alta, alta e média tensão	13 908	14 373	15 068	15 480	15 320
- Baixa tensão	16 344	17 786	18 894	19 887	20 490
Venda de Energia - SENV	**-**	**-**	**216**	**520**	**958**
Grupo EDP	-	-	85	241	644
Uso de rede (fora EDP)	-	-	131	279	314

* Fonte: REN
** Fonte: EDP + REN (dados REN estimados)

[NÚMERO DE CLIENTES E CONSUMOS DE ELECTRICIDADE SEGUNDO USOS FINAIS

Grupo EDP (SEP)

	1998	1999	2000	2001	2002	Variação 01/02 Valor	Variação 01/02 %
Número de Clientes	**5 161 391**	**5 291 520**	**5 415 304**	**5 541 396**	**5 664 655**	**123 259**	**2,2%**
Alta tensão (*)	96	102	101	109	109	0	0,0%
Média tensão	17 424	18 140	18 834	19 536	20 377	841	4,3%
Baixa tensão	5 143 871	5 273 278	5 396 369	5 521 751	5 644 169	122 418	2,2%
Consumo de Electricidade (GWh) (**)	**30 308**	**32 220**	**34 000**	**35 388**	**35 837**	**449**	**1,3%**
Iluminação e outros usos	15 217	16 556	17 571	18 616	19 241	625	3,4%
Domésticos	8 317	9 094	9 664	10 188	10 513	325	3,2%
Não domésticos	6 900	7 462	7 907	8 428	8 728	300	3,6%
Iluminação de edifícios do estado, dos corpos administrativos, etc.	1 366	1 527	1 632	1 722	1 700	-22	-1,3%
Cozinha e aquecimento	14	8	8	8	8	0	0,0%
Usos industriais	11 904	12 150	12 740	12 882	12 593	-289	-2,2%
Usos agrícolas	607	667	679	737	776	39	5,3%
Tracção	316	364	360	358	439	81	22,6%
Iluminação pública	884	948	1 010	1 065	1 080	15	1,4%

(*) Inclui clientes de Muito Alta Tensão
(**) Inclui fornecimentos para consumo final das outras empresas do Grupo

[RESUMO DOS CENTROS PRODUTORES

A - CENTRAIS HÍDRICAS (SEP)

	Curso de Água	Entrada em Serviço	Tipo de Aproveitamento	Nº de Grupos	Potência Máxima (MW)
Alto Lindoso	Lima	1992	Albufeira	2	630
Touvedo	Lima	1993	Albufeira	1	22
Alto Rabagão	Rabagão	1964	Albufeira	2	68
Vila Nova / Venda Nova	Rabagão	1951	Albufeira	3	90
Vila Nova / Paradela	Cávado	1956	Albufeira	1	54
Salamonde	Cávado	1953	Albufeira	2	42
Vilarinho das Furnas	Homem	1972/1987	Albufeira	2	125
Caniçada	Cávado	1954	Albufeira	2	62
Cávado-Lima				**15**	**1 093**
Miranda	Douro	1960/1995	Fio de Água	4	369
Picote	Douro	1958	Fio de Água	3	195
Bemposta	Douro	1964	Fio de Água	3	240
Pocinho	Douro	1983	Fio de Água	3	186
Valeira	Douro	1976	Fio de Água	3	240
Vilar-Tabuaço	Távora	1965	Albufeira	2	58
Régua	Douro	1973	Fio de Água	3	180
Carrapatelo	Douro	1971	Fio de Água	3	201
Torrão	Tâmega	1988	Albufeira	2	140
Crestuma-Lever	Douro	1985	Fio de Água	3	117
Douro				**29**	**1 926**
Caldeirão	Caldeirão	1994	Albufeira	1	40
Aguieira	Mondego	1981	Albufeira	3	336
Raiva	Mondego	1982	Albufeira	2	24
Cabril	Zêzere	1954	Albufeira	2	108
Bouçã	Zêzere	1955	Albufeira	2	44
Castelo do Bode	Zêzere	1951	Albufeira	3	159
Pracana	Ocreza	1993	Albufeira	3	41
Fratel	Tejo	1974	Fio de Água	3	132
Tejo-Mondego				**19**	**884**
Albufeira				**35**	**2 043**
Fio de Água				**28**	**1 860**
Total do Parque Hídrico				**63**	**3 903**

B - CENTRAIS TÉRMICAS (SEP)

	Localização	Entrada em Serviço	Combustível Utilizado	Nº de Grupos	Potência Máxima (MW)
Tapada do Outeiro	Gondomar	1959	Fuelóleo	1	47
Carregado	Alenquer	1968	Fuel/Gás Natural	6	710
Barreiro	Barreiro	1978	Fuelóleo	2	56
Setúbal	Setúbal	1979	Fuelóleo	4	946
Sines	Sines	1985	Carvão	4	1 192
Centrais Clássicas				**17**	**2 951**
Alto de Mira	Amadora	1975	Gasóleo	6	132
Tunes	Silves	1973/1982	Gasóleo	4	197
Centrais com Turbinas a Gás				**10**	**329**
Total do Parque Térmico				**27**	**3 280**

C - PARQUES EÓLICOS (PRE)

	Localização	Entrada em Serviço	Combustível Utilizado	Nº de Grupos	Potência Máxima (MW)
Fonte da Mesa	Resende / Lamego	1997	N.A .	17	10
Pena Suar	Amarante / Vila Real	1998	N.A .	20	10
Cabeço da Rainha	Oleiros / Sertã	2000	N.A .	17	10
Cadafaz	Góis	2001	N.A .	17	10
Total do Parque Eólico				**71**	**40**

D - CENTRAIS DE BIOMASSA (PRE)

	Localização	Entrada em Serviço	Combustível Utilizado	Nº de Grupos	Potência Máxima (MW)
Central de Resíduos Florestais de Mortágua	Mortágua	1999	Resíduos Florestais	1	9
Total do Parque				**1**	**9**

E - CENTRAIS DE COGERAÇÃO (PRE)

	Localização	Entrada em Serviço	Combustível Utilizado	Nº de Grupos	Potência Máxima (MW)
Soporgen	Lavos - Figueira da Foz	2000	Gás Natural	2	67
Energin Azóia	Póvoa de St. Iria - V. F. Xira	2002	Gás Natural	1	45
Carriço Cogeração	Carriço - Pombal	2002	Gás Natural	1	30
Total do Parque				**4**	**142**

F - MINI-HÍDRICAS (SEI)

	Curso de Água	Entrada em Serviço	Tipo de Aproveitamento	Nº de Grupos	Potência Máxima (MW)
Aproveitamento do Lindoso	Lima	1922	Fio de Água	4	44,1
Aproveitamento do Ermal	Ave	1937	Albufeira	2	11,2
Aproveitamento do Varosa / Chocalho	Varosa	1934	Albufeira	3	25,0
Total Centrais HDN > 10 MW				**9**	**80,3**
Aproveitamento de France	Coura	1974	Fio de Água	1	7,0
Aproveitamento de Penide I e II	Cávado	1949	Fio de Água	2	4,9
Aproveitamento de Guilhofrei	Ave	1939	Albufeira	2	4,0
Aproveitamento de Ponte da Esperança	Ave	1942	Albufeira	1	2,8
Aproveitamento da Senhora do Porto	Ave	1945	Albufeira	2	8,8
Aproveitamento de Cefra	Ouro	1995	Fio de Água	2	1,1
Aproveitamento de Freigil	Ribeira Cabrum	1988	Fio de Água	1	4,6
Aproveitamento de Aregos	Ribeira Cabrum	1958	Fio de Água	2	3,1
Caniços (ETE)	Ave	1946	Fio de Água	2	0,9
Total Centrais HDN <= 10 MW				**15**	**37,2**
Total Parque HDN				**24**	**117,5**
Aproveitamento Sabugueiro I	Ribeira da Lagoa	1947	Albufeira	3	12,8
Aproveitamento Desterro	Alva	1959	Fio de Água	2	13,2
Aproveitamento Ponte de Jugais	Alva	1923	Fio de Água	2	20,3
Central do Aproveitamento de Vila Cova	Alva	2001	Fio de Água	2	23,4
Central de Santa Luzia	Ribeira de Unhais	1943	Albufeira	4	24,4
Total Centrais Hidrocenel > 10 MW				**13**	**94,1**
Aproveitamento Sabugueiro II	Ribeira Covão Urso	1993	Albufeira	1	10,0
Aproveitamento de Riba-Côa	Côa	1906	Fio de Água	1	0,1
Aproveitamento de Pateiro	Mondego	1938	Fio de Água	2	0,3
Aproveitamento de Ribafeita	Vouga	1907	Fio de Água	2	0,9
Aproveitamento de Drizes	Vouga	1917	Fio de Água	1	0,2
Aproveitamento de Pisões	Dinha	1927	Fio de Água	2	0,1
Aproveitamento de Figueiral	Carvalhinho	1932	Fio de Água	1	0,2
Aproveitamento de Rei de Moinhos	Alva	1927	Fio de Água	1	0,8
Aproveitamento de Ermida	Ribeira de S. João	1943	Fio de Água	2	0,4
Total Centrais Hidrocenel <= 10 MW				**13**	**13,0**
Total Parque Hidrocenel				**26**	**107,1**
Aproveitamento de Belver	Tejo	1951	Fio de Água	6	80,7
Total Centrais EDP Energia > 10 MW				**6**	**80,7**
Aproveitamento da Póvoa	Rib. Nisa	1927	Albufeira	1	0,7
Aproveitamento da Bruceira	Rib. Nisa	1928	Albufeira	1	1,6
Aproveitamento da Velada	Rib. Nisa	1935	Albufeira	1	1,9
Aproveitamento do Caldeirão	Almonda	1927	Fio de Água	2	0,2
Total Centrais EDP Energia <= 10 MW				**5**	**4,4**
Total Parque EDP Energia				**11**	**85,1**
Total Centrais > 10 MW				**28**	**255,1**
Total Centrais <= 10 MW				**33**	**54,6**
Total Parque				**61**	**309,7**

[RESUMO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Rede de Distribuição

Resumo das instalações e equipamentos em serviço em 31 de Dezembro

	1998	1999	2000	2001	2002
Subestações					
Nº de Subestações	359	365	368	368	375
Nº de Transformadores	642	645	654	651	663
Potência Instalada (MVA)	12 690	12 752	12 902	12 971	13 228
Linhas (incluíndo ramais em km)					
Aéreas	**55 351**	**56 232**	**57 025**	**57 637**	**58 557**
AT (60/130 kV)	6 613	6 717	6 885	6 925	7 097
MT (<6/10/15/30/40 kV)	48 738	49 515	50 140	50 712	51 460
Cabos Subterrâneos	**9 683**	**10 135**	**10 415**	**10 893**	**11 352**
AT (60/130 kV)	358	357	356	351	357
MT (<6/10/15/30/40 kV)	9 325	9 778	10 059	10 542	10 995
Postos de Transformação					
Unidades	44 620	46 134	47 695	49 165	50 649
Potência Instalada (MVA)	11 664	12 169	12 776	13 432	14 094
Redes BT (km)	**112 075**	**114 914**	**117 039**	**118 104**	**120 238**
Aéreas	90 344	92 020	93 507	95 060	96 265
Subterrâneas	21 731	22 894	23 532	23 044	23 973
Contadores (unidades)	**5 214 777**	**5 366 479**	**5 635 492**	**5 779 459**	**5 902 787**
AT+MT	20 695	21 778	22 460	23 170	24 046
BT+BTE	5 194 082	5 344 701	5 613 032	5 756 289	5 878 741

'02|RC

6.6

GRUPO EDP NO SECTOR ELÉCTRICO DE ESPANHA

Hidrocantábrico (Espanha)
(Dados de 2002)

	Indicadores Operacionais					Indicadores Financeiros (em milhares de euros)		
	Vendas (GWh)	Nº Clientes	Nº Trabalh.	Potência Instalada (MW)	Produção (GWh)	Vol. Neg.	Res. Oper.	Res.Liq.
Produção de Electricidade	-	-	481	3 204	13 308	619 704	250 889	147 949
Distribuição de Electricidade	8 326	549 091	388	-	-	490 462	31 101	11 561
Distribuição de Gás	1 777	146 037	62	-	-	56 250	18 444	11 352
Comercialização	5 833	2 350	108	-	-	241 977	-42 516	-28 600
Outros	-	-	318	-	-	27 822	-56 114	-127 697
Total Hidrocantábrico (Espanha)	**15 936**	**697 478**	**1 357**	**3 204**	**13 308**	**1 436 215**	**201 813**	**14 565**

Nota: todos os dados consideram 100% de cada uma das empresas.

'02|RC

6.7

GRUPO EDP NO SECTOR ELÉCTRICO DO BRASIL

Brasil
(Dados de 2002)

	Indicadores Operacionais					Indicadores Financeiros (em milhares de euros)		
	Vendas Energia (GWh)	Nº Clientes	Nº Trabalh.	Potência Instalada (MW)	Produção (GWh)	Activo	Res. Oper.	Res.Liq.
Distribuição de Electricidade	**21 811**	**2 848 120**	**3 626**	**-**	**-**	**1 702 446**	**76 741**	**- 176 081**
Bandeirante	11 833	1 297 170	1 345	-	-	645 062	31 098	- 4 617
Escelsa	6 952	954 381	1 353	-	-	740 600	34 589	- 146 720
Enersul	3 026	596 569	928	-	-	316 785	11 054	- 24 744
Produção de Electricidade	**-**	**-**	**-**	**1 505**	**2 790**	**76 593**	**1 188**	**- 4 057**
Lajeado (Investco)	-	-	-	903	2 589	28 263	1 188	- 4 057
(1) Peixe Angical	-	-	-	452	-	48 072	-	-
(1) Couto Magalhães	-	-	-	150	-	258	-	-
Fafen (Cogeração)	-	-	-	-	201	58 451	1 360	11 320
Total Brasil	**21 811**	**2 848 120**	**3 626**	**1 505**	**2 790**	**1 779 039**	**77 929**	**- 180 139**

Nota: todos os dados consideram 100% de cada uma das empresas.
(1) em construção.

EDIÇÃO

EDP Electricidade de Portugal, S.A.
Gabinete de Comunicação e Imagem
Praça Marquês de Pombal, 12
1250-162 Lisboa

DESIGN

Shift design, Lda.
Av. José Gomes Ferreira, 15 3º
Edifício Atlas IV
Miraflores 1495-139 Algés

TIRAGEM

22500 EXEMPLARES

ISSN

0872-7732

DEPÓSITO LEGAL Nº

890607/95

Junho 2003

FICHA TÉCNICA

PORQUE
TEMOS
UM FUTURO
A ESCREVER

'02 | RC

EDP
Electricidade de Portugal, S.A.